

**A REVOLTA ACTIVA – OS CONFLITOS IDENTITARIOS NO CONTEXTO DA LUTA DE
LIBERTAÇÃO NACIONAL**

**FÁTIMA D'ALVA PENHA SALVATERRA PERES
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORANÊA**

31 de Março de 2010

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho resulta por um lado de observação da realidade angolana, os problemas que resultaram no conflito da guerra civil e, por outro lado, da necessidade em compreender os inúmeros problemas sociais e políticos que se inserem no âmbito dos conflitos identitários que marcaram o nacionalismo angolano de um modo em geral, e em particular no seio do MPLA, o movimento que surge como o melhor estruturado e abrangente no contexto do nacionalismo moderno angolano.

Começo por isso, por um agradecimento especial ao professor catedrático Doutor. Fernando Rosas, por me ter sugerido este tema que permitiu esta viagem às raízes dos problemas que estiveram na base das clivagens do movimento nacionalista angolano, através do estudo monográfico da dissidência protagonizada por uma parte dos intelectuais militantes do MPLA.

Uma vez iniciada esta viagem os agradecimentos estendem-se a todos quanto contribuíram generosamente para o surgimento deste trabalho. Assim começo por agradecer em primeiro lugar ao nacionalista angolano Adolfo Maria e a sua esposa Maria Helena pela disponibilidade, espírito de abertura com que me receberam em sua casa, disponibilizando o seu tempo e o seu vasto arquivo particular. De seguida, os meus agradecimentos vão para todos os entrevistados tais como António Monteiro Talangongo, aos irmãos Justino e Vicente Pinto de Andrade pela disponibilidade dispensada, tendo em conta as suas agendas preenchidas. Assim como à Vitória do Espírito Santo viúva de Joaquim Pinto de Andrade, à Maria do Céu do Carmo Reis e ao Manuel Videira, pelo contributo valioso que os seus testemunhos constituíram na compreensão desta fase da luta de libertação nacional.

Por último os meus agradecimentos vão para o casal Arlindo Barbeitos e Maria Alexandre Dáskalos pelos conselhos e o apoio dados no decorrer deste trabalho, bem como, na crítica pertinente feita ao resultado final do mesmo.

RESUMO

DISSERTAÇÃO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA A REVOLTA ACTIVA – OS CONFLITOS IDENTITÁRIOS NO CONTEXTO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

FÁTIMA D'ALVA PENHA SALVATERRA PERES

PALAVRAS-CHAVE: Revolta Activa, Democratização e Unidade Nacional

O presente trabalho centra-se no estudo da dissidência da Revolta Activa surgida no seio do MPLA, a 11 de Maio de 1974. Este tem como objectivo: i) compreender as causas que estiveram na sua génese, isto é, o aparecimento de mais uma dissensão - que desta feita, foi levada a cabo por intelectuais, cujo anúncio ocorre depois do golpe de estado em Portugal (25 de Abril de 1974); ii) analisar as repercussões políticas e sociais que se fizeram sentir na época.

A Revolta Activa é, portanto, uma dissidência que tem início num contexto conturbado e de crise profunda no interior do MPLA, ameaçando a sua unidade interna. Esta tendência não surgiu de forma isolada, mas antes enquadrada num contexto amplo de dissensões internas, tendo como protagonistas intelectuais - entre estes, membros fundadores do MPLA - e impulsionadores do movimento nacionalista moderno angolano que despontou a partir dos anos cinquenta do século XX. É dentro deste enquadramento que se justifica a importância das suas propostas, com destaque para as preocupações com a luta pela democracia interna e a unidade do movimento nacionalista angolano de um modo geral.

ABSTRACT

DISSERTATION IN CONTEMPORARY HISTORY

THE ACTIVE REVOLT – IDENTITY CONFLICTS IN THE CONTEXT OF

NATIONAL LIBERATION FIGHT

FÁTIMA D’ALVA PENHA SALVATERRA PERES

KEYWORDS: Active Revolt, Democracy and National Unity

The present work aims to study the Active Revolt schism which took place within the MPLA, on May 11, 1974. It has two main purposes as follows: i) understand the causes that were in its genesis, like, the appearance of one more dissension – that in this case was led by intellectuals and announced after the *coup d’état* in Portugal (25 of April of 1974); ii) analyze the social and political repercussions of such events during that period.

The Active Revolt is, therefore, a dissidence that occurred in a context of turbulence and deep crisis within MPLA, and threatened to lead to its fragmentation. This was not an isolated tendency, but a part of a broader context of internal dissensions, having as protagonists, a group of intellectuals within the party – among them founding members of MPLA – acting as initiators of the Angolan modern nationalist movement which emerged in the 1950 decade. It is in this context that the importance of their proposals can be understood, with particular emphasis on the concerns regarding the quest for internal democracy and unity within the Angolan nationalist movement.

ÍNDICE

Introdução	1	
Capítulo I: A Génese		
1.1) Quem foram os Intelectuais que Subscreveram o Manifesto dos Dezanove ou o Apelo da Revolta Activa?	9	
1.1.1) A Herança Histórica.....	11	
1.2) O Papel dos Intelectuais no Movimento Nacionalista Moderno.....	13	
1.2.1) O CVAAR.....	14	
1.2.2) O CEA.....	26	
Capítulo II: Os Anos Difíceis (1969-1971)		34
2.1) Antecedentes.....	34	
2.1.1) Os Anos Difíceis.....	35	
2.1.2) O Descontentamento dos Intelectuais que Actuavam no Interior.....	41	
2.2) A Conjuntura Internacional.....	43	
2.3) A Contra-Ofensiva Portuguesa	45	
Capítulo III: A Luz no Fundo do Túnel (1972-1973)		48
3.1) O Papel dos Quadros Vindos do Exterior.....	48	
3.2) Gentil Viana e o Movimento de Reajustamento.....	50	
3.3) O Movimento de Reajustamento da Frente Norte.....	54	
Capítulo IV: A Ruptura (1974)		57
4.1) Da Reflexão à Acção.....	57	

4.2) O Manifesto e o 25 de Abril de 1974.....	59
4.3) A adesão à Revolta Activa.....	65
4. 4) A Cisão dentro dos Intelectuais e os seus Argumentos.....	68
4.5) A Tensão entre “os Intelectuais do MPLA” e “os Verdadeiros Filhos de Angola”	71
4.6) A Reacção da Direcção do MPLA	73
4.7) As Tentativas de Unidade: O Congresso de Lusaka e o Acordo de Brazzaville	74
4.7.1) A Comissão de Coordenação de Preparação do Congresso.....	75
4.7.2) O Congresso da Unidade.....	76
4.7.3) A Mediação dos Países Africanos Limítrofes.....	78
4.7.4) O Impasse.....	80
4.7.5) O Rescaldo e as Ondas de Choque Sofridas pela Revolta Activa.....	83
4.8) O Acordo de Brazzaville.....	84
Capítulo V: O Fim da Dinâmica Renovadora (1975)	87
5.1) O Contexto Político.....	87
5.2) A Revolta Activa em Luanda.....	88
5. 3) A Ronda de Conversações Intermitentes.....	89
5.4) O Desfecho Final: as Prisões, o Exílio e o Banimento Social)	94
5.5) Joaquim Pinto de Andrade, o Mediador.....	96
Capítulo VI: A Revolta Activa e os Conflitos Identitários no Contexto da Luta Armada.....	99
6.1) Os Antecedentes Históricos	99
6.2) A Questão Racial.....	100
6.3) O Anti-Intelectualismo.	103

Conclusão.....	106
Bibliografia e Fontes.....	109
Lista das Figuras.....	119
Lista de Mapas e de Quadros.....	120
Anexos.....	121
IV- Fontes Documentais.....	122

Introdução

O presente trabalho tem como objecto de estudo o surgimento do grupo dissidente da Revolta Activa ocorrido no interior do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), com o anúncio feito a 11 de Maio de 1974. O horizonte temporal deste estudo vai de 1969 a 1976, compreendendo um longo período de crise no movimento de libertação nacional angolano melhor estruturado e que sofreu, da parte das autoridades coloniais, um combate mais violento. A intensificação da contra-ofensiva militar a partir de 1968 fez perigar a existência deste movimento, devido ao conjunto de problemas internos, que despoletaram as suas fragilidades e vulnerabilidades, encontrando-se aí parte das razões profundas que estiveram na origem deste longo período marcado por uma forte crise política, militar e social no interior do MPLA. Deste modo, o ano de 1969 é o marco inicial desta fase de declínio e é assinalado com uma revolta da autoria de guerrilheiros de base, de chefias de escalão intermédio e de população descontente que ocorreu na Sub-região da Frente Leste. Já o ano de 1976 marca o fim da existência da Revolta Activa, que termina devido à prisão de grande parte dos seus membros, após a independência de Angola, embora a sua dissolução tenha começado a esboçar-se a partir do primeiro trimestre de 1975, mais precisamente depois da assinatura dos Acordos de Alvor que ocorreram a 15 de Janeiro desse ano.

O surgimento da Revolta Activa insere-se pois, nesse contexto de profunda crise interna do MPLA. Assim sendo, o objectivo principal deste estudo é conhecer como surgiu, quem foram os intelectuais que protagonizaram tal dissidência e qual o seu percurso histórico (uma vez que a legitimidade da sua acção durante a luta armada foi posta em causa), numa tentativa de perceber quais as razões do surgimento da Revolta numa fase de mudança da conjuntura política.

A metodologia adoptada para este estudo baseou-se na pesquisa de fontes e bibliografia referente aos factos históricos, que permitissem uma visão diacrónica dos acontecimentos, com especial ênfase no papel desenvolvido por estes intelectuais, que estiveram na origem da Revolta Activa.

Tendo em conta este propósito, as pesquisas tiveram como preocupação a recolha de factos que nos permitissem conhecer as acções realizadas por estes intelectuais no quadro do movimento nacionalista angolano. Estas pesquisas conduziram-nos ao

CVAAR (Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados) e ao CEA (Centro de Estudos Angolanos), enquanto realizações bem sucedidas que tiveram impacto na luta de libertação nacional e que são exemplos de boa organização, de dinamismo e de empenho, numa fase inicial da existência do MPLA, para além de terem sido instituições onde se pode perceber a acção e a preocupação de participação da intelectualidade angolana durante a fase de luta armada.

Dentro da pesquisa das fontes e da bibliografia, o *Manifesto dos Dezanove*, também conhecido como *Apelo dos Quadros e Militantes do MPLA*, ocupou o lugar cimeiro, uma vez que representa a face visível e fundadora deste grupo. Contudo, outros documentos, fontes e bibliografia foram tidos em linha de conta, já que está em causa um acontecimento de capital importância e que encerra uma grande complexidade de análise.

O primeiro foco de análise prende-se com a questão política: esta é uma dissidência formada por intelectuais que procuram reagir de forma concertada e estruturada contra a situação de crise prevalecente no interior do MPLA, pondo em causa, de forma frontal e directa, a liderança do presidente do movimento, Agostinho Neto. Uma acção que decorre já em plena mudança de conjuntura política, com a queda do regime de Salazar e Caetano, acontecimentos que não impediram que a referida dissidência conhecesse a luz do dia. Esta clara posição de força levanta a questão da legitimação política que nos leva a interrogar quem são esses intelectuais.

O segundo ponto de análise debruça-se sobre a repercussão política que esta dissidência provoca no interior do MPLA e coloca o problema de índole racial e social que fragmenta e aumenta o fosso das clivagens entre os intelectuais urbanos e a nova nata de intelectuais que se forma na guerrilha, os designados por “os verdadeiros filhos de Angola”, pondo em causa mais uma vez a questão da identidade nacional.

Quem são os angolanos? O que se entende por angolanos legítimos e não legítimos? O que é afinal o MPLA? Uma frente? São problemas que todas as colónias enfrentaram, de um modo geral, e o movimento nacionalista angolano, em particular, no seu longo caminho de construção da identidade nacional.

Constituindo assim estas duas questões – por um lado, a legitimação política deste grupo de intelectuais, enquanto elite pensante, fazendo parte desta frente que era o MPLA. E, por outro, o questionamento sobre a legitimação da sua acção que é posta em

causa pela condição social e racial, condições que, por se encontrarem entrelaçadas, funcionaram como forças de bloqueio no avanço de uma discussão profunda dos graves problemas que dificultavam o desenvolvimento do MPLA.

Sobre o tema em questão ainda não existe um estudo monográfico, já que este grupo dissidente é referido em abundância apenas em trabalhos sobre a História do MPLA e sobre o movimento nacionalista angolano. Dentre estes destaca-se pela sua importância e profundidade a obra levada a cabo pelo historiador Jean-Michel Mabeko Tali¹, intitulada *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977): Ensaio de História Política*, 2001. Estes dois volumes reúnem no seu todo, uma abordagem histórica dos principais acontecimentos da história contemporânea de Angola, tendo como objecto de estudo as crises políticas no seio do MPLA de 1962 a 1977, tais como: 1963-64 (Viriato da Cruz); 1969-1974, a Contestação na Frente Leste e a crise designada por Frente Leste (Daniel Chipenda); a Revolta Activa anunciada a 11 de Maio de 1974 (Brazzaville-Congo) e, por fim, o Golpe de Estado de 27 de Maio de 1977, que ocorre já depois da independência de Angola. O autor procura através desta construção metodológica encontrar respostas às crises e cisões vividas pelo MPLA. Defendendo e concluindo que é na complexidade da heterogeneidade da sociedade angolana, que gerou sempre profundas clivagens e nas persistências da gestão organizativa e política centralizadora deste movimento, que reside o “equilíbrio precário” e a eclosão das sucessivas crises no seu seio.

É um trabalho bem documentado, que conta também com a experiência pessoal do autor que viveu parte da sua vida durante o processo de luta armada, numa das bases da retaguarda do MPLA, em Dolisie, no Congo Brazzaville.

A história recente de Angola, assim como a história do colonialismo português é rica em testemunhos e obras de carácter memorialistas e foi dentro desta multiplicidade de obras que também foram seleccionadas algumas que se revelaram úteis para este trabalho.

¹ Jean-Michel Mabeko Tali, de nacionalidade congoleza (Congo-Brazzaville), Bacharel de Letras em Brazzaville, leccionou em Angola (Luanda e Lubango) em várias instituições escolares do ensino secundário, de 1976 a 1983. Seguiu depois para França onde obteve os seguintes títulos académicos: Mestrado em Estudos Africanos no Instituto de História da Universidade Bordeaux III, Pós-Graduação e Doutoramento em História Política na Universidade Paris VII.

Deste modo, a obra memorialista de Sócrates Dáskalos intitulada, *Um Testemunho para a História de Angola. Do Huambo ao Huambo*, de 2000, assim como o prefácio escrito pelo Professor Adelino Torres, constituem outro contributo importante para o presente trabalho, na medida em que se trata de um testemunho de uma franja da sociedade angolana: a comunidade branca, gerações nascidas ou naturalizadas angolanas, ou estrangeiros vindos através da colonização portuguesa, como é o caso dos pais deste autor. Este trabalho insere-se pois numa das problemáticas fracturantes do movimento nacionalista angolano presente também nesta dissidência.

Nesta senda também se inclui o testemunho de Adolfo Maria inserido na obra intitulada *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*, 2006, da autoria do historiador Fernando Tavares Pimenta. Trata-se do relato, na primeira pessoa, de um nacionalista militante e activo, que fornece inúmeros factos de reflexão e de pistas de trabalho.

Também os contributos de antigos militantes e fundadores do MPLA, como o médico Edmundo Rocha, que se tem dedicado nos últimos anos à recolha e análise dos principais momentos fundadores do movimento de libertação, constituem uma fonte privilegiada de estudo, sobretudo da trajectória política dos intelectuais no movimento nacionalista angolano. Nas suas obras encontram-se testemunhos importantes para o estudo destas questões que pontuaram a vida do movimento de libertação nacional e do MPLA em particular.

Por fim, dentro dos contributos mais relevantes, duas obras merecem destaque neste estudo: o romance do escritor angolano Artur Pestana, intitulado *Mayombe* (1980) e uma outra editada mais recentemente de um dos comandantes mais antigos do MPLA, Paulo Julião (Dino Matrosse).

A primeira obra, cujo cenário é a 2ª Região Político Militar que se estendia desde Cabinda, passando pelas bases em território congolês (Congo Brazzaville), faculta-nos uma radiografia sociológica da realidade da guerrilha. A importância da segunda obra reside no facto de possibilitar o conhecimento da dinâmica da guerrilha na Frente Leste, desde a sua criação até 1971, data em que o autor esteve à frente da condução da luta armada naquela região. Trata-se da visão de um operacional, que nos permite entrever o entusiasmo e as dificuldades que tiveram ser vencidas assim como conhecer a origem dos conflitos e das crises que se viveram naquela frente militar.

Outros documentos coevos ou fontes primárias puderam ser encontradas na Torre do Tombo, no arquivo da PIDE/DGS, onde foi possível reunir um conjunto importante de dados sobre os elementos que integraram o grupo da Revolta Activa, dando assim a possibilidade de se fazer o cruzamento de dados sempre que a coerência dos factos a isso obrigava.

O acervo de Mário Pinto de Andrade, disponibilizado *on-line* muito recentemente pela Fundação Mário Soares, surge como um suporte muito importante no estudo do surgimento desta dissidência. Relativamente ao dossier Revolta Activa, este consta de 35 entradas que vão desde a fase preparatória, concepção dos documentos fundadores, organização e plano de acção imediata, passando pelos momentos mais importantes vividos na primeira fase no exterior. Incluindo, deste modo, os principais documentos produzidos na fase preparatória do congresso de Lusaka e sobre a realização do mesmo, bem como sobre a reunião de Brazzaville, da qual resultou o acordo tripartido obtido sob a mediação dos países africanos limítrofes.

A Fundação 25 de Abril também foi importante para os testemunhos sobre o Movimento das Forças Armadas (MFA). Destacamos os jornais, sobretudo aqueles que foram publicados em Luanda, entre 1974 e 1975, pela informação que dão do ambiente político, social e económico desta última fase do colonialismo português em Angola; temos ainda que mencionar os documentários mais recentes sobre a guerra em Angola, dirigidos por Joaquim Furtado (RTP1), que nos dão a imagem fotográfica dos cenários reais em que tudo isto se passou.

O recurso aos testemunhos orais constituiu outro pólo de pesquisa. Uma empreitada nem sempre fácil de realizar, devido à reserva manifestada por alguns, mas contrastando com outros que facilmente se dispuseram de forma cordial e prestativa em dar o seu contributo para compreensão dos fenómenos que encerram este facto histórico.

Este trabalho encontra-se dividido em 6 capítulos, para além da introdução e da conclusão, onde se procura dar conta do que foi esta dissidência, tendo em conta as causas e as consequências no espaço e no tempo em que surgiu, o papel dos intelectuais angolanos nesse processo, bem como realçar o seu contributo histórico no quadro da historiografia angolana. São eles:

Capítulo I: Aborda a questão relativa à origem histórica, social e das primeiras referências políticas dos intelectuais que protagonizaram a dissidência da Revolta

Activa, bem como as primeiras realizações que antecedem o início da luta armada, em que participaram alguns dos mais destacados membros que deram origem a esta dissidência.

Capítulo II: Compreende os anos de 1969 a 1971 e trata da contextualização dos acontecimentos que caracterizaram a crise vivida pelo MPLA entre 1969 e 1974. Neste capítulo centramo-nos na conjuntura política interna que começa por enumerar os primeiros sintomas de um processo de degradação, de alguns actos espontâneos de crítica aos chefes que se estendem depois à direcção e ao próprio líder do movimento. Uma abordagem que implica também o conhecimento da conjuntura internacional, sem a qual ficaria incompleta a compreensão da profunda crise que o MPLA atravessou nesse período.

Capítulo III: Refere-se aos acontecimentos de 1972 e 1973, um período em que a persistência dos conflitos internos se foi cristalizando, dando origem ao surgimento de tendências organizadas no interior do movimento. São desse tempo o primeiro *Manifesto* com críticas de carácter racista e à direcção do movimento, proveniente da 1ª Região da Frente Norte, motivado pelas condições de grandes dificuldades em que essa região vivia, dada a falta de abastecimentos provocada pelo cerco das forças coloniais e pela falta de colaboração entre movimentos nacionalistas, que obstavam à circulação das forças guerrilheiras do MPLA. Conta-se ainda o surgimento da Revolta do Leste, comandada por Daniel Chipenda, que assume a liderança das tropas em rebelião e das populações descontentes oriundas da Sub-região Sul da Frente Leste, uma tendência de cariz tribal. Não obstante, este foi também um período marcado por um tempo de esperança com a chegada de novos quadros vindos do exterior, que para além de terem ensaiado algumas acções isoladas tendentes a melhorar o panorama existente, propuseram à direcção do MPLA a realização do Movimento de Reajustamento Nacional. Este capítulo analisa pois, o papel desses quadros, com especial destaque para a figura de Gentil Viana, e o desenrolar deste amplo movimento de debates nas frentes Norte e Leste, bem como o seu desfecho final que resultou não na revitalização, como era esperado, mas sim numa cisão do Movimento, com o surgimento de tendências organizadas e em rota de colisão com a direcção do MPLA.

Capítulo IV: Aborda especificamente os acontecimentos políticos que ocorreram no ano de 1974 no interior do MPLA, isto é, o surgimento de mais uma dissidência desta

feita protagonizada por intelectuais, denominada por Revolta Activa, surgida do fracasso do Movimento de Reajustamento Nacional, que não operou as mudanças necessárias ao fim da desagregação que o movimento vivia e deixou defraudados os intelectuais que se tinham batido pela discussão ampla dos problemas que afectavam o MPLA.

Apresenta o desenvolvimento das acções realizadas por esta tendência política, durante a fase da sua estadia em Brazzaville, que ocorre já num contexto histórico diferente, trazido com o golpe de estado de 25 de Abril de 1974, em Portugal, que ditou a queda do regime fascista de Salazar e Caetano e que condicionou todo o desenvolvimento das acções e objectivos deste Grupo. Uma primeira fase que termina com o Congresso de Lusaka e a Reunião de Brazzaville, realizados sob a mediação de alguns países africanos.

Capítulo V: Analisa a segunda e derradeira fase da existência deste Grupo, as dificuldades encontradas no interior de Angola para o desenvolvimento da sua acção política, por um lado a realidade nova trazida com a expectativa da independência, o clima conturbado devido à existência de três movimentos de libertação nacional em conflito, o clima de agitação política, social e económica e, por outro lado, a hostilidade com que o Grupo se depara, fruto de uma propaganda contra o surgimento desta nova tendência política. Este capítulo termina com a prisão de parte dos seus dirigentes em 1976.

Capítulo VI: O último capítulo aborda as manifestações conflituais que se evidenciaram com o surgimento desta tendência política encabeçada por intelectuais no interior do MPLA. A pertinência deste capítulo decorre, por um lado, do facto destas manifestações terem estado presentes desde a formação e o desenvolvimento da acção desta tendência. Deste modo, a Revolta Activa surge como reacção das persistências dos conflitos internos verificados no interior do MPLA que o ameaçavam de fragmentação, daí a sua revolta contra o poder centralizador da liderança, e reclamação de uma gestão mais democrática. Mas, por outro lado, foram os argumentos baseados nessas manifestações conflituais que ditaram o seu isolamento e o seu fim como tendência organizada. Em anexo são apresentadas as biografias das figuras principais que deram origem a esta dissidência e que aparecem incluídas nos órgãos que constituíram na fase inicial este grupo dissidente, bem como daqueles que se destacaram no decorrer deste

processo histórico, como é o caso de Joaquim Pinto de Andrade.

Capítulo I – A Génese

1.1) Quem foram os Intelectuais que subscreveram o Manifesto dos Dezanove ou o Apelo da Revolta Activa?

A crise interna que deu origem ao surgimento da dissidência protagonizada por alguns intelectuais do MPLA começou nos finais da década de 1960. Data dessa época a percepção de um mal-estar que não parava de crescer no interior do Movimento. Este mal-estar iria dar origem a vários actos de rebelião, primeiro no seio de guerrilheiros e de chefias intermédias facilmente debelados e sancionados como actos de indisciplina militar, e, mais tarde, ao surgimento de grupos dissidentes com uma feição mais radical e organizada, como foi o caso da rebelião do Leste que culminou numa dissidência armada chefiada por Daniel Chipenda².

A Revolta Activa dada a conhecer a 11 de Maio de 1974 surge dentro deste contexto, como a primeira acção concertada levada a cabo por intelectuais no interior do MPLA, uma cisão que teve como causa imediata a expulsão de quadros que se destacaram como “militantes activos” no decorrer do Movimento de Reajustamento da Frente Norte, mas cujas sementes de descontentamento datam do início da fase do declínio da luta armada, que ocorre a partir de 1969 e, que pôs a descoberto todas as fragilidades que a organização trazia no seu seio.

Esta é uma dissidência encabeçada por alguns dos intelectuais históricos do MPLA o que dá, à partida, a noção da gravidade da situação interna do Movimento. A crise que afectava amplos sectores desta organização provocava o surgimento de rebeliões e cisões cíclicas, para as quais a direcção do Movimento tentou sempre encontrar soluções, sem que, contudo, tenha conseguido ultrapassar os problemas que enfrentava. Daí que estes intelectuais descontentes procurassem perceber quais as

² Daniel Chipenda, nasceu a 15 de Maio de 1931, no Lobito, Angola. Foi estudante de Ciências Geológicas, entrou para a política activa enquanto estudante em Portugal, integrou os quadros do MPLA desde 1961, ocupando vários cargos de direcção. Em 1969, aquando da Rebelião de Jibóia na Frente Leste agiu como mediador no conflito junto da direcção do Movimento. Este protagonismo valeu-lhe mais tarde (em 1972) liderar a Revolta do Leste que mais não era a continuação de uma crise local que nunca ficou resolvida. O seu papel neste conflito e nos desenvolvimentos posteriores foi entendido no interior do MPLA como sendo uma acção movida por uma ambição pessoal de liderança do Movimento, como ficou patente na Conferência de Lusaka, e como o aproveitamento político de uma crise regional de cariz tribal com objectivos pessoais. Em 1992, apresentou-se como candidato às presidenciais. Morreu a 26 de Fevereiro de 1996.

razões mais profundas que abalavam as estruturas desta organização e tenham encontrado ou atribuído as causas aos métodos da direcção, mais propriamente, à condução e gestão política do seu líder. Consideravam assim que as causas residiam em última análise no centralismo da direcção, no poder autocrático do seu líder, o que significava a falta de democracia interna na discussão dos principais problemas da organização luta armada. Outras questões que estavam no cerne das preocupações destes intelectuais eram, por exemplo, a relação com as populações, a educação política e ideológica dos guerrilheiros de base, ou a gestão e o aproveitamento dos quadros com melhor formação na guerrilha.

O surgimento desta dissidência protagonizada e apoiada por alguns intelectuais históricos que fizeram ouvir a sua voz numa conjuntura política de profundas mudanças levanta algumas questões, tais como, saber quem foram e qual foi o seu percurso no quadro do movimento nacionalista angolano? Análise feita tendo em conta a polémica surgida aquando da sua aparição em 1974, e as dúvidas que foram levantadas em relação à legitimidade da sua acção militante, sobretudo na fase da luta armada. Este questionamento permite-nos levantar o véu sobre a complexidade do movimento nacionalista angolano, de um modo geral, e, de modo particular, das crises internas que afectaram o percurso do MPLA desde a sua fundação.

Embora a caracterização desta dissidência tenha ficado conotada como uma frente formada na sua maioria por intelectuais, esta definição não é totalmente aceite por todos os elementos deste grupo, que entendem que apenas deram voz a um anseio que era comungado por amplas camadas sociais que faziam parte do Movimento. Todavia, os que defendem que esta foi de facto uma acção levada a cabo por intelectuais acham natural que tal assim sucedesse, pois, por um lado, a massa crítica de qualquer sociedade é constituída por intelectuais e, no caso de Angola, assim como das outras colónias sob o domínio português, o movimento nacionalista tinha sido iniciado por intelectuais aliados às camadas mais desfavorecidas, e, por outro lado, não constituía surpresa que, face aos inúmeros problemas que o MPLA vivia, surgisse uma reflexão crítica e até uma tomada de acção³. Mas, voltando à caracterização dos elementos que

³ «Sou um homem da oposição. De facto, não me sinto bem, não me acomodo bem com certas posições, porque podia acomodar-me como muitos dos meus colegas, mas assumo sempre posições de certo modo críticas em relação a coisas que eu acho que não estão bem. E muitas vezes, não agradam às pessoas que

sobressaíram neste grupo podemos avançar que se trata de uma elite herdeira dos atributos históricos da antiga sociedade angolana.

1.1.1) A Herança Histórica

Os nacionalistas angolanos que integraram o núcleo principal que deu origem ao surgimento da Revolta Activa são maioritariamente provenientes das famílias mais antigas de Angola. Podem ser enquadrados no núcleo da sociedade crioula que no país se foi formando desde a implantação dos portugueses na Costa Ocidental africana e que se expandiu a partir do comércio ilícito do tráfico de escravos, que cedo se tornou numa das actividades mais lucrativas na época. Mobilizando nesta empreitada vários actores, tais como colonos portugueses, luso-brasileiros e populações autóctones que, mercê deste convívio, deram origem ao surgimento de uma elite africana com uma condição económica sem paralelo em relação à restante população local. Tal intercâmbio deu origem igualmente a uma miscigenação racial e, sobretudo, cultural, que se traduziu na simbiose da cultura europeia com a cultura africana.

É esta sociedade miscigenada, que se formou maioritariamente nas zonas urbanas de algumas cidades do litoral, como Luanda e Benguela, e no eixo Luanda-Malange, que se denomina de “sociedade crioulaizada”⁴ ou somente de “crioulos”⁵. Uma designação que serviu para identificar os seus elementos no período que se inicia nos finais do século XVIII e que alguns historiadores consideram que termina na segunda

estão a dirigir.». Cf. Dr. João Vieira Lopes, «Entrevista», in Drumond, Jaime e Barber, Hélder, *Angola: Depoimentos para a História Recente*, Luanda, Edição dos Autores, 1999, p. 107.

⁴ “Os crioulos luandenses” – o primeiro autor a estudar mais detalhadamente a criouliidade em Angola foi Mário António de Oliveira. Ele afirma que tal grupo seria fruto de pequenos núcleos populacionais resultantes da penetração portuguesa em África, restrita a uma faixa litoranêa pontuada por portos para o comércio de escravos, além de uma pequena inserção nas margens do rio Cuanza, através da construção de presídios e do estabelecimento de mercados ou feiras. A presença crioula ter-se-ia consolidado nessas regiões a partir do século XVII, tendo Luanda como local privilegiado. Cf. Bittencourt, Marcelo, «A resposta dos “Crioulos Luandenses” ao Intensificar do Processo Colonial em Fins do Século XIX», in Santos, Maria Emília Madeira (dir.), *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 c. 1930)*, *Actas da III Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, pp. 655-671.

⁵ «O termo crioulo faz referência a uma mestiçagem de tipo cultural», Idem, *ibidem*, p. 655.

década do século XX, quando as autoridades coloniais foram paulatinamente preterindo a participação desta elite nas actividades administrativas, militares e eclesiásticas, substituindo-a pelos naturais da metrópole.

A sociedade crioula caracterizava-se pela sua origem e por um passado em que ocuparam um lugar de relevo na sociedade colonial, onde a sua cultura e condição económica privilegiada, os fazia sentir diferentes da restante população autóctone, sobretudo das populações rurais, que não mantinham com os colonos o mesmo convívio. Estas manifestações de diferença ganhavam a sua importância no quadro da sociedade colonial, na medida em que o acesso aos cargos públicos ou a outras oportunidades sociais e laborais beneficiava em primeiro lugar os indivíduos mais claros e, a seguir, algumas das famílias negras mais antigas. Este facto determinava a necessidade de afirmação cultural que este grupo exibia e que originava uma tensão social entre essa elite privilegiada e o resto da população⁶.

Esta elite crioula vive a sua idade de ouro durante o período que atravessa o ciclo do comércio ilícito e a sua importância decai com o fim desta actividade e a mudança conjuntural que se opera com o interesse mais focalizado nas riquezas africanas manifestado pelas potências europeias, que obriga Portugal a rever e a consolidar a sua posição nas suas possessões africanas. Tal preocupação manifesta-se através do reforço do papel do Estado nas estruturas administrativas, militares e religiosas, com representantes da metrópole a ocupar os lugares antes destinados aos naturais de Angola, o que acontece a partir de finais do século XIX.

Assim, o grupo crioulo começa por perder a centralidade que tinha na vida política e social desta colónia, e a ganhar uma nova consciência social que é de pertencer a uma parte distinta do império português que pode ser discriminada a favor dos naturais da metrópole.

É este sentimento de perda de estatuto e prestígio social que marca o início de acções de protesto e o nascimento de uma consciência nacionalista. No último quartel

⁶ «A consciência de elite que tinham de si próprios e em contraposição à maioria da população africana, não integrada completamente na sociedade colonial e então designada pejorativamente de “gentio” ou “preto boçal” (com quem não se identificavam socialmente), tem sido muitas vezes apontada e com razão, como outra das peculiaridades destas elites.» Cf. D’Almeida, Luísa, «Nativo Versus Gentio? – O que nos dizem algumas fontes africanas nos anos 1914-22», in Santos, Maria Emília Madeira (dir.), *op. cit.*, 2000, p. 645.

do século XIX, nomes como Joaquim Dias Cordeiro da Mata (1857-1894), José de Fontes Pereira (1823-1891), António José do Nascimento (1838-1902), entre muitos outros⁷, iniciam um mergulho nas suas raízes africanas e lançam um novo olhar para a sua condição de africanos, que mais tarde influenciará a visão política de nacionalistas como Mário Pinto de Andrade, Gentil Viana e outros nomes fundadores do movimento nacionalista moderno a partir dos anos 40, 50 e 60 do século passado⁸.

Assim alguns dos intelectuais que integraram a Revolta Activa encontraram aqui a sua fonte de inspiração política: “a primeira mundivivência ou, por outras palavras, a sociabilidade contestatária da minha geração, operou-se em torno de individualidades marcantes do protonacionalismo. Mas acontece que quando começamos a elaborar o discurso que viria a desembocar na ruptura com o sistema colonial, esse movimento não foi suficientemente avaliado”⁹, radicando aqui a matriz contestatária que caracterizou esta elite intelectual em todo o seu percurso, que se iniciou desde os finais dos anos 40 do século XX e foi sendo marcada por actos que se traduziram no surgimento do movimento nacionalista moderno que, numa fase mais avançada da contestação nacionalista evoluiu para a luta armada.

1.2) O Papel dos Intelectuais no Movimento Nacionalista Moderno

À indagação de quem são estes intelectuais da Revolta Activa contra o modo de condução do MPLA segue-se o questionamento do seu percurso histórico. Um percurso que se destaca desde as décadas de 1940 e 1950, mas que importa situar como feitos relevantes na fase de luta de libertação, o que nos leva a centrar sobretudo nos anos 60, para encontrar a resposta à indagação sobre o papel e o percurso político de alguns destes intelectuais.

⁷ «Entre os defensores de atitudes mais radicais, incluem-se os já anteriormente citados José de Fontes Pereira, Arantes Braga, João Inácio de Pinho e Mamede Sant'Ana e Palma, que foram as consciências mais críticas da situação. Advogavam eles a transformação do *status quo* colonial, uma vez que a prosperidade das colónias só principia quando instituída a nação independente». Cf. Freudenthal, Aida, «Voz de Angola em Tempo de Ultimato», *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 2001 pp. 135 - 169.

⁸ Cf. «Entrevista de Mário Pinto de Andrade», *Jornal de África*, de 12.12.1984, p. 28.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 28.

1.2.1) O CVAAR

O Corpo de Voluntários de Angola de Assistência aos Refugiados (CVAAR) foi uma organização humanitária inspirada pelo MPLA, para atender às necessidades dos angolanos refugiados no Congo Léopoldville, inaugurada pelos representantes do MPLA e as autoridades congoleesas a 7 de Novembro de 1961¹⁰. O número de refugiados no Baixo Congo, região fronteiriça mais próxima de Angola, que as fontes referem oscilava entre 120.000 refugiados, recenseados pela Cruz Vermelha Internacional, e 250.000 mil apurados pelo CVAAR, após 10 meses de funcionamento e de contacto com estas populações refugiadas¹¹. A escolha daquele país africano para acolhimento dos refugiados, verificou-se por várias razões: em primeiro lugar, o facto deste jovem país independente possuir uma fronteira extensa com Angola e constituir um meio de penetração ou de retaguarda de apoio para o início da guerra. Em segundo lugar, devido à existência de um elevado número de angolanos oriundos das regiões nortenhas do território angolano em solo congolês que, devidamente enquadrados, poderiam constituir uma base de recrutamento de guerrilheiros para a arrancada da luta de libertação, já que esta era uma população emigrada do antigo reino do Congo e que tinha sido muito maltratada durante o colonialismo.

No entanto, a tarefa não era fácil, pois, por um lado havia a conotação que pesava sobre o MPLA, que era visto como uma organização comunista, devido ao percurso político dos principais elementos que faziam parte da sua direcção¹² e, por outro lado, o facto de o Congo ser apoiado pelas potências ocidentais e se mostrar pouco interessado em colaborar com o MPLA, uma vez que já apoiava a UPA/FNLA, formada maioritariamente por elementos da etnia Bagonko, há muito radicada naquele

¹⁰ Cf. ANTT, *PIDE/DGS, CVAAR*, Proc. 1122A/L.

¹¹ Cf. ANTT, *PIDE/DGS, CVAAR*, Proc. 1122A/L, fls. 43 e 63.

¹² Mário Pinto de Andrade, o então Presidente do MPLA era visto pelo Ocidente como marxista, opinião partilhada por países africanos como o Congo Léopoldville que estavam ligados aos EUA. Esta é uma apreciação feita pelos Serviços Secretos franceses num estudo sobre os movimentos de libertação nacionais de Angola e, enviada à PIDE: «Presidente do MPLA até aos últimos tempos, MÁRIO DE ANDRADE é membro do aparelho clandestino do P.C. PORTUGUES. Refugiado em Paris, militou no seio do círculo comunista de estudantes africanos (...) que faziam a propaganda das doutrinas comunistas em África. Esteve vinte vezes nas capitais do bloco comunista e na China Popular; participou especialmente em Moscovo, em 1957, no 7º Festival da Juventude. Publicou estudos e artigos em muitas revistas e em vários diários comunistas, especialmente na “DEMOCRATIE NOUVELLE” e no “PRAVDA”. Está em ligação com o PC ITALIANO e certos extremistas belgas, como DINA FORTI, do PCI e MARIA PLETNIACK, membro do PC belga (...)». Cf. ANTT, *PIDE/DGS, CVAAR*, Proc. 1122A/L, fls. 105-114 datado de 19.11.1963.

país. De facto, as relações entre estes dois movimentos estavam marcadas por divergências ideológicas, étnicas, raciais e até religiosas que dificultavam a unidade e a coesão do movimento nacionalista angolano, sendo os conflitos raciais e sociais aqueles que mais se fizeram sentir nesta fase.

É, pois, neste contexto que, pela mão do MPLA e com a ajuda dos médicos maioritariamente provenientes da “Fuga dos Cem”¹³, se dá a criação do CVAAR no Congo Léopodville.

O CVAAR foi então fundado em 1961, sendo constituído numa primeira fase por 9 médicos, a saber: Américo Boavida, Carlos Pestana, Edmundo Rocha, Eduardo Macedo dos Santos, João Vieira Lopes, Hugo de Meneses, Manuel Videira, Manuel Boal, Rui de Carvalho, e por 30 enfermeiros¹⁴. No decorrer da sua acção outros médicos se juntaram a eles, atingindo um número de 11 médicos com a chegada de Mário Afonso de Almeida e de Gentil Traça, que trabalharam até à data da sua extinção, que ocorreu devido à sua expulsão do Congo, decretada pelas autoridades daquele país na sequência dos problemas internos vividos pelo MPLA em 1963-64 (a primeira crise grave enfrentada por este movimento).

De acordo com o seu estatuto, o CVAAR definia-se como uma organização de fins humanitários: «O CVAAR é uma organização filantrópica apolítica, fundada por africanos originários de Angola, que aceita no seu seio a colaboração de todos os indivíduos sem discriminação de raça, sexo, lugar de nascimento, ideias políticas ou crenças religiosas». Esta definição e clarificação dos seus objectivos com ênfase no elemento de prestação de solidariedade e ajuda humanitária, teve como objectivo obter a sua autorização e reconhecimento por parte das autoridades congolenses, a fim de facilitar a permanência do MPLA junto das fronteiras onde havia mais refugiados angolanos, já que estas se opunham à entrada de uma nova organização política angolana, para além da União dos Povos de Angola (UPA) que já se encontrava implantada em solo congolês.

¹³ Os médicos João Vieira Lopes, Manuel Videira, Manuel Boal, Carlos Pestana, Rui de Carvalho fazem parte deste grupo de universitários que saíram de Portugal em 1961.

¹⁴ Lista de enfermeiros que integraram o CVAAR: Angelino Silvestre, António Ginza, António Sardinha, António Santos, António Manuel, Eduardo Leoqui, Eugénia Van-Dúnen, Fernando Álvaro, Filipe Manuel, Francisco Tavares, João Adão, João Santos, José Dinis, José Domingos, Jovita Nunes, Luís Filipe, Manuel Conceição, Manuel Quarta, Manuel Almeida, Manuel Pombela, Pedro Nunes, Pedro Paulo, Santiago Baptista, Silvério Paim, Simão Matos.

Os objectivos que se pretendiam com esta organização eram assim estabelecidos nos seus estatutos: «O CVAAR propõe-se prestar uma assistência médica a todos os refugiados pela aplicação de medidas de profilaxia e higiene, protecção materno-infantil, distribuição gratuita de medicamentos, alimentação e vestuário. Além da assistência médica, o CVAAR propõe-se também lutar contra o analfabetismo. Para tanto, dispomos de monitores que paralelamente à assistência médica, ensinarão o alfabeto às crianças e também aos adultos refugiados.»¹⁵. Contudo esta acção humanitária estendia-se aos próprios congolese, necessitados sobretudo de serviços médicos, uma vez que o Congo, independente desde 1960, lutava com falta de quadros e enfrentava uma instabilidade política nestes primeiros anos da sua existência¹⁶.

A organização e montagem das estruturas para o funcionamento adequado dos meios humanos e materiais disponíveis obedeceu a uma planificação atenta, sendo estabelecidos vários tipos de centros de apoio médico e distribuídos os recursos humanos existentes: os dispensários e postos médico-sanitários, bem como as escolas primárias criadas pelo CVAAR, disseminaram-se pelo Congo Central, situado na foz do rio Zaire, e foram divididos por zonas¹⁷. Assim, o dispensário central na capital do

¹⁵ Cf. ANTT, *PIDE/DGS, CVAAR*, Proc. 1122A/L, fls. 234-236.

¹⁶ O Congo Léopoldville (antigo Congo Belga) tornou-se independente a 30 de Junho de 1960, sendo o seu primeiro Presidente Joseph Kasavubu (? -1969) e o Primeiro-Ministro Patrice Lumumba (1925-1961). Dez semanas após a investidura do novo governo, dá-se um golpe de estado e a prisão e o assassinato do Primeiro-Ministro Patrice Lumumba. Uma acção levada a cabo com a conivência dos países ocidentais que temiam a existência de um governo de orientação comunista que pusesse em perigo os seus interesses económicos naquela antiga colónia. Patrice Lumumba, que se tornara na figura política central no Congo Léopoldville, tanto pelos seus discursos revolucionários, como por ter solicitado ajuda à União Soviética (actual Rússia) tornou-se suspeito perante o ocidente de ser um adepto do comunismo. Uma questão que só é compreensível no quadro conjuntural da Guerra Fria, conflito encabeçado pela URSS e pelos EUA, que dividia o mundo e que se prolongou até 1989 com a queda do Muro de Berlim. Contudo a situação política no Congo Léopoldville não se acalmou com o afastamento do Primeiro-Ministro Lumumba. A ele sucederam-se Tshombé e mais tarde Mobutu. Daí que, entre 1961 e 1963, com esta situação de instabilidade política não tenha sido possível qualquer apoio e ajuda humanitária às populações angolanas que afluíam em massa às fronteiras congolese. Situação que tornava difícil e precária a vida desses angolanos, maioritariamente populações camponesas das regiões do norte de Angola.

¹⁷ Esta região, que pertenceu à província de Léopoldville (Kinshasa), é actualmente conhecida por Baixo Congo, e tem como capital a cidade de Matadi, ocupando uma área de 53. 920 Km2, com cerca de 2.835.000 habitantes (1997). Faz fronteira com Angola a sul e a oeste. Cf. «Congo Central», [online]

Congo em Léopoldville, tinha como função coordenar e planificar toda a actividade desta organização para além de também funcionar como apoio médico-sanitário. Cada zona deveria ter um dispensário central e postos de atendimento médico. Estas zonas deveriam ser autónomas do ponto de vista administrativo, elegendo para isso os seus corpos constitutivos de modo a gerirem os seus próprios recursos.

Os meios humanos dividiam-se entre pessoal técnico e pessoal administrativo. O pessoal técnico era recrutado entre os refugiados, pois existia um leque de homens que tinham abandonado os seus postos de trabalho em Angola e que vinham de diferentes áreas, nomeadamente professores e agentes sanitários. Os primeiros podiam ser aproveitados para leccionar nas escolas criadas pelo CVAAR e os segundos, com mais alguma formação dada pelos médicos e enfermeiros do CVAAR podiam ajudar no preenchimento dos dispensários e postos médicos a criar ao longo da fronteira com Angola.

As primeiras iniciativas deste organismo foram a criação de centros de apoio médico, para atender às necessidades mais prementes da população refugiada. Os dispensários-hospitais, tal como eram designados, foram as soluções encontradas. A primeira unidade criada, o dispensário central, surgiu em Léopoldville, por esta cidade oferecer as condições necessárias ao desenvolvimento desta actividade humanitária, tal como estar próxima do centro do poder congolês, numa altura que era ainda necessário obter autorização oficial para a sua instalação; ser mais fácil coordenar todas as tarefas a partir deste centro urbano e, por último, por constituir um dos locais onde existiam mais refugiados angolanos que buscavam melhores oportunidades de sobrevivência. Este dispensário foi inaugurado oficialmente por membros dirigentes do MPLA, na presença de um representante do governo congolês e sediado num velho edifício cedido pelas autoridades congoleas e reconstruído graças ao apoio dos doadores de várias partes do mundo que responderam ao apelo de ajuda do MPLA e do CVAAR. Funcionou por isso como o estabelecimento central e coordenador de toda a actividade desenvolvida pelo CVAAR no Congo Léopoldville e ao longo da fronteira com Angola.

Disponível na Internet via WWW. URL: http://pt.wikipedia.org/wiki/Congo_Central. Arquivo capturado em 23 de Março de 2009.

Até ao fim da sua actividade, o CVAAR criou ainda cerca de 27 unidades¹⁸ ao longo da fronteira angolana, que prestavam auxílio não só aos angolanos refugiados, mas também aos congolese residentes nas zonas onde estas unidades médico-sanitárias se encontravam. No balanço publicado num dos boletins desta organização, onde se procurava dar conta da actividade desenvolvida e do estado financeiro da mesma, dizia-se que em dez meses de existência, o CVAAR tinha já «uma rede de assistência de nove postos médico-sanitários na fronteira norte de Angola, onde a densidade dos refugiados é maior».

Dentro das acções de apoio às populações refugiadas no Congo estava a criação de escolas e de centros de alfabetização. Daí a criação de escolas primárias que procuravam atender crianças e jovens e, de centros de alfabetização para adultos. Esta iniciativa teve uma grande aceitação entre os refugiados a avaliar pelo número de alunos que a frequentaram e que vêm mencionados nos boletins do CVAAR. Tais estruturas de ensino permitiram assim recolher e ocupar activamente uma grande parte da população refugiada no Congo, com particular preocupação com os jovens, para que estes não enveredassem pelo mundo da delinquência¹⁹. Igualmente, parte do pessoal que ministrava as aulas era recrutado do meio dos refugiados, como os professores de posto atrás mencionados e outros foram recrutados e receberam uma formação básica para o efeito, à semelhança do recrutamento de quadros para a saúde.

O apoio humanitário também passava pela criação de meios de auto-suficiência, assim, para além do apoio médico, da entrega das ajudas alimentares e de roupas e agasalhos, outras medidas foram tomadas no sentido de se proceder à inserção social destas populações, tais como a criação de mecanismos que diminuíssem a dependência das ajudas humanitárias, levando as populações a lutarem pela sua auto-suficiência. Para a concretização deste objectivo, nos pedidos de ajuda internacional constavam alfaias agrícolas e sementes, para que as populações pudessem cultivar e tratar do seu próprio meio de sustento básico, já que boa parte dos refugiados eram de origem camponesa.

¹⁸ Alguns dos postos identificados na documentação consultada são: Angola, Boma, Kimpango, Kindopolo, Léo, Luali, Lukala, Malele, Matadi, Moerbek, Moanda, Songololo, Kahemba.

¹⁹ Para a lista das escolas ou centros de alfabetização criados pelo CVAAR, ver Anexo II.

Uma vez que o CVAAR era uma organização humanitária criada pelo MPLA para auxiliar o elevado número de refugiados sobretudo no Congo Léopoldville, o aspecto financeiro dependeu sempre, em última análise, do Movimento, não obstante o estatuto do CVAAR prever a aquisição de meios financeiros próprios, a conseguir através de um conjunto de mecanismos previstos e exequíveis.

Deste modo, ao longo da sua curta existência, o CVAAR pôde contar com a ajuda financeira e de bens materiais, das mais variadas proveniências tais como: organizações internacionais de ajuda humanitária; organizações progressistas do mundo ocidental (*War on Want* - Inglaterra); do apoio de alguns países africanos e do Brasil, através do Comité Brasileiro de Ajuda aos refugiados Angolanos – C.B.A.R.A. – S. Paulo; Cruz Vermelha Sueca; Cruz Vermelha do Congo e, por último, da solidariedade de angolanos residentes no exterior e, em particular, de militantes com rendimentos ou com trabalho remunerado a residirem no Congo.

Outra das preocupações que esta organização tinha era a publicação de um órgão informativo com divulgação para o exterior, daí a publicação, com alguma regularidade, de uma espécie de jornal informativo que se destinava sobretudo aos doadores internacionais, mas também aos doares regulares²⁰ e à angariação de outros potenciais doadores. Este jornal, intitulado *Boletim do CVAAR*, era composto por uma nota editorial, que versava sobre os objectivos que esta organização pretendia atingir e incluía também vários outros itens, a saber: relatório das actividades desenvolvidas em todos os campos em que se propuseram actuar; relatório de contas, isto é, apresentação sumária da movimentação financeira, as receitas recebidas, as despesas suportadas e o saldo existente; relação das necessidades médico-sanitárias, desde os equipamentos médicos aos medicamentos. Neste rol de necessidades também estavam incluídas as necessidades em alimentos e roupas, material escolar e engenhos agrícolas para os refugiados. E, por último, incluía também entrevistas com refugiados angolanos que eram incentivados a contar a sua história, desde a fuga de Angola, passando pelo relato das dificuldades vividas em terras estrangeiras e as suas expectativas imediatas e futuras.

²⁰ Ajudas referidas como habituais eram as da Cruz Vermelha Suíça, Cruz Vermelha da URSS, do Brasil, da Alemanha e do Governo Congolês.

Não foi possível apurar quantos boletins informativos foram publicados por esta organização ao longo do tempo em que esteve operacional, nem a partir dos registos da Torre do Tombo, nem do testemunho dos entrevistados que viveram esta realidade, no entanto, uma reconstituição deste período feita à luz destes documentos dá-nos uma dimensão do que foi o trabalho desenvolvido pelo CVAAR, onde se ressalta sua a capacidade de organização nesta fase embrionária da luta armada, desenvolvida por militantes maioritariamente jovens, ainda sem experiência de trabalho adquirida, como se pode ver da lista dos médicos que fizeram parte desta organização. De todos eles, apenas 4 médicos já exerciam e teriam já alguma especialização, os restantes, ou estava a concluir o estágio hospitalar no Hospital de Lovanium, em Léopoldville, ou estava a concluir a licenciatura em medicina²¹.

Por último, vinha a concretização do objectivo principal: o trabalho político e ideológico e o recrutamento daqueles que fossem receptivos ao apelo de uma resistência armada contra o colonialismo, tendo em conta o sofrimento por que passavam na condição de refugiados. A acção de recrutamento passava pela politização das populações e, para tal, realizaram-se algumas sessões, sendo que a documentação refere pelo menos duas delas que receberam a designação de “conferências para juventude” e que decorreram nas instalações principais do CVAAR. Conferências que abordaram temas variados, tais como o Neocolonialismo ou o Nacionalismo Angolano, e que foram proferidas por Eduardo Macedo dos Santos e pelo Presidente de Honra do MPLA, Agostinho Neto, respectivamente, tendo por finalidade incentivar a adesão das populações nesta nova fase de resistência²².

Assim, é dentro deste quadro que se entende o trabalho de recrutamento iniciado nessa fase e que contou com a disponibilidade que alguns países africanos, como Marrocos e Argélia, na formação militar que foi dada aos primeiros grupos de guerrilheiros do MPLA²³. Esta era uma actividade levada a cabo com todos os cuidados, daí o secretismo na abordagem dos possíveis elementos a recrutar, sobretudo pelo facto de a autorização do governo congolês ao CVAAR não permitir o exercício de acções políticas.

²¹ Cf. ANTT, *PIDE/DGS, CVAAR*, Proc. 1122A/L, Proc. 1122A/L.

²² *Idem, ibidem.*

²³ *Idem, ibidem.*

Num quadro como este, de uma actividade que vivia de ajudas e que não tinha meios próprios de subsistência, seriam de esperar dificuldades de toda a ordem, tais como: falta de transporte para as deslocações regulares dos médicos aos postos fronteiriços; falta de medicamentos e de utensílios médicos; falta de material didáctico e de alfaias agrícolas; falta de verbas para o pagamento dos enfermeiros e professores e, até, falta alimentos e agasalhos em quantidade suficiente, atendendo ao elevado número de refugiados.

Para suprir as carências e a manutenção dos centros hospitalares, educacionais e outras necessidades com a sobrevivência dos refugiados, contava-se com a ajuda internacional, isto é, ajudas provenientes dos países africanos e europeus, nomeadamente ajuda dos estados africanos e europeus, bem como de organizações não governamentais de carácter humanitário.

Em 1963 (20 de Março) é constituída uma comissão formada por Eduardo Macedo dos Santos, Manuel Videira e Gentil Traça que elaboraram um novo documento intitulado *Organização do CVAAR*, com o objectivo de fazer o balanço da actividade desenvolvida e a análise das dificuldades de funcionamento desta organização. O documento visava aperfeiçoar e melhorar a actividade do CVAAR, ao mesmo tempo que aflorava algumas das dificuldades e fragilidades que a mesma enfrentava.

Destas dificuldades e fragilidades destacavam-se as do domínio organizativo e financeiro. Relativamente a esta última, o documento sugeria um conjunto de medidas que passavam pela criação de planos financeiros mensais, durante um período de cinco meses, desde o recurso à ajuda imediata pelo MPLA, até à criação de iniciativas para a realização de fundos, de modo a que o CVAAR pudesse deter os seus próprios fundos e obter uma subsistência autónoma. Estas iniciativas incluíam «a realização de tournées e campanhas de fundos», que poderiam ser feitas em países amigos da causa angolana, tais como: R.A.U. (República Árabe Unida), Argélia, Marrocos, Tanganica, Etiópia, Ghana, Suécia, Itália, Inglaterra, Países Socialistas, Estados Unidos da América e Brasil. Outras iniciativas apresentadas eram a criação de sócios beneméritos, «a campanha de um franco», a criação de «comités de soutien pró-CVAAR» permanentes, e, por último, «a realização de representações artísticas, vendas simbólicas, sorteios, peditórios, competições desportivas com a finalidade de obtenção de fundos».

Ainda assim as dificuldades financeiras não eram os únicos problemas com se deparavam, havia outras de natureza política e cultural que preocupavam muito mais os dirigentes desta organização. Em primeiro lugar, estava o conflito com a UPA que dificultava a inserção do MPLA e das organizações que dele dependiam no Congo e junto das populações, lançando a desconfiança e explorando questões raciais, como a discriminação dos mestiços, que encontravam eco numa população pouco esclarecida e conhecedora da heterogeneidade da sociedade angolana. A diversidade racial e social do MPLA gerava à partida uma situação de desconfiança por parte da população, que era aproveitada e explorada pela UPA, fazendo-a crer que estes elementos não eram de confiança e que serviam as forças coloniais. As hostilidades, por vezes com desfechos violentos, entre simpatizantes e militantes das duas organizações nacionalistas repetiam-se e tinham como justificação a actividade política e humanitária que tanto os membros do CVAAR como os militantes do MPLA desenvolviam junto da fronteira angolana, como se pode ver pelo teor de um incidente relatado pela PIDE: «No sábado de manhã, 37 refugiados angolanos foram detidos pelas forças de segurança, no Soyo. Foi após uma visita efectuada a esse bairro suburbano de Matadi, por 2 médicos angolanos do C.V.A.A.R. pertencentes ao M.P.L.A., partido rival da U.P.A., que os refugiados tentaram agredi-los bem como à sua comitiva.»²⁴.

A actividade do CVAAR foi, por fim, encerrada por uma nota oficial do governo congolês enviada à Representação do MPLA em Léopoldville, como consta nos documentos por nós consultados: «Por decisão do primeiro Burgomestre de Léopoldville, decretado em 29 de Outubro de 1963, a sede do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados, C.V.A.A.R, em Léopoldville, acaba de ser encerrada, sob a alegação de essa Organização não pertencer aos partidos políticos que

²⁴ Cf. ANTT, *PIDE/DGS, CVAAR*, Proc. 1122A/L, fls.208 e Carta de E. M. dos Santos a Lúcio Lara em 4-6-62, relatando os incidentes e o descontentamento face aos problemas raciais registados: «Nestes últimos dias produziram-se alguns acontecimentos lamentáveis num dos quais eu fui um dos visados: As delegações da CVAAR que se deslocaram à fronteira no trabalho de ajuda aos refugiados foram vaiadas e impossibilitadas de contactar os angolanos pois estes em gritos de protesto à presença dos mestiços forçaram-nos a retirar.», Cf. Lara, Lúcio, *Um Amplo Movimento. Itinerário do MPLA através de Documentos e Anotações de Lúcio Lara*, Vol. II (1961-1962), Luanda, Lito Tipo, 2006, p. 408.

constituem o Governo da República Angolana no Exílio, reconhecidos pelo Governo da República do Congo.»²⁵.

Assim, o CVAAR, criado em 1961 e encerrado em 1963, operou durante o período de maior tensão entre os diferentes grupos políticos angolanos residentes no Congo Léopoldville. O quadro político que antecedeu o encerramento do CVAAR foi marcado sobretudo por uma crise interna no MPLA, gerada pelo conflito entre duas figuras gradas do nacionalismo angolano moderno: Agostinho Neto e Viriato da Cruz, o presidente eleito do MPLA e o antigo Secretário da organização, respectivamente. Para Mário Pinto de Andrade, este conflito foi inicialmente uma questão pessoal, com o choque de duas personalidades fortes, mas que terminou por dividir o movimento: «...eram duas autoridades autocráticas, e era muito difícil fazê-las coabitar numa mesma estrutura organizacional do tipo africano – que não é necessariamente democrática...»²⁶. Outro factor que contribuiu para o fim do CVAAR foi o fracasso da Comissão de Conciliação e o reconhecimento do GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio), isto é, a tentativa de unificação do movimento nacionalista africano, sob a égide da Organização de Unidade Africana, proposta habilmente pela UPA/FNLA e que resultou no reconhecimento dum Governo no Exílio.

Nesse período vários foram os contactos encetados, alguns sob a mediação de países africanos, no sentido de trazerem à mesa de negociações os diferentes grupos políticos, nomeadamente: movimentos como o MPLA e a UPA, partidos como o PDA, organizações sindicais como a UNTA, além de outros grupos regionais de menor importância e que existiam naquela altura no Congo Léopoldville²⁷, para a unificação ou a criação de uma Frente Política que trouxesse a unidade e a congregação de esforços na luta comum contra o colonialismo português. Negociações que saíram sempre goradas, quer devido às clivagens internas, como a diversidade étnica, racial, religiosa, social e até ideológica, como a causas externas relacionadas com o quadro da Guerra Fria e dos interesses geoestratégicos de cada bloco, que se reflectiam tanto nos apoios

²⁵ Cf. ANTT, *PIDE/DGS, CVAAR*, Proc. 1122A/L.

²⁶ Cf. Mário Pinto de Andrade, *Uma Entrevista*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1997, pp. 180-181.

²⁷ Entre 1961 e 1963 ocorreram reuniões entre o MPLA, a UPA, o PDA e alguns outros partidos, com a mediação de países africanos como o Ghana, Marrocos e o Congo Brazzaville.

que concediam, quanto na manipulação das fragilidades internas dos estados africanos e dos movimentos de libertação nacionais²⁸.

O fim do CVAAR ocorreu no auge da sua actividade, o que se constata pelo número de centros médico-sanitários criados, pela formação de um corpo clínico de apoio às populações refugiadas, pelo número de centros de alfabetização criados e igualmente pelo número de refugiados (homens, mulheres, jovens e crianças) a quem foi dado algum alento. A esta lista pode-se acrescentar o recrutamento de jovens guerrilheiros e a rede de apoios e reconhecimento internacional que a organização granjeou com o trabalho realizado. No entanto, e como já foi referido, os problemas políticos que ocorreram no seio do MPLA, bem como a ordem de expulsão acima mencionada, ditariam o fim de toda a acção desenvolvida por estes médicos e enfermeiros que fizeram parte do CVAAR. A crise no MPLA também se reflectiu no CVVAR com fragmentações internas que espelhavam preferências pessoais, cisão agravada pelas dificuldades encontradas no campo social como as manifestações de racismo vividas nessa fase. Assim, a maior parte dos médicos afastaram-se por algum tempo das lides políticas e procuraram empregos que lhes permitissem responder às suas necessidades e compromissos familiares²⁹, com alguns deles a pedir a saída definitiva da organização³⁰. Poucos seguiram com o MPLA para Brazzaville, onde encontraram o apoio e solidariedade que permitiu o prosseguimento dos objectivos de luta anti-colonial.

As consequências do encerramento do CVAAR foram igualmente variadas e fizeram-se sentir em diversos campos. Em primeiro lugar, as populações foram as que mais sofreram, ao ficar sem assistência médica e sanitária, sem escolas e apoio social. Pois, tal como foi denunciado na altura pela direcção do MPLA, a ONU e as suas

²⁸ Nessa fase, grosso modo, a UPA/FNLA recebia apoios de várias entidades dos EUA, entre eles, de Eleanor Roosevelt (viúva do presidente Franklin D. Roosevelt, activista dos Direitos Humanos e representante dos EUA na ONU) e do presidente Kennedy, enquanto o MPLA era apoiado pelos países do Leste europeu e por organizações progressistas da Europa Ocidental. Estes apoios dividiam ideologicamente os movimentos de libertação nacionais.

²⁹ Cf. Rocha, Edmundo, *Angola: Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (Período de 1950-1964)*, Lisboa, Dinalivro, 2003, pp. 270. Dispersados, os médicos desta organização procuraram refúgio maioritariamente na Argélia e, outros, no Gana, em Marrocos, no Congo Brazzaville, na Holanda e em França.

³⁰ Edmundo Rocha retirou-se, foi trabalhar para a Argélia e durante a fase da luta armada não regressou mais às fileiras do MPLA.

organizações humanitárias no Congo Léopoldville pouco faziam a favor desses refugiados angolanos, deixando-os à mercê tanto da UPA/FNLA, que pretendia recrutar elementos para a guerrilha, como da propaganda colonial que os incentivava ao regresso, acenando-lhes com o perdão se voltassem para as suas zonas de origem e com garantias de uma vida melhor do que aquela que tinham como refugiados. Em segundo lugar o encerramento do CVAAR e a decisão da maioria dos quadros médicos de abandonarem o movimento causou um profundo mal-estar no interior do movimento que persistiu durante toda a fase de luta armada. De facto, o afastamento durante esta fase (1963-1964), da maior parte dos quadros - médicos na sua maioria - do MPLA, constituiu um duro golpe para um movimento em crescimento e deixou marcas profundas, pesando como um fardo na avaliação que era feita aos intelectuais, relativamente à sua capacidade de sacrifício perante os grandes desafios. É precisamente deste período o estigma do denominado “Pecado Original”³¹, lançado aos intelectuais angolanos no interior do MPLA³².

Assim terminou uma experiência que colocou alguns intelectuais imbuídos do espírito revolucionário da época e com um passado estudantil de resistência anti-colonialista, ao serviço das populações angolanas mais desprotegidas e que, não obstante, foi proveitosa tanto no campo da acção humanitária como no campo político. No campo humanitário foram meritórios os objectivos alcançados por esta organização, que pelas suas características, isto é, o recrutamento de médicos voluntários, que sem qualquer remuneração trabalharam com entusiasmo e dinamismo junto das populações mais desfavorecidas, é hoje considerada por muitos daqueles que dela fizeram parte, como a primeira organização não-governamental angolana³³. Do ponto de vista da experiência política constituiu o primeiro contacto com a acção prática, por um lado com aplicação das teorias revolucionárias e por outro, por permitir aos seus participantes o conhecimento de realidades diferentes do mundo urbano cosmopolita a que pertenciam, como foi o mundo rural e multiétnico que encontraram, portador de

³¹ Tali, Jean-Michel Mabeko, *Dissidências e Poder de Estado, O MPLA Perante Si Próprio (1962-1977)*, Vol.1, Luanda, Editorial Nzila, 2001, p. 249.

³² Contudo, parte destes quadros mantiveram-se em contacto com a direcção do MPLA, desenvolveram actividades em prol do MPLA e do nacionalismo angolano (Hugo de Menezes na Rádio Ghana, Américo Boavida em Marrocos, Manuel Videira e outros no CEA-Argel), regressando quase todos às fileiras do MPLA, onde ocuparam funções que os levaram ao interior do território angolano durante a luta armada.

³³ Rocha, Edmundo, *op.cit.*, 2003, pp. 248 e Entrevista a Manuel Videira, 2009.

uma experiência com o colonialismo muito mais violenta e uma visão racial distinta daquela que era a realidade que estes intelectuais conheciam. Pois, embora o convívio maior tenha sido com populações nortenhas da etnia Bakongo, também se depararam com outras realidades e outras etnias de Angola, que se encontravam representadas no MPLA. Surgem já aqui os problemas identitários com uma força que ameaçava a unidade no interior do MPLA, como mostraram os confrontos que se registaram em Léopoldville entre as facções Neto e Viriato, ou os actos violentos registados nos postos fronteiriços entre militantes e simpatizantes de uma e outra organização. Esta experiência foi, sem dúvida fundamental, na criação posterior do serviço de saúde da guerrilha do MPLA.

1.2.2) O CEA

O Centro de Estudos Angolanos (CEA) nasceu na diáspora de Argélia, em 1964, onde existia uma concentração considerável de nacionalistas angolanos, maioritariamente mestiços e brancos chegados recentemente aquele país africano, pelas mais variadas razões. Havia núcleos vindos da Europa que aguardavam a sua entrada no MPLA e na luta de libertação nacional, outros buscavam um país onde pudessem mais facilmente desenvolver as suas acções políticas, como era o caso dos elementos que formavam a FUA (Frente de Unidade Angolana) e que se tinham transferido de Paris para Argélia³⁴, ou dos elementos que se encontravam temporariamente afastados dessa organização devido à cisão interna que tinha ocorrido entre 1962 e 1963.

O Centro de Estudos Angolanos com sede em Argel, foi criado em Maio de 1964 por um grupo de angolanos pertencentes à comunidade branca, entre nascidos em Angola e naturais de Portugal, mas residentes em Angola há largos anos, e que defendiam posições progressistas³⁵, bem como por alguns mestiços, estudantes no exterior.

³⁴ Data da carta programática do CEA, proclamada em Argel. Nesse tempo, Argel era, de facto, a capital da revolução africana. Nela estavam representados os movimentos nacionalistas africanos dos países ainda sob o jugo do colonialismo, algumas organizações políticas de oposição a governos europeus, tais como os português e o espanhol, e outras que pretendiam implantar o socialismo em países do Médio oriente e Ásia. Cf. Dáskalos, Sócrates, *Um Testemunho para a História de Angola. Do Huambo ao Huambo*, Lisboa, Vega, 2000, p. 119.

³⁵ Como Adolfo Maria ou Henriques Abranches.

O principal impulsionador foi Henrique Abranches³⁶ que, com um grupo de outros angolanos a residir na Argélia, formaram uma comissão organizadora constituída por João Vieira Lopes, Mário Afonso de Almeida, Henrique Abranches, Artur Pestana e Adolfo Maria³⁷, e abriram o primeiro centro de estudos culturais angolanos de apoio à luta de libertação nacional. Para além destes, deram o seu contributo um vasto leque de outros angolanos e patriotas a viverem em Argel, tal como os médicos Pestana Heineken, Manuel Videira, Edmundo Rocha, Gentil Traça e Filipe Amado, ou ainda Jorgelino de Andrade, Marise Rocha, Ângela Guimarães, Hélder Neto, José Arnaldo e Júlio de Almeida³⁸. Alguns destes angolanos passaram a integrar, mais tarde, os escritórios da representação do MPLA, logo que este foi inaugurado em Argel. A adesão ou a participação desses angolanos no CEA, não foi linear e ficou também marcada pelos problemas existentes no seio do movimento nacionalista angolano.

O CEA foi, então, formado por jovens intelectuais brancos e mestiços que pretendiam entrar no MPLA, organização nacionalista moderna por nela se reverem: «...os brancos foram ter com o MPLA em nome de uma vivência anterior, quando estudantes nas escolas secundárias ou na universidade, ou devido à crença de que o MPLA era multirracial.»³⁹. Dois dos seus fundadores eram provenientes da então extinta Frente de Unidade de Angolana (FUA)⁴⁰, também ela uma organização política criada por elementos da comunidade branca, com motivações nacionalistas, cujos estatutos defendiam uma independência multiétnica, multirracial e multicultural para Angola, que nasceu em Benguela no ano de 1961, tendo como presidente, Sócrates Dáskalos (1921-2002)⁴¹.

³⁶ Henrique Mário de Carvalho Moutinho Abranches, nascido em Lisboa em 1932, foi para Angola em 1947, onde permaneceu até 2006, ano em que morreu. Naturalizou-se angolano e prestou um grande contributo em prol da libertação nacional e da cultura, tendo deixado uma vasta obra poética, para além de outras actividades que exerceu, ao longo da sua vida, tais como antropólogo e pintor de banda desenhada, à que se dedicou nos últimos anos em que viveu. Nesta sua longa permanência em Angola viria a produzir importantes obras e acções, fruto da sua acção de militante marxista.

³⁷ Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*, Porto, Edições Afrontamento, 2006, p. 76.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 76.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 83.

⁴⁰ Falamos de Adolfo Maria e Artur Pestana.

⁴¹ Sócrates Mendonça de Oliveira Dáskalos, angolano, nascido no Huambo em 1921, de descendência grega pelo lado paterno e portuguesa do lado materno. A FUA teve como membros fundadores, Fernando Falcão, Aires de Almeida Santos, Luís Portocarrero, Carlos da Costa, Manuel Brazão Farinha e outros. Mais viriam a juntar-se a esta organização, tais como Adolfo Rodrigues Maria, João Mendes, Maria do

O Centro de Estudos Angolanos tornou-se, desse modo, num pólo cultural com fins políticos, cujo objectivo era o de ajudar e contribuir para o desenvolvimento da luta contra o colonialismo e para a elevação cultural do povo angolano.

O CEA funcionou como um meio onde estes intelectuais brancos e mestiços canalizaram as suas aspirações nacionalistas, desenvolvendo um trabalho em prol da luta de libertação nacional. Uma acção que pretendiam fazer inseridos no MPLA, enquanto militantes, mas que, por pertencerem a estes grupos sociais encontraram alguns entraves nas suas aspirações, em virtude dos condicionalismos que existiam no movimento nacionalista angolano.

A criação do CEA foi levada a cabo tendo em conta um conjunto de preocupações que ficaram explícitas na sua constituição:

«Impõe-se um profundo conhecimento das realidades do país. Tem de se conhecer as estruturas sociais e os valores culturais angolanos. É necessário o conhecimento das classes sociais e dos interesses característicos de cada uma delas. É preciso saber enunciar as contradições económicas, sociais e políticas de Angola e estar em condições de lhes dar solução. Tem de se estudar as consequências da abolição radical das estruturas coloniais e a edificação de um estado livre da influência imperialista onde o problema de estruturas e de quadros se porá com acuidade. É urgente desenvolver a consciência revolucionária das massas angolanas.»⁴².

Assim, o CEA encontrava-se dividido em 5 Grupos de trabalho, a saber: História e Etnologia, Sociologia e Economia, Política e Informação, Arte e Literatura e, por fim, Instrução e Educação Militante, todos eles com actividades definidas, mas interagindo uns com os outros, numa base de complementaridade. Estes grupos de trabalho poderiam ser aumentados se as condições o permitissem, nomeadamente se fosse alcançado um espaço maior para trabalhar, mais apoios financeiros e mais colaboradores capacitados. Dentro das tarefas a concretizar estava projectada a abertura de uma delegação na fronteira de Angola, para que a sua acção estivesse mais perto

Céu Reis Carmo, Adelino Torres, Carlos Pestana, Carlos Morais, Ernesto Lara Filho, os chamados “fuistas de Paris e Argel”. Cf. Dáskalos, Sócrates, *op. cit.*, 2000, pp. 122-126.

⁴² Carta programática do CEA. Cf. Lara, Lúcio, *Um Amplo Movimento. Itinerário do MPLA através de Documentos e Anotações de Lúcio Lara*, Vol. III (1963-1964), Luanda, Lito Tipo, 2006, pp. 573-575.

daqueles que dela necessitavam e para que se pudesse «sancionar, criticar e solicitar a actividade do grupo.»⁴³.

Com este Centro pretendia-se apoiar todos os grupos e organizações políticas⁴⁴ ligadas ao movimento nacionalista angolano, contudo, cedo a sua acção se concentrou apenas no MPLA. Tal facto ocorreu por várias razões, a primeira, porque a maioria dos seus membros pretendiam, desde há muito, militar neste movimento, em segundo lugar porque este foi também o MPLA que melhor soube aproveitar o engajamento militante desses intelectuais, tanto na concessão de ajuda financeira, como no aproveitamento destes quadros para o próprio movimento. Apesar de não ter sido fácil a inserção destes quadros no MPLA dadas as reservas que certas facções colocavam à entrada de elementos brancos e mestiços na organização⁴⁵.

O desenvolvimento deste centro ficou assim dividido em vários grupos de trabalho, tendo em conta a aptidão e as competências dos quadros existentes. Dos grupos criados destacaram-se, sobretudo, o grupo de História e Etnologia, que produziu a primeira *História de Angola*, escrita sob a óptica dos colonizados, bem como o *Manual de Alfabetização* ou o *Guia do Alfabetizador*⁴⁶, para além de outros manuais e livros didácticos para o ensino. O grupo relacionado com a Política e Informação procurou estabelecer contactos com a imprensa local, africana e europeia, tirando partido das boas relações que mantinham com as diferentes comunidades que viviam na Argélia, naquela época. Uma acção que proporcionava uma informação sempre actualizada sobre o que de mais importante se passava no mundo, assim como a divulgação da causa angolana.

O CEA, pela sua natureza social e política enfrentou várias dificuldades económicas e políticas (internas e externas). Os problemas políticos ficavam a dever-se tanto à instabilidade política na Argélia, pois estes eram os seus primeiros anos após a independência, o que tornava difícil e irregular o apoio financeiro que a organização

⁴³ Carta Orgânica Provisória do CEA. Cf. Idem, *ibidem*, pp. 576-581.

⁴⁴ «Parágrafo Único – Dadas as características do CEA, as suas finalidades visam um conhecimento da Revolução Angolana em toda a extensão e profundidade e a estreita colaboração com todos os Movimentos Angolanos, revolucionários e progressistas.» Carta Orgânica Provisória do CEA. Cf. Idem, *ibidem*.

⁴⁵ Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2006, p. 78.

⁴⁶ Este Manual, pela sua utilidade na formação escolar do povo angolano, mereceu uma menção honrosa por parte da UNESCO. Cf. Idem, *ibidem*, p. 79.

necessitava, como aos entraves políticos internos relacionados com os conflitos existentes no seio movimento nacionalista angolano e que também se repercutiam no CEA e na sua organização. Os problemas financeiros passavam pelos escassos recursos existentes para apoiar a existência dos diferentes departamentos e iam até à falta de alojamento adequado para o exercício das actividades, embora alguns dos membros do Centro tivessem encontrado uma actividade laboral paralela, e se propusessem a partilhar os recursos⁴⁷.

Há que clarificar que a existência de um centro de estudos angolanos fora de Angola, só foi possível num quadro de mudanças políticas ocorridas após 1945 e que favoreceram o despoletar das lutas de libertação nacionalistas na Ásia e em África, bem como da solidariedade desenvolvida entre os países que primeiro ascenderam à independência. No caso particular do CEA, a sua abertura em Argel em 1964 deveu-se ao facto deste país ter obtido a independência, em 1962, e por nele existir um governo revolucionário de orientação socialista, que apoiava os movimentos nacionalistas africanos. Nesta fase, várias outras organizações progressistas de Portugal e Espanha beneficiaram igualmente da solidariedade do governo argelino.

A Argélia albergou no seu seio as diferentes sensibilidades angolanas concedendo-lhes um tratamento pouco diferenciado, sem nunca ter proibido de forma ostensiva qualquer uma delas, como aconteceu no Congo Léopoldville nesse mesmo período. Pois, apesar da conflitualidade existente nos diferentes grupos pertencentes ao movimento nacionalista angolano, sitiados em Argel, os mesmos permaneceram naquele novo país independente: a delegação (Bureau) de representação do MPLA, da FUA⁴⁸ e o representante da UPA/FNLA e mais tarde do GRAE. Ao prestar ajuda financeira, militar, e ao permitir a existência de representações dos diferentes grupos políticos angolanos, a sua acção foi uma grande mais-valia para o desenvolvimento e prosseguimento da luta de libertação nacional de Angola. Esta ajuda e solidariedade era uma prática da época, remontando aos princípios acordados na Conferência de Bandung em 1955, que defendiam o apoio entre povos em luta contra o colonialismo. Este apoio embora nem sempre regular, aconteceu numa Argélia instável, pois as lutas pelo poder político e ideológico estavam presentes e acaloradas e o debate sobre que tipo de regime

⁴⁷ Conversas com Adolfo Maria, 2009.

⁴⁸ Esta organização dissolveu-se e alguns dos seus membros fundaram a CEA.

deveria vigorar era ainda dominante na cena política daquele país. Uma luta que terminaria com a queda do governo do Presidente Ben Bella (1918)⁴⁹, de orientação socialista mais radical, pois advogava um socialismo que previa a abolição das tradições islâmicas argelinas, e com a subida de Houari Boumedienne (1932-1978)⁵⁰ que defendia um socialismo mais adaptado à realidade nacional, isto é, um casamento entre os princípios do socialismo e a tradição islâmica argelina.

O CEA surgiu igualmente num contexto particular do movimento nacionalista angolano e sobretudo da vida do MPLA. Fundado no ano de 1964, nasceu num momento em que o MPLA se começava a reorganizar e a consolidar após um período de crise que começara em 1962, com a eleição de Agostinho Neto. Uma crise que tinha sido marcada pela cisão entre duas figuras importantes do movimento nacionalista angolano, Agostinho Neto (1922-1979) e Viriato da Cruz (1928-1973), e que teve como consequência o afastamento de muitos quadros do MPLA. Nesse período de crise do MPLA ocorreram vários acontecimentos que fragilizaram o movimento, tanto internamente como externamente, sobretudo ao nível do seu reconhecimento internacional. Foram eles: a expulsão do MPLA do Congo Léopoldville e a proibição das actividades do Corpo de Voluntários de Angola de Assistência aos Refugiados (CVAAR); a criação e o reconhecimento do GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio), nascido da UPA/FNLA, pela OUA que leva o MPLA a reagir e a criação do FPLA (Frente para Libertação de Angola), uma aliança com partidos angolanos de pequena dimensão conotados com ligações à PIDE e que originou mais uma cisão, desta feita, o afastamento de Mário Pinto de Andrade, então representante do pelouro das Relações Externas do Movimento, por esta decisão ter sido tomada pelo presidente do movimento sem consultar os outros membros do Comité Director.

Assim sendo, a contribuição do CEA foi importante nesta fase crítica do MPLA. Para isso, contou o facto de os seus elementos terem como principal referência política e ideológica este movimento nacionalista e de estarem dispostos a juntarem-se a ele.

O CEA, como um organismo cultural independente dos movimentos de libertação angolanos terminou a sua acção a partir de 1965, data em que se integrou no

⁴⁹ Ben Bella foi o primeiro Presidente da Argélia, tendo governado de 1963 a 1965.

⁵⁰ Houari Boumedienne sucedeu a Ben Bella, após um golpe de estado e governou de 1965 a 1978, data da sua morte.

MPLA e começou a beneficiar da ajuda financeira daquele Movimento. Em 1969, foram chamados para Brazzaville Adolfo Maria, Artur Pestana (Pepetela) e Maria do Céu Carmo Reis para preencherem a falta de quadros existente no interior do movimento⁵¹. Com a ida destes elementos para Brazzaville, veio também a ordem de transferência do CEA para Brazzaville e o fim da actividade deste centro em Argel.

Alguns destes intelectuais, sendo portadores de uma experiência de luta política diversificada⁵², farão parte, primeiro dos intelectuais activos que no interior de Angola, procurarão incentivar o debate político e ideológico e a democratização interna no MPLA, e, depois, juntamente com outros intelectuais que comungavam dos mesmos anseios, tornar-se-iam no grupo dos militantes activos e dinamizadores do Movimento de Reajustamento de 1972-1974 que, por último, resultou na criação do grupo dissidente da Revolta Activa.

O CEA cumpriu deste modo um papel importante em prol do movimento nacionalista angolano, num dos seus períodos mais conturbados. A criação do CEA teve origem num dos problemas que iria estar sempre presente nas crises deste movimento: o problema racial. As questões raciais traziam à ribalta os receios e posicionamentos contraditórios presentes no MPLA e que levavam a que os estatutos defendessem o princípio de um movimento multiétnico e multirracial, mas que, por outro, tornavam difícil a integração de elementos brancos e mestiços no seu seio. Todavia estas questões fracturantes que assolaram o movimento nacionalista angolano, eram comuns a outras ex-colónias portuguesas. Em Angola, os problemas raciais colocavam-se de forma mais acentuada, porque o fenómeno da mestiçagem social era de uma amplitude e de um enraizamento maiores, assim como eram profundas as clivagens produzidas pelo colonialismo no seio da sociedade angolana⁵³.

Na primeira parte deste estudo, ao abordarmos a origem social dos intelectuais e dos quadros que integraram o grupo dissidente da Revolta Activa, bem como as suas realizações no início da luta de libertação nacional, constatámos a existência de alguns factores de tensão, que se vão avolumar com o decorrer do tempo, e, neste caso, entre as

⁵¹ Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, pp. 87-88.

⁵² Alguns vieram do PCP, outros vieram de França e da Alemanha.

⁵³ Cf. Barbeitos, Arlindo, *Portugal e Angola: Representações de Si e de Outrem ou o Jogo Equívoco das Identidades*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2006 (Tese de Doutoramento sob a orientação de José Carlos Venâncio de Freitas e Erika M'Bokolo).

diferentes elites da sociedade Angolana, composta por várias camadas, tais como a sociedade urbana mais antiga com uma imagem construída de si própria ligada ao seu passado histórico; as diferentes elites angolanas que foram surgindo na sociedade colonial nas últimas décadas do século passado⁵⁴ e os grupos sociais que se destacaram durante a luta armada, provenientes do mundo rural. É pois, dentro deste quadro de clivagens no interior do MPLA, que irá ocorrer nova ruptura na década de 1970 e surgir mais uma tendência organizada, que reclama a democratização interna e contesta a liderança do Movimento. Desta feita, os autores pertencem a uma elite intelectual e alguns dos seus membros destacam-se no movimento nacionalista, e estão marcados por um percurso que recua até aos finais da década de 40 do século XX.

⁵⁴ Factores como o acesso à educação, permitiram alguma ascensão social e desenvolvimento económico, sobretudo no mundo urbano e a partir da década de 1960, gerando novas elites urbanas.

Capítulo II – Os Anos Difíceis (1969-1971)

2.1) Antecedentes

A Revolta Activa, enquanto dissidência interna do MPLA, procurou dar voz a um descontentamento generalizado no seio deste movimento. Não se tratou de uma revolta isolada protagonizada por um pequeno grupo de intelectuais dissociado ou afastado deste movimento, antes pelo contrário, os seus mentores são militantes que participaram e acompanharam o MPLA desde a sua génese. Fizeram eco e procuraram com o seu contributo dar voz a uma insatisfação que se estendeu de 1969 a 1974, num tempo marcado por sucessivas rebeliões localizadas nas diferentes frentes militares e pelo afastamento de quadros mais inconformados, tentando colaborar na solução dos problemas e apresentando para isso, propostas e iniciativas à direcção do movimento⁵⁵.

Assim, o período compreendido entre 1969 e 1971 pode ser rotulado como os anos mais difíceis por corresponder ao início do declínio que o MPLA iria viver até 1974, nas vésperas da independência de Angola. Este período contrastou com o anterior, de 1964 a 1968, que se tinha caracterizado por uma fase de organização e de crescimento do movimento, fase em que se criaram as bases para o início da luta armada, sob a égide do novo Presidente eleito, Dr. Agostinho Neto⁵⁶ e que foi igualmente o período de expansão da guerrilha, em que são criadas as frentes políticas militares a partir das quais o MPLA estendeu a luta armada por quase todo o território nacional⁵⁷.

Neste período da luta armada em que o MPLA vê o seu ciclo de expansão a ser travado pela intensificação da contra-ofensiva portuguesa, assiste-se ao abrandamento do entusiasmo e à desmobilização dos guerrilheiros de base, ao descontentamento dos quadros, bem como ao agravar da situação das populações acoissadas pela perseguição e repressão por parte das forças militares coloniais. Este cenário reclama por isso novas estratégias e novas orientações que, apesar das iniciativas da direcção, não foram

⁵⁵ Vide em Anexo: Adolfo Maria, *Entrevista Escrita*, 2009.

⁵⁶ Agostinho Neto foi eleito Presidente em Dezembro de 1962, na Primeira Conferência Nacional do MPLA, recebendo este testemunho de Mário Pinto de Andrade.

⁵⁷ Vide Mapa nº 3 – Regiões Político-Militares abertas à luta armada.

suficientes para evitar o ciclo de desagregação política, militar e social que iria afectar esta organização.

2.1.1) Os Anos Difíceis

O crescimento da luta armada e a sua extensão trouxeram, para a direcção do MPLA, problemas acrescidos de gestão desta guerra de guerrilha. Problemas que iam desde a logística, isto é, o aprovisionamento de armamento, fardamento, alimentos e medicamentos para o apoio à luta, até ao relacionamento com e à politização das novas populações, algumas das quais nunca antes haviam tido qualquer contacto com estes angolanos provenientes de zonas urbanas⁵⁸. Todos estes aspectos ganharam uma nova dimensão com a contra-ofensiva das forças coloniais que se iniciou a partir de 1968. Deste modo, as primeiras rebeliões de que falaremos mais adiante e que se sucederam na Frente Leste, tiveram como origem este choque entre guerrilheiros, chefias militares de escalão intermédio e populações locais em rebelião, contra o que consideravam de discriminação praticada pelos comandantes (chefias superiores da guerrilha), que eram na sua maioria provenientes das regiões do Norte e Centro do território angolano.

A ofensiva militar portuguesa, utilizando um armamento mais sofisticado e apoiando-se num conjunto de acções políticas complementares provocou, por um lado, a destruição de bases militares, de bases de apoio popular, de campos agrícolas que alimentavam a população e os militares e, por outro lado, provocou baixas que afectaram grandemente a moral tanto, dos guerrilheiros de base, como das chefias militares e da própria Direcção do movimento. Apenas para ilustrar algumas das baixas mais significativas sofridas na Frente Leste, podemos mencionar a morte de um comandante experimentado como Hoji Ya Henda, ocorrida a 14 de Abril de 1968 na base de Karipande, que provocou grande comoção nas bases guerrilheiras, entre as chefias militares e ao nível da direcção do movimento⁵⁹, ou igualmente a morte do

⁵⁸ A relação difícil com as populações da Frente Leste, nos primeiros tempos, é descrita em obras memorialistas de alguns militares que passaram por aquela zona. Cf. Matrosse, Dino, *Memórias*, Luanda, Nzila, 2005.

⁵⁹ José Mendes de Carvalho, sobrinho do antigo militante e escritor, Mendes de Carvalho, natural de Catete, ingressou nas fileiras do MPLA desde muito cedo. Participou na 2ª Região, onde se destacou como militar, foi nomeado para o cargo de Comandante de todas as forças guerrilheiras e coordenou política e militarmente todas as frentes criadas até 1967. Foi um militar muito estimado pelos pares: «...o Comandante Hoji-Ya-Henda era uma personalidade muito especial, pessoa muito humana, exigente para consigo mesmo, compreensivo, fiel aos princípios que o MPLA defendia, pessoa de decisões rápidas que

médico Américo Boavida (1923-1968), na base Hanói II em Setembro do mesmo ano, um quadro que devido à sua formação superior era de crucial importância para o Movimento naquela fase da luta armada. Este desgaste psicológico foi vivido em todas as frentes. O ano em que ocorreram essas baixas foi descrito por um dirigente militar dessa região como tendo sido «...um ano de muitas desgraças (...) a guerrilha, naquele período, tinha imensas dificuldades para se contrapor à grande ofensiva delineada e quase imparável, das forças coloniais.»⁶⁰.

Se na Frente Leste foi prevalecte a ofensiva militar portuguesa apoiada pelos meios mais sofisticados de guerra tanto aéreos como terrestres, na Frente Norte, sobretudo na 1ª Região foram o cerco e o isolamento que predominaram, numa acção levada a cabo em estreita colaboração com a polícia secreta, impedindo desse modo e por todos os meios o seu abastecimento logístico e tornando a situação material desesperante. As tentativas fracassadas de fazer chegar as ajudas do exterior também eram abortadas pelos ataques da UPA/FNLA e pela falta de colaboração da fronteira do Congo Léopoldville (República do Zaire). Esta 1ª Região da Frente Norte viveu, por isto, num permanente isolamento que marcou a ténpera dos seus combatentes. Na 2ª Região da Frente Norte, o quadro não era muito diferente, viviam-se problemas decorrentes do abrandamento da guerra e da má gestão das estruturas existentes, como o fraco aproveitamento dos quadros. Num cenário que é referido por alguns, como de marasmo, os guerrilheiros permaneciam muito tempo ociosos, sem uma ocupação útil, sem uma orientação superior, em que não se investiu na formação política, ideológica e académica, pois a grande maioria destes guerrilheiros era de origem camponesa e com um grau de escolaridade quase nulo.

As consequências disso foram a desmotivação das tropas guerrilheiras e o aumento de actos de indisciplina, como a fuga para as respectivas regiões de origem e para as matas, dando origem ao banditismo, um fenómeno que vem descrito na documentação existente como “Lumpenismo”, ao desvio e venda de armas e, como consequência, a um aumento de casos de indisciplina julgados com alguma severidade

gostava de aproveitar o tempo e utilizá-lo de uma forma racional». Cf. Idem, *ibidem*, p. 196. O 14 de Abril passou a ser comemorado como o “Dia Nacional da Juventude”, logo a partir do ano seguinte, decisão que foi tomada na I Assembleia da 3ª Região Político-Militar do MPLA, realizada em 23 de Março de 1969.

⁶⁰ Cf. Idem, *ibidem*, pp. 178-179.

por parte dos comandantes que actuavam nessas frentes. Daí a recorrência aos julgamentos e à aplicação da pena máxima, o fuzilamento, o que se tornou numa das causas do descontentamento dos guerrilheiros de base e constituiu uma das queixas apresentadas no primeiro levantamento dos guerrilheiros na Frente Leste⁶¹. As fontes relatam que as queixas referem favorecimentos decorrentes das solidariedades tribais, hierárquicas e sociais⁶².

Com o quadro atrás descrito, a eclosão de conflitos de natureza social, racial, étnica e regional foi-se sucedendo, assim como a procura de bodes expiatórios para problemas, cujas verdadeiras causas não eram correctamente identificadas.

É neste contexto que se podem considerar como importantes dois factos que ocorreram entre 1969 e 1971, por funcionarem como indicadores da agudização dos problemas que o MPLA ia vivendo desde o ano de 1968 e que marcaram o recrudescimento da luta armada, e do desenvolvimento da percepção da natureza dos problemas que afectavam o movimento, por parte deste grupo de intelectuais que protagonizaram a Revolta Activa. Estes acontecimentos foram, em primeiro lugar, a Revolta de Jibóia que ocorreu em finais de 1969 e, em segundo lugar, a Reunião de Quadros de 1971.

A Revolta de Jibóia (1969), ocorreu na 3ª Região Político-Militar na Frente Leste, que compreendia a província do Moxico e do Kuando Kubango, dividida militarmente entre Sub-região Norte e Sub-região Sul, respectivamente. A rebelião iniciou-se na Sub-região Sul. Para se compreender melhor este conflito, deve-se começar por situar geograficamente esta região: trata-se da zona do Leste de Angola, onde a penetração portuguesa não foi notória, e as populações locais permaneceram com as suas estruturas organizativas tradicionais e longe do contacto com o mundo urbano. Estas características foram determinantes no relacionamento e aproximação levados a cabo pelo MPLA nesta zona quando aí quis iniciar a expansão da luta armada e que se basearam numa fase de conhecimento lento, em que foram sendo estabelecidas

⁶¹ Cf. ANTT, *PIDE-DGS, MPLA, Delegação de Angola, Relatórios Imediatos*, fls. 277-290.

⁶² *Idem, ibidem*, fls. 277-290.

algumas pontes de entendimento e de colaboração solidária, sobretudo com as autoridades locais, os sobas⁶³.

A mencionada rebelião, levada a cabo por um grupo de guerrilheiros e população daquela região, foi chefiada por um dirigente militar da Sub-região Sul da III Região⁶⁴, Barnabé de Freitas, director adjunto do CIR (Centro de Instrução Revolucionária) da 3ª Região Político Militar, sob os pseudónimos de Katuva Mitwe e Jibóia⁶⁵. Esta rebelião foi justificada pelos guerrilheiros e populações locais⁶⁶ do seguinte modo: «...as populações do Moxico e Cuando-Cubango, pressionadas pelas sucessivas ofensivas do exército português, tinham procurado refúgio na Zâmbia e manifestavam falta de confiança na capacidade militar do MPLA, não só em defendê-las, como em manter a sua guerrilha no terreno. Cresciam os ressentimentos de parte dessas populações contra desmandos de alguns guerrilheiros e de alguns responsáveis. A desorganização existente e a falta de atenção de vários responsáveis para com as populações e guerrilheiros criavam grande desmotivação nelas e diminuía a sua confiança nos responsáveis. Aumentavam as fricções entre pessoas oriundas do Leste e pessoas oriundas do Norte, que não tendo sido atendidas ou debeladas resultaram numa acumulação que se manifestou desse modo.»⁶⁷.

A persistência de queixas relativas ao modo como os actos de indisciplina eram punidos, deixava transparecer, por um lado, um sintoma de crise militar que persistia não só naquela região, mas que era comum a outras frentes político-militares, e, por outro lado, traduzia a reprodução da violência herdada tanto da potência colonizadora – um regime repressivo como era o regime fascista de Salazar e Caetano –, ou seja «...o prolongamento dos aspectos mais despóticos das tradições ancestrais...»⁶⁸ e a

⁶³ Vide Matrosse, Dino, *op. cit.*, 2005, pp. 55-146. Os capítulos IV e V referem-se à criação da Frente Leste e ao contacto com as populações locais feito através de um processo de sensibilização junto dos Sobas, ou Sekulos, as autoridades locais da região, que possibilitaram o recrutamento de jovens dos quimbos e o enquadramento das populações para «...o indispensável apoio à luta guerrilheira...».

⁶⁴ Ver mapa anexo.

⁶⁵ O Comissário Político Jibóia foi um quadro militar de origem mbunda

⁶⁶ Destacando-se as populações de origem Mbunda, Tosckwe e Ovimbundu

⁶⁷ Vide em Anexo: Adolfo Maria, *Entrevista Escrita*, 2009.

⁶⁸ M'Bembe, Achille, *De la Postcolonie. Essai sur l'Imagination dans l'Afrique Contemporaine*, Paris, Éditions Karthala, 2000, p. 69.

influência do poder exercido pelos países comunistas, de quem os movimentos de libertação da época tinham como exemplo de revolucionários⁶⁹.

O teor das queixas apresentadas revelavam um pendor étnico, por os actos de punição ocorrerem numa região onde a guerra de libertação nacional foi uma acção vinda de fora, isto é trazida pelo MPLA, no quadro do alargamento da luta de libertação nacional para uma região do país que mantinha um contacto muito remoto, quer com outras populações de Angola, quer com a influência da presença colonial. Assim, o surgimento desta revolta foi consequência de um conjunto de problemas que se sucederam no tempo e no espaço e que não mereceram a devida atenção por parte das chefias, dando início aos actos de rebeldia que originaram este conflito local assente na solidariedade étnica e regional. A aliança verificada entre população e guerrilheiros chefiados por um dirigente (também ele local) do escalão intermédio denota, não só a necessidade de juntos lutarem contra uma situação que os preocupava, mas é também representativo do estado em que a situação havia chegado, ao ser declarado um conflito aberto contra a direcção do Movimento, com consequências que perduraram no tempo, abrindo assim, a primeira brecha no interior do MPLA, que mais tarde iria constituir a base de apoio da Revolta do Leste, chefiada por Daniel Chipenda na sua disputa pela liderança do movimento.

O segundo acontecimento, a Reunião de Quadros do MPLA, realizada na Zâmbia, em 1971, situa-se na linha da procura de soluções por parte da direcção, em resposta a um conjunto de problemas de âmbito político e militar que vinham ocorrendo e que justificavam uma tomada de posição e medidas urgentes, tal como transparece num documento elaborado nos finais de 1969, assinado pelo Presidente Neto: «Nas actuais condições será necessário que as discussões a ter sejam o mais profundas possível e compreendam os aspectos da nossa luta. Por isso, se o conjunto do C.D. achar preferível, poder-se-á encarar a realização de uma Conferência Nacional de Quadros ou um Congresso Nacional. Sobre a forma que as reuniões devem ter, sobre o conteúdo e a participação nas mesmas, peço que os camaradas membros do C.D., assim como os responsáveis dos diversos sectores e organismos do Movimento, organizem um debate

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 32.

geral, ao longo de todo o Movimento, a fim de se recolherem sugestões e verificar as actuais tendências do Movimento.»⁷⁰.

Este encontro reuniu assim responsáveis do movimento e dos seus organismos de massas, provenientes de quase todas as regiões e frentes militares, tais como quadros da 1ª Região que se encontravam em Brazzaville em busca de reforços militares para a sua região; dirigentes da 2ª Região (das bases de Cabinda e dos vários locais do Congo Brazzaville); dirigentes das duas sub-regiões da 3ª Região e ainda os representantes do MPLA no exterior, provenientes de vários países e teve como objectivo dirimir os conflitos que se estavam a registar. Desta reunião magna saiu uma nova direcção político-militar⁷¹, e a opção por uma rotação de quadros pelas diferentes frentes político-militares⁷². O balanço posterior desta reunião por parte destes intelectuais chegou à conclusão que as medidas implementadas não provocaram o resultado esperado, isto é a eliminação das causas que estavam na base dos problemas estruturais do Movimento. Foi, por exemplo, questionada a criação de novos órgãos e a sua funcionalidade prática e, mais uma vez, a forma como a mesma havia sido efectuada, na medida em que estas alterações feitas não tinham sido o resultado de uma concertação com todos os membros do Comité Director, tratava-se, pelo contrário, de uma decisão tomada apenas pelo Presidente.

Temos assim que, segundo estes intelectuais, não foram produzidas melhorias no funcionamento das estruturas do movimento, e, em vez disso, a situação política e militar continuava a degradar-se e a ocorrerem situações que deixavam entrever que as bases se ressentiam do isolamento em relação à Direcção do Movimento e às Chefias Militares.

⁷⁰ Cf. ANTT, *PIDE/DGS, Anexo ao Relatório, n.º. 221/70-DINF-2*, fls.286.

⁷¹ Trata-se do Comité de Coordenação Político-Militar (CCPM), formado por Daniel Chipenda, Floribert Monimambo, Lúcio Lara e Iko Carreira e presidido pelo Presidente do MPLA. Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2006, p. 100.

⁷² *Idem, ibidem*, p. 100.

2.1.2) O Descontentamento dos Intelectuais que Actuavam no Interior

A situação prevalecente não afectava apenas as bases, reflectia-se também nas chefias intermédias e quadros intelectuais destacados nas diferentes estruturas internas do movimento e que dos seus postos sentiam que podiam ter outro aproveitamento das suas capacidades, reclamando por isso uma melhor gestão dos recursos humanos existentes. É aqui que se deve situar o surgimento de elementos descontentes que, de forma dispersa, discutiam os problemas existentes, tanto na Frente Norte, como na Frente Leste, e que mais tarde, durante o Movimento Nacional de Reajustamento nas Frentes Norte e Leste, bem como na dissidência que mais tarde veio a corporizar-se, se destacaram como militantes activos e contestatários.

Para estes intelectuais a resolução do problema passava por encontrar causas mais profundas que tinham a ver com questões estruturais, como seja os métodos de organização e de liderança do Movimento, que começavam a ser questionados em círculos restritos. O questionamento sobre a direcção centralizada do movimento era feito, na medida em que, para este grupo, o MPLA era o resultado da aglutinação de várias organizações e tendências políticas que ao longo do tempo foram deixando de ter expressão no interior do movimento. Esta argumentação surge assim no seu *Manifesto*: «No fundo o MPLA não é senão o resultado da fusão das diversas organizações patrióticas então existentes». Reclamavam por isso, a necessidade de um Congresso Nacional onde se pretendia discutir questões como «...o regresso à condução colectiva da organização⁷³, que devolvesse ao Comité Director o lugar que lhe cabia.».

Para conhecer o descontentamento que era comum a todos e da avaliação que cada um fazia da situação, atentemos nos seguintes testemunhos:

Por exemplo, João Vieira Lopes questionado anos mais tarde sobre o que estava mal no MPLA na época em que surgiu a Revolta Activa dizia: «Se fizer esta pergunta a vários elementos da Revolta Activa, talvez respondam de várias maneiras. Para mim, o que é que não estava bem? Não estava bem um movimento como o nosso, com a grandeza que já tinha adquirido, mas que não conseguia desenvolver uma luta armada que tinha sido proclamada como um factor decisivo para a implantação do avanço da

⁷³ Entrevista a Justino Pinto de Andrade, 2009.

luta de libertação.»⁷⁴. Uma situação causada pela má organização e cuja responsabilidade última cabia ao “responsável máximo”⁷⁵.

Para Manuel Videira, a adesão à Revolta Activa foi justificada por entender que o Movimento estava a atravessar uma fase má e que era necessário bater-se pela existência de um Congresso que restabelecesse uma direcção colectiva do Movimento como forma de o MLPA readquirir o peso e a imagem que criara ao longo do seu percurso histórico.⁷⁶

Igualmente questionado sobre o que pensava do surgimento desta dissidência o Presidente de Honra do MPLA, dizia: «Segundo o Manifesto da Revolta Activa fez-se uma grande análise (...) acusava-se a direcção do Agostinho Neto, principalmente o Agostinho Neto, de ser autocrata, falava-se no presidencialismo absoluto do Dr. Agostinho Neto. A organização era acusada de falta de democracia interna e de autocracia do Dr. Agostinho Neto. Realmente, este movimento já vinha de trás, desde 70-72, já havia muitas decepções, muitos afastamentos, muitas querelas, muitos militantes afastavam-se, criticavam, etc.»⁷⁷.

Sintetizando, Adolfo Maria apresenta-nos a inevitabilidade do surgimento dessa dissidência, traçando em primeiro lugar os factos e a seguir a necessidade de acção sentida por parte desses intelectuais descontentes: «...crise política, deficiente organização, crise militar, hostilidade do vizinho Zaire e dos EUA, forte aparelho militar da FNLA...»⁷⁸ e «O que se pode dizer é que foram as circunstâncias a ditar que se passasse à contestação aberta dos métodos de condução do MPLA e à procura de caminhos para relançar o Movimento e a luta, que estavam totalmente estagnados.»⁷⁹.

⁷⁴ Cf. Drumont Jaime e Barber, Hélder, *Angola: Depoimentos para a Historia Recente, 1950-1976*, Luanda, Edição dos Autores, 1999, p. 109.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 109.

⁷⁶ Entrevista a Manuel Videira, 2009.

⁷⁷ Cf. Drumont Jaime e Barber, Hélder, *op. cit.*, 1999, p. 96.

⁷⁸ Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2006, pp. 110.

⁷⁹ Vide em Anexo: Adolfo Maria, *Entrevista Escrita*, 2009.

2.2) A Conjuntura Internacional

A situação atrás descrita, prevalecente no interior do MPLA, não ficaria completa sem a sua inserção no desenvolvimento da conjuntura internacional desde os finais da década de 1960 até 1974, isto é, a compreensão dos factos no quadro da disputa geoestratégica dos EUA e URSS no contexto da Guerra Fria, o que ajuda a perceber em parte a intensificação da ofensiva das forças coloniais a partir de 1968.

Para Portugal, o final da década de 1960 é de abrandamento, em termos de pressão internacional, contrastando com a fase inicial, sobretudo ao nível das posições que foram sendo tomadas no principal fórum das nações, a ONU⁸⁰. Nos primeiros anos dessa década, Portugal viu-se pressionado tanto pelos EUA, que, com a administração Kennedy, apoiavam a autodeterminação dos povos africanos, como através pela URSS, que apoiava o grupo dos países afro-asiáticos que defendiam intransigentemente a independência das colónias e atacavam as potências coloniais ainda resistentes. A acção deste grupo de países recém-independentes era uma consequência das deliberações saídas da célebre Conferência de Bandung, realizada em 1955⁸¹, e que propunha que fosse constituído um bloco político de solidariedade para com os povos de África e do Médio Oriente que ainda lutavam pela sua independência.

Em resposta a tais pressões, o regime Salazarista esgrimiou sempre vários argumentos e adoptou várias medidas em defesa da manutenção das colónias. Em primeiro lugar, com a Reforma Constitucional de 1951, muda as designações de “Colónias” e de “Império” para “Províncias Ultramarinas” e “Ultramar Português”, integrando as mesmas numa só nação portuguesa, pluricontinental, numa tentativa de

⁸⁰ «A Organização das Nações Unidas (ONU), ou simplesmente Nações Unidas (NU), é uma organização internacional, cujo objectivo declarado é facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento económico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial. A ONU foi fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, para substituir a Liga das Nações, com o objectivo de deter guerras entre países e de fornecer uma plataforma para o diálogo. Ela é constituída por várias organizações subsidiárias para realizar suas missões.» Cf. «Organização das Nações Unidas», [online] Disponível na Internet, via WWW.URL: http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_da_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas. Arquivo capturado em 30 de Novembro de 2009.

⁸¹ A conferência de Bandung realizou-se na Indonésia, antiga colónia holandesa, entre 18 e 24 de Abril de 1955. Reuniram-se neste encontro os representantes de 28 governos da Ásia e da África, que adoptaram resoluções condenando o colonialismo sob todas as suas formas. A importância desta Conferência residiu no facto de ter sido a primeira vez que chefes de estados de governos condenaram o colonialismo e se uniram solidariamente ao lado daqueles que ainda lutavam pela sua erradicação.

anular a questão levantada pela ONU de Portugal estar administrar «territórios não autónomos»⁸². Em segundo lugar, lança o argumento que a manutenção das colónias pretende travar a expansão do comunismo em zonas estratégicas do Mundo, e que, em última análise, tal domínio protege a Europa desse perigo que aparecia encoberto com a capa da independência das colónias, que mais não era do que a concretização da estratégia de “cerco e aniquilamento da Europa” defendida pela URSS⁸³.

No entanto, após a morte do presidente Kennedy⁸⁴ e com o governo do seu substituto democrata Lyndson, a braços com a intensificação da guerra do Vietname, a pressão norte-americana abrandou e Portugal passou a beneficiar com este desanuviamento, podendo mesmo adquirir algumas armas que o ajudariam a sustentar a guerra colonial, apesar de esta abertura não incluir a permissão da venda de armas letais e aviões.

Em relação à NATO, a pressão exercida sobre Portugal variava de acordo com os interesses nacionais e estratégicos dos diferentes países europeus. Por um lado a França, a Bélgica e a Itália defendiam abertamente Portugal nos debates na ONU, enquanto a Grã-Bretanha adoptava uma postura cautelosa e os países nórdicos mantiveram sempre uma posição muito crítica em relação à política colonial portuguesa. Estas posições serviram, no geral, os interesses de Portugal, ajudando-o a prolongar por cerca de 13 anos a luta armada nas colónias. Algo que teria sido uma pesada carga económica, que dificilmente Portugal suportaria se estivesse só nesta cruzada⁸⁵, o que contraria a afirmação de Salazar de “orgulhosamente só”.

É neste quadro que, nos finais da década de 1960, Portugal, beneficiando de uma «...discreta viragem da administração Nixon/Kissinger no sentido de um certo apoio

⁸² Reforma Constitucional de 1951.

⁸³ Cf. Rosas, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 516.

⁸⁴ Foram vários os governos americanos que vigoraram ao longo da guerra colonial de 1961-1974: John F. Kennedy 20-01-1961/22-11-1963 (Democrata); Lyndson B. Johnson 22-11-1963/20-01-1969 (Democrata); Richard Nixon 20-01-1969/09-08-1974 (Republicano) e Gerald Ford 09-0-1974/20-01-1977 (Republicano).

⁸⁵ Cf. Santos, Pedro Manuel, *Portugal e a NATO. A Política Colonial do Estado Novo e os Aliados (1961-1968)*, Lisboa, ISCTE, 2008 (Versão reduzida de Tese de Mestrado em História das Relações Internacionais).

político e militar à guerra em África...»⁸⁶, bem como de potências europeias como a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha e de alguns países africanos, como o Zaire, ou os de minoria branca, como a Rodésia de Ian Smith e a África do Sul do Apartheid, pôde intensificar a sua acção militar sobre as suas colónias.

É à sombra deste apoio discreto e estratégico, que o regime de Salazar e Caetano intensifica a guerra nas colónias em geral⁸⁷, factor que explica a capacidade que Portugal, um país periférico da Europa, sem os recursos económicos das restantes potências europeias que concederam a independência às suas colónias na década de 1960, tenha prolongado e aguentado uma guerra colonial em três palcos diferentes. Em Angola, este apoio dado a Portugal teve reflexos tanto a nível militar, como político, tais como o declínio da luta armada, o surgimento de crises internas de pendor étnico e racial, ou a exposição das fragilidades internas que passavam, entre outras, pela orientação centralizadora da direcção do movimento, iniciando-se assim, um quadro que iria terminar com a cisão tripartida do movimento quando ocorre o 25 de Abril de 1974.

2.3) A Contra-Ofensiva Portuguesa

A contra-ofensiva portuguesa abrange três vectores de orientação: nova argumentação política para justificar a guerra colonial; nova estratégia militar, com a inclusão de tropas especiais africanas para confundir o inimigo e o apoio à UNITA, movimento novo que lutava com dificuldades de toda a ordem para se impor no quadro do nacionalismo angolano. No plano político e económico, conta-se a acção psicossocial, com o desenvolvimento das aldeias da paz e outras estratégias que visavam circunscrever os limites da acção da guerrilha, bem como os planos de desenvolvimento económico e social nas zonas urbanas.

⁸⁶ Cf. Rosas, Fernando, *op. cit.*, 1994, p. 554.

⁸⁷ Em Moçambique, por exemplo, vive-se, entre 1967 e 1970, uma situação crítica. Por um lado são os problemas de tribais que originam cisões internas, como a expulsão do vice-presidente Urias Simango e, por outro, a intensificação da acção militar portuguesa, como a operação denominada por “Nó Górdio” levada a cabo pelo General Kaulza de Arriaga (1915-2004), a partir de 1970; e, na Guiné Bissau também se verificou, a partir de 1968, uma nova fase com a entrada de António Spínola (1910-1996) como governador-geral e comandante em chefe das forças armadas, esta fase significou uma quebra na guerrilha, cisões étnicas, sociais e raciais exploradas pela acção política e militar habilmente desenvolvidas por este político e militar português.

Este é, *grosso modo*, o panorama político português aquando da chegada de Marcelo Caetano ao poder em 1968, o qual adopta uma nova argumentação de sustentação para poder prosseguir com a guerra colonial e calar as vozes discordantes, já que estava consciente das reacções negativas que iria suscitar dos diferentes quadrantes que compunham a sociedade portuguesa. Por um lado, do sector mais conservador a quem interessava a continuação da guerra pela manutenção das colónias, mas por outro lado, dos sectores mais progressistas, e de «...um largo sector da opinião pública, cansada da guerra e do imobilismo opressivo de uma situação caduca...»⁸⁸, sectores que a rejeitavam de forma muito enérgica.

É dentro deste contexto que Marcelo Caetano cria todo um novo discurso legitimador da guerra e da defesa das colónias, que passa pela «...defesa dos interesses das populações brancas...» radicadas em África, ao contrário da argumentação defendida pelo seu antecessor, que se baseava na “missão histórica”, na “defesa do Ocidente” e na “independência nacional e interesses económicos” e que lhe permite a continuidade da guerra colonial, não obstante o clima de contestação interna.

No entanto, esta estratégia, adoptada em Angola, bem como na Guiné-Bissau e Moçambique, isto é, nas colónias em guerra, só obteve sucesso limitado, na medida em que apenas causou alguns recuos no desenvolvimento das acções armadas dos respectivos movimentos nacionalistas, sem contudo ter provocado o colapso de qualquer um deles, já que o desgaste de 13 anos de luta também se fazia sentir sobre o regime colonial em Portugal. Mas voltando à questão do sucesso desta estratégia, encontramos a sua explicação na existência de uma polícia política, que foi apurando e sofisticando os seus meios de informação na luta contra as acções dos movimentos de libertação nacional.

Em suma, a partir de 1969 a dinâmica de crescimento do MPLA entra em declínio um pouco por todas as frentes político-militares. Nem as tentativas de criação de novos corpos directivos, como a criação do novo Comité de Coordenação Político-Militar (CCPM), em 1971, resultaram numa pacificação interna das críticas, ou numa revitalização da luta armada. Pelo contrário, a persistência desta situação de declínio conduziu ao prolongar das fragilidades internas, com o surgimento de mais revoltas e

⁸⁸ Cf. Rosas, Fernando, *op. cit.*, 1994, p. 545.

cisões que marcaram os anos de 1972 e 1973, como se dá conta no capítulo que se segue.

Capítulo III – A Luz no Fundo do Túnel (1972-1973)

3.1) O Papel dos Quadros Vindos do Exterior

O descontentamento dos quadros militantes e simpatizantes do MPLA prossegue nesses anos que se seguem dado o panorama de crise interna dentro da organização. Os anos de 1972 e 1973 são marcados pela existência de problemas complexos no interior do MPLA, mas são também de alguma esperança que é trazida pela chegada de novos quadros vindos do exterior. É precisamente desta dualidade de, por um lado persistirem o descontentamento e os mesmos obstáculos responsáveis pela crise interna e, por outro lado, surgirem novos quadros intermédios dispostos a participar na resolução dos problemas, que se procura analisar neste capítulo.

Do ponto de vista da guerrilha permanece a degradação militar, com o crescente isolamento da 1ª Região da Frente Norte e o aumento do desespero dos seus dirigentes militares que desenvolvem esforços no sentido de abastecerem a região e de reactivarem a luta armada. Na Frente Leste e na Sub-região Sul da 3ª Região, entre Novembro de 1972 e Janeiro de 1973, intensificaram-se os tómulos provocados por grupos de guerrilheiros comandados por chefes de escalão intermédio, naturais destas regiões, o que deu corpo a uma revolta com contornos étnicos. Da 4ª Região há registos de dissensões originadas pelas dificuldades de subsistência existentes na região⁸⁹ e no cômputo geral mantém-se o abrandamento das acções militares⁹⁰ e o desgaste psicológico dos guerrilheiros, como fica patente numa visita que a direcção do Movimento, encabeçada pelo seu presidente Agostinho Neto, efectuou às bases da 2ª Região Político Militar⁹¹.

Em termos organizativos assiste-se, por exemplo, a conflitos entre os militares provenientes da 1ª Região, que chegados a Brazzaville e, na ânsia de regressarem, à sua

⁸⁹ Cf. Mateus, Dalila Cabrita, *A PIDE-DGS na Guerra Colonial. 1961-1974*, Lisboa, Terramar, 2004, p. 325.

⁹⁰ Em 1972, a média mensal das acções dos guerrilheiros era de 153 e o MPLA levava a cabo 72 acções, a maioria na 3ª Região Militar; em fins de Março de 1974, a PIDE/DGS assinala 123 acções dos independentistas, sendo 59 da FNLA, 43 do MPLA e 21 da UNITA. Cf. Idem, *ibidem*, pp. 326 e 327.

⁹¹ Ver Quadro III.

região, com o abastecimento encontrado nos depósitos da representação do MPLA naquela cidade, entram em disputa com os representantes locais da Delegação do MPLA. Um episódio que resvalou para a interpretação dos problemas organizativos e estruturais com base em argumentos raciais, e para acusações de favorecimentos e de injustiças internas, tomando como responsável o presidente do Movimento.

É este o ambiente com que se depararam os militantes chegados do exterior, que ao constatarem este quadro de abrandamento das acções militares, de guerrilheiros desmoralizados e psicologicamente afectados, de descontentamento dos quadros intermédios e, sobretudo, de eclosão de focos de rebelião em diferentes frentes, tentam aplicar da melhor forma possível o saber e experiência ganhas na formação obtida no exterior.

Uma das acções principais desenvolvidas por estes grupos de militantes foi a formação dos guerrilheiros de base, já que estes apresentavam inúmeras fragilidades, quer do ponto de vista militar, quer na formação política e ideológica, uma lacuna que limitava a sua compreensão da complexidade da luta que travavam e que ocasionou grande parte dos problemas. Outro foco de atenção residiu na compreensão e reflexão sobre os problemas organizativos e sobre condução da luta armada. Todas estas preocupações e pontos de análise, levaram estes elementos, não só a questionar a direcção, mas igualmente à construção de críticas positivas, avançando com propostas concretas de acção, que, não obstante, esbarravam na incompreensão, receio e até hostilidade das instâncias superiores⁹². Uma radiografia valiosa deste período é-nos dada pelos escritos de um dos quadros do MPLA, o Comandante Jika, que neles reflecte sobre vários aspectos organizacionais, militares e sociais⁹³.

⁹² Vide em Anexo: Adolfo Maria, *Entrevista Escrita*, 2009.

⁹³ Cf. Jika (Gilberto da Silva Teixeira), *Reflexões sobre a Luta de Libertação Nacional*, Luanda, UEA, 1979. Destacam-se aqui algumas passagens que ilustram os problemas vividos na época, no quadro organizativo:

«Vive-se uma grave crise na continuidade», *vide* p. 68.

«No quadro da organização política, as dificuldades mantêm-se: falta de contestação e crítica radicais. O ataque directo aos problemas adia-se, em nome de uma harmonia e estabilidade postas em perigo a cada momento, com as dificuldades mais insignificantes, e não menos vezes com as manobras provocatórias de alguns mal-intencionados que, singularmente os menos militantes e com menos méritos, se outorgam

De entre todos os militantes, destacam-se os grupos vindos da Coreia e da China⁹⁴, cujas acções desenvolvidas constituíram uma verdadeira luz ao fundo do túnel, sobretudo pela parte do grupo da China, que munido dos conhecimentos aí adquiridos no campo político e ideológico, propõem o Movimento de Reajustamento para a discussão dos problemas com que se deparava o movimento, à semelhança do que havia sido feito na China de Mao Tse Tung.

3.2) Gentil Viana e o Movimento de Reajustamento

O Movimento de Reajustamento Nacional acima referido teve, assim, como protagonista Gentil Viana e pretendeu desencadear um amplo debate e reflexão dos problemas existentes, que envolvesse os quadros e toda a massa militante do MPLA, ou seja, os guerrilheiros de base que se encontravam desanimados e descrentes das chefias do Movimento, e as populações que apoiavam na retaguarda a luta armada, e que também estavam desalentadas e desorientadas, ao viverem confinadas em campos de refugiados no Congo e na Zâmbia, devido à intensificação da guerra.

Gentil Viana havia regressado em finais de 1971, para ocupar o cargo de Conselheiro do Presidente do MPLA para os Assuntos Jurídicos, a convite do

supostas representatividades, se proclamam detentores de clientes fantasmas, e jogam o jogo perigoso da sistemática reivindicação individual, tribal ou regional.», *vide* pp. 70-71.

A situação militar: «Os processos degenerativos que já se vinham fazendo sentir em algumas zonas intensificaram-se. A ofensiva inimiga de Julho - Outubro (1969) precipitou uma situação originada por erros táticos e estratégicos, pelas arbitrariedades do militarismo, pela carência de consciência política e instabilidade, já características das populações fronteiriças.», *vide* p. 68.

Sobre os problemas sociais: «...os diferendos tribais e regionais vivificam-se, intensificam-se e ameaçam mesmo a coesão e unidade internas do movimento.», *vide* p. 68.

«A pequena burguesia rural considera-se também com direitos à direcção política, mas, ao contrário da urbana, que se baseia no seu capital intelectual, a “rural”, com esse capital menos evidente, afirma-se, pela sua vivência no campo ao lado das massas camponesas, como a mais natural representante do povo, considera-se “mais nacionalista” que todas as outras camadas, a depositária da cultura, da tradição e da autenticidade verdadeiramente nacionais.», *vide* p. 51.

⁹⁴ Gentil Viana é um dos elementos do grupo da China, ao passo que do Grupo da Coreia se destacam: Nelito Soares, Castro Lopo, Manuel Jorge, entre outros.

Presidente Neto e após cerca de sete anos na China, onde havia realizado uma formação militar. O seu regresso ao movimento deveu-se tanto à necessidade que o Movimento tinha de quadros, como às pressões vindas da OUA e dos países que prestavam ajuda ao MPLA, que insistiam na coesão do movimento nacionalista angolano. O seu contributo na elaboração dos documentos preparatórios para o Movimento de Reajustamento Nacional foi bem marcado pela sua formação jurídica e pela sua forma de estar na política, isto é, de luta pelas causas que defendia, posicionamento que sempre caracterizou os seus passos no movimento nacionalista angolano.

O percurso de Gentil Viana datava já dos anos de 1950 e começou ainda em Angola no seio familiar, pois, o seu pai, Gervásio Ferreira Viana, foi um dos impulsionadores e fundadores da Liga Nacional Africana em 1930⁹⁵, tendo continuado no ambiente de ebulição cultural e política que se desenvolvia na clandestinidade e onde pontuava a acção desenvolvida pelos “mais velhos”⁹⁶, o que o levou a participar desde cedo em tertúlias onde se discutiam os assuntos da terra. Na sua passagem por Portugal, enquanto estudante universitário fez parte da “Geração da Nova Vaga”⁹⁷, militando nas associações estudantis e anti-colonialistas do seu tempo como o CEI (Casa dos Estudantes do Império), o MAC (Movimento Anti-Colonialista) e o MEA (Movimento dos Estudantes Angolanos) deixando nelas a sua marca, isto é, propondo e antecipando novas estratégias de acção, tentando romper com situações que já se encontravam ultrapassadas, ou em vias disso, através do debate de ideias. Chegado a Portugal, nos finais dos anos de 1950, participou activamente na remodelação do CEI, juntamente com um grupo de novos estudantes africanos, iniciando o processo de africanização daquela organização estudantil. Foi assim novamente com o MAC e o MEA, tendo este último surgido já como o embrião das associações e movimentos nacionalistas de cada

⁹⁵ Cf. Rodrigues, Eugénia, *A Geração Silenciada. A Liga Africana e a Representação do Branco em Angola na Década de 30*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2003, p. 240.

⁹⁶ Vide artigo de Adolfo Maria, em homenagem ao 1º aniversário da morte de Gentil Viana: Adolfo Maria, «Faz hoje um ano que faleceu Gentil Viana», [online]. Disponível na Internet, via WWW.URL: <http://santeiro.blogspot.com/2009/02/faz-hoje-um-ano-que-faleceu-gentil.html>. Para mais, Mário Pinto de Andrade, na entrevista que concede a Michel Laban faz referência aos mais velhos do Bairro das Ingombotas, tais como: Manuel Bento Ribeiro, um homem de letras; Gervásio Ferreira Viana; André Rodrigues Mingas, preso pela PIDE-DGS nos finais da década de 1950 e pai de Amélia Mingas, Saydi Mingas e de outros futuros quadros do MPLA, e do movimento cultural em torno da Liga Nacional Africana. Cf. Andrade, Mário Pinto de, op. cit., 1997, pp. 12-13.

⁹⁷ Grupo de estudantes africanos que chegaram a Portugal na década de 1950 e impulsionaram a formação de associações representativas de cada colónia, contrariando a tendência existente de associações e organizações plurinacionais, cuja criação que se deveu ao crescente número de estudantes universitários que começaram a chegar das colónias.

colónia, rompendo com os movimentos plurinacionais. Em 1962, avança com a proposta denominada *Ideia Força* na 1ª Conferência Nacional do MPLA, sugerindo a entrada dos quadros dirigentes no interior do território angolano para combater junto do povo.

Voltando ao Movimento de Reajustamento Nacional, os documentos produzidos por Gentil Viana no seu contexto, foram considerados pelos seus pares como «...textos de grande densidade política, nomeadamente sobre os porquês do “movimento de reajustamento”, os objectivos da luta de libertação nacional angolana e como os alcançar, o contexto nacional e internacional naquele momento, a necessidade de métodos democráticos no funcionamento das organizações políticas, a importância do conhecimento humano para a análise dos problemas e soluções e na evolução das sociedades.»⁹⁸.

A sua proposta consistia no desencadeamento de «...um vasto movimento de discussão e crítica que envolvesse populações, militantes e dirigentes. Para tal, suspendia-se temporariamente o comité director e as hierarquias de modo a facilitar a participação em pé de igualdade. O objectivo final era - com base na análise das críticas, das ideias saídas da discussão sobre todos os aspectos da vida do movimento, da sua organização e estratégia - elaborar-se uma nova estratégia e eleger novos órgãos directivos, políticos e militares que deveriam relançar a luta armada e aperfeiçoar continuamente a organização.»⁹⁹.

O plano compreendia várias etapas a saber:

«1º - Congelamento do Comité Director e de todos os órgãos directivos (militantes e dirigentes ficavam em pé de igualdade);

2º - Discussão e debates no seio dos militantes e população;

3º - Eleição, por assembleia de militantes activos, de um órgão dirigente provisório para a respectiva região, denominado Comissão Provisória de Reajustamento. Essa comissão ficaria encarregada de escolher os membros do novo

⁹⁸ Vide artigo de Adolfo Maria, em homenagem ao 1º aniversário da morte de Gentil Viana: Adolfo Maria, «Faz hoje um ano que faleceu Gentil Viana», [online]. Disponível na Internet, via [WWW.URL: http://santeiro.blogspot.com/2009/02/faz-hoje-um-ano-que-faleceu-gentil.html](http://santeiro.blogspot.com/2009/02/faz-hoje-um-ano-que-faleceu-gentil.html). Arquivo capturado em 23 de Março de 2009.

⁹⁹ Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2006, p. 104.

Estado-Maior militar da região e de prosseguir com o processo de discussão que fora encetado;

4º - Por último, o movimento de reajustamento deveria terminar com uma assembleia-geral de militantes activos de todas as regiões para a eleição de uma direcção e de um Estado-Maior Nacional.»¹⁰⁰.

A realização deste Movimento, extraordinário pelas suas características, isto é, por permitir a suspensão dos órgãos eleitos e dar voz a todos os militantes, numa organização com problemas, mágoas e ressentimentos acumulados, só se compreende tendo em conta o estado de dissensões internas a que o Movimento havia chegado, pois, em última análise, é uma decisão que contraria toda a anterior gestão desta organização nacionalista.

O Movimento de Reajustamento foi levado a cabo nas Frentes Leste e Norte de Angola, sobretudo nas zonas onde os conflitos eram mais graves. Assim, começou por se realizar o Movimento de Reajustamento na Frente Leste, na Sub-Região Sul a partir do segundo semestre de 1972, que decorreu até 07 de Janeiro de 1973 e terminou com uma reunião na Base Kitexe II presidida pelo Presidente Neto. Na Frente Norte, o Movimento teve início em Novembro de 1973 e terminou em Fevereiro de 1974, com a nomeação da Comissão de Reajustamento da Frente Norte e dos membros do Estado Maior da respectiva região¹⁰¹.

Na Frente Leste, a primeira a realizar o Movimento de Reajustamento, as sessões desenrolaram-se segundo a orientação definida nos documentos preparatórios, com a suspensão dos órgãos directivos e a participação de todos os militantes e população. Os debates decorreram num ambiente de grande participação e tensão, tendo em conta a natureza dos problemas existentes. Os militantes activos que se destacaram foram muito críticos na abordagem dos problemas políticos, sociais e militares que afectavam aquela Frente Político-Militar. Foram levantadas questões tais como as relações de conflitualidade entre os chefes militares provenientes do Norte e do Centro de Angola e os guerrilheiros e as populações locais; a falta de armamento e munições; a

¹⁰⁰ Vide Anexo nº 2: “ Lei Reguladora dos Órgãos Políticos do Movimento de Reajustamento da Frente Norte”, 12.12.1973 (Arquivo Particular).

¹⁰¹ Cf. ANTT, *PIDE/DGS, Processo 9084-MPLA, Pasta 1*, fls. 9.

escassez de alimentos; a protecção das populações; a disciplina militar; os benefícios e privilégios. Em suma, todos os pontos acumulados desde a criação da 3ª Região Político-Militar e que nunca tinham sido debatidos numa assembleia alargada. As críticas foram dirigidas não só aos dirigentes militares como também ao líder do Movimento.

Da radicalização destes debates emergiu a dissidência protagonizada por Daniel Chipenda que procurou dar um carácter mais estruturado às posições assumidas pelos guerrilheiros locais que desde 1969 estavam em rebelião¹⁰². No entanto, o ambiente de críspação e de crítica contra os dirigentes da Frente Leste, e a atribuição das responsabilidades à direcção e ao Presidente, levaram-no a alterar as deliberações finais. Deste modo, a designação dos novos órgãos directivos políticos e militares foi feita pelo Presidente Neto e não através de eleição, ao contrário do que estava previsto na documentação preparatória do Movimento de Reajustamento. Este desfecho deixou Gentil Viana e todos aqueles que ansiavam por uma mudança estrutural no Movimento desalentados¹⁰³. A acrescentar a este desalento, instalou-se um clima de medo de represálias entre os militantes activos, uma vez que alguns dos membros que foram criticados voltaram a ocupar lugares de chefia.

3.3) O Movimento de Reajustamento da Frente Norte

Na Frente Norte o movimento de reajustamento realizou-se com algumas diferenças tendo em conta o que tinham sido os resultados e as consequências da experiência na Frente Leste. Deste modo, apesar de continuar a existir um documento de base como aquele que tinha sido produzido para a Frente Leste, o princípio da suspensão dos corpos directivos e da escolha aleatória dos militantes activos não foi aqui aplicado.

O Movimento de Reajustamento da Frente Norte iniciou-se com uma reunião realizada na Base Esperança em Novembro de 1974 e presidida pelo presidente Neto, na qual foram nomeados os militantes activos que deveriam

¹⁰² Cf. Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, pp. 270-271.

¹⁰³ Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2006, p. 100.

conduzir os debates nas diferentes bases militares da Frente Norte. Desta reunião saíram militantes activos para as seguintes bases: Brazzaville, Matsende – junto de Dolisie – (Enérgico), Banga (Maria do Céu e Mário Jorge, foram dois dos nomeados) e Kalunga – junto à fronteira de Cabinda – para onde foram Lúcio Lara, Adolfo Maria e Condesse Toca¹⁰⁴.

O passo seguinte foi a realização dos debates e a auscultação das bases. Dos problemas apurados sobressaíram os seguintes: actos de corrupção praticados por alguns quadros dirigentes; crítica ao desinteresse dos dirigentes pelas bases militares; carências de vária ordem, tais como, desvio de alimentos e equipamentos destinados aos recrutas e a persistência de problemas de carácter étnico e racial. Estes factos foram encontrados, de um modo geral, em todas as bases e constatados em reunião tida com os militantes activos que nelas haviam estado presentes. Daí que a comissão encarregada da elaboração do relatório tenha proposto a continuação dos debates e do Movimento de Reajustamento naquela frente militar, uma vez que também foi referido ter neles havido uma fraca participação de quadros e de guerrilheiros de base.

O documento final deste processo foi assinado por alguns dos militantes activos que nele tinham intervindo¹⁰⁵ e foi o documento final que deu origem aos problemas entre a direcção do Movimento e uma parte dos militantes activos, uma vez que a direcção não aceitou as conclusões e, da acta final, passou de imediato à realização da nomeação dos novos corpos directivos, nomeadamente a Comissão Provisória de Reajustamento e os representantes do Estado-Maior Militar, que deveriam sair deste Movimento de Reajustamento, tal como previa a lei reguladora do mesmo.

É dentro deste ambiente de insatisfação, que, na reunião final do Movimento de Reajustamento da Frente Norte, realizada em Fevereiro de 1974, alguns quadros desta Frente se recusaram a integrar os lugares nos órgãos eleitos, para os quais tinham sido designados, alegando que não teriam condições para trabalhar e prosseguir com as propostas apresentadas. A consequência disso foi a expulsão de Gentil Viana e de Maria do Céu Reis, dois dos membros activos

¹⁰⁴ Relativamente à designação destes grupos não foi possível a obtenção de mais dados.

¹⁰⁵ Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2006, pp. 106-107.

eleitos e de outros tantos¹⁰⁶ que se solidarizaram com estes, abrindo-se assim mais um foco de perturbação no interior do MPLA, desta feita na Frente Norte e envolvendo directamente a elite intelectual.

O Movimento de Reajustamento Nacional termina, não como uma acção bem sucedida, mas sim como algo que trouxe mais preocupações quanto ao futuro do MPLA pois, se por um lado, o reajustamento permitiu o debate, em assembleias alargadas, em torno das grandes questões que dividiam a organização e criou uma dinâmica de grande expectativa e esperança, já que um acontecimento como este não se realizava desde 1962, por outro lado, os debates em torno de questões que ficaram muito tempo por discutir não resultaram na busca de consensos, uma vez que já tinham causado danos como a cristalização de dissidências no interior do Movimento. Foi este último aspecto que acabou por marcar o fim deste tempo de esperança que muito tinha animado certos sectores da intelectualidade no interior do MPLA.

O Movimento de Reajustamento da Frente Norte termina em Fevereiro de 1974, a pouco menos de dois meses da queda do regime fascista em Portugal (25 de Abril de 1974). Contudo, o desfecho que levou à expulsão de quadros intelectuais da 2ª Região, mais propriamente de alguns “militantes activos” que participaram na expectativa de verem sair medidas que relançassem o movimento, longe de os lançar na busca de alternativas fora do movimento, galvanizou-os em busca de novas acções de pressão contra a Direcção do MPLA, tendo como trampolim a dinâmica trazida pelo Movimento de Reajustamento Nacional.

¹⁰⁶ Amélia Mingas, Luís Carmelino (Jota), Fernanda Saraiva de Carvalho, Victor de Sousa e Adolfo Maria.

Capítulo IV – A Ruptura (1974)

4.1) Da Reflexão à Acção

O surgimento da Revolta Activa acontece na sequência da falência do Movimento de Reajustamento Nacional. A tentativa de debate das principais questões que afectavam a vida do MPLA, em vez de apaziguar as tensões existentes, de consolidar e fortalecer a unidade deixou, pelo contrário, o Movimento ainda mais fragilizado. Por um lado, o Movimento de Reajustamento da Frente Leste não resultou na extinção dos problemas existentes, reacendendo-se assim os conflitos de natureza étnica e regional que se materializaram na denominada Revolta do Leste. Por outro lado, na Frente Norte, o Movimento de Reajustamento Nacional terminou com a expulsão de uma elite de intelectuais destacados em sectores como o ensino e outros.

Para além dos problemas internos, o MPLA enfrentava também outros constrangimentos, tais como a pressão dos países africanos limítrofes e da OUA no sentido de promover a unidade do movimento nacionalista angolano, isto é, a aliança com a FNLA e *assim* como as dificuldades no apoio externo para o prosseguimento da luta armada, tendo em conta o aumento, desde 1968, da pressão combativa das forças colonialistas¹⁰⁷.

É neste conturbado contexto que ganham novo ímpeto as reflexões destes intelectuais contestatários que partem novamente para mais uma iniciativa de luta no sentido de retomarem a dinâmica desencadeada pelo Movimento de Reajustamento. Uma iniciativa que parte, sobretudo, de três militantes ligados ao movimento nacionalista angolano e pertencentes aos quadros do MPLA¹⁰⁸. São eles: Adolfo Maria, nacionalista angolano, cuja participação remonta aos anos 50, com uma longa trajectória política que passa pela criação do 1º Partido Comunista de Angola, pela militância na FUA (Frente de Unidade Angolana) e pela criação do CEA (Centro de Estudos Angolanos). Tudo isto, antes da sua integração no MPLA em 1966, onde desempenhou funções no DIP (Departamento de Informação e Propaganda), tanto como responsável

¹⁰⁷ Vide em Anexo: Adolfo Maria, *Entrevista Escrita*, 2009.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*.

interino desse departamento, como locutor do programa radiofónico *Angola Combatente*, e ainda enquanto professor no Instituto 4 de Fevereiro. Floribert Monimbambo, nacionalista que integrou o MPLA desde 1962 e participou na guerrilha tanto na Frente Norte como na Frente Leste, como quadro militar, atingindo o posto de comandante e, por último, Gentil Viana cuja acção, entre 1972 e 1973, trouxe um novo dinamismo ao seio dos intelectuais do MPLA, e que surge novamente num momento decisivo da vida desta organização política, com posições fracturantes na tentativa de lhe imprimir uma nova dinâmica. A este grupo inicial outros quadros de militantes e intelectuais descontentes se juntaram.

A ideia de um movimento de intelectuais do MPLA não era nova: «...a verdade é que, em 1972 e 1973, tanto os intelectuais na Frente Norte como os na Frente Leste, em conversas restritas e cautelosas, falavam entre si dos maus métodos de funcionamento do MPLA, das falhas estratégicas que tinham sido traçadas, da desastrosa actuação de muitos dirigentes e do poder discricionário do presidente.»¹⁰⁹. Esta iniciativa contou com o apoio das autoridades congolêsas, a quem este grupo deu a conhecer os seus objectivos e solicitou apoio político, logístico e protecção, uma vez que se receavam medidas de repressão na sequência do surgimento desta tendência política no seio do MPLA.

O apoio por parte das autoridades congolêsas foi concedido na expectativa desta organização resolver os seus problemas internos, e, concretizou-se de dois modos: quer participando no quadro do Comité de Libertação da OUA, quer através da intervenção das autoridades governamentais como intermediárias na criação de pontes de entendimento entre as duas partes. Resultado disso foi a presença de Joaquim Pinto de Andrade em Brazzaville, como o próprio confirma: «...sou, inclusivé, contactado pela embaixada do Congo em Paris, que me transmite, da parte do Governo do Congo, um convite do partido e do Governo congolês para eu ir a Brazzaville visitar o país. A finalidade era esta: como eu era Presidente de Honra convidaram-me com uma finalidade política, (...) eu era uma figura que esteve longe das "macas" que há dentro da organização, vinha com o prestígio das cadeias (...) porque vinha de fora, era preciso encontrar uma solução para o problema do MPLA, porque, com a Revolução do 25 de

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*.

Abril, a independência estava à porta, era necessário que os movimentos estivessem todos unidos.»¹¹⁰.

4.2) O *Manifesto* e o 25 de Abril de 1974

O anúncio do *Manifesto da Revolta Activa* ocorreu logo após o derrube do regime fascista de Salazar e Caetano, no dia 11 de Maio de 1974. Na verdade, este grupo encontrava-se, desde o mês de Março, em plena acção de elaboração deste documento e de criação das condições para se dar a conhecer enquanto mais uma dissidência no seio do MPLA, tendo em conta o modo como havia terminado em fracasso o Movimento de Reajustamento, em geral, e o Movimento de Reajustamento de Frente Norte, em particular.

Assim sendo, «...o plano da Revolta Activa tinha sido concebido para uma situação de guerra sem fim próximo à vista, o que implicava terminar a crise no MPLA, conceber estratégias adequadas à intensificação da guerra contra o aparelho colonialista e reorganizar o Movimento, não só para realizar esses objectivos, mas também para enfrentar a concorrência dos outros movimentos nacionalistas, em particular a FNLA que, na base de Kinkuzu, preparava um exército regular de cerca de dez mil homens.»¹¹¹. O facto de os mentores da Revolta Activa não terem recuado face ao acontecimento do 25 de Abril de 1974, leva-nos a questionar o porquê desta acção e quais os objectivos que esperavam obter nesta nova conjuntura política, respostas que procuramos obter a partir do próprio *Manifesto*, assim como da leitura da conjuntura política portuguesa no tocante aos acontecimentos relativos ao dossier “Descolonização”.

O golpe de estado verificado em Portugal a 25 de Abril de 1974 obrigou a uma adaptação do texto final do *Manifesto* mas não obistou ao seu anúncio. Para tal, há que ter em conta dois factores de peso: em primeiro lugar, o facto de não existir no texto do *Protocolo do Movimento das Forças Armadas*¹¹² uma alusão clara à concessão de

¹¹⁰ Cf. Drumont, Jaime e Barber, Hélder, *op. cit.*, 1999, p. 96.

¹¹¹ Vide em Anexo: Adolfo Maria, *Entrevista Escrita*, 2009.

¹¹² Documento anexo ao Programa do MFA.

independência às colónias, colocou, logo à partida, reservas aos movimentos de libertação nacional, e tanto a direcção do MPLA, como os militantes dissidentes encararam como natural o prosseguimento da guerra até à obtenção do direito à independência; em segundo lugar, o facto pouco animador de ter sido indigitado para a Presidência da Junta de Salvação Nacional, o general António Spínola (1910-1996), uma vez que eram conhecidas as suas posições federalistas e de independência branca¹¹³, defendidas, quer durante a sua passagem pela Guiné Bissau (onde ocupou os cargos de Governador-Geral e de Comandante-Chefe das Forças Armadas entre 1968 e 1972), quer pelas ideias apresentadas na sua obra *Portugal e o Futuro*, publicada em Fevereiro de 1974¹¹⁴, que não contemplavam a auscultação dos movimentos de libertação nacional, como aliás, mostraram as suas acções enquanto Presidente da JSN, no tocante ao processo de descolonização¹¹⁵.

Para além do mais, as disposições do *Protocolo do MFA* referiam relativamente à descolonização: «Ponto nº 2 – que (...) não sejam tomadas medidas políticas

¹¹³ «Quando aceitei a pasta dos Negócios Estrangeiros, tinha uma ideia para levar a bom termo a descolonização. Pretendia fazer assinar rapidamente um cessar-fogo nos territórios em guerra, para acabar com ela localmente. Mas tinha de respeitar o presidente Spínola, o qual possuía os seus próprios pontos de vista nessa matéria. Ele desejava a constituição de um processo sob controlo armado, para chegar a uma espécie de "Commonwealth portuguesa".». Cf. Mário Soares, *Memória viva. Entrevista com Dominique Pouchin*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2003 (Biblioteca "Primeiras Pessoas", Vol. D), pp. 97-104.

¹¹⁴ «...em resumo, os pontos de um ideário nacional: autonomia progressiva até ao nível de perfeita autonomia interna; regionalização das estruturas, a todos os níveis; adequada representatividade e participação qualitativa e quantitativa das populações africanas na vida política do todo português; integração económica pela via do desenvolvimento; promoção socioeconómica pela via do desenvolvimento; promoção sociocultural; rendibilidade dos recursos militares por assimilação da mobilização civil; segurança das populações e reconhecimento franco do direito dos povos à autodeterminação, fazendo referendar a sua autodeterminação pela unidade de um Portugal de clima aberto e feição renovada. É esta, em nosso parecer, a essência estrutural de uma tese válida do ponto de vista da nossa continuidade como País pluricontinental e multirracial.». Cf. Spínola, António, *Portugal e o Futuro – Análise da Conjuntura Nacional*, Lisboa, Arcádia, 1974, pp. 177-178.

¹¹⁵ A Reunião na Base das Lajes entre o General Spínola e o Presidente Nixon dos EUA, em Junho de 1974, e a Reunião do Sal (Cabo Verde) entre o General Spínola e o Presidente Mobutu do Zaire, a 15 de Setembro do mesmo ano.

definitivas nomeadamente no que respeita (...) ao problema ultramarino, até que estejam constituídos os poderes que resultem do voto da nação (...). Ponto nº 3 – O MFA não aceita, por qualquer forma, que nos próximos doze meses seja resolvido o problema do ultramar.» Já no Ponto nº 10, que tratava da amnistia aos presos políticos, pretendia-se que os guerrilheiros não fossem abrangidos¹¹⁶. Esta posição oficial contrastava com a posição da maioria dos partidos de esquerda e da sociedade civil que eram a favor do fim da guerra colonial e da concessão da independência às colónias¹¹⁷.

Daí o *Manifesto da Revolta Activa* conter a seguinte leitura dos factos: «...o golpe de estado (...) cria, efectivamente, em Angola, condições objectivas para combinar a guerra libertadora com a luta clandestina e outras **formas apropriadas de luta**¹¹⁸. A orientação que prevalece no seio da Junta de Salvação Nacional é amplamente democrática para Portugal e colonizadora para Angola. Para Portugal, liberdade real; para Angola, controlo da liberdade. O aparelho repressivo colonial-fascista foi liquidado em Portugal mas mantido, tal qual, em Angola.». Disto se conclui que estaria ainda válida a decisão de se prosseguir com a reestruturação do movimento, tendo em conta que a luta armada iria continuar até que Portugal concluísse da necessidade em dialogar com os movimentos de libertação.

Este documento, cuja autoria é atribuída a Gentil Viana e a Mário Pinto de Andrade (este último chamado de Paris para se juntar ao grupo), sofreu, no entanto, alterações trazidas pela nova conjuntura política, o que levou à inserção de pontos que antes não constituíam questões de primeira linha, tais como: uma análise da conjuntura política interna do MPLA, tendo em conta as responsabilidades que esta organização deveria assumir no quadro pós-25 de Abril de 1974; ou a necessidade de estabelecer uma estratégia de acção que passasse pela criação de uma Frente Unida para a Independência de Angola, conduzida pelo MPLA, que apenas incluía a FNLA, com o objectivo de se constituir um representante único para as negociações entre os movimentos de libertação nacional e as novas autoridades portuguesas.

¹¹⁶ Cf. Correia, Pedro Pezarat, *A Descolonização de Angola. A Jóia da Coroa do Império Português*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1991, p. 45.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 59.

¹¹⁸ O sublinhado foi acrescentado para realçar a intenção da Revolta Activa em prosseguir com a acção de luta interna, isto é, na senda da democratização e reestruturação do movimento.

Das linhas programáticas constantes no *Manifesto*, e que constituíram as bases da luta destes dissidentes no tempo e espaço em que estiveram activos, destaca-se, em primeiro lugar, o combate ao «Presidencialismo Absoluto»¹¹⁹, definido como causa principal dos problemas enfrentados pelo MPLA. O «Presidencialismo Absoluto» caracterizava-se por ser uma gestão política e militar centralizada na pessoa do seu líder, onde as orientações emanavam de cima para baixo, isto é, através de determinações decretadas sem uma ampla discussão dos problemas, daí o recurso à «Ordem de Serviço»¹²⁰. A razão pela qual a necessidade de alterar a centralização do poder no MPLA surge como objectivo principal e inequívoco deste manifesto, prende-se com a diluição da importância do Comité-Director no exercício de uma condução colectiva do movimento, ao longo do tempo em se desenvolveu a luta armada¹²¹.

Em segundo lugar, vinha o combate ao racismo, ao tribalismo e ao regionalismo¹²², práticas que abalavam as estruturas e obstaculizavam ao desenvolvimento do MPLA, cujas acções não deveriam ser adiadas, tal como já tinha sido antes constatado por um militante e dirigente da guerrilha: «...no quadro da organização política, as dificuldades mantêm-se: falta de contestação e crítica radicais. O ataque directo aos problemas adia-se, em nome de uma harmonia e estabilidade postas em perigo a cada momento.»¹²³.

E, por último, era proposta a realização de um congresso com o seguinte objectivo: «...restaurar os princípios políticos do MPLA, eliminar o presidencialismo no seio da organização, em favor duma direcção colegial como condição fundamental da nossa acção político-militar.». Em suma, reestruturar e democratizar o MPLA surgem no *Manifesto* como tarefas prioritárias a defender por esta nova facção.

¹¹⁹ Ponto VII do *Manifesto da Revolta Activa*.

¹²⁰ Referência feita no *Manifesto da Revolta Activa*, na crítica ao «Presidencialismo Absoluto».

¹²¹ A condução dos destinos do MPLA nestes moldes foi sendo delineada a partir da eleição do Presidente Agostinho Neto, em 1962, inserindo-se neste quadro, o afastamento de Mário Pinto de Andrade do MPLA, em 1963, aquando da criação da FDLA, sem que tal decisão tenha sido apresentada para discussão no Comité Directório de que o mesmo fazia parte. Mário Pinto de Andrade, veio a tomar conhecimento de tal decisão, através da imprensa africana, pois encontrava-se no exterior, quando a medida foi tomada pelo Presidente Neto.

¹²² Ponto VI do *Manifesto da Revolta Activa*.

¹²³ Cf. Jika (Gilberto da Silva Teixeira), *op. cit.*, 1979, pp. 70-71.

Apenso ao *Manifesto* constava um Abaixo-Assinado com 19 assinaturas que incluía, para além dos elementos do núcleo inicial (Adolfo Maria, Floribert Monimbambo e Gentil Viana), alguns membros históricos do MPLA, alguns professores do Externato 4 de Fevereiro (parte daqueles que se tinham destacado, como militantes activos, no Movimento de Reajustamento da Frente Norte) e outros militantes que se identificavam com esta causa, que ficou conhecida como Revolta Activa, numa clara alusão aos propósitos por que se propunham bater: uma reacção activa dos intelectuais face ao imobilismo e fragmentação que o Movimento vivia. Este manifesto ficaria conhecido como o *Manifesto dos Dezanove*, por nele constarem alguns nomes de dirigentes fundadores do MPLA e de alguns outros quadros, conhecidos no exterior pela sua participação no movimento nacionalista angolano.

A primeira fase de actuação deste grupo dissidente decorre em Brazzaville, entre Abril e Novembro de 1974, onde se encontrava sediada a maior parte dos seus elementos. As actividades desenvolvidas nessa fase compreendiam «...tarefas organizativas, reunião com simpatizantes, formação política, discussão dos problemas políticos e atribuição de tarefas...»¹²⁴, com o objectivo último de se promover a discussão no seio do MPLA. Uma vez que a sua acção decorria dos pressupostos da «...revolta activa dos quadros e das massas militantes, a realização de um congresso para uma análise e solução patriótica dos problemas fundamentais do Movimento e da Nação...»¹²⁵, o Grupo pôde, nesta primeira fase, implementar algumas das medidas preconizadas no seu *Manifesto*, como a realização de reuniões com a facção Neto, com a mediação do governo congolês; o convite a Joaquim Pinto de Andrade, como figura independente, para ajudar na resolução da crise interna do MPLA; o estabelecimento de contactos com os membros da Revolta do Leste para a discussão dos problemas existentes e a participação conjunta na 11ª Cimeira da OUA, em Mogadíscio que se realizou entre os dias 12 a 15 de Junho de 1974¹²⁶. Estas acções que decorreram após o anúncio deste Manifesto, entre os meses de Maio e Junho de 1974, foram passos positivos que proporcionaram algum regozijo e alento ao Grupo e que foram assinalados da seguinte forma: «A linha justa da Revolta Activa dos militantes e quadros do MPLA impõe-se em curto espaço de tempo. Com efeito, em apenas três

¹²⁴ Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2006, p. 117.

¹²⁵ Cf. *Manifesto da Revolta Activa*.

¹²⁶ Cf. ANTT, *PIDE/DGS (GEI), Proc. 645*, fls. 79.

semanas, vitórias estrondosas foram alcançadas no combate ao presidencialismo absoluto e na luta pela verdadeira unidade no seio do Movimento.»¹²⁷.

Para além deste, outros comunicados e documentos foram produzidos a fim de esclarecer e de tomar uma posição face à reacção crítica que o Manifesto suscitou tanto da parte da direcção do Movimento, como de sectores afectos ao MPLA. Na mesma linha, foram feitas ainda algumas emissões radiofónicas com o programa *Angola Combatente*, onde Joaquim Pinto de Andrade intervém explicando as razões do surgimento desta dissidência e os seus objectivos imediatos: «É hoje do domínio público que o MPLA atravessa uma crise interna, corporizada nas três tendências que prevalecem no seio da nossa organização. Efectivamente, há a da rebelião do Leste e há a da Revolta Activa. O nosso movimento encontra-se numa encruzilhada difícil. Para vencer os perigos que nos ameaçam há que congregar vontades, inteligências e esforços. Há que mobilizar iniciativas, despertar energias, estimular a criatividade, corrigir erros, renovar e rectificar métodos de trabalho, confiar responsabilidades aos mais valorosos, barrar o caminho aos oportunistas e carreiristas, calar as vozes da calúnia e da discórdia. As três tendências têm valorosos patriotas com vastas provas dadas e não são os excessos de linguagem ou calúnias de uns ou de outros que podem fazer esquecer este elemento fundamental. Não interessa esconder a divisão existente ou camuflá-la, mas sim discutir as suas razões para encontrar de novo a coesão. Essa é a preocupação de qualquer revolução. A unidade consegue-se através da luta! Daí ser fundada a nossa esperança de que os patriotas que compõem as três tendências saibam encontrar, através de debate democrático, sincero e profundo, o caminho para a coesão e o novo e necessário impulso à luta de libertação nacional.»¹²⁸.

¹²⁷ Vide Anexo nº 6: “Comunicado da Revolta Activa”, Brazzaville, 11 de Junho de 1974.

¹²⁸ Cf. ANTT, *PIDE/DGS (GEI)*, Proc. 645, fls.77.

4.3) A Adesão à Revolta Activa

O *Manifesto* cedo se difundiu tanto pelo interior do país¹²⁹, como para o exterior, causando um misto de surpresa, preocupação e expectativa. Surpresa e preocupação porque o documento era assinado por algumas figuras históricas do movimento, ao passo que aqueles sectores que, mesmo fora do teatro de guerra, conheciam os problemas que o movimento enfrentava e acalentaram sempre a esperança de mudança de metodologia e de organização interna, receberam esta notícia com expectativa. É neste contexto que se compreende a afluência de angolanos, vindos tanto do interior como do exterior, que se aliaram à Revolta Activa, mas também as movimentações que o *Manifesto* suscitou nos círculos de angolanos engajados na luta de libertação nacional no interior, como a seguir se pode ver numa missiva chegada de Luanda a Brazzaville e endereçada aos mentores da Revolta Activa:

«Com data de 12 de Maio de o ano corrente está circulando nesta cidade o vosso apelo assinado por 19 camaradas, uns afastados do Movimento há muitos anos e outros colocados em situação de inoperância pela arrogância do presidencialismo que se instalou no seio do Movimento e, como democraticamente, pede a apreciação crítica dos leitores, tomando por base essa louvável iniciativa venho expor a minha opinião consubstanciada pelo conhecimento *in loco* do nosso povo dentro de Angola que, em reuniões públicas e privadas não cessa de dar aprovação ao nosso glorioso M.P.L.A..

Trás o manifesto um grito de alarme pela situação criada no Movimento pelo facto do Directório actual ter concentrado demasiadamente todos os poderes e, por consequência, aniquilou as estruturas, apagou a chama de combate dos nossos valorosos guerrilheiros e está iminente o desperdício de uma oportunidade única oferecida pelas Forças Armadas para arrancarmos a nossa independência que já custou perto de um milhão de mortos e outros inumeráveis sacrifícios.

É o que se lê no parágrafo terceiro do APELO da revolta activa dos quadros e Militantes do M.P.L.A.

Situados neste ponto, ocorre perguntar aos camaradas que redigiram o manifesto: - Que garantias descortinaram os camaradas nas declarações ambíguas dos

¹²⁹ Os irmãos Pinto de Andrade referem que tiveram conhecimento do mesmo, ainda no mês de Maio de 1974. Entrevista aos irmão Pinto de Andrade, 2009.

supremos dirigentes (particularmente do Chefe do Estado e do Governo Português) que abalançam os camaradas a afirmarem que corremos o risco de perder a nossa independência pela obstinação de um só homem que conduz o Movimento a seu bel-prazer?

Porventura as soluções em leque que vão desde a autodeterminação, integração, ou federação são o alvo porque se bateu o nosso povo durante tantos anos de sacrifícios?

A negação do reconhecimento do direito à independência ao Povo de Guiné-Bissau, é como sabemos, a causa que levou ao malogro das negociações de Argel.

Acaso os contactos secretos que alguns membros do manifesto têm tido com o governo português são garantia para produzirem com responsabilidade a afirmação de que o nosso direito à independência está garantido? Basta o exemplo de Alexandre Taty que os portugueses subtraíram habilmente ao quadro do F.N.L.A., para o colocarem em Angola na situação de prisioneiro. Portanto, camaradas, no que toca a essa questão, estou inteiramente em desacordo convosco. Há questões que vêm mais à frente em que a minha opinião converge com a vossa.

Os aspectos discordantes: A AMEAÇA DE DESINTEGRAÇÃO DO M.P.L.A.

Em Angola todas as pessoas simpatizantes do M.P.L.A., sentem o grave momento que o nosso Movimento atravessa e na generalidade aprova o grito de alarme e lamenta a Direcção pessoal imprimida pelo presidente. Contudo, discordam convosco no que concerne à data escolhida para lançar esse grito, porque como consequência imediata o inimigo tem explorado habilmente esse desentendimento e no campo interno facilitou a criação de Partidos fantoches para intoxicar as massas e proibiu manifestações a favor dos movimentos emancipalistas, certo de que, até acertarem o passo, as massas estarão devidamente envenenadas pelos partidos que dominará facilmente. Foi portanto, se dão licença, um erro de estratégia político. A simulação de unidade era mais do que necessária até às negociações com o inimigo e depois de alcançado o nosso alvo todo aquele que se julga dono absoluto naquilo que pertence ao povo seria julgado.»¹³⁰.

¹³⁰ Cf. Fundação Mário Soares, *FUNDO DMA, Pasta 04339.002.011*, de 02.07.1974 (Anexo nº 18).

De Luanda veio grande parte da adesão, dentre ex-presos políticos, militantes na clandestinidade e de outras pessoas com motivações muito variadas, tendo em conta o advento da independência e as alterações que a sociedade angolana iria sofrer. Um quadro onde se inseriam as expectativas de uma sociedade em mudança, marcada pela heterogeneidade social e racial, em busca do seu espaço referencial, como bem fundamenta o historiador Tali¹³¹.

A alguns destes aderentes foram dadas tarefas específicas para serem desenvolvidas no interior do país¹³². Para tal, o grupo tinha elaborado um manual contendo as acções que deviam ser desencadeadas e que cobriam sobretudo, duas áreas: instruções organizativas e trabalho político. A primeira área de acção tinha como objectivo conduzir os militantes para a “ala progressista do MPLA”, capaz de impulsionar a resolução dos problemas internos do movimento, isto é a reestruturação e a luta pela democratização interna. A segunda passava pela consciencialização e fortalecimento ideológico dos militantes do MPLA, tendo em conta a situação política que se vivia na época e o confronto político com os outros movimentos de libertação¹³³. Todavia esses objectivos revelaram-se de difícil concretização dada a nova conjuntura política marcada pela tentativa internacional de isolar o MPLA do quadro do processo de descolonização de Angola, sendo esta uma das razões que levariam, mais tarde, o grupo a equacionar a sua dissolução e a solicitar a sua reintegração em Luanda, abdicando, desse modo, dos seus propósitos imediatos de luta pela reestruturação e democratização interna do movimento.

¹³¹ Cf. Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, pp. 264-265. O autor defende que a adesão maioritária de mestiços à Revolta Activa, que ocorreu logo após o conhecimento desta dissidência no interior de Angola, deveu-se à existência de um vazio estrutural e referencial que a sociedade angolana, marcada pela sua heterogeneidade, iria viver com as profundas mudanças políticas, sociais e económicas. Isto acrescido pela circunstância de, em Angola, existirem, à data, três movimentos de libertação nacional em conflito, o que tornava ainda mais difícil a inserção das diferentes comunidades no novo quadro social e político dos angolanos, de um modo geral.

¹³² Entrevista com Justino Pinto de Andrade, 2009.

¹³³ Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2006, p. 125.

4.4) A Cisão dentro dos Intelectuais e os seus Argumentos

O surgimento do grupo dissidente da Revolta Activa provocou uma ruptura no interior da elite intelectual do MPLA que, de um modo geral, estava consciente dos problemas no interior do movimento e, em dado momento, partilhava a ideia de uma tomada de acção tendente a mudar o estado de imobilismo a que o movimento tinha chegado¹³⁴.

As diferentes posições dos intelectuais no interior do MPLA relativamente ao surgimento do grupo dissidente da Revolta Activa¹³⁵ colocam-nos perante a necessidade de definir o que é um intelectual e clarificar qual a sua relação com o poder numa qualquer sociedade, em geral, e o seu papel num movimento de libertação nacional, em particular, na linha do que defende o historiador congolês Tali. Tudo isto para nos podermos situar na complexa questão da intelectualidade no interior do MPLA e perceber quem eram os intelectuais dentro do MPLA, como se movimentavam e como é que eram vistos pelas outras elites existentes no interior deste movimento.

Só através da análise de todos estes factores se consegue compreender o papel dos intelectuais no interior do MPLA, a limitação da sua acção, onde se inclui a ausência de debates e a fraca produção teórica, que contrasta com o dinamismo que marcou sempre esta elite ao longo da história de Angola¹³⁶. O modo que o autor congolês encontra para definir o que entende por intelectual, transporta-nos para a sua definição conceptual e funcional. Assim, para o autor o intelectual é aquele que, tendo tido acesso a um dado sistema de aquisição do saber teórico e prático, próprio de uma sociedade, se distingue por participar activamente na esfera ideológico-cultural como «...“profissional da inteligência” (...). Ele é o fazedor de sentido e o legitimador de

¹³⁴ Vide em Anexo: Adolfo Maria, *Entrevista Escrita*, 2009.

¹³⁵ O Congresso de Lusaka constituiu um ponto de reunião e de debate entre os delegados representantes de cada tendência, pelo facto de ter sido um momento privilegiado de encontro de um grande número de quadros dirigentes do MPLA, apesar do ambiente de tensão em que esta magna reunião decorreu. Um interessante quadro nos é dado pelos manuscritos dos delegados, constantes do acervo de Mário Pinto de Andrade. Cf. Fundação Mário Soares, *FUNDO DMA, Pasta 04339.002.002*.

¹³⁶ Desde os finais do século XIX que se regista a pujança de uma elite intelectual angolana, como se pode exemplificar com o jornalismo e a literatura desse período, com o associativismo nas primeiras décadas do século XX, e o seu ressurgimento a partir dos anos 30, e, por fim, com o movimento “Vamos Descobrir Angola”, que vai marcar o início do movimento nacionalista moderno dos anos 50.

todo o poder, seja qual for a natureza deste. É por este papel activo de “criador de produtos ideológico-culturais” (...) que se distingue dos demais membros da sociedade que tiveram acesso ao mesmo sistema de saber.»¹³⁷. Podemos encontrar aqui o papel exercido pelo grupo dissidente da Revolta Activa, que nasce da necessidade de reacção contra o estado de imobilismo e da degradação que o movimento vivia, e que procura, com o seu contributo, apresentar propostas de coesão. Uma teorização que insere este grupo dentro dos conflitos entre as diferentes tendências no interior do MPLA e que situa o seu discurso numa crítica de esquerda¹³⁸.

Mas por outro lado, Tali diz-nos que a função do intelectual também pode passar por uma atitude passiva ou de acomodação para com o sistema em que se encontra inserido, situação em que o intelectual coloca o seu saber ao serviço do poder instituído, retirando daí dividendos pessoais, ou decide operar as mudanças no interior do sistema, correndo o risco de ver a sua acção limitada por esse poder.

A cisão que ocorre na elite intelectual no interior do MPLA assenta em vários pressupostos e, embora os intelectuais que não se juntaram à Revolta Activa, estivessem conscientes de que era necessária uma tomada de acção para se mudar o curso da situação que o movimento vivia, entendiam que a mesma deveria ser encontrada no interior do mesmo e não nos moldes preconizados por esta dissidência. Da análise que alguns faziam do *Manifesto*, em debates ou em conversas tidas nesse período, ressaltavam a crítica ao “Presidencialismo Absoluto” e a escolha do momento do surgimento desta dissidência, como as duas questões básicas que constituíam o pomo da discórdia dentro da intelectualidade no MPLA. Assim, em relação à crítica ao “Presidencialismo Absoluto” feita pela Revolta Activa como causa principal dos males do movimento, advogava-se que esta era uma crítica que se devia fazer a toda a direcção do Movimento e não apenas à actuação do seu líder.

Estes intelectuais defendiam que falar em presidencialismo e em poder autocrático pressupunha compreender o fenómeno à luz da época em que este ocorria. Para isso, invocavam questões históricas, de educação, formação religiosa do líder e

¹³⁷ Cf. Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, p. 241.

¹³⁸ Mário Pinto de Andrade, num esboço preparado para a reunião de Brazzaville, traça algumas considerações teóricas quanto à natureza das clivagens no interior do MPLA. Cf. Fundação Mário Soares, *FUNDO MDA, Pasta 04339.002.003, Caderno de Mário Pinto de Andrade, “A dolorosa questão da unidade no seio do MPLA”, de Set.1974.*

influências políticas coevas o que, em última análise, significavam a abordagem do perfil político de Agostinho Neto, que do ponto de histórico se encontrava marcado pelas tradições africanas onde o poder não tinha propriamente características democráticas¹³⁹. Daí a caracterização feita por um dos seus companheiros de luta: «Neto foi um homem de grandes amizades e profundas inimizades. Pouco conciliador, intransigente, aceitando mal as críticas e conselhos, Neto preferia rodear-se de militantes que não pusessem em causa a sua liderança e opções políticas. Não admitia facilmente o confronto político pacífico. Comportava-se como um soba. Tinha um conceito muito africano do poder absoluto.»¹⁴⁰. Já do ponto de vista ideológico vários factores concorriam para a sua conduta, tais como a influência de uma formação religiosa protestante, vivenciada a partir do núcleo familiar, ou ainda a influência da ideologia marxista que Agostinho Neto conhecia dos tempos da sua formação universitária e da militância num partido comunista clandestino, com regras de funcionamento e de disciplina muito rígidas, como era o Partido Comunista Português. Numa época em que o Estalinismo era visto e entendido pelas elites africanas que estiveram à frente dos movimentos de libertação nacional, iniciados na década de 1960, «...como o exemplo quer da construção do socialismo realizada em condições de subdesenvolvimento, quer da intransigência frente às potências colonialistas...»¹⁴¹, estas influências marcaram a sua forma de estar na política. A crença messiânica que lhe é atribuída pelos seus pares, é igualmente devedora desta formação¹⁴².

Para além desta divergência face à atribuição da responsabilidade da situação a um indivíduo, parte da intelectualidade que não aderiu à Revolta Activa considerava que aquele não era, nem o momento, nem o local para se iniciar esta discussão, e entendia que se deveria entrar para o interior do território angolano e só depois iniciar este processo de mudança¹⁴³. Outra das reservas face ao surgimento desta dissidência tinha a ver com uma das grandes fragilidades da Revolta Activa, e que era o facto de

¹³⁹ Cf. Andrade, Mário Pinto, *op. cit.*, 1997, p. 181.

¹⁴⁰ Cf. Rocha, Edmundo, *op. cit.*, 2003, pp. 238-239.

¹⁴¹ Cf. Benot, Yves, *Ideologias das Independências Africanas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1981, p. 23.

¹⁴² Cf. Andrade, Mário Pinto, *op. cit.*, 1997, p. 181.

¹⁴³ Entrevista com Justino e Vicente Pinto de Andrade, 2009.

muitos dos militantes que aderiram à Revolta Activa estarem desligados do movimento há muito tempo, ou nunca terem combatido; outros ainda tinham, por razões diversas, abandonando o movimento ao longo dos anos de luta. Tal retirava legitimidade a estes militantes, face aos que tinham estado sempre nos campos de batalha e levou a que fosse atribuído a esta dissidência o epíteto de oportunista.

4.5) A Tensão entre “os Intelectuais do MPLA” e “os Verdadeiros Filhos de Angola”¹⁴⁴

De uma maneira geral, houve uma cisão dentro da elite intelectual urbana, dividindo os intelectuais entre os que mantiveram fiéis ao líder e os que adoptaram posições ideológicas diversas. No entanto, a reacção mais conflituosa e evidente contra o surgimento desta tendência política que foi a Revolta Activa, cujos elementos foram definidos como os «...universitários e detentores de uma formação média mais elevada...» ou a elite de intelectuais de origem antiga, os «...velhos assimilados...»¹⁴⁵, veio da parte dos «...novos assimilados...» urbanos e das elites rurais que foram ascendendo no quadro da luta de libertação nacional e que constituíam «...os verdadeiros filhos de Angola...». Este últimos englobavam «...os comissários políticos recrutados entre militantes de algumas regiões do território angolano, com um nível de instrução acima do primário – alguns dos quais tinham sido monitores de Posto no sistema de ensino colonial antes de ingressarem na guerrilha.» e que, tal como realça o historiador Tali, também se encontravam na categoria de intelectuais porque «...tinham tido acesso a um dado sistema de aquisição do saber teórico e prático próprio de uma sociedade.».

O facto da grande maioria destes combatentes terem permanecido longos anos no interior de Angola, em condições de luta muito difíceis, levava-os a reivindicar para

¹⁴⁴ Por intelectuais do MPLA entenda-se todos aqueles que tinham maioritariamente formação universitária e que também coincidiam com os militantes mestiços e brancos no interior do MPLA, por outro lado os “verdadeiros filhos da Terra” eram todos aqueles que possuíam uma formação média e, sobretudo, aqueles que se destacaram na guerra, como os comandantes e comissários políticos provenientes, na sua maioria do mundo rural. Cf. Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, pp. 248-249.

¹⁴⁵ Cf. Messiant, Christine, «Luanda (1945-1961): Colonisés, Société Coloniale et Engagement Nationaliste», in Cahen, Michel (dir.), *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Paris, L’Harmattan, 1989.

si o protagonismo histórico no confronto contra os dissidentes da Revolta Activa, a quem apelidavam de oportunistas e lançavam as seguintes apreciações: «...o “Apelo” não pode nem deve merecer a consideração e confiança de camaradas de boa fé para não dizer mais dos militantes de base do MPLA, porquanto ele, o “Apelo” está inoculado contra o vírus da mentalidade anarquista “pequeno-burguesa” ou ainda, como demonstrar, de resto, a legitimidade do estardalhaço “Apelo da Revolta Activa”, quando se sabe que os intelectuais que o fabricaram há muito tempo assinaram unilateralmente o seu divórcio com a guerra revolucionária angolana.»¹⁴⁶.

Contudo, esta crítica não era nova no interior do MPLA, pois tratava-se de uma velha questão, que já havia gerado conflitos e tensões internas num passado não muito recuado, e que deram origem às tentativas de implementação de medidas ditadas por critérios sociais e raciais, que foram propostas no decorrer da Reunião Extraordinária de Quadros da 1ª e 2ª Região Político-Militar, realizada de 09 a 16 de Abril de 1972: «A assembleia exprime a necessidade dos mestiços e intelectuais em geral de participarem de modo mais efectivo nas frentes de combate no interior do país, evitando atitudes oportunistas que os retenham na retaguarda sem razões válidas.

Embora se considere que os mestiços beneficiem em geral de maiores facilidades económicas e de educação, a assembleia considera que estes angolanos têm o dever e o direito de participar inteiramente na luta de libertação nacional. Notou-se porém a sua fraca presença nas frentes de combate ou no Internato 4 de Fevereiro. Por vezes gozam de privilégios dentro da Organização (...)

No que respeita aos indivíduos de cor branca, a assembleia é de opinião que estes nunca devem exercer funções directivas, nem ter acesso aos documentos ou problemas confidenciais e vitais para a nossa organização.»¹⁴⁷.

Estas manifestações de conflitualidade ocorridas no seio do MPLA entre as diferentes elites reflectem, por um lado, as clivagens decorrentes de uma sociedade colonial hierarquizada, e por outro lado, evidenciam as dificuldades organizativas que o movimento enfrentava. Neste caso específico, destacam-se os problemas raciais e

¹⁴⁶ Cf. Fundação Mário Soares, *FUNDO DMA, Pasta 04339.002.027. Discurso de Alves Bernardo Baptista (Nito Alves), no congresso de Lusaka (Anexo nº 16).*

¹⁴⁷ «Resolução Reunião em Dolisie mez, de Abril de 1972». Este texto foi transcrito de Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, p. 340, por não ter sido possível a consulta do texto original e integral.

sociais onde se integram as manifestações anti-intelectuais presentes neste conflito que a crise no interior deste movimento mais uma vez fez despoletar e que se inserem no âmbito das questões identitárias como veremos mais adiante.

4.6) A Reacção da Direcção do MPLA

Os quadros dirigentes do Grupo Revolta Activa encontravam-se sob a protecção do governo congolês, não obstante, a Direcção do MPLA manifestou abertamente a sua oposição a esta dissidência, por um lado, pela condenação do seu surgimento, tendo em conta a nova conjuntura política, quer através da posição oficial em comunicado do movimento¹⁴⁸ e de discursos proferidos pelo Presidente Neto e, por outro lado, pelo recurso a actos de repressão como a prisão¹⁴⁹, coacção dos militantes de base e até na tentativa de eliminação física de dirigentes de cúpula, como apontam denúncias feitas na época por este grupo dissidente¹⁵⁰. Apareceram igualmente outras reacções através de panfletos anónimos¹⁵¹, cujo conteúdo indicava já a forma como seria encarada a acção da Revolta Activa, ao centrar a crítica, não nas questões enunciadas no *Manifesto*, mas em considerações pessoais relativamente a alguns dos signatários deste apelo político.

Todavia, várias tentativas de aproximação para o diálogo foram feitas pela Revolta Activa, contando-se de entre elas, a escolha de uma figura histórica que, pelo seu prestígio, pudesse intervir como mediador consensual, como foi o caso do nacionalista angolano Joaquim Pinto de Andrade, ou o recurso à intervenção de países africanos limítrofes e da OUA. Além do mais, a Revolta Activa designou, logo após a sua constituição, uma comissão de acompanhamento das conversações que se iriam

¹⁴⁸ Fundação Mário Soares, *FUNDO- DMA, Pasta 04339.002.005 – Declaração do Comité Director do MPLA*, 22-06-1974 (Anexo nº 19).

¹⁴⁹ *Idem*, *Pasta 04337.002.009*.

¹⁵⁰ *Idem*, *Pasta 04337.002.003*, 03-06-1974.

¹⁵¹ Cf. Cf. Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, p. 376. Cf. Fundação Mário Soares, *FUNDO- DMA, Pasta 04339.002.012*.

desenrolar daí em diante, como forma de concretizar o objectivo de diálogo interno das questões que obstruíam o desenvolvimento do movimento¹⁵².

4.7) As Tentativas de Unidade: O Congresso de Lusaka e o Acordo de Brazzaville

O Congresso de Lusaka e o Acordo de Brazzaville inserem-se nos esforços realizados para a resolução dos problemas internos do MPLA, que contaram com a mediação da OUA. O Congresso de Lusaka surge também como um dos momentos mais esperados pela Revolta Activa, por constituir a concretização de um dos pilares do seu *Manifesto*, onde se expunha o desejo de «...refazer a unidade no seio da organização, reestruturar o MPLA em bases democráticas, de acordo com os princípios do nosso movimento, e adoptar as estratégias e táticas adequadas à conjuntiva política.»¹⁵³.

Da conjuntura na qual estes encontros se realizaram há a realçar a ocorrência do 25 de Abril de 1974, sendo a preocupação dominante nesta altura a condução do processo de descolonização e as conversações com as novas autoridades portuguesas. Uma preocupação que dominava todos os movimentos de libertação nacional angolanos, que, ao estarem divididos entre si por razões políticas, ideológicas, étnicas, raciais, sociais e religiosas, começaram desde logo a movimentar nos bastidores buscas de apoios internos e externos para a sua consolidação política¹⁵⁴ no interior do território angolano. Os países africanos, sobretudo aqueles que acompanhavam mais de perto a questão angolana eram igualmente parte interessada no processo, tal como a OUA, que prosseguia com a tentativa de promover tanto a unidade interna no MPLA, como a criação de uma plataforma estratégica comum entre este e a FNLA (os dois movimentos reconhecidos por ela até à data), para a discussão do processo de descolonização com as

¹⁵² Ver Quadro II.

¹⁵³ ANTT, *PIDE/DGS, Processo 645 GAB (GEI)*, “Declaração do camarada Joaquim Pinto de Andrade, presidente de Honra do MPLA”, fls. 77-80.

¹⁵⁴ Neste âmbito é de referir o facto de o cessar-fogo com as autoridades portuguesas se ter verificado de forma bilateral, isto é, apenas entre cada um dos movimentos de libertação e as autoridades portuguesas. Como se pode verificar pelas datas em que o mesmo foi tentado por cada um dos movimentos: A UNITA assinou o cessar-fogo com as autoridades portuguesas a 14 de Julho, A FNLA a 15 de Outubro e, por último, o MPLA, a 23 de Outubro de 1974.

novas autoridades portuguesas¹⁵⁵. Este enquadramento é importante para a compreensão do desenrolar destas duas reuniões, no que respeita à posição da direcção Neto e da actuação e pressão exercida pelos países africanos ligados ao movimento nacionalista angolano.

4.7.1) A Comissão de Coordenação de Preparação do Congresso de Lusaka

Antes da realização do Congresso de Lusaka houve dois encontros preliminares que serviram para a constituição do seu Comité de Preparação. A primeira reunião aconteceu em Brazzaville, no dia 6 de Junho de 1974, «...entre a Revolta Activa e a actual direcção, contando já com a presença do Presidente de Honra do MPLA, Joaquim Pinto de Andrade e, com a mediação do “Bureau Político do Partido Congolês do Trabalho”.»¹⁵⁶. Quanto à segunda, realizou-se a 8 Julho desse mesmo ano, entre o Primeiro-Ministro Zambiano (Mainza Chona), o seu homólogo Congolês (Henri Lopéz) e as três tendências do MPLA¹⁵⁷.

Para além da nomeação de uma representação do MPLA para a Conferência da OUA de Mogadíscio, a realizar-se de 12 a 15 de Junho de 1974 e onde iria ser analisada a questão angolana à luz dos novos desenvolvimentos em Portugal, esta primeira reunião deliberou o seguinte: 1º - a data da realização da reunião do Comité Preparatório do Congresso para o dia 15 de Junho de 1974; 2º - a data de 21 de Junho de 1974 para a realização do Congresso e 3º - a escolha do local para a realização deste congresso: Lusaka (Zâmbia)¹⁵⁸.

Destes encontros preliminares saíram os documentos que serviriam de base para o Congresso de Lusaka e para o Acordo de Brazzaville, definidos como a «Plataforma

¹⁵⁵ Também aqui se coloca a necessidade de uma abordagem mais aprofundada sobre o papel da OUA e do seu Comité de Libertação, no processo da luta de libertação de Angola, que também passa pelas chancelarias dos países africanos limítrofes envolvidos. Uma curiosidade que os documentos consultados despertam e, que, certamente abririam outros campos de reflexão.

¹⁵⁶ ANTT, *PIDE/DGS, Processo 645 GAB (GEI), “Declaração do camarada Joaquim Pinto de Andrade, presidente de Honra do MPLA”*, fls. 79.

¹⁵⁷ A delegação da Revolta Activa era composta pelos seguintes membros: Maria do Céu Carmo Reis, Amélia Mingas, Gentil Viana, Manuel Videira e Fernando Paiva.

¹⁵⁸ «“Procès-verbal”, texto final da reunião da reunião preparatória do Congresso de Lusaka». Cf. Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, p. 377.

da Comissão Preparatória do Congresso»¹⁵⁹. A elaboração destes documentos foi concluída após um período de longas discussões e de concessões que várias facções tiveram de fazer, tal como se enumerava num dos documentos produzidos pela direcção Neto e dirigido aos governos dos países implicados no processo nacionalista angolano, após o seu abandono do congresso: «Critério anti-estatutário, em que o Movimento é obrigado a aparecer com o mesmo número de delegados (165) que uma das fracções e em que a outra fracção participa com a totalidade dos seus aderentes (70), muitos deles de militância duvidosa ou sem militância alguma. (...); Aceitação da realização do Congresso fora do nosso País, pelo significativo e estranho medo manifestado pelas fracções em reunir-se no seio do seu próprio Povo; Escolha de observadores e convidados, não tendo em conta os laços tradicionais de amizade e de solidariedade que nos ligam a outros países.»¹⁶⁰. Também a facção da Revolta Activa aceitou em fazer concessões relativamente à constituição dos membros que iriam fazer parte do novo Comité Central, inicialmente proposto para 13, mas que passou para 10 membros.

Estas concessões eram já a constatação dos pontos de discórdia entre a direcção Neto e as duas outras facções do MPLA. Contudo, estes documentos serviram de base, quer para a facção Chipenda, na tentativa da conclusão do Congresso, invocar a existência de 2/3 dos membros para a votação dos novos corpos directivos do MPLA e para a distribuição dos cargos destes mesmos órgãos¹⁶¹, quer para a concretização do Acordo de Brazzaville.

4.7.2) O Congresso da Unidade

O Congresso de Lusaka realizou-se de 11 a 28 de Agosto de 1974, tendo como participantes as três facções pertencentes ao MPLA, os representantes dos países africanos que formavam o Comité *ad hoc* da OUA (Congo Brazzaville, Zâmbia, Tanzânia e República do Zaire), e também convidados, como os representantes da

¹⁵⁹ Cf. Fundação Mário Soares, *FUNDO DMA, Pasta 04308.001.003*, de 08-06-74.

¹⁶⁰ Cf. «Declaração da direcção e dos delegados do MPLA (Ala Presidencialista) ao Congresso (Lusaka, 22 de Agosto de 1974)», in Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, pp. 385-387.

¹⁶¹ ANTT, *PIDE/DGS (GEI), Processo 645*, fls. 17.

FRELIMO e o PAIGC¹⁶². A imprensa não foi convidada, pois, tendo em conta a natureza dos problemas que iriam ser discutidos, as partes envolvidas acordaram que as sessões seriam realizadas em circuito fechado. Contudo, tal restrição não se verificou, havendo informação regular a ser prestada à imprensa, nomeadamente à imprensa zairense, à revelia de alguns dos participantes do Congresso¹⁶³.

O desenvolvimento deste Congresso foi marcado por um conjunto de constrangimentos que começaram, desde logo, pelas instalações onde a mesma decorreu, como se pode depreender das referências feitas por cada uma das facções. O local escolhido pelas autoridades zambianas para o efeito situava-se nas proximidades de Lusaka, num terreno cercado de paliçadas e guardado pelos militares zambianos. No seu interior estavam montados três acampamentos, afastados uns dos outros cerca de quinhentos metros, enquanto, no centro «...existia uma outra paliçada em círculo, onde se devia realizar o Congresso (ao ar livre).»¹⁶⁴. O Presidente Neto teceu as seguintes considerações em relação às instalações: «...as autoridades zambianas obrigaram-nos a realizar os trabalhos num acampamento afastado da cidade, cercado pela polícia. Não podíamos sair, nem mesmo para enviar telegramas. As reuniões plenárias tiveram lugar ao ar livre, os jornalistas mantinham-se afastados...»¹⁶⁵. Da parte da Revolta Activa, Joaquim Pinto de Andrade considerou: «...em dado momento, toda a gente receava pela sua segurança pessoal. Reinava uma terrível atmosfera em todo o campo. Desconfiava-se uns dos outros.»¹⁶⁶. Apenas a facção Chipenda considerou óptimas as instalações e os meios logísticos postos à disposição pelo governo zambiano: «...as autoridades zambianas permitiram-nos trabalhar num ambiente tranquilo e foi graças a eles que conseguimos concluir este Congresso.»¹⁶⁷.

A composição do grupo de delegados de cada tendência também foi determinante no desenvolvimento desta reunião magna. As três tendências do MPLA foram reforçadas por novos elementos vindos, quer do interior, que do exterior. Assim,

¹⁶² Idem, *Processo 645 GAB*, fls. 36.

¹⁶³ Cf. «Declaração...», in Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, pp. 385-387.

¹⁶⁴ Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2006, p. 118.

¹⁶⁵ Cf. ANTT, *PIDE-DGS, Processo 645*, fls.17 (Anexo nº14).

¹⁶⁶ Cf. ANTT, *PIDE-DGS, (GEI) Processo 645*, fls.17 e Cf. «Declaração...», in Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, pp. 385-387.

¹⁶⁷ Cf. ANTT, *PIDE-DGS, Processo 645*, fls.17 (Anexo nº 14).

a facção Neto beneficiou da chegada de quadros provenientes da 1ª Região, e de militantes urbanos, contando-se entre eles ex-presos políticos e elementos na clandestinidade e também elementos da sociedade civil que afluíam em massa neste período a Brazzaville. A facção Chipenda contou com um número elevado de guerrilheiros, sendo alguns supostos soldados do exército zairese¹⁶⁸ e com o apoio do Presidente Mobutu. A Revolta Activa composta por cerca de 70 elementos, os mesmos que lhe couberam em representação para este congresso, era composta igualmente por aderentes vindos do exterior, tanto das cidades como do estrangeiro, entre eles nomes como os irmãos Mário e Joaquim Pinto de Andrade e Manuel Jorge. A posição deste último grupo viu-se enfraquecida pelo facto de parte dos seus elementos serem antigos militantes afastados há muito tempo do movimento. Por último a mediação dos países limítrofes, num quadro tão complexo como era a tentativa de unir o MPLA, acabou também por condicionar o desfecho do Congresso, na medida em que serviu como um dos argumentos apresentados pelo MPLA, facção Neto, para justificar o abandono do mesmo.

4.7.3) A Mediação dos Países Africanos Limítrofes

A instabilidade que se vivia no interior do MPLA tinha reflexos nos países limítrofes a Angola, como a Zâmbia e o Congo, devido à existência de bases militares do MPLA nos seus territórios, daí a presença de representantes destas nações no Congresso de Lusaka.

O papel dos países que constituíam a Comissão *ad hoc* proposta pela OUA também foi determinante na forma como este congresso decorreu, devido ao posicionamento que tiveram no decorrer do mesmo. A sua acção fez-se sentir, quer através do apoio dado às diferentes facções, como nos rumores postos a circular e que davam conta da expulsão do MPLA de alguns países, sobretudo daqueles onde o movimento tinha as suas bases e representações, nomeadamente o Congo Brazzaville e

¹⁶⁸ Cf. «Declaração...», in Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, pp. 385-387.

a Zâmbia. Algumas destas posições mereceram a condenação tanto da facção Neto¹⁶⁹, como da Revolta Activa¹⁷⁰.

Deste modo, a acção da República da Zâmbia reflectiu-se nas pressões exercidas sobre a facção Neto, pois as relações entre ambas já não eram as melhores desde os últimos anos (1972-1974). Esta degradação progressiva pode ser justificada pelos seguintes factores: as crises internas no MPLA; os tumultos provocado pelas chefias intermédias nas bases fronteiriças com Zâmbia¹⁷¹; o pedido de auxílio de Chipenda e o apoio que este recebeu das autoridades zambianas; a ocorrência dos fuzilamentos de algumas destas chefias intermédias na 3ª Região Político-Militar¹⁷² da Frente Leste e o clima de medo existente entre os contestatários da facção Neto, que chegava ao conhecimento do governo daquele país. Para além disso, as acções do governo zambiano mereciam uma outra leitura por parte do presidente Neto, que considerava que o envolvimento da Zâmbia no Congresso se devia também à gestão de uma crise com características étnicas que o país enfrentava naquela região¹⁷³.

Também em relação ao Congo Brazzaville era visível um certo mal-estar nas relações com a facção presidencial, devido ao apoio dado por este ao grupo da Revolta Activa, não obstante as boas relações existentes entre o presidente congolês (Marien N'Gouabi) e o do MPLA (Agostinho Neto). Quanto à República do Zaire as más relações datavam do início da luta armada, razão pela qual era mal recebida a sua participação neste acontecimento de resolução de problemas internos do MPLA.

¹⁶⁹ Cf. «Carta de Neto dirigida ao presidente congolês (Marien Ngouabi)», in Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, pp. 387-396.

¹⁷⁰ Joaquim Pinto de Andrade diria o seguinte: «Kaunda não pode assumir essa responsabilidade perante a África ou a História. Temos problemas internos, mas é a nós que compete resolvê-los. Não estou de acordo com Neto mas daí a retirarem-lhe a sua liberdade de movimentos...». Cf. ANTT, *PIDE/GES, Proc. 645*, fls. 19.

¹⁷¹ ANTT, *PIDE/DGS- MPLA- Delegação de Angola, Relatórios Imediatos, Anexo do Relatório nº 221*, fls. 278-279-284.

¹⁷² Vide em Anexo: Adolfo Maria, *Entrevista Escrita*, 2009.

¹⁷³ «(...) No oeste da Zâmbia, o Governo de Lusaka tem graves problemas. As populações da etnia Losi opõem-se a Kaunda, enquanto os umbundos os apoiam. Ora, os umbundos são intransigentes em Angola e Zâmbia e é esta pequena etnia que Chipenda controla. Compreende-se agora facilmente o que leva Kaunda a apoiá-lo.» Cf. ANTT, *PIDE/DGS, Processo nº 645, Entrevista de Neto à revista Jeune Afrique de 14/Set. /74*, fls. 18.

No conjunto, as dificuldades políticas colocadas pela natureza dos problemas em discussão, juntamente com as acções desenvolvidas pelos países africanos limítrofes participantes nas conversações, contribuíram para o seu desfecho, com o abandono da Facção Neto do Congresso de Lusaka, ou melhor dizendo, da direcção do MPLA, a quem cabia a responsabilidade de resolver a crise existente. Um desfecho que ocorreu a 22 de Agosto, após 11 dias de debates que não havia produzido qualquer resultado satisfatório até aquele momento.

4.7.4) O Impasse

Apesar do clima de tensão originado pelas clivagens e animosidades existentes, pretendia-se fazer prevalecer o espírito de discussão dos problemas e o lema era «...explorar os pontos convergentes para se lutar pela unidade e coesão do MPLA...» para o prosseguimento dos objectivos comuns: a independência imediata e completa do país¹⁷⁴, como constava do programa de acção da Revolta Activa, que foi reiterado pelas outras facções no decurso desta reunião magna.

É neste clima que ocorrem vários incidentes, sendo o mais grave aquele que acontece a 17 de Agosto de 1974 e, do qual resulta, dias mais tarde, o abandono da Facção Neto desse Congresso. A questão que levou a esta tomada de posição por parte da direcção do MPLA, centrava-se nos pontos 2 e 3 da Agenda (Ordem de Trabalhos do Congresso) e no problema da contestação da “Autoridade do MPLA”¹⁷⁵. No primeiro caso, pretendia-se tratar da apresentação do Relatório de Balanço da Actividade do movimento durante a luta armada e, o segundo, a questão da “Autoridade do MPLA”, referia-se ao princípio de que nenhuma tendência se deveria sobrepôr a outra durante a realização do referido congresso, uma medida que implicava a suspensão dos órgãos instituídos, ponto contestado desde logo pela Direcção em exercício, mas que foi aprovado na C.P.C. (Comissão Preparatória do Congresso) e, estava inscrito no Regimento desse Congresso¹⁷⁶.

¹⁷⁴ Cf. Fundação Mário Soares, *FUNDO DMA, Pasta 04339.002.002*, fls. 27.

¹⁷⁵ Idem, *FUNDO DMA, Pasta 04339.004.005*, 19-08-1974.

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*.

Face ao impasse resultante destes pontos, foram encetados vários encontros entre as três tendências fora da agenda das conversações, com o objectivo de se salvar o Congresso. Dessas iniciativas realizadas nos dias que se seguiram ao mencionado incidente, ou seja, entre 18 e 20 de Agosto, ressalta o *memorandum* elaborado pela Direcção do MPLA, propondo as seguintes alternativas: «1ª Alternativa – a anulação do voto da sessão de 18 de Agosto e, conseqüentemente, a apresentação dos trabalhos previstos na Agenda com a apresentação dos relatórios da Revolta Activa e da Revolta do Leste (...). 2ª Alternativa – incluir-se nas Agendas uma alínea em que seja previsto o Relatório da Direcção do MPLA, aceitando-se as conseqüências que advêm do reconhecimento expresso pelas duas facções da “Autoridade da Direcção do MPLA”. Isso implica, por exemplo, a revisão do processo preparatório do Congresso e das medidas de segurança em que ele se realiza. 3ª Alternativa – tendo em atenção a grave situação que se desenvolve no nosso País, bem como a necessidade urgente de libertarmos para tarefas da luta a massa de delegados aqui concentrados, as três partes concentram a sua atenção apenas nos pontos seguintes: a) procura de uma plataforma política que sirva de orientação quanto à linha política e ao programa de acção; b) constituição de uma Direcção unitária.»¹⁷⁷. As discussões decorreram, assim, em torno dessas propostas, mas não mereceram a aprovação das facções da Revolta Activa e do Leste, tendo por isso resultado no afastamento definitivo da facção Neto do Congresso¹⁷⁸.

A partir deste momento, a facção Neto rejeitou qualquer regresso à participação no Congresso e propôs em seu lugar, a realização de um outro no interior do país, na presença do Povo, dispensando, desse modo, a mediação dos países africanos¹⁷⁹. Prosseguiram assim as divergências e a fragmentação interna no MPLA, como se depreende dos comunicados que cada uma das facções emitiu após a ruptura: «No seio do MPLA, desde sempre, os militantes são colocados a utilizar o seu direito de crítica em relação a todos os órgãos e a todos os outros militantes, qualquer que seja o seu grau de responsabilidade Este direito deve ser exercido no seio dos organismos a que

¹⁷⁷ Idem, *FUNDO DMA, Pasta 04339.004.005*, de Agosto de 1974.

¹⁷⁸ Pela natureza do conflito que se instalou, surgiu a necessidade da criação de um quadro documental que incluísse as apreciações do “Presidium”, órgão que presidia a este congresso e que constituiria uma mais-valia na dissecação deste conflito.

¹⁷⁹ Cf. Fundação Mário Soares, *FUNDO DMA, Pasta 04339.002.005*, de 22.06.1974 (Anexo nº 19).

pertence o militante, ou durante qualquer reunião de trabalho. É pois incompreensível que os militantes no activo, signatários do Apelo, alguns dos que tinham participado no Movimento de Reajustamento da Frente Norte, cuja primeira fase terminou em Fevereiro de 1974, não tenham nunca utilizado o seu direito de expressão para apresentarem as suas críticas e venham agora fazê-lo em público, contra todas as normas de uma organização política, numa tentativa de lançar o descrédito sobre o MPLA, no momento preciso em que a força do nosso Movimento se revelou aos olhos de todo o Mundo.

A discussão pública do fundo dos problemas levantados seria ridícula e ineficaz e é a razão pela qual a Direcção do MPLA e os seus militantes engajados na luta, convidaram sem sucesso todos os signatários, mesmo aqueles que assinaram depois a publicação do documento e dos quais a grande maioria nunca deu a menor contribuição real à luta, a partirem para as bases e campos do Movimento para aí discutirem francamente com os militantes que ali estão totalmente à disposição da luta.»¹⁸⁰.

Já para a Revolta Activa, o afastamento da Facção Neto foi condenado nos seguintes termos: «Espezinhando os princípios democráticos, a ala presidencialista revelou claramente o seu espírito de irresponsabilidade. Os militantes honestos, os patriotas Angolanos, o nosso Povo, a África e o Mundo puderam constatar, espantados, a atitude anti-unitária e anti-patriótica da facção presidencialista no Primeiro Congresso do MPLA. Os congressistas da Revolta Activa do MPLA condenam energicamente o abandono do Congresso pela direcção presidencialista cessante – o que constitui uma grave violação dos princípios democráticos do MPLA, um acto de extrema irresponsabilidade, um atentado à unidade do Movimento e do Povo Angolano.

Os congressistas da Revolta Activa denunciam vigorosamente a manobra da direcção presidencialista em pretender realizar o Congresso da sua facção no interior do País.»¹⁸¹.

A Revolta do Leste também condenou o abandono da Facção Neto, quer em comunicado conjunto com a Revolta Activa, quer prosseguindo com o referido

¹⁸⁰ Idem, *FUNDO DMA, Pasta 04339.002.005*, de 22.06.1974.

¹⁸¹ Idem, *FUNDO DMA, Pasta 04308.001.003*, de 28-08-1974.

Congresso, mesmo não contando com a Revolta Activa na votação final dos novos órgãos de direcção do MPLA.

4.7.5) O Rescaldo e as Ondas de Choque sofridas pela Revolta Activa

Após o final do Congresso e no que toca à Revolta Activa e da leitura do seu documento de base ressalta a vontade de discussão dos problemas internos, cumprindo com as orientações saídas da Plataforma estabelecida na Comissão Preparatória do Congresso:

«Não era nossa intenção tomar a palavra nesta sessão de abertura em nome da Revolta Activa.

Nós pensávamos e continuamos a pensar que o facto de termos trabalhado com espírito unitário na preparação deste Congresso e mesmo antes, em Mogadíscio, devia constituir prova suficiente de que ele iria marcar o primeiro passo no caminho da Unidade interna que todos ansiamos. Não queríamos, portanto, afirmarmo-nos uma vez mais como tendência.

No entanto, aproveitamos, esta oportunidade para reafirmar algumas das nossas posições fundamentais.

Para nós, militantes em Revolta Activa, este Congresso é o ponto culminante de todo um processo evolutivo em que entraram em jogo factores internos e externos.»¹⁸².

Contudo, esta não foi a tónica que presidiu a este encontro, que, no geral, foi marcada por muita tensão, tendo-se saldado no fracasso do Congresso. Um desfecho que foi contrário aos objectivos traçados e defendidos pela Revolta Activa de lutar pela unidade e coesão do MPLA, seguindo a estratégia da exploração dos pontos convergentes que uniam cada uma das facções.

Ao invés disso, a ruptura deixou tudo na mesma em relação à almejada unidade interna. Uma aliança com a Revolta do Leste revelou-se inviável, pois, se, por um lado Gentil Viana advogava uma aliança estratégica com o grupo Chipenda no sentido de trazer de volta a Facção Neto ao Congresso, por outro, Mário Pinto de Andrade opunha-

¹⁸² Idem, *FUNDO DMA, Pasta 04308.002.0021*, de 28-08-1974.

se a tal ideia, pois não concordava que a Revolta Activa se juntasse a uma facção com uma conotação étnico-regional, cujo líder alimentava ambições de liderança do Movimento e, surgia ao lado da República do Zaire e da FNLA, o que, no seu entender, constituía uma acção de oportunismo político¹⁸³.

Para a Revolta Activa, o rescaldo do Congresso, saldou-se num certo enfraquecimento, com o afastamento de alguns dos seus membros e aderentes, que se juntaram à Revolta do Leste¹⁸⁴, e com outros a equacionarem outras saídas individuais, tais como o regresso às fileiras do MPLA ou a ida para o estrangeiro. Apesar disso, ainda é a maioria do núcleo inicial que regressa a Luanda e mantém conversações com a facção Neto até Abril de 1976.

4.8) O Acordo de Brazzaville

O Acordo de Brazzaville, estabelecido a 3 de Setembro de 1974, surgiu na sequência da IX Cimeira da Conferência dos Estados da África Central e Oriental, que decorreu na capital congoleza entre os dias de 31 de Agosto e de Setembro de 1974¹⁸⁵, após o fracasso do Congresso de Lusaka e foi o fruto de um esforço derradeiro dispendido pelos países que faziam parte da comissão de mediação dos países africanos.

Deste modo, foi estabelecido um acordo que ficou sujeito a ratificação posterior, a qual deveria ocorrer na capital zambiana, numa reunião a realizar-se entre as três facções. O acerto que se fez, resultou numa direcção tripartida do MPLA, com uma representatividade proporcional como se segue: um Comité Central, constituído por 39 membros, sendo 16 membros designados pela actual Direcção do MPLA, 13 membros pelo Grupo da Revolta do Leste e 10 membros para o Grupo da Revolta Activa. Um Bureau Político de 9 membros designados de entre os membros do Comité Central e

¹⁸³ Idem, *FUNDO DMA, Pasta 04339.002.003*, de Set.1974 e Entrevista com Justino Pinto de Andrade, 2009.

¹⁸⁴ Entrevista com Justino Pinto de Andrade, 2009.

¹⁸⁵ Cf. «O Acordo de Brazzaville entre as três tendências do MPLA (3/09/74)», in Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, pp. 406-408.

composto por 3 membros de cada facção e, por último, uma Presidência constituída por um Presidente e 2 Vice-Presidentes¹⁸⁶.

Este acordo foi tornado oficial através de uma nota divulgada pela nova direcção¹⁸⁷ e por um comunicado radiodifundido na voz de Joaquim Pinto de Andrade através do Programa *Angola Combatente*¹⁸⁸.

Todavia, este acordo acabou igualmente por não se concretizar, pois dele não resultaram actos tendentes a consolidar a unidade desejada. Da reunião de balanço realizada pela Revolta Activa, um mês depois do Acordo de Brazzaville, vários foram os pontos analisados, passando em primeiro lugar pela não realização da reunião do Comité Central do MPLA Reunificado, que devia ter tido lugar em 27 de Setembro em Lusaka, mas que se pautou pela ausência da facção Chipenda. A Revolta Activa destacou uma delegação para Kinshasa, a fim de contactar com os dirigentes dessa facção e apurou que a sua não participação se devia ao facto desta facção concluir que a facção Neto havia rompido com os acordos estabelecidos, ao desencadear as seguintes acções: recepção de uma ajuda financeira para o MPLA sem o conhecimento dos outros membros do novo Comité Central; manutenção de contactos isolados com as autoridades portuguesas sem divulgar o conteúdo dos mesmos e por considerar que o MPLA planeava a sua eliminação física.

Em síntese, esta reunião concluiu o seguinte: 1 - a dispersão das três facções pelas capitais da Zâmbia (Facção Neto), da República do Congo (Revolta Activa) e da República do Zaire (Revolta do Leste); 2 - falta de contactos com vista a um trabalho concreto de reorganização do Movimento e 3 - «...uma Declaração pública e decisões unilaterais do Camarada Neto e do Camarada Chipenda...»¹⁸⁹.

Nesse período a Revolta Activa tinha retomado as suas emissões radiofónicas, que passaram a ser difundidas, durante algum tempo, em conjunto com a facção Neto, e comparecido à reunião que acabou por ser adiada *sine die*¹⁹⁰, ao mesmo tempo que

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*, pp. 406-408.

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*, pp. 406-408.

¹⁸⁸ Cf. «Mensagem do Camarada Joaquim Pinto de Andrade, Vice-Presidente do MPLA (18-09-74)», in Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, pp. 410-411.

¹⁸⁹ Cf. Fundação Mário Soares, *Espólio de Mário Pinto de Andrade, Pasta 04307.002.008, "Informação da Revolta Activa para os camaradas no exterior"*, de 08.09.1974.

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*.

aguardava pela integração dos seus quadros nas novas estruturas conjuntas, em cumprimento das orientações saídas do Acordo Tripartido de Brazzaville, mas que nunca se materializou na prática. No entanto, após as conclusões apuradas na mencionada reunião de balanço, a Revolta Activa, que havia permanecido em silêncio deste a assinatura do Acordo de Brazzaville, procurou reagir, reorganizando-se em novos moldes, isto é, criando uma estrutura organizativa de modo a funcionar como «...uma corrente de opinião no interior do MPLA» e constituindo-se como uma ala progressista do nacionalismo angolano, tendo como ponto de partida as limitações que a conjuntura política impunha. Deste modo novas prioridades foram definidas: «...a luta é o aspecto principal e a unidade e o reforço do MPLA aparecem como limites da confrontação entre as tendências.»¹⁹¹, passando a considerar-se que o esforço principal seria preservar a unidade no seio do MPLA.

Desta reorganização saiu a nomeação de um Comité Coordenador Provisório composto por 10 membros e a criação de um plano de acção que previa a formação de grupos de trabalho de 5 a 7 elementos para desenvolver várias tarefas de carácter político e organizativo¹⁹². É com esta estrutura que a Revolta Activa se prepara para regressar ao interior do território angolano.

Pode-se então concluir que a Revolta Activa, que havia proposto o Congresso de Lusaka, como forma de resolução dos problemas com vista aos novos desafios, tal como refere Joaquim Pinto de Andrade: «Com o Congresso pretende-se principalmente reforçar a unidade no seio do Movimento, restaurar os princípios políticos do MPLA e reestruturá-lo democraticamente de forma a enfrentar melhor as pesadas tarefas impostas pelo desenrolar da luta...»¹⁹³, acabou por ver este objectivo gorado. Este período marcado por estas tentativas de unidade, como o Congresso de Lusaka e a Reunião de Brazzaville, marcou o fim da primeira fase de existência da Revolta Activa.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*.

¹⁹² Idem, *ibidem*.

¹⁹³ Cf. «Entrevista de Joaquim Pinto de Andrade», *Revista Semana Ilustrada*, Luanda, nº 369, de 17 a 24 de Julho de 1974.

Capítulo V – O Fim da Dinâmica Renovadora (1975)

5.1) O Contexto Político

O ano de 1975 foi um ano de grandes desafios para o MPLA, tendo em vista a nova conjuntura política que colocava este movimento numa situação muito difícil, dado o confronto com os outros movimentos de libertação, situação à qual não era alheia o contexto internacional e os interesses geoestratégicos que se jogavam na naquela região do globo e onde este movimento surgia como uma ameaça pela sua proximidade com mundo comunista.

No panorama interno, o ano de 1975 foi marcado por uma grande efervescência com origem nas mudanças políticas e na presença de três movimentos de libertação nacional, pelo que se assistia ao seguinte quadro:

- a) Perturbações internas provocadas pela movimentação dos colonos, onde se destaca o conflito provocado pelos taxistas em Luanda e a respectiva resposta popular;
- b) As greves em Luanda e Benguela;
- c) O surgimento de partidos políticos e associações políticas¹⁹⁴;
- d) O surgimento de Órgãos de Defesa Popular que integravam militantes do MPLA na clandestinidade;
- e) Início dos confrontos armados e dos conflitos entre os três movimentos de libertação, que terminaram, em Julho, com a expulsão de Luanda da FNLA e da UNITA.

No plano externo, há a considerar as movimentações das potências ocidentais, de um lado e, do outro, da URSS e dos países do Leste empenhados nas estratégias geopolíticas no contexto da Guerra Fria, sendo o MPLA apoiado pela Jugoslávia, Cuba e, mais tarde, pela URSS; a FNLA por países como o Zaire (este, por seu turno,

¹⁹⁴ São exemplos, alguns partidos e associações políticas, como o PCDA (Partido Cristão Democrático de Angola), liderado por António Ferronha; a FRA (Frente de Resistência Angolana) de Pompílio da Cruz; a FUA (Frente de Unidade Angolana), liderada por Fernando Falcão, e o Movimento Democrático que contava com Eugénio Ferreira como um dos seus membros influentes.

patrocinado pelos EUA), a China e a Roménia, e a UNITA pela Zâmbia e a África Sul¹⁹⁵.

A conjuntura dos apoios externos aos diferentes movimentos de libertação foi propícia ao clima de guerra civil iminente que se vivia, tanto na capital, como nas cidades onde se encontravam representações dos três movimentos, tornando-se tal facto numa das preocupações, tantos dos representantes do MPLA, como dos membros dissidentes da Revolta Activa que, após os Acordos de Alvor de 15 de Janeiro de 1975, e a sua entrada na capital angolana, iniciaram uma batalha no sentido da sua reintegração no MPLA.

5.2) A Revolta Activa em Luanda

Com a chegada a Luanda, este Grupo iniciou uma nova etapa, em primeiro lugar porque esta cidade já não constituía um terreno familiar, em termos de espaço de actuação política e, em segundo lugar, porque a nova conjuntura política, marcada pelo advento da independência, colocava inúmeras dificuldades à acção que se pretendia levar a cabo, como se pôde constatar pela pouca receptividade e até animosidade com que os militantes da Revolta Activa aí foram recebidos. De facto, o retorno a Luanda de alguns membros deste Grupo foi marcado por alguns actos de violência, como, por exemplo, as tentativas de agressão sofridas por Hugo de Menezes e Maria do Céu Reis, aquando da chegada de Lúcio Lara a frente da primeira delegação representativa do MPLA.

Assim sendo, a pouca acção política desenvolvida nesse período, foi marcada sobretudo por tarefas organizativas, como a criação de células da Revolta Activa junto de estudantes universitários e entre trabalhadores e gente da classe média, especialmente na capital¹⁹⁶. Contudo, esta iniciativa foi de pouca dura devido, por um lado, ao clima intimidatório reinante contra a dissidência da Revolta Activa, e, por outro lado, porque

¹⁹⁵ Cf. Capítulo VIII, Subtítulo «Angola: da Inclinação Pró-UNITA ao Reconhecimento do MPLA», in Oliveira, Pedro Aires, *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa. 1945-1975*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007, pp. 443-460.

¹⁹⁶Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2006, p. 127.

o ambiente político reinante na época era marcado por uma grande expectativa em torno da independência e, por isso, nada propício à discussão dos problemas internos do MPLA.

Neste âmbito e agindo como cidadãos, como se pode ler numa das passagens de um texto elaborado por elementos deste Grupo: «Os membros da Revolta Activa são, ao mesmo tempo, militantes de uma organização política e cidadãos nacionais angolanos. Como militantes de organização política em revolta activa, a sua tarefa principal é, sobretudo, lutar pelo reforço da unidade e democracia na sua organização, para levá-la a desempenhar plenamente o seu papel de vanguarda nacional.»¹⁹⁷. É com tal missão que procuraram intervir no cenário político com propostas tendentes a evitar a guerra, numa fase que pode ser caracterizada do seguinte modo: «...perigo de guerra interna e consequente internacionalização do conflito, violações frequentes dos mais elementares direitos do homem e do cidadão, dificuldades de funcionamento para as mais altas instâncias estatais, abandono maciço das suas funções nos diferentes ramos da actividade nacional, proximidade de crise económica e social generalizada, dificuldade extrema de os três Movimentos de Libertação porem em prática uma plataforma política capaz de efectivamente fazer avançar o processo de independência e construção nacional. Eis o que revela a gravidade da nossa situação e o que permite aos inimigos nacionais dar ao mundo uma visão grotesca da nossa Pátria.»¹⁹⁸.

Dadas as circunstâncias, o Grupo iniciou contactos tendentes à sua reintegração no MPLA, já que foi perdendo alguns dos seus aderentes, nomeadamente os que, tendo experiência militar, regressaram às fileiras do exército do MPLA (FAPLA) para ajudarem nos combates que se travaram na região de Luanda contra as outras forças nacionalistas.

5.3) A Ronda de Conversações Intermitentes

O início do fim começa, por assim dizer, com o aumento dos actos intimidatórios, como a propagação de notícias que atribuíam ao Grupo da Revolta

¹⁹⁷ Cf. «Carta», *Jornal "O Comércio de Luanda"*, de 14 de Julho 1975.

¹⁹⁸ Idem, *ibidem*.

Activa a pretensão de se autonomizar em relação ao MPLA e de constituir alianças com outros movimentos, como o desmentido publicado num dos diários luandenses da época¹⁹⁹ e igualmente porque o contexto político atrás descrito inviabilizava o prosseguimento dos objectivos traçados no seu *Manifesto*.

Reflectindo sobre o agravamento da sua situação, o Grupo resolve dissolver-se enquanto dissidentes da Revolta Activa e solicitar ao MPLA a sua reintegração. As conversações com a direcção do MPLA decorreram entre 1975 e 1976 em diferentes contextos políticos que viriam a condicionar os resultados das mesmas. Para tal, foi prevista a constituição de uma comissão mista que integrava membros de ambas as partes, a qual, tendo em conta o ambiente político desse período, nunca funcionou nos moldes previstos, sendo os seus representantes indicados para as diferentes rondas de conversações de acordo com as disponibilidades de cada parte.

A primeira ronda de conversações foi constituída por dois encontros no primeiro trimestre de 1975 e outro em Julho, antes da proclamação da independência. A direcção do MPLA propunha como condição para reintegração dos membros da Revolta Activa, a apresentação de uma declaração individual de crítica e auto-crítica e, por sua vez, a Revolta Activa exigia a criação de «...uma plataforma de princípios básicos...» que regesse a reintegração dos seus membros no movimento. A exigência de uma plataforma de princípios por parte da Revolta Activa tinha como objectivo deixar claras as razões do surgimento desta dissidência e a recusa de aceder à auto-crítica pública prendia-se à necessidade de salvaguardar a integridade física dos seus elementos perante a ameaça de agressão e repressão de que se sentiam alvos, dada a propaganda hostil que circulava. É este braço de ferro que vai durar até Abril de 1976, quando acabam por ceder, num quadro de ruptura por parte do MPLA.

A segunda ronda de conversações entre a direcção do MPLA e o Grupo da Revolta Activa é retomada no início do mês de Abril de 1976 e decorre num período de grande agitação e preocupação para os membros desta dissidência, devido ao discurso proferido pelo então Ministro da Administração Interna, Nito Alves, no dia 28 de Março de 1976. Nesse discurso incitava-se à denúncia dos elementos da Revolta Activa, a partir dos seus locais de trabalho, e defendia-se pela primeira vez, de forma explícita, a punição dos elementos que compunham esta facção política do MPLA, tida como

¹⁹⁹ Cf. «Esclarecimento da Revolta Activa do MPLA», *Jornal "A Província de Angola"*, de 03-01-1975

revolucionária. O endurecimento do discurso por parte da direcção explica-se devido ao novo contexto político, que de uma fase de eminência de guerra civil e de asfixia vivida em 1975, passava agora para um período de estabilização e de consolidação da independência, uma conquista feita pelo MPLA, sob a liderança de Agostinho Neto²⁰⁰. As atenções viravam-se agora para as questões internas e focam-se em «...exercer a violência revolucionária das massas sobre os seus antigos castigadores...»²⁰¹, numa referência clara aos que haviam colaborado com a polícia secreta portuguesa, bem como em «...combater os desvios como o esquerdismo, o sectarismo e o dogmatismo...»²⁰², numa referência a todos quanto se haviam constituído em oposição ao MPLA, incluindo a Revolta Activa.

É neste ambiente que se realizaram os últimos contactos estabelecidos com o Presidente Neto, pela intervenção de Eduardo Macedo dos Santos, um dos primeiros quadros deste grupo a regressar às fileiras do MPLA. Nestes encontros, Joaquim Pinto de Andrade, na qualidade de mediador, reafirmou a dissolução do Grupo e reiterou a vontade dos seus elementos em reintegrar o Movimento. A proposta do Presidente Neto foi de que este grupo deveria fazer uma declaração pública de crítica e autocrítica, cujo texto deveria ser entregue ao *Bureau* Político, a reunir no dia 10 de Abril de 1976.

A declaração foi entregue a 09 de Abril, era constituída por dois pontos e nela se fazia a contextualização das razões que estiveram na origem do surgimento da Revolta Activa, bem como a assumpção da auto-crítica, declarando-se, no primeiro ponto: «I- A posição assumida em 1974 por certo número de militantes do MPLA e que ficou conhecida por “Revolta Activa” correspondeu a uma determinada apreciação dos problemas com que o nosso Movimento se defrontava naquela altura (...). Uma análise retrospectiva, à luz dos acontecimentos subsequentes, impõe reconhecer que o processo utilizado para solucionar os problemas em causa não correspondeu à situação...». No segundo ponto realçava-se o facto dos membros da Revolta Activa se terem posicionado ao lado do MPLA: «...quando a ofensiva imperialista, materializada na conjugação das forças invasoras da África do Sul com as da FNLA/UNITA, punha em sério perigo a sobrevivência do nosso Movimento e da nossa Pátria, várias iniciativas foram tomadas

²⁰⁰ O fim invasão sul-africana regista-se em Março de 1976.

²⁰¹ Cf. «Discurso de Nito Alves», *Jornal de Angola*, 31 de Março de 1976.

²⁰² Idem, *ibidem*.

para, constatando o facto de estar ultrapassada a situação de “Revolta Activa”, colocar cada um dos seus elementos sob direcção do Comité Central do MPLA.». Por último, seguindo a orientação do Presidente da República, comunicada a 3 de Abril de 1976, «...de consolidar e desenvolver as vitórias decisivas já alcançadas pelo nosso Povo sob a direcção do MPLA...», declaravam que, «com a mesma firmeza de convicções e com o mesmo apego, ao único objectivo de servir a Pátria que nos nortearam no passado, assumimos também agora a inteira responsabilidade decorrente desta declaração.».

No entanto, esta declaração não só, não seria aceite pelo Bureau Político do MPLA, como daria lugar a uma posição mais endurecida por parte deste, ao iniciar-se, de imediato, a prisão dos membros da Revolta Activa.

Daí a indignação expressa em carta endereçada por Joaquim Pinto de Andrade ao Presidente Neto: «Permite-me que te manifeste a minha surpresa pela forma como este assunto parece ter sido tratado, dado que o texto em apreço (como da sua própria forma o teor se infere) era uma proposta colectiva de comunicação ao País, cuja principal finalidade consistia em despoletar a terrível arma da calúnia e do ódio, clarificar posições, esclarecer o País e contribuir assim para o congraçamento dos espíritos e a construção de unidade nacional, tão forte e oportunamente preconizado na tua mensagem ao País de 3 de Abril. (...). Perante os factos que acabo de lembrar, não consigo compreender os motivos que determinaram esta vaga de prisões, nem vislumbrar a finalidade que se pretende atingir.»²⁰³.

Este desfecho que se materializou na prisão de parte dos membros da Revolta Activa, alguns deles antigos fundadores do MPLA, cuja trajectória política datava de períodos anteriores, como era o caso de Gentil Viana, Manuel Videira, Mário Paiva ou de outros que já haviam passado pelas masmorras do regime colonial, como era o caso dos irmãos Vicente e Justino Pinto de Andrade, sintetiza o fim de uma morte anunciada, na medida em que, desde o surgimento desta tendência política no seio do MPLA, pairava sobre ela o espectro da repressão.

Deste modo, o longo processo de conversações permite-nos ter uma dimensão do conflito que se havia instalado e do posicionamento e estratégia das partes envolvidas. Relativamente ao MPLA, o prolongamento das conversações era motivado,

²⁰³ Vide Anexo nº 11: “Carta endereçada ao presidente Neto por Joaquim Pinto de Andrade, de 03-05-1976” (Arquivo Particular).

por um lado, pela conjuntura política e as várias frentes a que tinham que dar resposta tornavam difícil manter um ritmo regular de conversações e, por outro, mostrava a complexidade da questão, pois a resolução do problema da Revolta Activa e a reintegração dos seus membros não era uma questão pacífica no interior do MPLA, já que dividia as diferentes elites no seu interior. De facto, a posição de defesa de punição dos membros desta dissidência e não a sua reintegração aparece como aquela que mais peso teve durante as conversações. Para mais, a situação difícil que o MPLA atravessava, com o conflito que se instalara no interior das cidades entre os três movimentos de libertação e que se inseria no quadro das estratégias das potências ocidentais no âmbito da Guerra Fria, alimentava os defensores desta posição de força, tal como é descrito por alguns dos membros que participaram nas rondas de conversações, ao referirem que as reuniões decorriam num ambiente de muita tensão e eram marcadas por «...palavras e actos de ameaça física.»²⁰⁴.

Quanto à Revolta Activa percebe-se, no decorrer das conversações, que o processo de reintegração foi sendo proposto de forma gradual, pois numa primeira fase era ainda defendida uma integração do Grupo, sem que se considerasse a sua dissolução: «Chegou a hora de cada tendência demonstrar praticamente, ante aos militantes e ante a Nação, o seu patriotismo e o seu espírito MPLA!» e, mais adiante: «A Revolta Activa propõe como base da urgente unidade interna do nosso Movimento a PLATAFORMA CONCRETA seguinte: a) Criação, pelas tendências, duma estrutura unitária e democrática, no interior do País, capaz de dirigir superiormente a luta nacional contra a reacção e a possível guerra civil reaccionária.»²⁰⁵.

Já a Proposta de Comunicado de Setembro de 1975, demonstra uma viragem de posicionamento, ao afirmar o seguinte: «Considerando a necessidade imperiosa de barrar o caminho às forças do colonialismo e do imperialismo que pretendem manter a subjugação da Nação e liquidar o nosso movimento (...). Uma delegação do Bureau Político reuniu (ilegível) com delegados mandatados da “Revolta Activa dos Quadros e Militantes do MPLA” decidem: 1. a cessação formal da “Revolta Activa dos quadros e Militantes do MPLA”, 2. a reintegração na actividade do Movimento de todos os elementos que se reclamam da “Revolta Activa”.». Nesta estratégia também estava

²⁰⁴ Cf. «Nota aos Camaradas Representantes da Direcção do MPLA na Comissão Mista», in Tali, Jean-Michel Mabeko, *op. cit.*, 2001, pp. 417-418.

²⁰⁵ Vide Anexo nº 7: “Declaração da Revolta Activa do MPLA de 17-11-1974” (Arquivo Particular).

presente a necessidade sentida de salvaguardar a integridade física destes indivíduos, face ao clima de hostilidade que se havia instalado em seu redor e que tinha como origem uma propaganda feita, quer através dos canais oficiais da comunicação social (rádio e jornais), quer através dos jornais de parede em locais públicos e panfletos, e expressa de forma a acirrar os ânimos²⁰⁶.

5.4) O Desfecho Final: As Prisões, o Exílio e o Banimento Social

A partir de 13 de Abril de 1976 inicia-se a prisão da maior parte dos membros da Revolta Activa, contando-se entre eles: António Monteiro (Totoy ou Talagongo), Gentil Viana, os irmãos Justino, Merciano e Vicente Pinto de Andrade, António Lukamba Vunge, Tito Gonçalves, Roberto Brooks de Sousa e Santos, António Gonçalves Capita e Rafael Godinho, que permaneceram encarcerados cerca de 2 anos e meio. Por sua vez, Manuel Videira e Rui Casto Lopo (Muxima), já haviam sido presos antes da decisão do Bureau Político do MPLA, de 10 de Abril de 1976, de mandar prender os ex-membros da Revolta Activa.

Destes presos, Gentil Viana e António Monteiro (Totoy) foram levados para a Cadeia de S. Paulo (antiga cadeia da PIDE) e os restantes foram encaminhados para a Casa da Reclusão (Fortaleza do Penedo). Gentil Viana entrou em greve de fome como forma de protesto contra a sua prisão e acabou por ter que ser admitido no hospital. Algum tempo depois, e após terem estado um curto período na clandestinidade, entregaram-se Luís Carmelino (Jota) e Fernando Paiva. Já António Menezes entregou-se nove meses depois. Adolfo Maria foi a excepção, pois permaneceu escondido até Novembro de 1978, mercê da solidariedade de um círculo muito restrito de amigos e sobretudo devido ao apoio da sua companheira. Todos eles permaneceram encarcerados sem culpa formada durante cerca de dois anos e meio e acabaram indultados, sem nunca terem sido julgados.

Os membros desta dissidência que não foram presos conheceram outros constrangimentos igualmente penosos, dos quais se dá conta a seguir: «...assiste-se a

²⁰⁶ Vide Anexo nº 11: “Carta endereçada ao presidente Neto por Joaquim Pinto de Andrade, de 03-05-1976” (Arquivo Particular).

toda uma orquestração, utilizando os mais variados instrumentos (rádio, jornais, cartazes, jornais de parede, boatos), para criar uma atmosfera de ódio, violência, calúnia e perseguições de várias ordens, contra os camaradas que se reclamavam da RA e até contra os seus amigos e familiares.»²⁰⁷.

A liberdade desses quadros só se viria a concretizar após o anúncio da amnistia feita pelo Presidente Neto em 15-09-1978, num discurso em Cabinda: «Dentro do nosso país nós tivemos outras contradições com elementos que, por exemplo em 1974, constituíram fracções contra a direcção do MPLA. Quer dizer, aquilo que se chamou a Revolta Activa ou Revolta do Leste. Pois bem, a direcção política do nosso Partido decidiu libertar, restituir a liberdade, irão trabalhar e irão contribuir como certamente é seu desejo, para reconstrução do nosso país.»²⁰⁸.

Os primeiros presos saíram em liberdade em Outubro. Os últimos elementos a sair foram Jota Carmelino e Fernando Paiva, que saíram em Novembro e sob condições especiais de liberdade, isto é, com residência fixa²⁰⁹. Todavia, nem todos puderam continuar a viver em Angola, pois tiveram que escolher o exílio. É assim que Gentil Viana, que se encontrava bastante debilitado fisicamente e à beira da cegueira de uma vista, é enviado para a Jugoslávia, optando depois por ficar em Lisboa e iniciar a sua actividade profissional como advogado, mantendo-se sempre a par do desenvolvimento político de Angola e procurando intervir de forma activa.

Também em Novembro desse ano, Adolfo Maria, o único dissidente que havia mergulhado na clandestinidade durante o tempo que durou a prisão dos seus colegas (de Abril de 1976 a Novembro de 1978), desenvolveu contactos no âmbito da amnistia decretada pelo Presidente da República, através da sua mulher, Maria Helena, para solicitar igualmente a sua liberdade²¹⁰. É expulso de Angola no início de 1979, não sem antes ser preso pela DISA²¹¹ e ser sujeito a residência fixa por dois meses. Juntar-se-ia, em Portugal, aos seus dois antigos companheiros de luta, Gentil Viana e Mário Pinto de Andrade e iria estar na criação de um novo Grupo de Reflexão, desta feita com o

²⁰⁷ Idem, *ibidem*.

²⁰⁸ Cf. *Jornal de Angola*, de 16-09-1978, p. 4.

²⁰⁹ Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2006, p. 155.

²¹⁰ Carta enviada ao Presidente Neto em Novembro de 1978.

²¹¹ Direcção de Informação e Segurança de Angola. Trata-se da polícia política angolana.

objectivo de promover a reconciliação nacional, no quadro da guerra civil que o País vivia.

5.5) Joaquim Pinto de Andrade, o Mediador

O papel desenvolvido pelo Presidente de Honra do MPLA, Joaquim Pinto de Andrade, constitui um contributo que merece um destaque particular. A sua participação, enquanto figura independente e não envolvida nos conflitos internos, foi pensada pela Revolta Activa, como um elemento agregador e capaz de conferir a credibilidade necessária ao *Manifesto* ou *Apelo*, no âmbito do objectivo de prosseguir com a reestruturação e a democratização no MPLA, preservando-se a unidade e a coesão interna. Por outro lado, a sua postura perante o conflito interno do MPLA também se revelou importante em todo esse processo, quer na tentativa de unidade e de aproximação das três tendências; quer na defesa dos ideários do Movimento, como se verificou aquando o surgimento da Revolta Activa, em Brazzaville; assim como na defesa dos membros dissidentes durante a fase da repressão que sobre eles se abateu e que os levou à cadeia, onde permaneceram cerca de 2 anos e meio.

De facto, a repressão que se abateu sobre os membros da Revolta Activa não suscitou da parte da sociedade civil angolana uma onda de solidariedade visível, pois, por um lado, a conjuntura política de 1976 era ainda devedora do sentimento de grande euforia provocado pela independência trazida pela mão do MPLA e do seu líder, Agostinho Neto e, por outro lado, as questões levantadas por esta dissidência circunscreviam-se a uma fase anterior, pouco conhecida e passada no exterior durante a fase de luta armada. Daí que a repressão que se abateu sobre os seus membros, fosse um facto longínquo das preocupações imediatas da sociedade civil. O apoio e a solidariedade dados a estes quadros e militantes do MPLA foram protagonizados pelos seus familiares, companheiros e amigos mais próximos, que se encontravam quer no interior e quer no exterior do País, merecendo especial destaque a acção desenvolvida em Angola por Joaquim Pinto de Andrade.

A sua experiência de luta e de resistência anti-colonial, ganha ao longo de treze anos, a passagem pelas prisões portuguesas, os exílios e batalhas jurídicas, não só lhe deram um grande prestígio pessoal, como fizeram dele uma voz importante na defesa

destes dissidentes presos, quer junto das estruturas superiores do MPLA, quer junto da opinião pública.

Esta, no entanto, não foi uma posição fácil defender, pois, nesse período foi afastado do cargo de Director do Instituto de Investigação Pedagógica e viveu igualmente vários constrangimentos decorrentes da sua ligação ao grupo da Revolta Activa. Não obstante, a sua intervenção junto do presidente Neto e de outras figuras de prestígio no interior do MPLA foi decisiva na ajuda aos seus companheiros em cativeiro. Dentre as acções que nesse âmbito desenvolveu destaca-se a proposta para a solução do caso Revolta Activa e para a libertação de alguns destes dissidentes, apresentada ao político e escritor Mendes de Carvalho, uma figura próxima do presidente Neto e respeitada pelos seus pares e onde se pode ler o seguinte: «...para se sair do impasse a que se chegou e evitar tensões entre os camaradas do Movimento, penso que uma solução viável consistiria em afastar do país os camaradas da ex-R.A., em especial os detidos.»²¹².

No exterior, as acções de luta contra a prisão dos elementos da Revolta Activa foram levadas a cabo por aqueles membros que conseguiram sair do País antes do início das detenções, tais como Mário Pinto de Andrade, a partir de Paris e Maria do Céu do Carmo Reis, em Portugal²¹³. Outra figura que também deu algum contributo na luta pela libertação dos seus companheiros foi Adolfo Maria que, mesmo na clandestinidade, elaborou a lista de presos que foi entregue à Amnistia Internacional.

Em síntese, este desfecho marca o fim da dinâmica renovadora que os militantes contestatários da Revolta Activa tentaram capitalizar para que as conversações internas no MPLA pudessem prosseguir, mesmo após o fim da primeira etapa do Movimento de Reajustamento na Frente Norte.

A Revolta Activa surge e desenvolve-se num momento de viragem política de Angola, numa conjuntura volátil e de permanentes mudanças, pela iminência da guerra civil, que ocorre no primeiro semestre do ano de 1975. A pertinência da discussão com vista à democratização do MPLA e da crítica ao “Presidencialismo Absoluto”, duas questões centrais, que estão na origem desta dissidência, apareciam agora fora de

²¹² Vide Anexo nº 12: “Carta endereçada a Mendes de Carvalho – Proposta de Solução para os Militantes da Revolta Activa na Cadeia, de 21-07-1977”.

²¹³ Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2006, p. 146.

contexto e relegadas para segundo plano. Assiste-se assim, entre 1975 (após os Acordos do Alvor) e Abril de 1976, a um longo processo de conversações tendentes à reintegração dos seus membros no MPLA, em que o braço-de-ferro que opunha as duas partes se centrava nas condições de reintegração e não nas questões que tinham dado lugar ao surgimento desta dissidência. Por esta razão, este é um processo que decorre debaixo de um clima de muita tensão, e onde estão presentes muito dos ressentimentos antigos, nomeadamente o facto de muitos dos quadros desta dissidência terem sido acusados de uma «...fraca participação na guerrilha...», durante a fase de libertação, e de muitos dos que aderiram à sua causa constituírem uma franja de militantes e simpatizantes do MPLA, que nunca participaram na luta armada. Daí que o processo de reintegração se tenha pautado, por um lado, por um clima tenso e, por outro lado, pela disseminação de propaganda anti-Revolta Activa, um sinal que por si só deixava entrever um desfecho sombrio para os elementos desta dissidência. Desfecho que ocorreu com a prisão de parte dos seus membros, numa nova conjuntura favorável que o MPLA alcançara, depois de ter percorrido um longo caminho, iniciado a partir do segundo semestre do ano de 1974, quando se inicia a sua lenta, mas imparável revitalização.

Capítulo VI - A Revolta Activa e os Conflitos Identitários no Contexto da Luta Armada

6.1) Os Antecedentes Históricos

Esta dissidência protagonizada pelos intelectuais da Revolta Activa, trouxe à tona um conjunto de problemas que se situam no campo das questões identitárias, sobretudo as clivagens que constituíram ao longo da luta de libertação factores de conflito e que foram detonadoras de crises internas²¹⁴. De entre elas contam-se o fenómeno do racismo e as manifestações de anti-intelectualismo que, com relevância, foram colocadas com o surgimento desta facção no interior do MPLA.

O levantar dessas questões (racismo e manifestações de anti-intelectualismo) transporta-nos para os problemas identitários que, de um modo geral, as então colónias portuguesas tiveram que enfrentar na sua luta contra o colonialismo, não sendo por isso, um problema exclusivo de Angola. De facto, estes problemas ainda persistem na nossa sociedade, daí a importância da sua inclusão neste trabalho.

O fenómeno da Revolta Activa, pela composição social e racial do seu núcleo inicial, trouxe, mais uma vez, ao de cima, essas contradições, causadas entre outros factores pelo colonialismo português, como se refere Arlindo Barbeitos²¹⁵: «...dos colonos aos mestiços, passando pelas classes nativas intermediárias, ou seja, os Filhos da Terra e as aristocracias nominalmente dominadas e portuguesas e pela ampla massa dos “gentios”, nobres ou plebeus, toda a população angolana foi classificada de acordo com a sua “raça” e, mais tarde, sua “etnia”. Toda esta configuração social traía não apenas uma escolha político-doutrinária que lhe conferia uma forma assimétrica, como legitimava ainda um projecto político, social e económico que concedia aos habitantes da colónia posições e estatutos sociais dependentes da raça ou da etnia que lhe

²¹⁴ As clivagens de foro racial eram anteriores à chegada de Neto, tal como a proposta do afastamento dos mestiços de cargos de chefia da organização (a negrificação proposta por Viriato da Cruz), passando pela dificuldade em integrar brancos e mestiços na organização e, mais tarde, as manifestações raciais e de anti-intelectualismo que atingiram o seu ponto mais crítico em 1972, na Frente Norte.

²¹⁵ Arlindo Barbeitos, nasceu em Catete no ano de 1940, formou-se pela Universidade de Frankfurt na Alemanha em Sociologia e Antropologia, e doutorou-se em História Africana.

emprestavam a sua feia e injusta feição moderna. Esta hierarquia arrumava os brancos, especialmente os metropolitanos, no topo, fazia de uma parte dos ex-intermediários negros e mestiços uma subalterna camada-tampão, munida de modestas e frágeis prerrogativas, remetendo para o fundo da escala os ex-“gentios” e uma grossa fatia de desclassificados sociais que tombavam na mísera condição de “indígenas” cuja noção significava, entretanto, preto “não-civilizado”.»²¹⁶.

É neste âmbito que se inserem as já mencionadas manifestações raciais e anti-intelectuais, que se manifestaram uma vez mais com o surgimento desta clivagem no interior do MPLA, constituindo-se assim, em factores de bloqueio que impediram a discussão dos verdadeiros problemas e entraves ao desenvolvimento de acções de reestruturação e democratização interna do MPLA.

6.2) A Questão Racial

A questão racial, pela sua pertinência no quadro da cisão dos intelectuais no interior do MPLA, pode ser ilustrada através da seguinte apreciação feita por um dos dirigentes mais influentes deste grupo dissidente: «Acresce que os intelectuais estavam também divididos entre si por critérios de fidelidade ao presidente ou por vários preconceitos, sobretudo ideológicos.»²¹⁷.

A questão racial, tanto contra o branco, como em relação ao mestiço foi uma realidade no interior do MPLA – não obstante este ser um movimento urbano, que se definia como progressista e universalista – espelhando assim um problema com profundas raízes históricas, marcado por uma situação colonial onde a desigualdade e a injustiça social e racial deixaram muitos ressentimentos²¹⁸. Tais manifestações percorreram a história do movimento nacionalista angolano, e, em particular, do MPLA. Ao longo da luta armada registou-se a dificuldade de integração de quadros brancos no MPLA e, uma vez integrados, a dificuldade de gestão do seu espaço de actuação, como bem ilustra a criação do Centro de Estudos Angolanos (CEA), em Argel.

²¹⁶ Cf. Barbeitos, Arlindo, *Angola-Portugal: Des Identités Coloniales Équivoques, Historicité des Représentations de Soi et D’Autrui*, (Policopiado. Resumo da Tese de Doutoramento), 2007, p. 63.

²¹⁷ Vide em Anexo: Adolfo Maria, *Entrevista Escrita*, 2009.

²¹⁸ Cf. Barbeitos, Arlindo, *op. cit.*, 2007, p. 63.

Em relação ao branco nascido em Angola e ao Europeu havia o ódio oriundo de um passado de exploração, espoliação e repressão e reinava ainda o receio e a desconfiança política de uma independência branca, com o exemplo que vinha de certas partes de África como da Rodésia de Ian Smith e de outras tentativas semelhantes. Uma hipótese que Angola não podia ainda descartar como impossível, pois, tal como os factos históricos nos comprovam²¹⁹, havia ainda uma grande parte de brancos que se batia por uma independência de maioria branca, e apenas um pequeno número deles defendia, desde 1940, uma independência seguindo o princípio do governo da maioria, o que de resto também explica o seu número, mesmo dentro do MPLA.

Assim sendo, os problemas raciais mais frequentes neste período ocorreram em relação ao grupo sócio-rácico²²⁰ dos mestiços, pela sua maior representatividade, tanto na sociedade angolana, como no seio do próprio MPLA²²¹. Problemas derivados da simbiose entre a sua condição social privilegiada no tempo colonial e durante a luta

²¹⁹ Como podemos ver Fernando Tavares Pimenta, divide a participação dos nacionalistas brancos angolanos em três tendências: «A 1ª representada por um conjunto de jovens intelectuais, progressistas, ligados à Sociedade Cultural de Angola, à Casa dos Estudantes do Império e ao MLNA-PCA – aceitou o princípio do governo pela maioria, por via da integração política da globalidade da população angolana – branca, mestiça e negra, urbana e rural, com vista à obtenção imediata da independência de Angola. A 2ª tendência, liderada por um certo sector da burguesia angolana e por António Castilho – não aceitou o princípio do governo da maioria, recusando a integração política da generalidade da população negra. Com efeito, há indícios que esse grupo almejava a independência de Angola em moldes neo-coloniais, pelo estabelecimento de um governo minoritário fundamentalmente branco, se bem que apoiado por uma parte das elites mestiça e negra assimilada. (...). A 3ª tendência – representada pela FUA – situava-se a “meio caminho” entre as duas anteriores, na medida em que aceitava o princípio do governo pela maioria, mas considerava que a população angolana ainda não estava completamente preparada para a independência, pelo que exigia do governo português a concessão de um estatuto transitório de autonomia. Esta ambiguidade pode ser explicada pela composição social dos corpos dirigentes da FUA – uma aliança de “patrões” e liberais e de intelectuais progressistas do Centro-Sul de Angola, o que teria obrigado à realização de concessões de parte a parte. Contudo, isso não obsta à integração da FUA no âmbito do nacionalismo moderno angolano, junto do MLNA-PCA e do MPLA.». Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*, Coimbra, Minerva História, 2005, pp. 183-184.

²²⁰ Caracterização feita pela socióloga Maria do Céu Reis, no seu trabalho intitulado «O MPLA e a Crise de 1962-64 como Representação: Alguns Fragmentos», in *Dinâmicas Multiculturais . Novas Faces, Outros Olhares: Actas das Sessões Temáticas do III Congresso Luso-Africano*, Vol 2, Lisboa, ICSUL, 1994, pp. 697-709.

²²¹ Censo Populacional de Angola década de 1950.

Europeus	%	Mestiços	%	Negros	%
78.826	1,9	29.648	0,7	4.036.687	97,4

Censo Populacional de Angola década de 1960.

Europeus	%	Mestiços	%	Negros	%
172.529	3,6	53.392	1,1	4.604.362	95,3

Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2005, p. 197.

armada e que, no interior do MPLA, marcaram as contradições que este movimento teve que enfrentar e gerir durante a fase da luta de libertação nacional.

É igualmente através da questão racial que se pode entender a fragmentação existente entre a intelectualidade deste movimento, quando é referido que a acção dos intelectuais estava condicionada por questões de fidelidade ao chefe e por preconceitos. Esta afirmação é importante por duas razões.

Em primeiro lugar porque levanta a questão sobre a complexidade da gestão de Agostinho Neto relativamente aos quadros mestiços e brancos no MPLA, vista como ambígua por alguns.

Enquanto chefe e dirigente do MPLA, Neto manteve sempre a defesa dos princípios fundadores do Movimento, isto é, do disposto no Programa do MPLA que o definia como uma frente política onde cabiam todos angolanos independentemente da sua condição social, racial ou credo religioso. E baseado nestes princípios, permitiu a entrada de nacionalistas mestiços e brancos sempre que o Movimento viveu momentos de carência em quadros qualificados, uma carência que advinha do baixo nível de escolaridade, imposto por práticas colonialistas a quem interessava manter o obscurantismo do povo. Um exemplo disso foi a entrada dos nacionalistas que se encontravam na Argélia, a desenvolver uma importante actividade no Centro de Estudos Angolanos (CEA), numa fase em que o Movimento perdeu parte dos quadros que se afastaram na sequência da crise política de 1962-1964 e os constantes apelos dirigidos aos quadros no exterior para virem engrossar as fileiras do Movimento no esforço conjunto pela luta contra o colonialismo.

No entanto, a percepção das diferentes elites no interior do MPLA era muita crítica em relação a esta questão, já que alguns sectores desta elite sentiam que a sua participação era precária, isto é, dependia do poder discricionário do Presidente. As nomeações ou as destituições obedeciam a critérios que só ao chefe diziam respeito: «O maior impulsionador da integração dos brancos no MPLA veio a ser Agostinho Neto. Para lá das necessidades objectivas de quadros para o desenvolvimento da luta, penso que ele, na construção do seu poder pessoal dentro do movimento, viu vantagens no recrutamento de brancos. Aproveitava as capacidades desses indivíduos, sabendo que eles não constituíam um perigo de contestação porque eram poucos e não tinham uma base social ou étnica de apoio (como muitos outros quadros do movimento). Assim, a

carreira de cada um dos brancos dentro do MPLA estava dependente dele próprio, o Presidente.»²²².

Em segundo lugar porque esta afirmação demonstra que a posição assumida pelo Presidente Neto de defesa dos princípios fundadores do MPLA e que se traduziu em não ceder às pressões relativamente à entrada de quadros por imperativos raciais, foi determinante no posicionamento de apoio ao Presidente por parte desta intelectualidade na crise de 1974, com o surgimento da dissidência da Revolta Activa. Tal pode ser ilustrado pela composição da cúpula dirigente do MPLA, onde constavam nomes como Lúcio Lara, Carlos Rocha Dilolwa, Iko Carreira, entre muitos outros.

O surgimento da Revolta Activa tornou visíveis estes problemas por via indirecta. Ou seja, a reacção ao, e a avaliação do surgimento dessa dissidência, atendendo à sua composição social e racial, despoletou os fantasmas do medo e da desconfiança política, alimentando, deste modo, um discurso populista, que rotulou estes dissidentes de oportunista e desviou a atenção da discussão dos problemas expressos no *Manifesto*.

6.3) O Anti-Intelectualismo

As manifestações de anti-intelectualismo foram outro dos fenómenos registados no período em estudo, mas cujas raízes remontam à génese do MPLA, constituindo, por isso, uma das vulnerabilidades e fragilidades desse movimento que vinham sempre à tona em momentos de crise, como a que se registou entre 1962 e 1964 e que terminou com a saída de quadros importantes e necessários para o arranque da luta de libertação nacional, merecendo por isso já a atenção de estudos, quer de carácter sociológico, como de teor histórico e político²²³.

²²² Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2005, p. 84.

²²³ Existem vários estudos sobre este tema, destacando-se de entre eles: Reis, Maria do Céu e Reis, Fidel Carmo, «O MPLA e a Crise de 1962-64 como Representação: Alguns Fragmentos», in *Dinâmicas Multiculturais. Novas Faces, Outros Olhares: Actas das Sessões Temáticas do III Congresso Luso-Africano*, Vol. 2, Lisboa, ICSUL, 1994, pp. 697-709; Tali, Jean-Michel Mabeko, *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA Perante Si Próprio (1962-1977)*, 2 vols., Luanda, Editorial Nzila, 2001; Barbeitos,

O fenómeno aqui referido como anti-intelectualismo que se verificou no interior do MPLA, manifestou-se por sentimentos de desconfiança política e social e por reacções contra os privilégios de uma elite que se distinguiu pela sua formação académica. Sentimentos estes que têm que ser inseridos no plano da luta pelo poder e da legitimação política futura numa Angola independente. A quem caberia o exercício do poder? Aos intelectuais ou aos filhos da terra? Correspondendo estes últimos aos grupos sociais mais desfavorecidos durante o período colonial. Tal fenómeno de desconfiança política e social também foi vivenciado em outros contextos, como nos é dado a conhecer através de relatos de ex-presos, que referem a clivagem que se estabelecia entre os companheiros em reclusão, ditando o afastamento daqueles que lutavam por uma causa comum²²⁴.

Outra forma de anti-intelectualismo manifestava-se pela desvalorização das actividades burocráticas. Estas manifestações foram surgindo recorrentemente ao longo da luta de libertação nacional, tal como se verificou na Frente Norte, em 1972 em Brazzaville, quando os quadros militares chegados da 1ª Região da Frente Norte levantaram a questão da fraca participação dos quadros intelectuais na guerrilha. O aparecimento da Revolta Activa fez despoletar mais uma vez este tipo de discurso, quer através dos panfletos anónimos que circularam em Brazzaville e em manifestações de hostilidade pública em Luanda²²⁵, quer de forma mais explícita, como num discurso proferido durante o Congresso de Lusaka, em se pretendeu criticar o *Apelo* da Revolta Activa.

Por via deste discurso, obteve-se um efeito que foi decisivo no isolamento da Revolta Activa, já que **foi usado como argumento** por um dirigente militar proveniente duma das regiões político-militares mais sofridas durante a luta de libertação. O seu testemunho e os argumentos por ele apresentados tiveram grande impacto, ao colocar em confronto, por um lado, o papel daqueles militantes que participaram activa e permanentemente na guerrilha, realçando-se factores como a abnegação e o patriotismo de uma camada da sociedade angolana que, não tendo tido as mesmas oportunidades de

Arlindo, *Angola-Portugal. Des Identités Coloniales Équivoques. Historicité des Représentations de Soi et D'Autrui*, Paris, L'Harmattan, 2008. Assim como o romance do escritor angolano Pepetela (Carlos Pestana), *Mayombe*, Lisboa, Edições 70, 1980.

²²⁴ Entrevista com Justino Pinto de Andrade, 2009.

²²⁵ Cf. Fundação Mário Soares, *Fundo de Mário Pinto de Andrade, Pasta 04339.002.012*.

formação académica, combateu e foi responsável pela conquista da independência nacional, e por outro lado, a avaliação de um grupo cujas acções se pautam por burocráticas: «...que bom do exterior e para o exterior do País, formular com a facilidade da escrita a crítica subjectiva a quem faz a guerra de libertação nacional; como é bom, a distância do fogo dos acontecimentos, completamente fora deles e mesmo quando os factos se acham deslocados no tempo, tentar julgar aqueles que, com o seu suor, com a sua juventude tentam cumprir pura e simplesmente com o seu dever: o de libertar a Pátria, ainda que com o sacrifício da própria vida...»²²⁶. Por último, lançava-se o seguinte desafio: «Estou aberto a um franco e profundo debate de natureza ideológica neste Congresso. Entretanto, se o meu interlocutor for um elemento da “Revolta Activa”, exijo que a legitimidade da sua argumentação decorra da seguinte premissa fundamental: Que me diga onde ele tem estado durante os treze anos e mais das nossas guerrilhas e o que fez conseqüentemente, no plano concreto em prol da Revolução Angolana.»²²⁷.

No geral, tanto as manifestações de hostilidade sócio-rácica, como estas manifestações de anti-intelectualismo ocorridas no seio do MPLA, inserem-se no conjunto dos conflitos identitários que, a par com outros males, como o tribalismo, afectaram o desenvolvimento da luta armada. Contudo, a crítica que recaiu sobre o MPLA e que era feita pelo Grupo da Revolta Activa atribuía a responsabilidade ao poder centralizado e autoritário do presidente Neto, que permitiu o alastrar destas práticas por se ter estabelecido no interior do movimento «...uma atmosfera de medo, suspeita, cinismo e hipocrisia...»²²⁸ e que resultou numa fraca participação em acções de debate e de reflexão teórica como armas de combate contra estes males, cujas origens residiam em grande parte na herança histórica e colonial de Angola.

Situando a dissidência da Revolta Activa neste quadro de complexidade no interior do MPLA, as razões que explicam a sua existência podem ser encontradas na tentativa de afirmação desta elite intelectual que esteve na génese do movimento nacionalista, face o perigo de desagregação que o movimento atravessava, com a cristalização dos conflitos étnicos, raciais e sociais.

²²⁶ Cf. Idem, *FUNDO DMA, Pasta 04339.002.037, Discurso de Bernardo Alves Baptista no Congresso de Lusaka (Agosto de 1974)*.

²²⁷ Idem, *FUNDO DMA Pasta 04339.002.037*.

²²⁸ *Manifesto ou Apelo da Revolta Activa*.

Conclusão

O estudo da dissidência da Revolta Activa surgida no seio do MPLA teve como objectivo compreender as causas que estiveram na sua génese, isto é, o aparecimento de mais uma dissensão, desta feita levada a cabo por intelectuais, cujo anúncio ocorre depois do golpe de estado ocorrido em Portugal, a 25 de Abril de 1974, assim como as suas repercussões políticas e sociais.

Contudo, este é ainda um tema que, por se situar num período recente da História, vê o seu estudo limitado, no que se refere à obtenção de documentos, apesar do surgimento nas últimas décadas de numerosas obras memorialistas e da publicação de inúmeros documentos, que ainda carecem de um estudo mais cuidado por parte dos historiadores.

A Revolta Activa é, portanto, uma dissidência nascida num contexto conturbado e de crise profunda no interior do MPLA que o ameaçava de fragmentação, não se tratando pois de uma tendência que surge isolada, mas antes de um fenómeno inserido num processo mais amplo de dissensões internas. É uma revolta protagonizada por intelectuais, muitos deles fundadores desta organização e do movimento nacionalista moderno angolano que desponta a partir dos anos cinquenta. Daí a importância das suas propostas, onde se inserem as preocupações com a luta pela democracia interna, de um modo particular, e a unidade do movimento nacionalista angolano, de um modo geral.

Assim sendo o objectivo deste estudo centrou-se no conhecimento desta franja da sociedade angolana, isto é, na sua origem social que nos remete, por um lado, para o século XIX, onde vamos encontrar esta velha sociedade angolana em toda a sua pujança, sobretudo no tocante à afirmação de um nacionalismo nascente, fonte onde vão beber muitos destes nacionalistas angolanos que viemos encontrar mais tarde no movimento nacionalista moderno, em particular, na Revolta Activa. Por outro lado, a sua participação na fase inicial da luta de libertação nacional, como foram os contributos dados no CVAAR, por um grupo de jovens médicos, formados na Europa, em parceria com enfermeiros e pessoal ligado ao ensino primário (professores de Posto), formados no interior, que juntou intelectuais e outras camadas sociais e étnicas; ou ainda a actividade do CEA, contribuindo com um conjunto de obras que serviram

para ajudar a lançar o ensino escolar e proporcionar um melhor conhecimento da história nacional, entre outras acções desenvolvidas.

Em contrapartida, a fase de luta armada foi um laboratório vivo de experiências, onde os diferentes grupos e classes sociais se destacaram de diversas formas, face aos desafios e dificuldades que foram surgindo e onde ressaltaram as vulnerabilidades e fragilidades de uma sociedade fragmentada e marcada por ressentimentos herdados da sociedade colonial, que não deixaram de interferir no desenvolvimento da actividade militante desta organização. Nesse contexto, os membros da Revolta Activa auto-enquadraram-se no seio do movimento, como a “A Ala Progressista do MPLA”, designação que vem referida no seu programa de acção.

Assim sendo, a Revolta Activa nasce com o objectivo de lutar contra o centralismo político que tolhia o desenvolvimento organizativo do movimento, uma acção que pretendia inverter o curso marcado pela inércia e o imobilismo e reactivar a luta armada, que conhecia um abrandamento em todas as frentes político-militares.

Das suas propostas ressaltam o combate ao “Presidencialismo Absoluto”, identificado como a causa principal que inibia o debate político no MPLA, propondo, para tal, a realização de um congresso como ponto de partida para a reestruturação democrática e a coesão interna do movimento. Esta reivindicação de democratização constituiu uma inovação que decorria da experiência política destes elementos e do conhecimento que tinham das realidades dos países africanos que já tinham ascendido à independência em África na década de 60, onde imperavam os governos autoritários e os conflitos identitários.

Contudo, as suas propostas fracassaram de imediato, devido à nova conjuntura política saída do golpe de estado que ocorreu em Portugal a 25 de Abril de 1974 e que condicionou o desenvolvimento da dinâmica de discussão dos problemas internos, desencadeados com o Movimento de Reajustamento que decorreu de finais de 1972 a meados de 1974. A Revolta Activa, surgindo neste momento de viragem política e fazendo um apelo à reestruturação interna do Movimento com base nos erros que se verificaram no passado, acabou por ver o seu protesto ultrapassado por acontecimentos políticos recentes. Deste modo, a acção da Revolta Activa decorre num tempo e num espaço diferentes da conjuntura que lhe tinha dado lugar e o debate que trava com o MPLA reflecte esta realidade. Realidade que se manifesta na avaliação que é feita

relativamente ao seu surgimento, em considerações relativas à sua composição social e aos privilégios do passado colonial e durante a luta de libertação, bem como o questionamento quanto às intenções futuras, que os coloca ao nível das forças que na época estariam a soldo do imperialismo. Uma avaliação que foi exacerbada pelo discurso da época e trouxe novamente ao de cima os conflitos raciais e as manifestações anti-intelectuais no interior do MPLA, clivagens antigas que se reacenderam e isolaram esta dissidência, relegando para segundo plano as questões que esta evidenciava no seu *Manifesto*.

Dos contributos trazidos pela Revolta Activa, destaca-se a preocupação com a democratização do MPLA como um traço inovador e pertinente que norteou os objectivos desta dissidência, assim como a insistência na unidade do movimento nacionalista angolano, onde se ressalta a criação de uma frente única, como estratégia para se obter a unidade no movimento nacionalista angolano e evitar fracturas, conflitos e mesmo a ameaça de uma guerra civil. Deste modo, as suas propostas para a revitalização interna do MPLA, tinha como objectivo último lutar pela «...grandeza que já tinha adquirido, mas que não conseguia desenvolver uma luta armada que tinha sido proclamada como factor decisivo para a implantação do avanço da luta de libertação.»²²⁹.

²²⁹ João Vieira Lopes. Cf. Drumont, Jaime e Barber, Hélder, *op. cit.*, 1999, p. 108.

Bibliografia e Fontes

1. Fontes Primárias

1.1. Arquivos

- Biblioteca Nacional
- Torre do Tombo: Arquivo da PIDE-DGS

a) Associações

CVAAR – ANTT-PIDE/DGS, CVAAR, Processo 11222A/L-NT-1844

CEI- PIDE-DGS, Processo 329/46, Pasta NT- 2537/2538 fls. 45-50;199-200

MAC. PIDE-DGS, Processo 233/60 fls. 15,16,17,19- 31-62, 77-111

UGEAN- PIDE-DGS, Processo 11.27.B, fls. 15-30, 34-55

b) Indivíduos

Nomes	Processos	Unidade de Instalação	Fls.
Amélia Mingas	2937/62	3223	40,71,76
Eduardo Macedo dos Santos	155412 12044-SR	8085	1,2,3, 31
Gentil Ferreira Viana	24234 12044-SR 27/63-SR		137-138 13
Joaquim Pinto de Andrade	27 645/GEI 263-69	997 8050	-13,16,21, 44,46 - 2
Hugo A. de Menezes	334	8035	5-10-24-31-32- 34-50-56-57- 60-61-62-65- 66-68-69-70- 71-73-74-75- 82-97-104-197

Maria do Céu Carmo Reis	4139		3
Mário Pinto de Andrade	359/61		428-430
Mário Jorge da Silva Cruz Júnior	263-69 645/GEI		6 14
Manuel Videira	12044-SR		31

c) Movimentos Nacionalistas

Movimentos	Processo	Relatórios imediatos	Fls.
FUA	271-63		222
MPLA		Anexo ao Relatório nº 221/70 DINF	277-290
MPLA		Unidade de inst. 9084 - 1967-1974 Pasta 1	9,96,122,130,176,181, 277-290, 326
MPLA	GEI - Luanda 645-74* (Set.74)		
MPLA		518/72	

* Processo constante dos arquivos da PIDE/DGA elaborado, pelos serviços militares em Angola, depois do 25 de Abril de 1974

- Cidac – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral

1.2. Fundações

- Fundação Mário Soares

Fundo de Mário Pinto de Andrade

Pasta 04339.002.011

Pasta 04339.002.005

Pasta 04339.002.012

Pasta 04337.002.009

Pasta 04337.002.003

Pasta 04308.001.003

Pasta 04339.002.029

Pasta 04307.002.008

Pasta 04339.002.021

Pasta 04339.002.027

Pasta 04339.004.005

Pasta 04339.004.006

Pasta 04339.004.007

- Fundação 25 de Abril

2. Imprensa

A Província de Angola e Jornal de Angola (1974-75-76)

Revista Semana Ilustrada, Luanda, nº 369, 17-24 Julho 1974

Jornal O Comércio de Luanda, 14 de Julho de 1975

Nô Pintcha, 29 de Julho de 1975

Jornal de África, 12 de Dezembro de 1984

3. Bibliografia geral

AIMÉ, Césaire, *Discours sur le Colonialisme*, Paris, Présence Africaine, 1959

ALEXANDRE, Valentim, *Origens do Colonialismo Moderno (1822-1891)*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1979

ANDRADE, Mário Pinto de,

- a) *Liberté pour Angola*, Paris, Masper, 1962
- b) *Libération Nationale et Idéologie – Étude des Idéologies des Mouvements Africains de Libération Nationale Émergeant de la Lute contre la Domination Coloniale Portugaise*, Mémoire de DEA, Paris, Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1983
- c) *Uma Entrevista*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1997
- d) *Origens do Nacionalismo Angolano*, Lisboa, D. Quixote, 1997

APPIAH, Kwame Anthony, *In My Father's House. Africa in the Philosophy of Culture*, New York, Oxford University Press, 1993

AA.VV., *A Construção da Nação em África, Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1989

BARBEITOS, Arlindo,

- a) *Angola-Portugal. Des Identités Coloniales Équivoques. Historicité des Représentations de Soi et D'Autrui*, Paris, L'Harmattan, 2008
- b) *Portugal e Angola: Representações de Si e de Outrem ou o Jogo Equívoco das Identidades*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2006 (Tese de Doutoramento sob a orientação de José Carlos Venâncio de Freitas e Elika M'Bokolo)

BENDER, G.J., *Angola sob o Domínio Português*, Lisboa, Sá da Costa, 1980

BENOT, Yves, *Ideologias das Independências Africanas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1981

BITTENCOURT, Marcelo, «A resposta dos “Crioulos Luandenses” ao Intensificar do Processo Colonial em Fins do Século XIX», in Santos, Maria Emília Madeira (dir.), *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 - c. 1930)*, Actas da III Reunião Internacional de História de África, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, pp. 655-671

CARREIRA, Iko, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Lisboa, ed. D. Quixote, 1996

- COELHO, Mário Brochado, *Em Defesa de Joaquim Pinto de Andrade*, Porto, Afrontamento, 1971
- CORREIA, Pedro Pezarat, *A Descolonização de Angola, a Jóia da Coroa do Império Português*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1991
- D'ALMEIDA, Luísa, «Nativo Versus Gentio? – O que nos dizem algumas fontes africanas nos anos 1914-22», in Santos, Maria Emília Madeira (dir.), *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 - c. 1930)*, *Actas da III Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, ICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000
- DÁSKALOS, Sócrates, *Um Testemunho para a História de Angola. Do Huambo ao Huambo*, Lisboa, Vega, 2000
- DIAS, Jill, «Uma Questão de Identidade: Respostas Intelectuais às Transformações Económicas no Seio da Elite Crioula da Angola Portuguesa entre 1870 e 1930», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Ano I, Nº 1, Janeiro-Julho, 1984, pp. 61-93
- DRUMOND, Jaime e BARBER, Hélder, *Angola: Depoimentos para a História Recente. 1950-1976*, Luanda, Edição dos Autores, 1999
- FANON, Frantz,
- a) *Em Defesa da Revolução Africana*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1980
 - b) *Les Damnés de la Terre*, Paris, François Maspero, 1970
- FERRO, Marc, *História das Colonizações. Das Conquistas às Independências. Séculos XIII a XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996
- FREUDENTHAL, Aida, «Voz de Angola em Tempo de Ultimato», *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 2001 pp. 135 -169
- JIKA (Gilberto da Silva Teixeira), *Reflexões sobre a Luta de Libertação Nacional*, Luanda, UEA, 1979
- LABAN, Michel, *Viriato da Cruz, Cartas de Pequim*, Luanda, Edições Chá de Caxinde, 2003
- LARA, Lúcio,
- a) *Um Amplo Movimento. Itinerário do MPLA através de Documentos e Anotações de Lúcio Lara*, Vol. I (até Fev. 1961), Luanda, LitoCor, 1997

b) *Um Amplo Movimento. Itinerário do MPLA através de Documentos e Anotações de Lúcio Lara*, Vol. II (1961-1962), Luanda, Lito Tipo, 2006

c) *Um Amplo Movimento. Itinerário do MPLA através de Documentos e Anotações de Lúcio Lara*, Vol III (1963-1964), Luanda, Lito Tipo, 2006

MAGODE, José e KHAN, Ângela, «O Estado Unitário e a Questão Nacional: uma Reflexão sobre o Caso Moçambicano», in AA.VV., *Moçambique, Etnicidades, Nacionalismo e o Estado. Transição Inacabada*, Maputo, Centro de Estudos Estratégicos Internacionais, 1996, pp. 40-103

MATROSSE, Dino, *Memórias*, Luanda, Editora Nzila, 2005

MATEUS, Dalila Cabrita,

a) *A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Inquérito, 1999

b) *A PIDE-DGS na Guerra Colonial. 1961-1974*, Lisboa, Terramar, 2004

MATEUS, Dalila e MATEUS, Álvaro, *Purga em Angola*, Lisboa, Textos Editores, 2009

M'BEMBE, Achille, *De la Postcolonie. Essai sur l'Imagination dans l'Afrique Contemporaine*, Paris, Editions Karthala, 2000

MESSIANT, Christine, «Luanda (1945-1961): Colonisés, Société Coloniale et Engagement Nationaliste», in Cahen, Michel (dir.), *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, dir. Michel Cahen, Paris, L'Harmattan, 1989

MPLA, *História de Angola*, Porto, Afrontamento, 1977

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de, *Luanda, Ilha Crioula*, Lisboa, A.G.U., 1968

OLIVEIRA, Pedro Aires de, *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa. 1945-1975*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007

PEPETELA (Carlos Pestana), *Mayombe*, Lisboa, Edições 70, 1980

PIMENTA, Fernando Tavares,

a) *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*, Porto, Edições Afrontamento, 2006

b) *Branços de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*, Coimbra, Minerva História, 2005

REIS, Maria do Céu e REIS, Fidel Carmo, «O MPLA e a Crise de 1962-64 como Representação: Alguns Fragmentos», in *Dinâmicas Multiculturais. Novas Faces, Outros Olhares: Actas das Sessões Temáticas do III Congresso Luso-Africano*, Vol. 2, Lisboa, ICSUL, 1994, pp. 697-709

ROCHA, Edmundo, *Angola: Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (Período de 1950-1964)*, Lisboa, Dinalivro, 2003

RODRIGUES, Eugénia, *A Geração Silenciada. A Liga Nacional Africana e a Representação do Branco em Angola na Década de 30*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2003

ROSAS, Fernando,

a) *O Estado Novo (1926-1974)*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994

b) *Portugal. Século XX (1890-1976): Pensamento e Acção Política*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004

SANTOS, Pedro Manuel, *Portugal e a NATO. A Política Colonial do Estado Novo e os Aliados (1961-1968)*, Lisboa, ISCTE, 2008 (Versão reduzida de Tese de Mestrado em História das Relações Internacionais)

SEBASTIÃO, Adriano João, *Dos Campos de Algodão aos Dias de Hoje*, s.l., Edição do Autor, 1993

SILVA, A. E. Duarte, *O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)*, *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Vol. XXX (1º), 1995 (nº 130), Lisboa, ICSUL, pp. 5-50

SOARES, Mário, *Memória viva. Entrevista com Dominique Pouchin*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2003 (Biblioteca "Primeiras Pessoas", Vol. I)

SPÍNOLA, António, *Portugal e o Futuro – Análise da Conjuntura Nacional*, Lisboa, Arcádia, 1974

TALI, Jean-Michel Mabeko,

a) *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA Perante Si Próprio (1962-1977)*, 2 vols., Luanda, Editorial Nzila, 2001

b) *Le Congo et la Question Angolaise de 1963 à 1976 – les Méandres d'une Solidarité*, Bordeaux, Institut d'Histoire/CEAN, Université Bordeaux III, 1987 (Tese de Mestrado sob a direcção de Sylvie Guillaume et Ch. Coulon)

TOMÁS, António, *O Fazedor de Utopias: Uma Biografia de Amílcar Cabral*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007

WIEVIORKA, Michel, *Racismo e Modernidade*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995

WINOCK, Michel, *O Século dos Intelectuais*, 1ª edição, Lisboa, Terramar, 2000

4. Documentos

Manifesto dos Dezanove

5. Entrevistas

Adolfo Maria

António Monteiro

Justino Pinto de Andrade

Manuel Videira

Vicente Pinto de Andrade

6. Filmes

FURTADO, Joaquim da Silva © (autoria e direcção), *A Guerra. Colonial / Do Ultramar / De Libertação*, RTP, 2007

7. Artigos On-line

«Congo Central», [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://pt.wikipedia.org/wiki/Congo_Central. Arquivo capturado em 23 de Março de 2009.

MARIA, Adolfo, «Faz hoje um ano que faleceu Gentil Viana», [online]. Disponível na Internet, via WWW. URL: <http://santeiro.blogspot.com/2009/02/faz-hoje-um-ano-que-faleceu-gentil.html>. Arquivo capturado em 23 de Março de 2009.

«Organização das Nações Unidas», [online] Disponível na Internet, via WWW. URL: http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas. Arquivo capturado em 30 de Novembro de 2009.

Lista das Figuras

Figura 1 - CVAAR (Corpo Voluntário de Assistência aos Refugiados)

Figura 2 - Internato 4 de Fevereiro

Figura 3 - Membros da Revolta Activa

Lista de Mapas e de Quadros

Mapa I – Província do Baixo Congo: Zona de Actuação do CVAAR

Mapa II – Mapa Etnolinguístico Simplificado

Mapa III – Regiões Político-Militares do MPLA

Mapa IV – III Região Político-Militar

Mapa V – II Região Político-Militar

Quadro I – Escolas do CVAAR

Quadro II – Quadro Elucidativo da Situação Psicológica dos Guerrilheiros nas Bases da II Região Militar da Frente Norte

Quadro III – Membros e Órgãos Constitutivos da Revolta Activa

Quadro IV – Cronologia da Revolta Activa

Anexos

I – Biografias

II – Cronologia e Factos

III – Adolfo Maria, *Entrevista Escrita*, 2009

IV – Fontes Documentais

Anexo IV – Fontes Documentais

- Anexo nº 1 – Manifesto dos Dezanove
- Anexo nº 2 – Lei Reguladora dos Órgãos Políticos do Movimento de Reajustamento da Frente Norte, 12.12.1973 (Arquivo particular)
- Anexo nº 3 – As Vitórias Esmagadoras da Revolta Activa fazem recuar o Presidencialismo Absoluto e dão um Impulso Vitorioso para a Unidade no Seio do M.P.L.A., de 11 de Junho de 1974 (Arquivo particular)
- Anexo nº 4 – Fundação Mário Soares/ DMA Pasta 04339.004.005 - MPLA, 1º Congresso, 19.08.1974
- Anexo nº 5 - Fundação Mário Soares/ DMA Pasta 04339.004.006 – Revolta Activa, 1º Congresso, 19.08.1974
- Anexo nº 6 – Fundação Mário Soares/ DMA Pasta 04339.004.007 – MPLA, 1º Congresso, 20.08.1974
- Anexo nº 7 – Declaração da Revolta Activa do MPLA de 17-11-1974 (Arquivo particular)
- Anexo nº 8 – Fundação Mário Soares/ DMA Pasta 04339.002.012 Panfleto contra o Apelo dos Dezanove, Maio 1974
- Anexo nº 09 – Proposta de Comunicado, de Setembro de 1975 (Arquivo particular)
- Anexo nº 10 – Proposta de Declaração de Crítica e Autocrítica, de 07-04-1976 (Arquivo particular)
- Anexo nº 11- Carta endereçada ao presidente Neto por Joaquim Pinto de Andrade, de 03-05-1976 (Arquivo particular)
- Anexo nº 12 – Carta endereçada a Mendes de Carvalho - Proposta de solução para os militantes da Revolta Activa na cadeia, de 21-07-1977
- Anexo nº 13 – ANTT.PIDE-DGS, MPLA, Del. de Angola Relatórios Imediatos (Anexo ao Relatório nº 221/70-DINF.), fls. 277-290

- Anexo nº 14 – ANTT.PIDE-DGS (GEI), Del. de Angola, Luanda, Proc. 645.
- Anexo nº 15 – Fundação Mário Soares/ DMA Pasta 04339.002.021 - Discurso da Revolta Activa no Congresso de Lusaka, 17.08.1974
- Anexo nº 16 – Fundação Mário Soares/ DMA Pasta 04339.002.027 - Discurso de Nito Alves no Congresso de Lusaka, 21.08.1974
- Anexo nº 17 – Fundação Mário Soares/ DMA Pasta 04339.002.003, fls. 1 e 2, Caderno de Reflexões de Mário Pinto de Andrade, Setembro 1974
- Anexo nº 18 – Fundação Mário Soares/ DMA Pasta 04339.002.011- Carta ao Apelo da Revolta Activa, de Lopes Adão da Silva, 02.07.1974
- Anexo nº 19 – Fundação Mário Soares/ DMA Pasta 04339.002.005 – Declaração do Comité Director, 22.06.1974
- Anexo nº 20 - Fundação Mário Soares/ DMA Pasta 04339.004.007 – Declaração da Maioria dos Delegados ao Primeiro Congresso do MPLA (Revolta Activa e Revolta do Leste), 20.08.1974
- Anexo nº 21 - Fundação Mário Soares/ DMA Pasta 044308.001.003 – A Luta da Revolta Activa pela Salvação do Congresso, 28-08-1974

Anexo I - Biografias

Adolfo Maria (1935 -)

Adolfo Rodrigues Maria nasceu em Luanda, a 02 de Outubro de 1935, onde fez os estudos secundários até ao 7º ano, no Liceu Salvador Correia. A sua ligação ao movimento nacionalista começou logo na década de 1950, numa trajectória que começa com a participação na «Sociedade Cultural de Angola» e no jornal *A Cultura*. Fez parte do grupo de nacionalistas que funda o primeiro Partido Comunista de Angola, em 1958.

Em 1962 deixa Angola em direcção a Portugal e seguidamente rumo a França, Paris, onde se encontra com elementos afectos à FUA (Frente Unida de Angola), uma organização política nascida no Sul de Angola, que se definia como sendo «...um movimento autónomo progressista nacionalista, inter-racial e a favor da autodeterminação e independência de Angola.»¹. Foi assim em Paris que a FUA foi refundada, sendo uma parte dos seus membros simpatizantes e adeptos dos ideários do MPLA.

Em 1963 segue para a capital da Argélia (Argel), País que tinha ascendido à independência em 1962 e que passou de imediato a ajudar a causa dos nacionalistas africanos. Em Argel cria, com mais companheiros, o CEA (Centro de Estudos Africanos) que, numa primeira fase, teve como objectivo constituir-se num pólo de informação, formação e divulgação cultural, ao serviço de todas as organizações ligadas ao movimento nacionalista angolano, mas que, devido ao facto de incluir no seu seio um número maioritário de adeptos do MPLA, passa a desenvolver uma intensa actividade diplomática e de propaganda política em prol deste movimento e a beneficiar posteriormente da sua ajuda financeira².

Em 1966 é chamado pelo Presidente Neto para Brazzaville e depois para o interior de Angola, militando nas Frente Norte, na 2ª Região Político-Militar e em Brazzaville. A sua acção esteve na maioria parte do tempo ligada à cultura, tanto como locutor das emissões radiofónicas da rádio revolucionária *Angola Combatente*, como em actividades relacionadas com o ensino e a informação³.

¹ ANTT, *PIDE/DGS Proc 271-63, FUA*, fls. 222.

² Conversas com Adolfo Maria, 2009, sobre a constituição do CEA (Centro de Estudos Angolanos).

³ Conversas com Adolfo Maria, 2009.

Em 1972 é afastado do cargo que ocupava de Director adjunto do DIP e das emissões da Rádio, na sequência dos conflitos internos que abalaram o MPLA e que degeneraram em actos de cariz racial⁴.

Em 1973 faz parte dos militantes activos indicados pela direcção do MPLA para a realização do Movimento de Reajustamento da Frente Norte, do qual acaba por sair dadas as divergências surgidas no decorrer do mesmo.

Em 1974, juntamente com mais dois companheiros descontentes com a situação que o MPLA atravessava (Monimbambo e Gentil Viana), inicia uma acção clandestina que resulta no surgimento da Revolta Activa, dissidência política que contesta a liderança do Presidente Agostinho Neto e que luta pela democratização no interior do MPLA⁵.

Em 1976 entra para a clandestinidade, com o início das prisões dos membros afectos à Revolta Activa, permanecendo nessa situação até 1978, quando é decretada, pelo Presidente da República e do MPLA, a amnistia para todos estes presos políticos. O exílio para Portugal é a saída que o regime encontrou para este nacionalista, aproveitando os seus problemas de saúde, à semelhança do que já tinha acontecido a outro destacado militante, Gentil Viana.

Em finais da década de 1980, juntamente com Gentil Viana e Mário Pinto de Andrade, cria o Grupo de Reflexão cujo objectivo era intervir, com propostas de paz e reconciliação, no conflito da guerra civil que Angola vivia deste 1977, ou seja, desde o alvorecer da independência.

Actualmente (desde meados de 2009), é analista político da RDP - Rádio de Difusão Portuguesa, participando num painel de debate sobre questões africanas e do mundo em geral, com destaque para os países africanos de língua portuguesa.

⁴ Cf. Pimenta, Fernando Tavares, *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*, Porto, Edições Afrontamento, 2006, p. 100.

⁵ *Conversas com Adolfo Maria*, 2009.

Amélia Mingas (1940 -)

Amélia Arlete Dias Rodrigues Mingas, filha de André Rodrigues Mingas e de Antónia Vieira Dias Mingas nasceu em Luanda, na rua do Carmo, nas Ingombotas, a 17 de Dezembro de 1940. Fez a instrução primária na Escola 8 e os estudos secundários nos Liceus Paulo Dias de Novais e Salvador Correia de Sá. Formou-se em Filologia Germânica na Faculdade de Letras de Lisboa.

Proveniente de uma das famílias mais antigas e fortemente ligadas ao nacionalismo angolano, convive desde muito cedo com os efeitos desta postura familiar, que se reflecte na repressão que se abate sobre alguns dos seus familiares directos, como a prisão e deportação do seu pai e do seu tio, Carlos Aniceto Vieira Dias, para Cabo Verde, para o “Campo de Trabalho de Chão Bom”⁶, ou como a fuga do seu irmão, Avelino Rodrigues Dias Mingas de Portugal para Paris⁷ na década de 1960.

A sua ligação ao movimento nacionalista é muitas vezes justificada pela vivência do período de dificuldades decorrentes da prisão de familiares, como a vigilância exercida pela PIDE sobre os familiares dos presos políticos, a solidariedade que se estabelecia entre essas famílias, assim como a vida cultural que se vivia na época, sendo a Liga Nacional Africana um dos pólos dessa actividade cultural⁸. Daí que a sua passagem à participação na luta armada surja como uma consequência normal, tanto da sua consciência e maturidade políticas, como da influência cultural ganha no meio em que sempre viveu.

Em 1972 juntamente com o seu marido, Luís Carmelino, lecciona no Instituto 4 de Fevereiro, um centro de formação académica que fazia parte das estruturas do Departamento de Educação (DEC) do MPLA, que se situava em Dolisie, e que fazia parte da 2ª Região Político-Militar da Frente Norte. Uma instituição que absorvia grande parte dos quadros deste movimento e que se ocupava em colmatar a grande carência de quadros.

Em 1973 faz parte do Movimento de Reajustamento da Frente Norte e tem aí uma participação activa e crítica face aos problemas que o movimento enfrentava.

Em 1974 o casal subscreve o *Manifesto dos Dezanove* que dá origem ao surgimento de uma dissidência inspirada por um grupo de intelectuais que faziam parte

⁶ ANTT, *PIDE/DGS, PROC. 2937/62*, fls. 71-76.

⁷ Idem, *ibidem*, fls. 40.

⁸ Andrade, Mário Pinto de, *Uma Entrevista*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1997, p. 9.

do MPLA. O seu nome fará parte da comissão coordenadora do Grupo da Revolta Activa, e, nessa qualidade, é parte activa nas várias tentativas de conversação com a Direcção do MPLA no sentido se discutir os graves problemas políticos, sociais e militares que afectavam o desenvolvimento dessa organização desde 1969 até à data.

Em finais dos anos 80 segue para Paris onde obtém os diplomas de Maîtrise, D.E.A. e Doctorat da Universidade René Descartes-Paris V. É responsável pela cadeira de Linguística Bantu na Universidade Agostinho Neto/ISCED e Investigadora do Instituto de Línguas Nacionais de Luanda. Nesta qualidade, tem participado em vários encontros internacionais ligados ao estudo da Língua Portuguesa, bem como em seminários sobre a formação de professores de Português como língua-segunda⁹.

Em 2006, assume as funções de Directora Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, tendo sido, em 2008, reconduzida para mais dois anos nessa função.

⁹ *Suplemento do JL*, Nº 813, Ano XXI.

Ana Wilson (-/-)

Ana Monserrat Albuquerque Wilson Paiva (“Esanjy”). Estudante de medicina em Portugal nos anos de 1960, participou na fuga maciça de estudantes africanos, em 1961, que ficou conhecida como “A Fuga dos Cem” e juntou-se ao núcleo de militantes fundadores do MPLA¹⁰.

Em 1962 encontrava-se na URSS a prosseguir os estudos em medicina. Em 1970 foi nomeada Directora dos SAM da Zona C da 3ª Região Político-Militar, cargo que ocupou por muito pouco tempo por ter sido destacada para a 2ª Região Político-Militar¹¹.

Em 1974 subscreve o *Manifesto dos Dezanove* e faz parte da Comissão Preparatória do Congresso de Lusaca da Revolta Activa. Entrou em Angola após o 25 de Abril de 1974, mas cedo regressou a Brazzaville onde vive actualmente.

¹⁰ ANTT, *PIDE/DGS, Relatório nº 518/72 – DINT 2ª, 20AG072*.

¹¹ Matrosse, Dino, *Memórias*, Luanda, Editora Nzila, 2005, p. 173.

Eduardo dos Santos (1925-2001)

Eduardo Macedo dos Santos, filho de Alfredo dos Santos e de Teresa Macedo dos Santos, natural de Malange, nascido a 24 de Janeiro de 1925¹², estudou na Universidade de Coimbra, onde se licenciou em Medicina. Nos finais da década de 1950, integrou os quadros da Casa dos Estudantes do Império (CEI). Entre 1957 e 1960 fez parte do Movimento Anti-Colonialista (MAC) em Portugal¹³.

Em Conakry, em Julho de 1960 (Julho), juntamente com Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Hugo de Menezes, elaborou o primeiro estatuto e o programa maior e imediato do MPLA¹⁴. Fez parte do 1º Comité Director do MPLA, composto por Mário Pinto de Andrade (Presidente), Viriato da Cruz (Secretário-Geral), Lúcio Lara, Hugo de Menezes, Matias Miguéis e Luís de Azevedo.

Entre 1962 e 1963 participou na criação do CVAAR (Corpo de Voluntários de Assistência Aos Refugiados), juntamente com mais outros médicos e enfermeiros angolanos, tendo ocupado o cargo de Presidente desta organização de fins humanitários.

Em 1964 faz parte dos quadros que abandonam o MPLA, na sequência da expulsão deste movimento e da proibição do funcionamento do CVAAR no Congo Léopoldville, tendo, não obstante, regressado pouco tempo depois.

Em 1968 parte para a Frente Leste, mais precisamente para a 3ª Região Político-Militar do Leste e ocupa o lugar deixado vago após a morte de Américo Boavida. Em 1971 é substituído, devido a acumulação indevida de tarefas, por Afonso de Almeida (“Kassessa”), pois já tinha sido nomeado, em 1970, para o cargo de Coordenador-Geral dos SAM, a nível nacional¹⁵.

Em 1974 subscreve o *Manifesto da Revolta Activa*, regressando no ano seguinte ao MPLA mas, mantendo sempre uma relação de camaradagem com os membros desta dissidência, o que lhe vale o papel de mediador no posterior processo de aproximação entre esta dissidência e a direcção do MPLA.

De 1975 a 2001 ocupou vários cargos públicos e políticos, nomeadamente: Director do Centro Hospitalar Universitário; Director da Faculdade de Medicina da Universidade de Angola (actual Universidade Agostinho Neto); Director dos Serviços

¹² ANTT, *PIDE/DGS, Proc. n.º 12044-S.R.*, fl. 31.

¹³ Rocha, Edmundo, *Angola: Contribuição ao Estudo do Nacionalismo Moderno Angolano (Período de 1950 a 1964)*, Lisboa, Dinalivro, 2003, p. 120.

¹⁴ Carreira, Iko, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Lisboa, Ed. D. Quixote, 1996, p. 46.

¹⁵ Matrosse, Dino, *op.cit.*, 2005, p. 172.

de Cardiologia; Professor Titular da Faculdade de Medicina; representante do Bureau Regional da OMS em Cabo Verde e Presidente da Federação Angolana de Futebol¹⁶.

¹⁶ Cf. Mateus, Dalila Cabrita, *A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Inquérito, 1999, p. 273.

Fernando Paiva (1939-2007)

Fernando Paiva nasceu em Luanda, a 3 de Maio de 1939, tendo crescido no Bairro Operário, um dos bairros de Luanda habitados por antigas famílias africanas e situado entre o Alto das Cruzes e a Missão Católica de S. Paulo. Estudou na Escola Industrial em Luanda e fez os estudos superiores em Portugal, na década de 1950, no Instituto Superior do Porto, onde se formou como Agente Técnico de Engenharia (designação da época para o Curso de Engenheiro Técnico).

Seguindo o percurso da maioria dos estudantes universitários africanos da altura, integrou a Casa dos Estudantes do Império (CEI), onde ocupou o cargo de representante dos estudantes no Porto.

Em 1961 abandona Portugal, juntamente com outros estudantes nacionalistas angolanos e das outras ex-colónias, no então conhecido “Grupo dos Cem”¹⁷, em direcção a França, Paris, com o objectivo de daí seguir para os países africanos onde se encontrava o primeiro núcleo organizado do MPLA. Enquanto militante deste movimento partiu para a URSS, onde concluiu o curso de engenharia no ramo de electricidade e especializou-se em alta tensão. A partir desse País, coordena a actividade da JMPLA no exterior e torna-se membro da UGEAN¹⁸ e, é nesta qualidade que representa o MPLA em vários congressos internacionais de estudantes e em fóruns de apoio à luta de libertação nacional.

De regresso a Angola é incorporado na guerrilha, como chefe das operações das Telecomunicações no Departamento STR. Em 1969 recebe preparação militar específica e é destacado para a Frente Leste. Em 1970 está em Brazzaville para

¹⁷ O denominado “Grupo dos Cem”, incluía um leque de estudantes, maioritariamente negros, de várias origens sociais e credos religiosos que estudavam em Portugal, uns com bolsas de estudos concedidas pelo governo português ou concedidas por organizações religiosas protestantes, havendo outros cujos estudos eram suportados pelas famílias, ligados à função pública e com alguns recursos financeiros. Muito embora fosse designado por “Grupo dos Cem” a fuga não foi concretizada de uma só vez, de tal modo, que a primeira leva comportou uma saída de mais de meia centena de estudantes africanos, de Portugal no ano de 1961. Neste grupo contavam-se alguns estudantes como: João Vieira Lopes, Pedro Sobrinho, Manuel Videira, Carlos Pestana, Tomás Medeiros, Bento Ribeiro, Lopes Teixeira, Jerónimo Wanga, Mateus Neto, Henrique Carreira, Ana Wilson, Africano Neto, José Araújo, Serafina Assis, Henrique Santos, Rui de Sá, Pedro Filipe, Lima de Azevedo, Samuel Abrigada, Fernando Paiva. A maior parte desses estudantes alistou-se no MPLA e outros, sobretudo aqueles cujos estudos eram subvencionados pelas organizações religiosas protestantes, integraram a FNLA ou seguiram outros percursos de vida.

¹⁸ UGEAN (União Geral dos Estudantes da África Negra), associação estudantil formada na década de 1960 e da qual faziam parte todas as colónias africanas portuguesas.

participar na organização dos Serviços de Telecomunicações da Frente Norte, que incluía Cabinda (2ª Região Político-Militar) e o Norte de Angola (1ª Região), tendo sido nomeado como responsável dos Serviços de Telecomunicações (SRT) da Frente Norte.

Em 1974 adere e subscreve o *Apelo da Revolta Activa*, uma dissidência que surge no interior do MPLA e que procura reagir à profunda crise que o Movimento atravessa na época, contestando os métodos e políticas seguidas pela direcção do MPLA. Faz parte da Comissão encarregada de representar a Revolta Activa no Congresso de Lusaka, realizado entre 16 e 29 de Agosto de 1974 e participa desse malogrado Congresso, que visava fazer a reunificação do MPLA, dividido em três tendências: a Direcção, a Revolta do Leste (Chipenda) e a Revolta Activa.

Regressa a Angola no início de 1975 e começa a trabalhar nos Serviços de Aeronáutica Civil.

Em 1976 é preso após a decisão do Bureau Político do MPLA de 10 de Abril de 1976, que determinou a prisão de vários membros que tinham pertencido à Revolta Activa.

É dos últimos membros da Revolta Activa a ser libertado, em Novembro de 1978, ficando, ainda assim, em regime de residência fixa em Viana. Regressa aos quadros das telecomunicações, permanecendo na Empresa Nacional de Telecomunicações de Angola até adoecer gravemente. Vem a falecer em 2007, em Portugal.

Filipe Florisbert (Monimbambo) (-/-)

Filipe Florisbert (Monimbambo) filiou-se no MPLA em meados da década de 1960, vindo do Congo Léopoldville e destacou-se como guerrilheiro como o demonstram os vários cargos que ocupou ao longo da luta de libertação nacional. Participou na formação da Frente Norte na 2ª Região e, a partir de 1966, foi destacado para chefiar a 3ª Região Politico Militar, exercendo funções como comandante.

Em 1971 frequentou um estágio de artilharia, recebendo instrução para o manejo do foguetão de 122mm, o “Katshiuska”, uma arma que o MPLA iria utilizar na luta armada¹⁹.

Em 1974 faz parte do grupo inicial que, juntamente com Adolfo Maria e Gentil Viana, deu origem à formação de mais uma dissidência interna no MPLA. Mais tarde é reintegrado nos quadros do MPLA, passando a representar o País no exterior, enquanto membro da diplomacia angolana.

¹⁹ ANTT, *PIDE/DGS, Proc. 24234*.

Gentil Viana - Yaw A. Sante (1935-2008)

Gentil Ferreira Viana nasceu a 13 de Novembro de 1935, na Freguesia dos Remédios, Concelho de Luanda, filho de Gervásio Ferreira Gentil (um dos fundadores da Liga Nacional Africana) e de Laura Carneiro de Melo Viana²⁰.

Fez os estudos primários e secundários em Angola, e, em 1954, foi para Portugal, para prosseguir os estudos universitários na Faculdade de Direito. Os seus primeiros passos na actividade política em Portugal estão ligados à Casa dos Estudantes do Império, à Casa de Angola, ao MAC e ao FRAIN. Participa nos preparativos da fuga maciça dos estudantes africanos em Portugal em 1961, embora a sua saída de Portugal tivesse ocorrido de modo diferente, tal como é referido pela PIDE:

«Em Junho de 1961, estando a prestar serviço militar, como aspirante a oficial miliciano, na 1ª repartição do Estado Maior do Exército, em Lisboa, foi-lhe concedida uma licença registada de cinco dias, com início no dia 7 daquele mês, para ser gozada em França.

Para obter tal licença invocou a necessidade de ter que acompanhar uma sua filha gravemente atacada de paralisia infantil nos membros superiores, motivo que também alegou para a obtenção do passaporte sem informação desta Polícia, dado estar abrangido por uma circular expedida a todos os governos civis.

Saiu para França naquela data de 7/6/1961, não tendo regressado a Portugal, pelo que foi considerado desertor a partir do dia 22 seguinte.

Tudo indica que o motivo invocado para obter a necessária autorização para se deslocar ao estrangeiro apenas se destinou a facilitar a sua saída do País, a fim de se juntar aos movimentos subversivos que vêm procurando provocar agitação nas províncias ultramarinas portuguesas.»²¹.

Em 1961 ingressa no núcleo inicial de formação do MPLA, e desenvolve actividade política na Argélia e no Congo Léopoldville ao lado dos outros membros do CVAAR, nomeadamente no recrutamento de militantes para formação militar com vista ao incremento da luta armada no interior de Angola²². Ao lado de Mário Pinto de

²⁰ ANTT, *PIDE/DGS, Proc. 12044-SR.*, fls. 13.

²¹ ANTT, *PIDE/DGS, Proc. 27/63-S.R.*

²² ANTT, *PIDE/DGS, Proc. 24234*, fls. 137-138.

Andrade e de Viriato da Cruz, participa de fóruns internacionais (ONU e outros), com o objectivo de denunciar, divulgar e buscar apoios e ajudas para a causa angolana²³.

Em 1962 participa na Conferência Nacional do MPLA e apresenta uma proposta que ficou conhecida como *Ideia Força* que consistia na entrada de quadros dirigentes para o interior, a fim de desenvolverem uma actividade política e guerrilheira com as populações, na sequência do qual abandona o MPLA, por não ter encontrado eco para as suas ideias²⁴.

Em 1964 parte para a China, onde cumpre o seu primeiro exílio e frequenta um curso superior militar juntamente com outros dirigentes militares designados pelo Movimento. Em 1971/72 regressa ao MPLA e é destacado para a Frente Leste, onde encontra uma situação marcada por muitos conflitos internos; um descontentamento que ia desde os guerrilheiros de base e populações ligadas ao apoio da guerrilha, até aos intelectuais e um abrandamento da luta armada, pelo que propõe à direcção do Movimento e ao Presidente Neto um amplo movimento de discussão e de debate das questões que estavam na origem da crise que o movimento atravessava, denominado Movimento de Reajustamento.

Em 1973 é nomeado pelo Presidente Neto para as funções de Conselheiro Jurídico do Presidente e apresenta-se perante a OUA em defesa do MPLA, num conflito que opunha este movimento à UPA/FNLA, que havia surgido de mais uma tentativa de unidade entre ambos os movimentos²⁵.

Em 1974 impulsiona o surgimento da Revolta Activa sendo um dos co-redactores do *Manifesto dos Dezanove*, que anuncia o surgimento desta dissidência no interior do MPLA, a 11 de Maio de 1974.

Em 1976 é preso sem culpa formada e sem ter sido submetido a qualquer julgamento. É durante este ano em que perde a sua liberdade e que marca um novo período da sua vida, desta vez como preso político, que a sua saúde fica muito debilitada. De facto, após um encarceramento de cerca de dois anos, é enviado para a Europa em tratamento, devido a uma cegueira que contraiu na cadeia.

Assim, em 1978 segue para Jugoslávia em tratamento devido ao estado de debilidade física em que se encontrava depois de dois anos de cadeia, sendo que Portugal foi o local escolhido para o seu segundo e último exílio.

²³ ANTT, *PIDE/DGS, Proc. 24234*, fls. 137-138.

²⁴ Cf. Lara, Lúcio, *Um Amplo Movimento. Itinerário do MPLA através de Documentos e Anotações de Lúcio Lara*, Vol. III (1963-1964), Luanda, Lito Tipo, 2006, p. 348.

²⁵ Pimenta, Fernando Tavares, *op. cit.*, 2006, p.102.

Em finais da década de 1980 retoma a actividade política, com a formação de um grupo de reflexão que tinha como objectivo inicial a criação de um centro de estudos angolanos, mas que se concretizou no surgimento na década seguinte num Grupo de Reflexão com o objectivo de promover uma plataforma de luta pela paz e reconciliação para Angola, que vivia uma guerra civil devastadora. Este grupo incluía Adolfo Maria e Mário Pinto de Andrade, antigos companheiros de luta. Morreu em Portugal, a 23 de Fevereiro de 2008.

Hugo de Menezes (1928-2000)

Hugo de Azancot de Menezes nasceu em S. Tomé, a 2 de Fevereiro de 1928. Filho de Aires de Menezes, médico conceituado e respeitado entre os africanos, quer em S. Tomé, quer em Angola, pelas suas posições anti-colonialistas, formou-se em Medicina na década de 1950 em Portugal, tendo participado activamente na Casa dos Estudantes do Império (CEI).

Em 1959, integra o Movimento Anti-Colonialista (MAC) em Paris. Nesse mesmo ano, segue para Londres com a intenção de se especializar em pediatria. Aí trava conhecimento com várias personalidades africanas, entre elas Joshua Nkomo, Kanyama Chiume, Denis Phomba e com intelectuais ingleses ligados ao partido trabalhista: John House e Basil Davidson, bem como estabelece contactos com o Committee of African Organization.

Em 1960 participa na II Conferência dos Povos Afro-asiáticos em Conakry onde foi tomada uma resolução sobre a situação colonial em Angola²⁶.

Na Guiné Conakry, ao mesmo tempo que trabalha no Hospital de Conakry, tenta a criação de um movimento nacionalista que agregasse todas as colónias portuguesas: o Movimento de Libertação dos Territórios Africanos sob Dominação Portuguesa (MLTADP), tornando-se igualmente representante do MAC naquele país africano. Neste mesmo período, mantém contacto com o pastor George Houser, director executivo da ACOA, personalidade com influências junto da Administração Americana e com estreitas relações com Holden Roberto²⁷.

Em 1960, apoia a instalação do 1º grupo de angolanos (o grupo de Paris e de Alemanha) e participa no lançamento da Frente FRAIN, em Julho é nomeado membro do Comité Director Provisório do MPLA, cargo que ocupa até Dezembro de 1962.

Em 1961, juntamente com o médico Eduardo dos Santos e em colaboração com Matias Miguéis, cria condições para a instalação do MPLA nos dois países africanos vizinhos (Congo Brazzaville e Congo Léopoldville) e do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR) em Léopoldville²⁸.

Em 1964 afasta-se do MPLA na sequência da crise que afectou o MPLA e da consequente expulsão do CVAAR do Congo Léopoldville. Fixa-se no Ghana,

²⁶ Rocha, Edmundo, *op.cit.*, 2003, p. 168.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 162.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 162.

trabalhando na rádio daquele país africano e mantendo-se sempre ligado ao movimento nacionalista angolano. Funda o jornal *Faúlha* e entrevista, nesse mesmo ano, o líder cubano Che Guevara.

Em 1968, após o seu regresso ao MPLA, substitui João Vieira Lopes no cargo de responsável pelos SAM da 2ª Região. Participa na abertura do Instituto 4 de Fevereiro, onde passa a leccionar, juntamente com a sua mulher.

Em 1972 parte para Brazzaville, descontente com os métodos de organização existentes que originavam o mau funcionamento das estruturas e o abrandamento da luta armada, um descontentamento que se estava a generalizar, visto que afectava tanto os guerrilheiros de base, conduzindo-os a actos de indisciplina e de laxismo, como os intelectuais, levando muitos deles a afastarem-se frustrados por não conseguirem reverter a situação, apesar dos esforços desenvolvidos nesse sentido.

Em 1974 subscreve o *Manifesto da Revolta Activa*, mas regressa ao MPLA no ano seguinte.

Em 1977 é nomeado Director do Hospital Josina Machel (ex-Hospital Maria Pia) e, na década de 80, exerce o cargo de Presidente da Junta Médica Nacional.

Em 1992 participa na formação do Partido Reformador e Democrático (PRD).

Morre em Londres no ano de 2000.

João Vieira Lopes (Dr. Babil – pseudónimo de guerra) (--)

João Vieira Lopes Júnior nasceu em Luanda, foi aluno da escola Sousa Coutinho desde a 1ª à 4ª classe de instrução primária e frequentou o Liceu de Salvador Correia até ao 7º ano²⁹.

Em 1952, seguiu para Portugal e formou-se em Medicina na Universidade de Coimbra. Nesse mesmo ano, integrou-se na Casa dos Estudantes do Império (CEI), núcleo de Coimbra, tendo sido nomeado para o cargo de Tesoureiro.

Em 1953 inscreveu-se no MUD-Juvenil e, mais tarde, seguiu o percurso da maior parte dos estudantes universitários do seu tempo, filiando-se nas organizações plurinacionais então criadas, como o Movimento Anti-Colonialista (MAC), fundado em 1957, e a Frente Revolucionária Africana pela Independência Nacional dos Povos sob o Domínio Colonial (FRAIN), em 1960.

Em 1959 funda, com outros companheiros (Alberto Bento Ribeiro, Edmundo Rocha, António Pedro Filipe e Graça Tavares), o Movimento dos Estudantes Angolanos (MEA). O surgimento desta organização marca uma ruptura com o passado, uma vez que, até aquela data, os jovens estudantes africanos se associavam em organizações plurinacionais para juntos lutarem contra o colonialismo português. Com o surgimento do MEA, os estudantes angolanos criam a primeira organização nacional, realçando, desse modo, que uma nova fase histórica se estava a perfilar, com o surgimento de mais estudantes africanos em Portugal. Este grupo de portadores de ideias novas denomina-se de Geração da Nova Vaga, em contraponto com a Geração dos “mais velhos” da qual faziam parte a maioria dos companheiros que tinham chegado a Portugal em finais da década de 1940, como Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Noémia de Sousa, Alda do Espírito Santo, Lúcio Lara, Mário Pinto de Andrade, Eduardo M. dos Santos e muitos outros³⁰.

Em Junho de 1961 participa dos preparativos da fuga do “Grupo dos Cem”, a qual também integra, seguindo em direcção a Paris, sendo o seu destino final o Congo Léopoldville, onde chega em finais desse ano e integra o CVAAR.

²⁹ ANTT, *PIDE/DGS CVAAR, Proc. 1122A/L*, fls. 223.

³⁰ Rocha, Edmundo, *op.cit.*, 2003, p. 85.

Em 1964, após a expulsão do MPLA do Congo Léopoldville e do encerramento do CVAAR, deixa o MPLA e segue para a Argélia, onde, entre outras actividades, participa na criação do CEA, Centro de Estudos Angolanos³¹.

Em 1965 regressa às fileiras do MPLA e é nomeado para o cargo de Director dos SAM na Frente de Cabinda (2ª Região), dirigindo o hospital de Matsendé até 1968³².

Em 1968 seguiu para Brazzaville para se especializar em cirurgia, continuando a prestar assistência médica e apoio aos doentes mais graves que chegavam das bases do interior. Aí permaneceu a trabalhar no hospital, durante cerca de 6 anos, isto é, até 1974.

Em 1974 integra e subscreve o *Manifesto da Revolta Activa*, faz parte activa na fase de organização e preparação do anúncio deste manifesto, sobretudo para conseguir os apoios institucionais em Brazzaville, um meio que lhe era familiar.

Em 1975 segue para Paris com uma bolsa de estudos da organização Mundial de Saúde para concluir a sua especialidade em cirurgia.

Em 1992 adere à Frente para a Democracia (FpD) e é eleito deputado.

³¹ Cf. Drumont, Jaime e Barber, Hélder, *Angola: Depoimentos para a História Recente (1950-1976)*, Luanda, Edição dos Autores, 1999, p. 106.

³² Cf. Matrosse, Dino, *op.cit.*, 2005, p. 168.

Joaquim da Rocha Pinto de Andrade (1926-2008)

Nasceu no Golungo Alto em 1926. Filho de José Cristino Pinto de Andrade e irmão mais velho de Mário Pinto de Andrade. A sua instrução primária foi iniciada no interior de Angola e concluída na Capital, onde prosseguiu, frequentando o Seminário de Luanda³³. Entre 1948 e 1953 frequenta a Universidade Gregoriana de Roma, formando-se em Filosofia e Teologia.

Em 1950 trava conhecimento com outros nacionalistas das colónias portuguesas, todos eles estudantes universitários em Portugal, como Agostinho Neto, Noémia de Sousa, Amílcar Cabral, Alda do Espírito Santo, com quem inicia a actividade militante anti-colonial.

Em 1956 participou no I Congresso dos Homens da Cultura Negra realizado em Paris, juntamente com o seu irmão Mário Pinto de Andrade.

Entre 1960 e 1974 esteve várias vezes encarcerado ou em prisão domiciliária, em Portugal, de onde só saiu depois do 25 de Abril de 1974.

Em 1962 foi-lhe atribuído o cargo de Presidente Honorário do MPLA, em resultado do seu exemplo de coragem e determinação na forma como enfrentou e dignificou a causa da independência e a luta dos seus compatriotas: «...na linha do mais puro pensamento filosófico e teológico e na esteira da grande tradição cristã e dos ensinamentos dos últimos papas (...) considero o anseio à independência justo e razoável.». Ou ainda: «Na minha qualidade de sacerdote e de africano e natural desta terra, tenho dos problemas que preocupam este povo, um conhecimento directo, diuturno e por assim dizer vivencial. E vivo-os com a sensibilidade particularmente aguda de quem se sente deles solidários pelas vozes do sangue e pelas amarras da história.»³⁴.

Em 1974 é chamado pelo Grupo da Revolta Activa, na qualidade de Presidente de Honra do MPLA, para mediar os conflitos internos que esta organização atravessava, vindo a integrar-se pouco tempo depois nesse grupo.

Em 1990 assume a presidência da Associação Cívica de Angola ACA e, em 1992, participa na fundação do Partido Renovador Democrático, no qual permanece pouco tempo.

³³ Cf. Andrade, Mário Pinto de, *op. cit.*, 1997, p. 6.

³⁴ Cf. Coelho, Mário Brochado, *Em Defesa de Joaquim Pinto de Andrade*, Porto, Afrontamento, 1971, p. 95.

Em 1992, recebe o Prémio Internacional pela *Pax Christi*, Movimento Católico internacional para a Paz, do qual foi Vice-Presidente. A partir desta data, apenas intervém em actos políticos ou em colóquios internacionais quando convidado. Morre em 2008, aos oitenta e dois anos, em Lisboa.

Maria do Céu do Carmo Reis (1943--)

Maria do Céu do Carmo Reis nasceu na Catumbela, Lobito, Província de Benguela a 14 de Abril de 1943. Filha de pai João do Carmo Reis e de Albertina Edmar Vieira Dolbeth e Costa. O pai exerceu as funções de Administrador Civil e ocupou o cargo de Presidente da União Nacional de Silva Porto³⁵. O ensino primário e o secundário foi dividido entre a cidade do Huambo (antiga Nova Lisboa) e as Doroteias (Colégio Religioso) no Lubango.

Em 1961 segue para Portugal para prosseguir os estudos em medicina. Aí inicia a sua trajectória política³⁶, ao travar conhecimento com alguns estudantes angolanos ligados à FUA, organização angolana que tinha sido desmantelada pela PIDE em Angola, com a prisão e a deportação para Portugal de alguns dos seus membros fundadores³⁷.

Em 1962 segue para Paris e liga-se então à FUA que volta a reorganizar-se naquela cidade.

De Paris segue para Argel onde, após a dissolução da FUA, participa na criação do CEA (Centro de Estudos Africanos) e colabora juntamente com Adolfo Maria e outros ex-membros da FUA no estabelecimento de um centro de apoio, informação e divulgação da luta de libertação angolana, ao mesmo tempo que termina a sua formação académica.

Em 1966 segue com Adolfo Maria, Artur Pestana (Pepetela) para Brazzaville e daí para a Frente Norte, 2ª Região Militar, mais propriamente para o Instituto 4 de Fevereiro, em Dolisie, onde passa a desenvolver actividades ligadas ao Departamento de Informação e Propaganda (DIP), tendo o ramo do ensino como área privilegiada. Neste centro inicia um programa de ensino primário inovador, levado a cabo em parceria com Artur Pestana e que contou com resultados positivos.

Em 1972 participa no Movimento de Reajustamento Nacional da Frente Norte e é designada como “militante activo” para fazer parte nas discussões do reajustamento daquela Frente. Faz parte da comissão de redacção das actas das reuniões, mas, juntamente com Gentil Viana, recusa a nomeação para fazer parte dos órgãos constitutivos da Frente Norte, posto à votação na Reunião de Balanço do Movimento de

³⁵ Cf. ANTT, *PIDE/DGS Proc. 4139*, fls. 3.

³⁶ Conversa com Maria do Céu do Carmo Reis, 2009.

³⁷ Cf. Dáskalos, Sócrates, *Um Testemunho para a História de Angola. Do Huambo ao Huambo*, Lisboa, Vega, 2000, pp. 96,97 e segs..

Reajustamento daquela Frente. Por esta razão, tanto Maria do Céu Reis, quanto Gentil Viana, são expulsos da organização, uma situação que abrange outros militantes que se mostraram solidários para com eles, gerando-se um quadro de crise e de frustração que está na origem do surgimento da dissidência da Revolta Activa.

Em 1975, quando começam as prisões aos elementos da Revolta Activa, encontra-se ausente do País e, dadas as circunstâncias, já não regressa a Angola. Durante esse período prossegue com a sua formação e actividades académicas.

De Abril a Junho de 1985, dirigiu um curso sobre as Ideologias da Libertação Nacional, no Centro de Estudos Africanos, da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, Moçambique.

Actualmente é docente numa universidade privada em Angola.

Mário Pinto de Andrade (1929 - 1990)

Mário Pinto de Andrade nasceu em 1929 no Golungo Alto, filho de José Cristino Pinto de Andrade, funcionário público das Finanças e um dos fundadores da Liga Nacional Africana, na década de 1930. Pelo lado materno, pertencia a uma família proveniente do interior, mas cresceu e estudou em Luanda, para onde seguiu, muito novo, na companhia de seu pai. A sua infância e a adolescência foram passadas no Bairro das Ingombotas, um dos bairros de Luanda onde existiam mais famílias africanas antigas. Em Luanda, depois de concluído o ensino primário, entra para o Seminário para aí frequentar os estudos secundários³⁸.

Em 1948 ingressa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no Curso de Filologia Clássica. Integra-se na CEI (Casa dos Estudantes do Império), onde desenvolve uma actividade em prol da edificação de uma nova consciência nacionalista e da divulgação dos valores culturais africanos. Uma actividade estendida pela militância em outros espaços, tais como o Clube Marítimo e a casa da família Espírito Santo, na Rua Actor Vale³⁹, onde decorriam tertúlias culturais.

A Polícia Secreta prendeu-o em duas ocasiões (1951 e 1954), devido à sua acção política e à sua ligação ao MUD-Juvenil, enquanto militante⁴⁰.

Em 1953 cria um Centro de Estudos Africanos em Lisboa e, juntamente com Francisco José Tenreiro, publica o primeiro caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa.

Em 1954 exila-se em Paris, forma-se em Sociologia na École Pratique des Hautes Études e trabalha na revista *Présence Africaine*⁴¹, onde ocupa o cargo de secretário da redacção dessa revista.

Em 1955 e em 1957 assiste aos Festivais Mundiais da Juventude, respectivamente em Varsóvia e em Moscovo. Nesse período, conhece e relaciona-se com intelectuais africanos progressistas das ex-colónias francesas, como Senghor,

³⁸ Andrade, Mário Pinto de, *op. cit.*, 1997, pp. 8-10.

³⁹ Idem, *ibidem*, pp. 68-69.

⁴⁰ ANTT, *PIDE/DGS, Processo SR 359/51*, fls. 428-430.

⁴¹ A revista *Présence Africaine*, assim como a Sociedade Africana de Cultura (SAC) foram criadas por um grupo de intelectuais reunidos a volta do senegalês Alioune Diop, residente em França – Paris. A existência deste grupo de intelectuais activos está relacionada, por um lado, com a crescente afluência de estudantes africanos das colónias francesas nas universidades francesas e, por outro lado, com a chegada de parlamentares negros de todas as colónias francesas de África a partir de 1946.

Dadié, Cheikh Anta Diop, Gabriel d'Arboussier, Moustafa Lacheraf, René Bastide, Aimé Cesaire e também com intelectuais europeus, contando-se, entre eles, Basil Davidson⁴².

Em Junho de 1958, no âmbito da sua actividade na revista *Présence Africaine*, profere várias conferências em Bruxelas. Participa, em Outubro desse mesmo ano, na Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos, realizada em Tashkent, na URSS.

Em Março de 1959, participa no 2º Congresso dos Escritores e Artistas Negros, em Roma.

Em 1960, torna-se o primeiro Presidente do MPLA, cargo que ocupa até 1962, mas cede voluntariamente ao então Presidente de Honra, Agostinho Neto, que é eleito numa Conferência Nacional desse mesmo ano, por entender que o mesmo era o candidato natural: «Neto era, internamente, o homem capaz de reunir as organizações que deviam exprimir-se em nome do MPLA.»⁴³.

Participa, a 5 de Dezembro de 1960, numa Conferência de Imprensa na Câmara dos Comuns em Londres, dada por delegados das colónias portuguesas, onde Mário de Andrade afirma, em nome de todos, que Portugal não tinha deixado aos povos das colónias, senão o recurso à «acção directa», quer dizer, o recurso à luta armada⁴⁴.

Em 1964 afasta-se das estruturas políticas do MPLA, porque «O MPLA empenhou-se em criar uma frente: a FDLA, Frente Democrática de Libertação de Angola sem o ter dito a todos os membros da direcção, incluindo eu próprio.»⁴⁵.

De 1965 a 1969 está ligado à CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias), desenvolvendo actividade política em prol da independência das colónias portuguesas em África.

Entre 1971 e 1972 dá-se o seu regresso ao MPLA, tendo sido destacado para a Frente Leste como membro do Comité de Coordenação Político-Militar.

Em 1974 participa na formação do Grupo da Revolta Activa, contestando a liderança de Agostinho Neto e lutando pela democratização do MPLA.

⁴² Historiador, escritor e africanista britânico, tendo-se debruçado sobre o estudo da passagem dos portugueses em África, passando pelo estudo da história pré-colonial africana e de temas mais actuais, como os efeitos desastrosos do tráfico de escravos em África e os efeitos da adopção da matriz ocidental do Estado-Nação em África. Nesta fase em que trava conhecimento com os futuros líderes africanos de expressão portuguesa estabelece-se uma proximidade que o leva, anos mais tarde, a visitar as zonas de guerrilha e a reportar os feitos da luta armada destes povos (Angola e Guiné-Bissau).

⁴³ Cf. Andrade, Mário Pinto de, *op. cit.*, 1997, p. 179.

⁴⁴ Cf. Carreira, Iko, *op. cit.*, 1996, p. 57.

⁴⁵ Cf. Andrade, Mário Pinto de, *op. cit.*, 1997, p. 182.

Em 1975 abandona Angola para mais um exílio, durante o qual ocupa alguns cargos governativos na Guiné-Bissau: Coordenador-Geral do Conselho Nacional da Cultura, Comissário de Estado para a Informação e Cultura (Ministro) e Representante do País no Conselho Executivo da UNESCO. Neste período, desenvolveu igualmente algumas actividades de consultadoria em Cabo Verde e em Moçambique.

Em 1987 cria um Grupo de Reflexão de apelo à paz e à reconciliação em Angola, juntamente com Adolfo Maria e Gentil Viana, dado o panorama de guerra civil que este país vivia.

Como político e teorizador, deixou algumas obras escritas, onde estão patentes o seu pensamento político e o seu contributo em prol da luta de libertação nacional, tais como: *A Guerra em Angola*, *A Noite Grávida de Punhais*, *Origens do Nacionalismo Africano* e *Literatura Africana de Expressão Portuguesa*, para além de entrevistas e artigos em diversos jornais.

Morre a 26 de Agosto de 1990, em Londres.

Manuel Videira (--)

Manuel Videira, natural de Porto Amboím, era filho de Armindo Augusto Videira⁴⁶. Formou-se em Medicina na Universidade de Coimbra, para onde seguiu na década de 1950, a bordo do navio de carreira Uíje, na companhia de outro angolano, Gentil Ferreira Viana⁴⁷.

Inicia a sua actividade política em Portugal, integrando associações como a Casa dos Estudantes do Império (CEI) e o Movimento Anti-Colonialista (MAC) e pertencendo à Direcção da Associação Académica de Coimbra.

Em 1961 faz parte do primeiro grupo de estudantes que saem de Portugal para integrarem os movimentos de libertação. O primeiro destino desta fuga é Paris, seguindo depois para o Ghana, onde contacta com vários dirigentes do MPLA (Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara, Eduardo dos Santos, Viriato da Cruz). Faz parte do primeiro grupo de nacionalistas do MPLA, que entra no Congo Léopoldville com o objectivo de estabelecer bases de apoio junto à fronteira com Angola⁴⁸.

De 1961 a 1964, integra o CVAAR, Corpo de Voluntários de Angolanos de Apoio aos Refugiados, do qual é membro fundador. Esta organização, que dependia do MPLA, funcionou com cerca de 10 médicos angolanos e com o apoio de uma média de trinta enfermeiros, também angolanos e desenvolveu uma actividade humanitária junto da fronteira angolana, a partir do Baixo Congo, integrado no então Congo Léopoldville, em socorro das populações rurais angolanas fugidas à repressão e perseguição das tropas coloniais.

Em 1964 segue para Argélia, onde permanece algum tempo, após o encerramento do CVAAR e na sequência da crise que o MPLA viveu entre 1962 e 1964. Ainda na Argélia faz parte de um grupo de angolanos que recebem formação militar para o início da guerrilha no interior de Angola, e é nessa altura que conhece Che Guevara, aquando do seu périplo por África, nos anos 60. Neste período colabora igualmente com o CEA (Centro de Estudos Angolanos).

Após ter recebido a formação militar na Argélia, regressa para o interior de Angola e participa na guerrilha na Frente Norte na 2ª Região (Cabinda) e na 4ª Região Político-Militar (Lunda).

⁴⁶ ANTT, *PIDE-DGS Processo 12044-SR*, fls. 31.

⁴⁷ Entrevista com Manuel Videira, 2009.

⁴⁸ Entrevista com Manuel Videira, 2009.

Entre 1972 e 1973 especializa-se em cirurgia no Hospital de Brazzaville. Ainda em 1973 participa no Reajustamento Nacional da Frente Norte.

Em 1974 adere ao e subscreve o *Manifesto dos Dezanove* por entender que os princípios e objectivos enunciados naquele documento poderiam ajudar a encontrar a solução dos problemas existentes e por apoiar a ideia da criação de uma figura de Vice-Presidente que, no interior de Angola (nas frentes militares), pudesse fazer a ponte entre a direcção no exterior e os responsáveis das frentes militares. Uma medida que ajudaria a encontrar as soluções para os diferentes problemas que ocorriam no terreno⁴⁹.

Em 1976 é dos primeiros elementos pertencentes ao Grupo da Revolta Activa a ser preso, permanecendo encarcerado, até 1978, sem culpa formada e sem julgamento. Desde a sua libertação que exerce a sua profissão de médico-cirurgião em Angola.

⁴⁹ Entrevista com Manuel Videira, 2009.

CONFIDENCIAL

LAMARCAVAS

DECLARAÇÃO ENTREGUE AO
DR. EDUARDO SANTOS PARA
ELE REHETER AO PRESIDENTE
NETO PARA A REUNIÃO DO
BUREAU POLITICO QUE
SE REALIZOU A 10/04/76
(A RESPOSTA FOI A PRISÃO
DE VÁRIOS MEMBROS DA R.A.
INCLUINDO A MAIOR PARTE
DOS SIGNATÁRIOS DESTA
DECLARAÇÃO

Toda a Nação escutou atentamente a comunicação dirigida ao País, no dia 3 de Abril, pelo camarada Presidente do MPLA e da República Popular de Angola.

A justeza dessa comunicação e a definição dos termos em que os vários patriotas podem e devem participar na urgente tarefa de reconstrução da Pátria, com base na efectiva unidade nacional, impôs-nos o dever de mais uma vez afirmar a nossa disposição militante de dar inteira contribuição para se alcançarem os objectivos apontados.

A análise objectiva e serena do desenrolar do processo de nossa luta pela libertação e edificação nacionais levou de há muito os camaradas que se reclamavam de corrente de opinião conhecida por "Revolte Activa" a algumas conclusões que importa tornar públicas:

1 - A posição assumida em 1974 por certo número de militantes do MPLA e que ficou conhecida por "Revolte Activa" correspondeu a uma determinada apreciação dos problemas com que o nosso Movimento se defrontava naquela altura.

Uma análise retrospectiva, à luz dos acontecimentos subsequentes, impõe reconhecer que o processo utilizado para solucionar os problemas em causa não correspondeu à situação. Não se atendeu devidamente a certos aspectos particulares do nosso Movimento naquela fase, nem se esgotaram todas as possibilidades para resolver por meio de crítica e auto-crítica internas as divergências que nos pareciam importantes e cuja solução reputávamos decisiva para que a nossa Organização adquirisse maior consistência e capacidade de resposta aos desafios lançados pelo inimigo naquele etapa da nossa luta.

Luanã 31 de Julho de 1977

Meu caro Almeida de Carvalho

Após a útil conversa tida há dias, em que mais uma vez ficaram patentes as tuas qualidades de patriota e de homem justo, honesto e generoso, e onde, a par da tua boa vontade, fiquei informado das dificuldades que se têm levantado para resolver o caso dos camaradas prisioneiros da ex-Fronteira-Sulista, reflecti maduramente sobre tudo e cheguei a conclusões que te transcrevo e talvez possam ser úteis na tua árdua tarefa.

Sei-las!

1.º - Constatá-mos, ao longo de largos meses (agora já anos), que o problema da ex-R. A. foi e continua a ser encarado de maneira mais pessoal que política. Se essa situação fosse, nunca se teria chegado a prender os camaradas actualmente detidos e, no caso de isso ter acontecido, tal erro teria sido logo corrigido.

2.º - Deste modo, persiste uma situação anómala, tanto do ponto de vista político como jurídico, a mais estando-se indefinida.

DR. AGOSTINHO NETO

PRESIDENTE DA REPUBLICA POPULAR
DE ANGOLA

PRESEIDENTE DO MPLA

LUANDA

CAMARADA NETO

Foi no verão de 1950 que travámos conhecimento, em Lisboa. *Eram ambos jovens* Éramos ambos estudantes. Éramos ambos ardorosos patriotas. →

→ Com meu irmão Mário, com Amílcar Cabral, com Alda do Espírito Santo, com tantos outros estudantes das colónias portuguesas, sonhámos e planeámos o futuro das nossas pátrias africanas.

Os anos correram. Tornamo-nos a encontrar, em 1960, em Luanda.

Trabalhamos juntos na clandestinidade, e em Junho desse ano fomos ambos presos pela PIDE. Deportados para Lisboa, fomos vizinhos de cela na sinistra cadeia do Aljuba. Nova deportação: Tu para Cabo-Verde e eu para a Ilha do Príncipe. Começa a luta armada em Angola. De novo *fomos* presos e lançados nas masmorras do Aljuba. Postos em liberdade vigiada, foi-te possível a evasão de Portugal e tornaste-te o 2º Presidente do MPLA. Eu continuei a minha caminhada de prisões e exílios (8 prisões, 5 anos de cárcere, 14 anos de desterro e liberdades vigiadas).

Aquilo que sonhámos e planeámos quando jovens estudantes, aquilo por que lutámos e sofremos, juntamente com milhares de *nosso* compatriotas, começa a ganhar formas: uma Angola independente, próspera e progressista, em que os Angolanos sejam finalmente *livres* livres no corpo e no espírito.

Tu hoje és o Presidente da República. Eu hoje sou um cidadão vilipendiado e marginalizado, a quem até é negado o direito ao trabalho.

PROPOSTA DE COMUNICADO

BP/RA
81 hohu RA

Considerando a necessidade imperiosa de barrar o caminho às forças do colonialismo e do imperialismo que pretendem manter a subjugação da Nação e liquidar o nosso movimento;

Compreendendo a necessidade de maior coesão entre os elementos progressistas da Nação, a fim de haver uma contribuição massiva nas tarefas de construção de uma Pátria verdadeiramente independente, democrática, popular e próspera e para um combate eficaz contra a agressão imperialista;

Uma delegação do Bureau Político reuniu em com delegados mandados da "Revolta Activa dos Quadros e Militantes do MPLA" decidem:

1. A reanulação formal da "Revolta Activa dos Quadros e Militantes do MPLA";
2. A reintegração na actividade do Movimento de todos os elementos que se reclamam da "Revolta Activa";
3. Todos os elementos reintegrados seguirão as regras de disciplina do Movimento, submetendo-se às directivas do Comité Central e do seu Bureau Político;
4. No tempo mais breve, sem prejuízo de esforço geral da luta contra o inimigo, efectuar-se-ão reuniões de crítica e auto-crítica com o objectivo de reforçar a unidade militante no seio do Movimento;
5. O Comité Central e o Bureau Político apela à vigilância dos militantes no sentido de envidarem todos os esforços para a efectivação desta resolução.

A luta continua

A Vitória é Certa.

Luanda, ~~27 de Setembro de 1971~~

SETEMBRO 1971

DECLARACAO DA REVOLTA ACTIVA DO MPLA

Compatriotas !

Camaradas militantes do MPLA !

Muito tempo se passou desde a ultima intervencao publica da Revolta Activa do MPLA ante os militantes e a Naçao.

O nosso silencio foi propositado e resultava duma decisao colectiva e patriotica de evitar ao maximo a pluralidade de declaracoes de tendencias, para nao desmoralizar o Povo nem dar maior ânimo e iniciativa à reaccao interna e internacional, inimigas declaradas da Patria.

I

Desde o Acordo de Brazzaville, de 3 de Setembro de 1974, que a Revolta Activa se tem mantida publicamente silenciosa, mas desenvolvendo uma enorme actividade para tentar salvar a unidade prevista pelo referido Acordo e levar até ao fim a luta democratica no movimento e no Pais.

Apesar de tudo, o Acordo fracassou e o Movimento Popular de Libertação de Angola continua infelizmente dividido, sem o grau de coesao interna que a nova situacao nacional dele reclama.

A reaccao interna e internacional coliga-se rapidamente num cerco de morte contra o nosso Movimento, contra o MPLA, a vanguarda incontestada do Povo angolano.

Perigos graves pesam sobre o Povo e sobre o Pais. Todos os patriotas, todos os progressistas angolanos sao chamados a pronunciar-se e a agir, em bloco, para defesa da libertacao completa e imediata da Naçao.

Como parte integrante do MPLA, compete à Revolta Activa levantar bem alto o ideal revolucionario e patriotico do MPLA e contribuir ainda mais para a luta geral do Povo contra o colonialismo, contra o imperialismo e

C.D. 17

QUARTEL-GENERAL

CÓPIA

Exemplar
N.º 2158/74-CI

P.º 645	RELATÓRIO	Data 28SET74
Data da recepção da notícia 23SET74	Classificação de Segurança RESERVADO	Avaliação N/A
Entidade informadora GEI-LUANDA	País, zona ou região: ÁFRICA	Ref.ª
Origem Imp. Estrang.	Assunto: MPLA/Dissenções internas	

A seguir se transcreve, por tradução, um artigo da revista "JEUNE AFRIQUE", de 14SET74, onde se foca alguns aspectos das dissenções verificadas no seio do MPLA:

- "- Em 03SET, às 1000, Rádio Brazzaville interrompia as suas emissões para ler um comunicado conjunto precisando que, "reunidas sob a alta iniciativa da OUA e dos presidentes NGOUABI, NYERERE, KAHUNDA e MOBUTU, as três facções do MPLA tinham finalmente chegado à constituição duma direcção provisória do movimento. Este final feliz surgido 24 horas após o encerramento da 9ª Conferência dos Chefes de Estado da África Central e Oriental não deve ocultar a dura realidade; as condições quão difíceis em que o MPLA, durante mais de duas semanas, tentou em vão refazer a sua unidade. Este Congresso escamoteado, onde a tendência CHIPENDA se encontrava só no final dos debates, suscitara em ANGOLA e em países fronteiriços uma profunda decepção e uma verdadeira irritação.
- À sua chegada a BRAZZAVILLE, os líderes do MPLA não pareciam inclinados a esquecer as suas divisões. Jamais as pressões dos membros do comité ad hoc da OUA foram tão vivas. Jamais fora tão clara a futilidade tanto para uns como para outros de caminhar isolado. Jamais enfim, a necessidade duma frente comum entre os dois principais movimentos angolanos face à evolução que se desenha no interior de ANGOLA. Estas três realidades objectivas nasceram de dissenções internas, fazendo tremer a base do movimento.
- Portanto, não se deve exagerar no optimismo. As divergências continuam. A trégua táctica preconizada pela OUA finalmente prevaleceu. Salvo qualquer ressalto sempre possível, deverá permitir atingir rapidamente o segundo objectivo fixado em BUKAVU, a formação, entre o MPLA e a FNLA, duma frente comum que negocie com os portugueses.

Journal Jeune Afrique 14.9.74...

Uma vez posto o acto, e atentas as novas exigências nascidas do rápido e imprevisível desenrolar dos acontecimentos, faltou-nos a flexibilidade necessária para realizar em termos práticos uma maior conjugação de esforços em direcção aos objectivos finais da luta.

II - Por outro lado, os camaradas que se reclamavam dessa corrente de opinião de há muito verificaram que a situação do País tinha sido fundamentalmente alterada pela própria dinâmica dos acontecimentos, que, ultrapassando determinadas contradições, elevaram ao primeiro plano das preocupações nacionais novas e candentes problemas que urge solucionar. Também por isso se concluiu que a persistência da "Revolta Activa" não se justificava e seria até contrária aos interesses fundamentais do nosso Povo.

É assim é que, quando a ofensiva imperialista, materializada na conjugação das forças invasoras de África do Sul com as da FNLA/UNITA, punha em sério perigo a sobrevivência do nosso Movimento e de nossa Pátria, várias iniciativas foram tomadas para, constatando o facto de estar ultrapassada a situação de "Revolta Activa", colocar cada um dos seus elementos sob direcção do Comité Central do MPLA.

É o que neste momento se reafirma.

Os longos anos de luta deram ao nosso Movimento e aos seus militantes a maturidade suficiente para impôr limites às suas divergências naturais e concentrar todos os esforços nos objectivos essenciais.

COMPATRIOTAS

CAMARADAS

O País acaba de sair vitoriosamente de uma implacável guerra, que impõe ao nosso Povo duros sacrifícios em vidas e bens materiais. A nova fase que agora se abre à Nação exige a coesão de todas as forças patrióticas e o seu empenho na grande e urgente tarefa de reconstrução nacional.

A directrix enunciada pelo Camarada Presidente da República

mente. É isto desde há 12 meses, quando foram presos os primeiros camaradas, e mais agudamente desde há quase dezasseis meses, quando se abateu sobre muitos outros a vaga repressiva.

É, tanto quanto me é dado saber, esses camaradas continuam todo este tempo presos sem culpa formada sequer, situação esta que fere os direitos fundamentais do homem (cfr. art. 9.º da IIIª da D. U. D. H.)

3.º - Chegou-se mesmo a um impasse profundamente preocupante. É este impasse não honra o nosso País perante o mundo, pois não são numerosos os países que utilizam prisões preventivas (e ainda mais por tempo indefinido) e de represálias contra patriotas que alguma vez manifestaram discordância.

O impasse pesa na consciência de muitas pessoas honestas do Movimento (como é o teu caso) e do País. Pesa no ambiente político nacional e seguramente no exterior.

Por outro lado, cria escusadamente dolorosas situações familiares e, além disso, provoca graves problemas de saúde para os camaradas vítimas da prisão.

É o caso do camarada Gentil Viana, a

Tomo a liberdade de te escrever, dirigindo-me não só ao Presidente do MPLA e da República Popular de Angola, mas também e sobretudo ao camarada de uma longa luta que ainda não terminou. Faço-o com a franquesa e lealdade de sempre. Antecipadamente peço desculpa de qualquer rudeza e do estilo pouco ou nada curial.

Aliás, os nossos três recentes encontros animam-me a escrever-te com franquesa e sem protocolo, porque encontrei em ti um homem atento e acolhedor e um Chefe de Estado preocupado com os problemas do País e empenhado na sua solução.

Permite-me, camarada, que eu relembre aqui alguns tópicos dessas nossas conversas.

O ponto principal foi o tema "Revolta Activa".

Assegurei-te que a Revolta Activa há muito tempo deixou de existir, em consequência da análise que nos levou a concluir que os problemas do País exigiam a unidade de todas as forças progressistas. Além disso, nessas análises verificámos que a RA tinha correspondido a uma etapa da vida do Movimento, que tinha sido ultrapassada pela própria dinâmica dos acontecimentos, dentre os quais a luta contra os Movimentos fantoches e a invasão estrangeira exigia a concentração do esforço principal.

↙ Mais, considerávamos que a reintegração de todos os camarads na vida e nas actividades da Organização iria criar as condições para os necessários ajustamentos e rectificações das atitudes do passado. Aliás, foi sempre assim que no seio da nossa Organização se solucionaram os problemas entre militantes.

Fiquei com a impressão de que me tinhas compreendido e aceite os meus esclarecimentos, e essa impressão mais se reforçou quando me propuseste que esse problema se encerrasse com uma declaração pública à Nação.

Foi nesse sentido que preparamos e apresentamos um texto, que me pareceu merecer o teu acolhimento, mas que entendeste dever submeter à aprovação do Bureau Político do MPLA.

Seis dias depois da sua entrega, recebi uma carta assinada pelo secretário do Bureau Político, camarada Lúcio Lara (doc,nº I), rejeitando o texto que te fora presente.

- ANTÓNIO MATCHALO foi fusilado como savimbista
- Os do norte vinham cá ensinar-nos a lutar
- A reunião da Assembleia diz que só os do norte são comandos e meterão os filhos
- Em Cabinda a luta parecia ir em baixo
- Os do norte trabalharam e ensinaram
- Quem matava só do norte hoje?
- Comissário é que passa à frente para dar o moral
- O guerrilheiro não come em cima no povo, só o Comando
- TUFILAS é rápido - combate é recuar
- Mudança dos guerrilheiros mete medo
- Ninguém do Comando foi julgado
- Igualdade perante a lei
- Todos os guardas foram a frente
- Os activistas da rectaguarda não estão armados
- Não pode brincar com a guerra
- Todos os responsáveis fazem meeting e esquecem da guerra
- Guia dos povos e milícia e sua formação
- A licença do camarada VITÓRIA ou MORTE
- TCHIFUA TCHIKA foi fusilado 1968
- Calar com morteiro
- Acabar com as casas nos povos - do Comando
- Os comandos fazem negócios e porque os guerrilheiros



Reunião com o grupo do KAFUI

dia 2/2/70

- Fardamento (equipamento) vai só à frente e aqui não
- Umhas temporadas e comandos, uns não têm nada. Os guerrilheiros estão rotos
- A Direcção confia mais nos postos avançados que na rectaguarda
- Ficar juntos com as ama custa-nos muito porque estamos muito rotos
- Os responsáveis digam ao povo de respeitar os guerrilheiros. Os activistas andam a dar política
- Falta de munições
- Fuzilamento
- A diferença entre o comité de acção e destacamento militar
- O povo não dá fala ao guerrilheiro. Os chefes não estão respeitados, aos responsáveis militares não há lapiseiras e papéis.
- Os cantis que venham, só pelos comandos quem comando que estão vestir mal
- Se fizer tiros o guerrilheiro é castigado
- LOBITO e TCHINGONGE
- NGANGA fusilado pelo KUTOLOLA
- Os comandos não vão no combate

Exemplar

P.º	RELATÓRIO	N.º 2158/74-CI
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança RESERVADO	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Avaliação
Origem	Assunto:	Ref.ª

-2-

- 02SET, São cerca de 1300. Golpe de teatro no aeroporto de MAYA-MAYA. O avião da "Zambia Airways" para onde subira K. KAUNDA fechara as portas. Tudo estava pronto para a partida. Segundo as regras do protocolo, M. NGOUABI e a sua comitiva, o corpo diplomático e os convidados esperam que o avião se ponha em movimento para deixarem o aeroporto. Mas o avião continua imóvel. Passam dez, vinte minutos. Uma espera desagradável para todos os presentes. Pensa-se numa deficiência técnica. Depois é lançada uma escada ao avião. A porta da retaguarda abre-se e um homem desce com a pasta na mão. A. NETO. KAUNDA recusa-se a deixá-lo seguir no mesmo avião que ele. Todavia, foi KAUNDA quem levou NETO de LUSAKA a BRAZZAVILLE. Mas, entretanto, algo se alterou. O significado do gesto político de KAUNDA não passou despercebido a ninguém.
- Poder-se-á então perguntar se no futuro esse líder do movimento de libertação voltará a entrar na ZÂMBIA. As consequências duma tal situação podem ser muito graves para o MPLA, mais exactamente para a facção NETO.
- O facto é que o Congresso do MPLA que se deveria iniciar em LUSAKA a 08AGO, e que apenas começou em 11, nada concluiu em 15 dias de discussões. Pelo contrário, só agravou as cisões já existentes. Dois homens, A. NETO e CHIPENDA reivindicam a liderança do movimento. Uma terceira facção, onde militam dirigentes prestigiosos como os irmãos MÁRIO e JOAQUIM PINTO DE ANDRADE, o comandante FILIPE FLORIBERT, o representante do MPLA na ONU, MANUEL JORGE, o antigo conselheiro pessoal de NETO e vice-presidente do movimento, GENTIL VIANA, etc, mantém-se na expectativa e persiste em encontrar a unidade do MPLA em bases novas.
- Assim, no momento mais difícil na conjuntura mais delicada para o futuro de ANGOLA, o MPLA oferece o espectáculo duma divisão absurda, que contri-

.../

no, contra o imperialismo e contra o neocolonialismo, que nos exploram e nos oprimem, e em favor duma Angola Livre, Unida, Democrática, Próspera e Africana.

II

Companheiros !
Comaradas militantes do MPLA !

A Nação caminha para uma destruidora guerra civil !
Todos sabem que Angola ocupa uma posição excepcionalmente privilegiada no sul do Oceano Atlântico e na África Austral; que possui consideráveis recursos económicos e que a sua população é composta por variadas camadas e grupos sociais movidos por uma série de complexos interesses comuns e contraditórios.

Tudo isto são razões que tornaram o nosso País num campo propício para os inimigos da Nação exercerem a sua acção de pressão e exploração e tentarem mantê-las a todo o preço.

Os colonialistas portugueses, os imperialistas norte-americanos, os imperialistas europeus e os fantoches angolanos e estrangeiros de todas essas formações inimigas da Pátria, lutam agora desesperadamente entre si e contra o Povo Angolano, tentando pela violência esvaziar a nossa independência de todo o seu conteúdo popular, africano e internacionalista.

No meio de todos os problemas políticos que vão surgindo, importa determinar bem o que é principal, para sobre, isso concentrar nos essencialmente a nossa atenção e os nossos esforços colectivos.

Com a suspensão de hostilidades que, em principio, se generalizou, a luta de libertação nacional entrou numa nova etapa que vai ganhando os seguintes aspectos:

- a) As batalhas políticas e diplomáticas passaram a ser a forma predominante de luta pela independência completa e imediata;
- b) As forças internas e externas encontram-se em estado de elevada e crescente tensão;

na sua comunicação de 3 de Abril permite consolidar e desenvolver as vitórias decisivas já alcançadas pelo nosso Povo sob a direcção do MPLA.

A proclamação da República Popular de Angola; a destruição das forças da FNLA e da UNITA; a expulsão do exército expansionista de Africa do Sul para lá das fronteiras nacionais; o reconhecimento da República Popular de Angola pela maior parte dos países de Africa e do mundo; o reforço das nossas alianças externas para defesa da nossa soberania e integridade territorial e para o sucesso das justas lutas de todos os povos do mundo são vitórias que correm o risco de perderem o seu alcance histórico, se não se age em conformidade com essa fundamental directriz de unidade nacional.

COMPATRIOTAS

CAMARADAS

Não poucos de nós participaram no despertar, na organização e no desenvolvimento da nossa luta de libertação nacional.

Com a mesma firmeza de convicções e com o mesmo apego ao Único objectivo de servir a Pátria que nos nortearam no passado, assumimos também agora a inteira responsabilidade decorrente desta declaração.

As massas populares, que são a verdadeira garantia da execução das directrizes do Comité Central do nosso Movimento, exprimimos mais uma vez a nossa inteira confiança e o nosso apoio.

PELA UNIDADE NACIONAL

PELO PODER POPULAR

A LUTA CONTINUA

A VITÓRIA É CERTA .

PROVAVEL DATA : 7 / 04 / 1976

FOI ENTREGUE A 9/04/1976

Permitte-me que te manifeste a minha surpresa pela forma como este assunto parece ter sido tratado, dado que o texto em apreço (como da sua própria forma o teor se infere) era uma proposta colectiva de comunicação ao País, cuja principal finalidade consistia em despoletar a terrível arma da calúnia e do ódio, clarificar posições, esclarecer o País e contribuir assim para o congragamento dos espíritos e a construção da unidade nacional, tão forte e oportunamente preconizada na tua mensagem ao País de 3 de Abril.

Este primeiro passo público no caminho da reconciliação não exclua, antes exija, outros passos e medidas complementares.

Compreenderás, pois, a surpresa e decepção dos camaradas ante o desenrolar dos acontecimentos seguintes:

- Dia 9, entrega do nosso texto ao camarada Presidente.
- Dia 10, reunião do Bureau Político.
- Dia 12, comunicação telefónica da rejeição do texto por parte do ~~XX~~ Bureau Político.
- Dia 13, começo das prisões dos camaradas.
- Dia 15, entrega e recepção da resposta do Bureau Político.

Perante os factos que acabo de lembrar, não consigo compreender os motivos que determinaram esta vaga de prisões, nem vislumbrar a finalidade que se pretende atingir. Os camaradas sobre os quais ora se abate a repressão policial são patriotas enforcados, com bastas provas dadas na luta contra a dominação colonial e pela libertação nacional (muitos deles sofreram já longos anos de cadeia sob o colonial-facismo) e agiram sempre na firme convicção de que serviam a Pátria.

Estas prisões e as condições em que elas se processam e mantêm desgostam e alarmam a consciência nacional e começam a ter danosas repercussões além-fronteiras. Não vejo que a Pátria venha a ganhar com a aplicação de métodos repressivos para resolver problemas deste género.

Além disso, assiste-se a toda uma orquestração, utilizando os mais variados instrumentos (rádio, jornais, cartazes, jornais de parede, boatos), para criar uma atmosfera de ódio, violência, calúnia e perseguições de vária ordem, contra os camaradas que se reclamavam da RA e até contra os seus amigos e familiares.

T O R R E
T O M B O

Exemplar

P.º	RELATÓRIO	N.º 2158/74-CI
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança RESERVADO	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Avaliação <i>See</i>
Origem	Assunto:	Ref.ª

-3-

bui para aumentar o sentimento de insegurança e o vazio político que aparecem em ANGOLA desde que o Governo Português manifestou a sua vontade de descolonizar todos os territórios africanos. Tudo isso, a acrescentar a mais de 10 anos de luta que custou a vida a centenas de militantes e de quadros. O Congresso de LUSAKA apenas serviu para pôr esse facto em evidência. Um congresso que se desenrolou em "condições horríveis" afirmou A.NETO, "As autoridades zambianas obrigaram-nos a realizar os trabalhos num acampamento afastado da cidade, cercado pela polícia. Não podíamos sair, mesmo para enviar telegramas. As reuniões plenárias tiveram lugar ao ar-livre. Os jornalistas mantinham-se afastados".

- O mesmo afastamento por parte de JOAQUIM PINTO DE ANDRADE, um dos líderes da "revolta activa". "Em dado momento, toda a gente receava pela sua segurança pessoal. Reinava uma terrível atmosfera em todo o campo. Desconfiava-se uns dos outros." CHIPENDA não é do mesmo parecer. "As autoridades zambianas permitiram-nos trabalhar num ambiente tranquilo e foi graças a elas que conseguimos concluir este Congresso". Mas tratar-se-ia na verdade dum Congresso? A eleição provisória de CHIPENDA para a presidência era legal? Sobre este assunto, as opiniões divergem.

- A.NETO:

"Opus-me desde o princípio à realização deste Congresso nas condições em que se desenrolou. Todavia, quis fazer um esforço a favor da Unidade. Agora, apercebo-me que fui demasiado longe nas concessões".

- P. Que concessões?

- R. Com o "complot" que dirigia contra a direcção do MPLA em 1973, onde se procurava a minha eliminação física, CHIPENDA afastava-se do movi-

.../

2
quem na cadeia privaram de uma de, vista
e que está em risco de perder a outra, além
de que todo o seu organismo está profun-
damente arruinado.

Penso que as autoridades políticas do
nosso País se deveriam debruçar atenta-
mente sobre os pareceres e relatórios cli-
nicos referentes a este caso.

4.º - A necessidade de corrigir esta
situação anômala, injusta e desumana
faz-se sentir agudamente e ganha cada
dia mais a consciência dos homens.

Verifica-se, porém, que persistem e
prevalecem posições pessoais de malquie-
rença, ressentimento e outras, não sen-
do suplantadas, por considerações e atti-
tudes de bom senso político. Assim, os
camaradas da ex-P. A. continuam a se
encarar como uma permanente e inco-
modativa sombra.

5.º - Para sair do impasse a que se che-
gou e evitar tensões entre os camaradas
do Movimento, pensa-se que uma solução
viável consistiria em afastar do País
os camaradas da ex-P. A., em especial
os detidos. Afazê-los discretamente.
Não faltam muitos amigos afiados que
não desdenhariam franquear acolhedo-

- c) Vive-se em exaltação e violência crescentes com base na afirmação ideológica, regional, tribal e racial;
- d) Forçam-se repetidamente situações para ultrapassar o controle das instituições capazes de garantir a ordem;
- e) Procura-se generalizar a aceitação da inevitabilidade da guerra civil como etapa necessária e iminente do nosso processo libertador;
- f) Procede-se a uma acumulação de armas em pontos estratégicos e treinam-se efectivamente contingentes de compatriotas para a repressão e coerção contra-revolucionárias e para a guerra de decisão rápida não-popular.

Tudo isso, conjugado com os boatos alarmistas e os compromissos secretos no interior e no exterior do País, caracterizam a nova etapa de luta como uma fase de preparação de guerra civil.

Se os patriotas genuínos não se unem todos para lutar contra a guerra civil reaccionária, dentro em breve o nosso processo de independência efectiva ver-se-á gravemente retardado ou mesmo suspenso por um rebentamento súbito de múltiplos choques armados entre angolanos.

Os guerrilheiros e todos os outros combatentes da liberdade realmente patriotas, de dentro e de fora do MPLA, devem elevar ao máximo a sua vigilância e unir-se para intervir decisivamente na luta de novo tipo que é necessário travar contra os inimigos da Nação.

III

Compatriotas !

Camaradas militantes do MPLA !

A guerra civil é processo criminoso das forças do neocolonialismo contra a Nação angolana!

O MPLA, a vanguarda incontestada de tantos milhões de angolanos, não pode em caso nenhum estar pela guerra civil reaccionária.

.../...

Continuam a acusar-nos dos mais nefandos crimes. Que nos reunimos aqui, além, acolá, que tramamos na sombra; que sabotamos; que incitamos e organizamos o roubo e o assassinato; que fomentamos o racismo e a desordem; que animamos grupos aventureiros; que temos ligações com o imperialismo.

Estas infundadas acusações são propaladas de boca em boca, nos bairros, nas repartições, na oficinas, nas fábricas, nas escolas, na rua, nos campos, e podem ser lidas nos jornais e ouvidas na rádio, difundidas - oh ironia!- pelos mesmos locutores que durante o colonialismo nos acusavam a todos- e a mim e a ti também-de sermos terroristas e de trair a lusa pátria.

Criou-se um clima de intolerância, de calúnia, de suspeita, de ódio. À sombra do progressivismo e do revolucionarismo está medrando uma perigosa estirpe de oportunistas.

E o que é mais grave é que acusações deste jaez são também proferidas por responsáveis do nosso Governo e do nosso Movimento.

%%%

No que pessoalmente me concerne, já tive ocasião de te expor as razões que me levaram a participar naquilo que ficou conhecido por "Revolta Activa" e narrar de viva voz e pormenorizadamente o que me aconteceu no Ministério da Educação e Cultura. Indivíduos que durante o colonialismo nunca levantaram um dedo em defesa do seu país e do seu povo, que serviram a PIDE/DGS, que foram condecorados por "feitos heróicos" quando serviam o opressor nas fileiras dos "Flexas", os lambe-botas do Sr. Wanga e do seu chefe de pessoal, o Sr. Nicolau, esses mesmos têm hoje a desfaçatez de se armarem em detentores do patriotismo e da verdade revolucionária e acusam patriotas honestos daquilo que eles mesmos foram e nada me leva a concluir que deixaram de ser.

Em face da pusilanimidade do Ministro, não pude deixar de reagir em consequência. E por ter rasgado do jornal de parede o bocado de papel que ofendia os meus bríos de homem, de patriota e de combatente da liberdade, fui preso pela 8ª vez na minha vida (e agora na minha Pátria independente) no meio de incrível vossaria e insultos, e conduzido, sob o império das armas apontadas, a um posto de Polícia.

ramente as suas portas e utiliza racionalmente as capacidades técnicas e profissionais e a experiência política por alguns acumulada ao longo de uma árdua luta anti-colonial e anti-imperialista. Lembro que alguns deles deram mais de metade da sua vida (toda a sua juventude) à libertação da Pátria e têm filhos para criar e educar.

Assim, atenta, as actuais condições, sair-se-ia do impasse desastrosamente criado e mantido e permitir-se-ia que os camaradas detidos, refizessem a sua vida.

É claro que a solução ideal seria a de os camaradas participarem efectivamente na reconstrução nacional, eles que tanto deram pela libertação da Pátria comum. Mas, infelizmente, é grande, em certos sectores, o ressentimento e mesmo hostilidade em relação a eles. Daí o ter em sugerido o afastamento do País, enquanto o tempo não amainar as paixões e, naturalmente,

TORRE
TOMBÓ

Exemplar

P.º	RELATÓRIO	N.º 2158/74-CI
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança RESERVADO	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Avaliação
Origem	Assunto:	Ref.ª

-4-

mento. Contrariamente, ao que se afirma jamais foi reintegrado. Foi sob a pressão da OUA e dos 4 chefes de estado do comité ad hoc para ANGOLA (ZAIRE, CONGO, TANZÂNIA e ZÂMBIA) que a direcção aceitou os 105 partidários de CHIPENDA como membros do Congresso. Por outro lado, os 70 representantes da "revolta activa" são militantes que desde há muito tempo não participam na vida do MPLA. Não obstante isso, a direcção do movimento aceitou-os a todos, no intuito de erguer uma unidade gravemente comprometida pelo comportamento desse grupo que se encontrava já afastado do movimento.

- P. Exactamente o que se passou em LUSAKA?
- R. Constatou-se simplesmente a impossibilidade dum acordo. CHIPENDA estava disposto a discutir com o meu grupo na condição de não ser discutida a questão da minha confirmação como presidente. Teria eu que me afastar? Na verdade, eu não o podia fazer. Os meus militantes jamais aceitariam tal. Todos os trabalhos foram bloqueados pela tentativa do CHIPENDA de me eliminar da presidência e tomar o meu lugar, levado pela sua ambição pessoal e sede de poder. Após 11 dias de discussão, estava-se no mesmo ponto. Decidi então abandonar o Congresso, enquanto que os observadores do comité ad hoc partiam para porem ao corrente dos factos os seus presidentes respectivos. Em 22AGO, a RPC informava-nos que jamais reconheceria uma direcção saída duma única facção do movimento enquanto que a ZÂMBIA, a TANZÂNIA e o ZAIRE convidavam o congresso a prosseguir os seus trabalhos, desde que 2/3 dos delegados estivessem presentes. Somente uma direcção eleita por esses 2/3 poderia ser reconhecida. Algumas horas após a nossa partida, os 70 membros da "revolta activa" seguiram o nosso exemplo. CHIPENDA ficou só. Quando cheguei a BRAZZAVILLE, após ter viajado com CHIPENDA no avião do

.../

Pela sua essência democrática, tanto o nosso Programa como a nossa linha política defendem, no plano interno, a unidade nacional, a paz e o progresso e, no plano internacional, as relações pacíficas de benefício e respeito mútuos com todos os Povos e Governos do Mundo.

Nós, o PLA, desde a nossa fundação em 1956 sempre consideramos que, no plano interno, as massas populares constituem o ponto de partida e de chegada de todos os actos da nossa vida como organização política, e que é o Povo que tem de governar o País para benefício próprio e para benefício dos outros Povos, seus irmãos.

Hoje, a luta pela vitória democrática ganha cada vez mais a adesão da generalidade dos sectores sociais da nossa população.

Nestas circunstâncias, a guerra civil só pode ser desejada e instigada pelas forças da reacção, pois significaria um atraso e um entrave à realização do nosso Programa, da nossa linha política, da nossa estratégia e das nossas táticas para a conquista da independência real e a posterior edificação nacional.

Assustada com a crescente consciencialização das massas populares; golpeada pelas justas reivindicações e greves dos trabalhadores e pelas necessárias medidas de saneamento desencadeadas pelas massas; apavorada com o apoio massivo ao MPLA, é natural que a política da reacção seja uma oscilante aventura que vai da manobra baixa (calúnias, boatos alarmistas, sabotagem económica, provocação ao crime, desmandos, etc.), até à instigação e preparação da guerra civil.

Os cálculos da reacção são evidentes:

- 1) Travar a vitória certa do Povo dirigido pelo MPLA;
- 2) Impor pesadas perdas humanas e materiais ao Povo, ao País e às forças da revolução;
- 3) Aterrorizar as massas e cortar violentamente as ligações destas com as forças progressistas;
- 4) Destruir as estruturas básicas que permitam a desejada independência económica do futuro Estado Angolano;

Dias depois, soube pela rádio que fora demitido do lugar que exercia no Ministério, sem que até hoje tenha recebido qualquer comunicação do Sr. Ministro.

A seguir veio a escalada das moções de "comissões de trabalhadores" que, sem conhecimento de causa, me condenaram, acusando-me das maiores infâmias, inclusive do crime de lesa-pátria.

Em consequência desta bem orquestrada campanha de difamação, encontro-me desempregado há mais de três meses. Recusam-me trabalho, quer no sector público, quer no privado. Devo ser o único homem em Angola a quem é recusado o elementar direito de, pelo trabalho, prover à subsistência sua e de sua família (Cfr, no entanto artº 23º da Declaração Universal dos Direitos do Homem e artº 26 da Lei Constitucional da RPA).

A campanha foi agora reactivada com um longo artigo inserto no "Diário de Luanda" de 17/4/1976, sob o título de "Reflexões sobre os desvios de um nacionalista" e assinado com o pseudónimo de KALOJI (doc. nº 2).

Uma vez que o director do jornal me disse não poder revelar o nome do articulista, por motivos deontológicos, e dado que uma minha eventual resposta só poderia ser publicada mediante autorização superior, conforme aliás já aconteceu com o artigo do Sr. KALOJI (segundo afirmações ainda do director do "Diário de Luanda"), vejo-me obrigado a incomodar o próprio Presidente da República e do MPLA.

Tentarei ser breve, rebatendo apenas as acusações mais saliente.

1) A comparação com Rafael Barbosa claudica e é desleal e desonesta, na medida em que, tanto quanto julgo saber, Rafael Barbosa trafu o seu Povo, colaborando com o inimigo colonialista e, ao que parece, participando até no "complot" que levou ao assassinato de Amílcar Cabral.

Eu desafio todos os Kalojis do mundo a provarem onde, quando e como colaborei com os colonialistas, traf o meu Povo ou tramei contra a vida de alguém.

2) Na altura em que saíu o "Apelo" dos militantes conhecido sob o nome de "Revolta Activa", achava-me eu na Europa Central, ido de Lisboa precisamente para me encontrar com o Camarada Presidente do MPLA.

se tiver criado um clima de tolerância e de compreensão que leve a poder-se utilizar cada cidadão, e sobretudo cada patriota, da maneira mais útil ao progresso do nosso povo e da nossa Pátria.

Seja como for, há que encontrar rápida e justa solução para este problema.

É isto, meu caro compatriota e velho amigo, o que penso do assunto, à luz da conversa tida contigo há dias, que foi um bálsamo para a minha angústia e o germinar de uma certa esperança.

Joaquim Luis de Andrade

P.º	RELATÓRIO	N.º 2158/74-CI
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança RESERVADO	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Avaliação
Origem	Assunto:	Ref.ª

-5-

presidente KAUNDA, soube que ele se fizera eleger presidente em 27. Tal eleição absolutamente ilegal apenas podia satisfazer as duas ambições pessoais. CHIPENDA recebe-me no seu quarto no hotel COSMOS.

- "Não possuo ambições pessoais, diz-me CHIPENDA. As pessoas que me elegeram são os representantes do povo de ANGOLA. Os nossos mandatos eram legais. Se os outros quiseram abandonar o congresso é um problema deles. Pessoalmente, respeito os estatutos do MPLA e a democracia. Nós limitámo-nos a eleger uma direcção provisória. Em 39 membros, apenas 18 são representantes do meu grupo. Os restantes 21 estão à disposição de camaradas das outras duas facções que queiram unir-se a nós.
- A vossa representatividade não foi adquirida a nível africano.
- Nós estamos no caminho certo. No que concerne à retomada das negociações para a unidade de acção com a FNLA também estamos no caminho. Sobre a natureza do eventual acordo com a FNLA, CHIPENDA mostra-se particularmente discreto.

"Tratar-se-á duma união táctica. O nosso objectivo é elaborar uma plataforma comum com o movimento de H. ROBERTO, a fim de se chegar a uma negociação rápida com PORTUGAL. As diferenças que existem entre nós serão reguladas em seguida, uma vez que o processo da independência esteja determinado".

É curioso que, sobre a questão da aliança com a FNLA, as posições de NETO e CHIPENDA se aproximam. "É necessário eliminar as divergências do passado, afirma NETO. Será então possível chegar a um acordo. É evidente que a independência de ANGOLA não poderá realizar-se sem uma aliança mesmo simplesmente táctica com a FNLA."

.../

- 5) Conseguir, rapidamente, uma coesão eficaz de todas as forças reaccionárias angolanas;
- 6) Estreitar ainda mais a submissão das forças reaccionárias angolanas a forças reaccionárias da África Austral e do Mundo;
- 7) Garantir a continuidade da exploração e opressão da Nação Angolana;
- 8) Converter Angola num baluarte suplementar da reacção na África Austral e em todo o nosso Continente, ou, em último recurso, balcanizar o nosso país.

IV

Compatriotas !

Camaradas militantes do MPLA !

Que todos os verdadeiros nacionalistas se unam, se organizem e lutem, onde quer que se encontrem, para evitar a guerra civil reaccionária!

A guerra civil reaccionária aproxima-se a grandes passos, mas ainda é possível evitá-la.

Dum modo geral, a Nação está ganhando consciência do perigo de guerra civil e é, na sua esmagadora maioria, contrária às tentativas criminosas da reacção.

O Povo sabe que lhe é agora possível conquistar pacificamente toda a série de vitórias democráticas necessárias, e não quer, de modo nenhum, a desordem nem a guerra.

Os patriotas e democratas consequentes estão prontos a sacrificar-se para evitar ao Povo os horrores da guerra civil.

Os trabalhadores angolanos já estão a manejar essa poderosa arma de reivindicações e consciencialização, que é a greve, prova evidente da sua força e necessária participação neste grande combate democrático.

Em fins de Maio segui para Brazzaville com o intuito principal de, na minha qualidade de Presidente de honra do Movimento, servir de medianeiro entre os camaradas desavindos. Dos esforços então despendidos e do espírito que me animeu dá conta a minha mensagem dirigida ao País em 9 de Julho de 1974, através das antenas da Rádio Brazzaville.

Foi nesse espírito de medianeiro e conciliador que participei no Congresso de Lusaka, onde até figurei como uma espécie de membro supranumerário.

Se em 3 de Setembro de 1974 surjo oficialmente ao lado da RA, é ainda num espírito e num esforço supremo de conciliação. Isto é, malgrado o Congresso de Lusaka, foi possível encontrar em Brazzaville, à margem da IXª Cimeira da Conferência dos Estados da Africa Central e Oriental e graças à mediação de vários Chefes de Estado, especialmente do Presidente Julius Nyerere, que me convocou para uma longa entrevista, foi possível, dizia eu, chegar a um acordo de base (o acordo de 3 de Setembro, ou acordo de Brazzaville), que permitiria uma nova arrancada no sentido da unidade. Como uma das três tendências (a Revolta Activa) não se apresentava sob direcção de um líder, aceitei assumir a sua representação para a efectivação do acordo, que foi solemente firmado na presença dos Presidentes Nyerere da Tanzânia e Nguabi do Congo.

Do espírito deste acordo e das perspectivas que o mesmo abria ao Movimento e ao País, dei contas ao Povo angolano numa mensagem pronunciada aos microfones da "Voz da Revolução Congoleza", de Brazzaville, em 10 de Setembro de 1974.

3) Quanto a uma pretensa entrevista fantorrone que eu teria dado "a um jornal fascista ("Notícia" nº 767, de 17/8/74, pgs.39) dirigido pelo famigerado sabujo e reacçionário João Fernandes", na qual eu teria feito "graves acusações aos camaradas", "alimentando assim intrigas", dando "mais uma punhalada pelas costas", "denegrindo os camaradas e difamando o Movimento"-só queria dizer o seguinte:

a) Nunca dei qualquer entrevista ao "Notícia". Outros responsáveis do MPLA, e não dos ^{menores} ~~membros~~, o fizeram.

b) O que vem publicado no número e página citados pelo Sr. Kaloji não tem nada a ver com o que ele me atribui. Basta saber ler e entender português e ser minimamente honesto, para ver que a reportagem de Luis Alçada refere uma conversa (sic) tida comigo em Lusaka e em que só um zoilo ou um vesgo podem descortinar fanfarrenice, intriga ou difamação (doc.nº3).



S. R.
REPÚBLICA PORTUGUESA
ESTADO DE ANGOLA

COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DE ANGOLA

QUARTEL-GENERAL

		Exemplar
P.º	RELATÓRIO	N.º 2158/74-CI
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança RESERVADO	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Avaliação
Origem	Assunto:	Ref.ª

-6-

- Mas quando se pergunta a NETO o que pensa dum eventual acordo entre CHIPENDA e HOLDEN, responde que CHIPENDA será utilizado e eliminado porque ele não tem forças suficientes por trás de si. "CHIPENDA está destinado a desaparecer da cena política angolana, porque as massas populares não o apoiam. CHIPENDA chegou a afirmar-se, pelo menos numa certa medida, graças ao apoio de KAUNDA. No oeste da ZÂMBIA, o Governo de LUSAKA tem graves problemas. As populações da etnia losi opõem-se a KAUNDA, enquanto que os umbundos o apoiam. Ora, os umbundos são intransigentes em ANGOLA e ZÂMBIA e é esta pequena etnia que CHIPENDA controla. Compreende-se agora facilmente o que leva KAUNDA a apoiá-lo. É absolutamente falso que CHIPENDA disfrute do apoio da etnia maioritária de ANGOLA, os ovimbudus. Pelo contrário, os ovimbudus constituem o principal apoio do MPLA, reconhecendo a minha direcção.
- CHIPENDA certamente tem um parecer diametralmente oposto.
 - "A. NETO não tem mais que 300 ou 400 militantes no leste. Posso afirmar com toda a tranquilidade que controlo esse sector. Por outro lado, só é verdade que a luta armada no leste abrandou, e isso por causa dos erros da direcção de NETO, não é menos verdade que em dois meses posso mobilizar e armar 10.000 camaradas".
- A réplica de NETO. é firme:
 - "Apesar de todos os entraves que se levantam no meu caminho mostrarei que o povo angolano segue o meu movimento. Nos próximos dias, organizarei o congresso do MPLA no interior do país. Precisamente no Leste. Veremos então se as massas angolanas me seguem ou não".
- A. NETO fez estas declarações algumas horas antes do incidente já refe-

.../

OS DETENTORES DESTE DOCUMENTO SÃO AVISADOS DE QUE ELE CONTÉM MATÉRIA QUE INTERESSA À SEGURANÇA DA NAÇÃO É PROIBIDA A SUA TRANSMISSÃO OU REVELAÇÃO DO SEU CONTEÚDO DE QUALQUER FORMA A PESSOAS NÃO AUTORIZADAS.

Entre as organizações políticas nacionalistas, entre os movimentos de libertação nacional, há margem de aceitação duma plataforma política de unidade geral face ao governo português.

O MPLA está ligado, pelos seus princípios populares, a todas as organizações democráticas angolanas e pode, juntamente com estas, esclarecer, unir e preparar todos os sectores sociais da nossa população para evitarem a guerra civil reaccionária ou para esmagarem resolutamente essa guerra, no caso de, contra a nossa vontade, a reacção, interna e internacional, conseguir desencadeá-la no nosso País.

O MPLA está suficientemente prestigiado e pode rapidamente atingir, com espírito de democracia e de responsabilidade, a coesão interna necessária para desempenhar esse papel dinamizador que o momento nacional exige.

Os democratas e forças progressistas portuguesas, cientes da gravidade da situação, estão a nosso lado contra a guerra civil reaccionária, e os Povos do nosso Continente e do Mundo apoiam-nos e apoiar-nos-ão quer moral quer materialmente.

V

Camaradas militantes do MPLA !

Que o MPLA se una imediata e democraticamente para preparar e conduzir o Povo na luta contra a guerra civil reaccionária, pela Paz, pela Democracia, pelo Progresso, pela efectiva Libertação Nacional!

O Acordo de Brazzaville, assinado em 3 de Setembro de 1974 pelos representantes das três tendências do nosso Movimento, fracassou inteiramente na prática. O MPLA continua portanto dividido e isso dificulta-lhe enormemente a condução do Povo e a luta contra a guerra civil reaccionária.

Que as preocupações da luta quotidiana e a surpreendente velocidade com que se sucedem, dia após dia, os acontecimentos da política nacional não nos façam perder de vista o que é principal.

4) A mirabolante acusação de eu ter "prometido a concessão de Cabinda à "FLEC" até parece uma anedota de mau gosto. Nem creio que o Sr. André Mingas (pessoa por quem nutro o maior respeito) me tivesse alguma vez atribuído tal "oferta". Se algum de nós os três sofre de delírios, deve ser com certeza o Sr. Kaloji. E depois, o que é isso de provar graves acusações públicas com revelações feitas em privado (sac) por imaginários adeptos meus?

As coisas sérias devem ser tratadas com seriedade. O que eu sempre afirmei, não apenas ao Sr. André Mingas, mas a todos quantos abordem comigo a questão de Cabinda, é que esta província, pela sua situação geográfica e pela sua história, tem problemas específicos que exigem um tratamento especial dentro do quadro de todo angolano. É afinal aquilo que também o Camarada Presidente da RPA afirmou na sua comunicação de 3 de Abril; "Não devo deixar de mencionar entre as nossas preocupações, que os organismos superiores da Nação terão de examinar o mais brevemente possível, a questão dos particularismos da província de Cabinda, que do ponto de vista geográfico deve ser encarada de um modo especial.

"Não devemos distrair-nos deste problema que trataremos sempre no sentido de preservar a integridade territorial e a unidade ^{da} Nacional angolana".

5) Sobre saber se sou ou não "cobarde e racista", prefiro que os Srs. Kaloji e Nzau Puna dirimam entre si essa espinhosa questão.

6) Pensar que eu possa aceitar um "tacho de Jonas Savimbi, ou de quem quer que seja, revela pouco ou nenhum conhecimento da minha pessoa. Mas afirmá-lo sem fundamento é prova de desonestidade, senão de malvadez. Vejamos os factos;

Dos acordos do Alvor (em que eu não tive qualquer interferência) saiu uma espécie de governo de coligação, em que as pastas ministeriais deveriam ser equitativa ou equilibradamente distribuídas entre os quatro intervenientes. Por razões que me escapam e a que sou estranho, coube à UNITA a pasta da Educação e Cultura.

Regressado à Pátria, eu precisava de trabalhar (continuo a precisar) para viver. Durante três meses procurei um emprego compatível com as minhas aptidões e no qual pudesse dar a melhor contribuição possível à construção do meu País.

T O R R E
T O M B O

Exemplar

P.º	RELATÓRIO	N.º 2158/74-CI
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança RESERVADO	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Avaliação <i>Devid</i>
Origem	Assunto:	Ref.ª

-7-

rido. Fontes absolutamente dignas referem que as fronteiras zambianas estão a partir de agora encerradas para os homens do NETO. Se NETO não puder penetrar no país nem pela fronteira zairesa nem pela zambiana, a sua posição tornar-se-á extremamente precária, senão desesperada.

- "KAUNDA não pode assumir essa responsabilidade perante a ÁFRICA ou a história, afirmou JOAQUIM PINTO DE ANDRADE, representante da revolta activa. Temos problemas internos, mas é a nós que compete resolvê-los. Não estou de acordo com NETO mas daí a retirarem-lhe a sua liberdade de movimentos...

Quem se pode arrogar do direito de julgar um outro povo?"

- NETO parecia pressentir esta evolução dos acontecimentos:

- "Agora que começamos a libertar-nos do colonialismo português, é preciso libertar-nos dos nossos amigos. Felizmente que o CONGO e a TANZÂNIA ainda nos apoiam".

- PINTO DE ANDRADE mostra-se muito duro tanto em relação a NETO como a CHIPENDA.

- "Ambos pretendem consolidar o seu poder pessoal. NETO exerceu durante longos anos as suas responsabilidades sem dar contas a ninguém. Incontestavelmente que se trata duma personalidade de envergadura dotada dum prestígio notável. É por isso que a revolta activa estaria disposta a mantê-lo nas suas funções na condição dos seus poderes serem limitados e controlados. Por outro lado, propusemos a criação duma direcção de 39 membros e um "bureau" político de 9 membros. Nos dois organismos, as três tendências do movimento estariam representadas por igual, a fim de se chegar a uma verdadeira direcção colegial. Mas esta

.../

Neste momento é fundamental compreender que o prestígio que o Movimento alcança junto das massas, e a ajuda maior que recebe de amigos ou aliados, embora de extrema importância, não podem compensar a falta de unidade interna do nosso Movimento.

A conjugação dos esforços de todos os militantes do MPLA, quanto na base como no topo do Movimento, são capazes de compreender as exigências reais do momento e de lutar em unidade de pensamento e de acção, é a condição principal para a vitória nestas duas grandes batalhas: a batalha para evitar a guerra civil e a batalha para ganhar a guerra no caso de esta vir a ser-nos imposta pela reacção.

É assim a História de todos os Povos: chega sempre um momento em que as coisas, os princípios, as acções e as intervenções de cada um ficam bem claras para todos.

Nesta fase de emergência da vida nacional, neste momento em que a reacção se organiza a toda a pressa e se move em cerco mortal contra a revolução, cada tendência do MPLA, cada militante, amigo ou simpatizante do MPLA, está obrigado a demonstrar na prática o que realmente pensa e o que efectivamente realiza.

Nós, os militantes da Revolta Activa do MPLA, sempre entendemos que os choques de concepções no MPLA devem ter limites, obedecendo sempre aos justos interesses populares:

- 1) A luta política no seio do Movimento é útil e necessária mas não deve prolongar-se nem aprofundar-se a ponto de fazer perigar a vitória da democracia no seio da Nação;
- 2) A luta política no seio do Movimento é útil e necessária mas não deve prolongar-se nem aprofundar-se a ponto de fazer perigar a vitória da unidade no seio do Movimento e a vitória da unidade no seio da Nação;
- 3) A luta política no seio do Movimento é útil e necessária mas não deve prolongar-se nem aprofundar-se a ponto de impedir que o Povo intervenha conscientemente na solução do problema principal do momento.

Aconte que, por formação e longa prática, é nas questões de Educação e Cultura que me sinto mais à vontade. Entendi que o facto de o Ministério da Educação e Cultura estar conñado a um ministro da UNITA não devia impedir os militantes do MPLA de ajudarem o País no campo do ensino. Da mesma forma, não era pelo facto de o Ministério da Saúde estar conñado a um militante da FNLA que os médicos ou enfermeiros adeptos do MPLA haviam de negar-se a trabalhar nos diversos serviços e departamento da Saúde.

Posta a questão neste pé, procurei emprego como professor. O Ministro Wanga, tendo conhecimento disto, convocou-me e convidou-me a assumir a direcção de um Instituto de Investigação Pedagógica em criação. Após madura reflexão, sabendo que se tratava de um cargo eminentemente técnico e não político, aceitei, com as seguintes ressalvas:

a) Que ficasse claro que eu era um militante do MPLA e que a aceitação do lugar não podia implicar qualquer espécie de enfeudamento à política da UNITA;

b) Que me seria reservada toda a liberdade de escolher o meu "staff"

As condições foram aceites e respeitadas pelo Ministro. De tal forma que, quando na minha ausência foram afastadas do Instituto duas minhas colaboradoras (que eram militantes do MPLA, como aliás todo o pessoal do Instituto) exigi do Ministro a anulação do despacho de exoneração, sob pena de apresentar a minha demissão.

7) Encontrando-me há mais de um ano marginalizado na cena política angolana, não podia deixar de sofrer ante a minha impotência para intervir publicamente. Tive de suportar em silêncio os massacres de compatriotas, entre os quais amigos e familiares meus. Recebi ameaças de morte. Dormi em casas clandestinas. Passei sob o fogo da metralha e vi corpos tombando feridos de morte. Fui alvejado por rajadas de matralhadora. Minha filha de ano e meio e meus familiares estiveram longas ^{horas} vigiadas debaixo de fogo, que lhes danificou a residência.

Se me desloquei ao Huambo e conseguí salvar da morte uma sobrinha e sua filhinha, não foi porque me "tinha transformado num verdadeiro parceiro do Diabo". Acontece apenas que resolvi apelar para o sentido humanitário de um antigo aluno meu, o Dr. José Ndele, 1º Ministro da UNITA. (Note-se que também há responsáveis do MPLA que foram meus alunos

como povo que não tem para si. A solução dos problemas está também no trabalho que fizermos para que se arranjem meios para resolvermos no terreno. Nós presentemente precisaríamos de ter 50.000 cobertores para resolver parte dos nossos problemas mas há quem nos dê estes cobertores. O problema é igual para o resto: botas, fardas, etc. Entretanto o movimento não se cansara em mobilizar todas as forças no sentido de resolver alguns problemas.

Os comandos e outros organismos como responsáveis em diversos sítios ou localidades de actividade do Movimento devem doravante usar a justiça na redistribuição equitativa dos bens materiais a todos.

REPRESENTAÇÕES:- O movimento irá pôr em Dar-Es-Salam, Mbeya, Lusaka, Sikongo, Chavuma, Cairo, Alger e Brazzaville, camaradas que possam desempenhar as funções que se impõem em cada lugar de acordo com as tarefas do movimento não tomando em conta o problema tribal ou regional.

FUZILAMENTO:- Segundo a lei de disciplina proibiu fuzilamento sem julgamento, e abriu-se o inquérito sobre os fuzilamentos já feitos e outro sobre os maus tratamentos dos combatentes às populações.

MEDICAMENTOS:- O Movimento desenvolverá do pedido de medicamentos e fará funcionar centros para a formação de enfermeiros e socorristas para resolver os problemas sanitários graves em que as populações e combatentes se deparam hoje.

DOENTES:- O movimento deverá ter mais cuidado aos doentes sobretudo como os feridos de guerra e todos os militantes que se encontram na sua subordinação.

COMANDO DE REGIÃO:- Teve o comando da Região actual nunca mandado fuzilar ninguém sem julgamento e devido à situação criada pelas informações não fundadas colaborara em todos os trabalhos até que a situação saneie e que a direcção do movimento o decida.

VESTUÁRIO:- O problema do vestuário das famílias dos guerrilheiros está resolvido e das populações de igual modo na medida que funcionarão as lojas do povo. Como as populações têm dificuldades em obter dinheiro. Trocaram-se as mercadorias das lojas do povo em produtos que tem. Produtos que depois serão vendidos para reabastecer de novo as lojas do povo.

EDUCAÇÃO:- O movimento enviará estudantes sempre que haja candidatos que preencham as condições exigidas.

REUNIÃO:- O movimento deve fazer todos os esforços para que se faça o Congresso Nacional. Como podem verificar todos os problemas que constituíam as vossas preocupações foram minuciosamente estudados pelo nosso movimento encontrados também as soluções adequadas. Levando estudamos a situação politico-militar da nossa luta verificamos todos que o movimento é oportuno para cerrarmos cada vez mais as nossas fileiras isso vamos trabalhar juntos combatendo o divisionismo, o tribalismo e o oportunismo.

RESERVADO

T O R R E
T O M B O

-8-

- proposta foi rejeitada por CHIPENDA que não quer ouvir falar de NETO".
- PINTO DE ANDRADE não encara a possibilidade duma aproximação com CHIPENDA que, segundo ele, não está à altura duma responsabilidade presidencial. Portanto, a coesão da corrente a favor de NETO apresentou-se aparentemente:
 - "Vários partidários do líder do movimento partilham das nossas opiniões e aprovam as nossas críticas em relação ao seu representante. Eles estariam dispostos a lutar connosco se a nossa acção se desenvolvesse no seio do movimento, mas não querem acusar NETO publicamente de presidencialismo. Devemos lavar a nossa roupa suja em família, dizem eles".
 - Segundo PINTO DE ANDRADE, os homens de NETO não estariam todos de acordo na tática a adoptar. A NETO quereria, após o Congresso, continuar no interior de ANGOLA e empreender uma longa marcha em direcção a LUANDA, durante a qual ligaria combatentes e militantes até ao momento na sombra. Esperava finalmente entrar em LUANDA triunfalmente. "Um suicídio", afirma PINTO DE ANDRADE.
 - De facto, em BRAZZAVILLE, não se excluía a existência dum acordo tático entre NETO e o MFA. MÁRIO SOARES, amigo de longa data de A. NETO, teria sido encarregado do papel de mediano entre o líder do MPLA e o MFA. Mas isso são puras especulações em face da reconciliação ocorrida no seio do MPLA. Singindo-nos à realidade, podemos afirmar que no dia seguinte ao encerramento do Congresso de LUSAKA, o único ponto de encontro entre as três tendências do MPLA consistia na sua aceitação do princípio duma frente comum com a FNLA e na atitude a adoptar em relação a SAVIMBI, o qual disfruta no interior do país do apoio dos grupos coloniais e que

.../

Camaradas militantes do MPLA !

Dentre todos os problemas importantes que temos, o problema principal deste momento é este e só este: como evitar a guerra civil ou como esmagá-la no caso de nos ser imposta pela reacção? E, como unir as fileiras do MPLA para que se possa levar o Povo a responder moral e fisicamente a estas duas questões ?

VI

Camaradas Militantes !

Chegou o momento de cada tendência demonstrar praticamente, ante os militantes e ante a Nação, o seu patriotismo e o seu espírito MPLA !

Tendo em conta que, nesta fase de emergência nacional, será inteiramente desastroso para o Movimento e perigoso para o País, permitir que qualquer das tendências do MPLA se amarre irremediavelmente a este ou aquele dos vários inimigos que cercam a Nação - imperialismo norte-americano, imperialismo europeu, colonialismo português, e organizações fantoches nacionais ou estrangeiras - e sem querer de modo algum assumir uma posição de intransigência perante qualquer dos membros do nosso Movimento, a Revolta Activa do MPLA propõe como base da urgente unidade interna do nosso Movimento a PLATAFORMA CONCRETA seguinte:

- a) Criação, pelas tendências, duma estrutura unitária e democrática, no interior do País, capaz de dirigir superiormente a luta nacional contra a reacção e a possível guerra civil reaccionária;
- b) Criação, pelas tendências duma estrutura unitária e democrática, capaz de preparar e conduzir uma acção patriótica com as demais organizações nacionalistas angolanas face ao governo português, para a independência imediata e completa da Nação;
- c) Que cada tendência declare publicamente a data e o local em que está pronta a enviar um, dois, três ou mais dele-

.../...

Mesmo assim, estivemos para ser fuzilados em pleno aeroporto, fomos presos e humilhados, percorremos a cidade sentados sobre batatas numa carroçaria, sob o olhar esgazeado de sete soldados da UNITA de arma apontada para nós.

Muito mais haveria ^a dizer da infeliz, maldosa e inconsequente prosa do Sr. Kaloji. Mas não quero ser magador.

Quero apenas realçar de novo a minha viva preocupação pelo que está acontecendo neste País (particularmente em Luanda) e pelo que pode vir a acontecer. Semeia-se o ódio, fomenta-se a discórdia, propala-se a calúnia, incita-se à violência gratuita. Assiste-se a cada passo a cenas e atitudes de racismo. Vive-se num ambiente de desconfiança, inquietação e insegurança. Aumentam as prisões por motivos políticos. E como se a privação da liberdade não bastasse, cria-se propositamente nas massas populares um clima de hostilidade e aversão contra os camaradas presos e outros que se diz devem também ser presos. Antes que haja contra os detidos culpa formada, já andam responsáveis do nosso Movimento e do aparelho de Estado incitando o povo a exigir a sua condenação e até a sua morte (Cfr. no entanto artº 10 e 11º da Declaração Universal dos Direitos do Homem).

Neste clima de paixão, habilmente fomentado e aproveitado por toda a custa de oportunistas, podem cometer-se as maiores iniquidades, os maiores atropelos à justiça e à dignidade humana.

Está em causa a vida, a liberdade e a dignidade humana de cidadãos angolanos. Está em jogo a honra e o prestígio da nossa jovem República e do nosso Povo. É urgente e imperioso que se tomem medidas para sanear o ambiente por demais inquinado pelo vírus do ódio, da vingança e da calúnia. É necessário que se faça justiça num clima de serenidade. É imperioso unir a Nação e não dividi-la.

É na esperança de que tu, como Presidente da República, muito podes fazer no sentido atrás preconizado, que decidi escrever esta carta. Julgo prestar com isto um serviço ao País, contribuindo para o esclarecimento de factos e situações em que há quem tenha interesse em lançar a confusão.

Tal como na investidura dos cônsules na antiga Roma, cabe aqui a velha advertência latina: CAVEANT CONSULES!

Com as minhas desculpas pelo tempo que te roubei, peço aceites os meus cumprimentos e votos sinceros dos maiores êxitos na tua espinhosa missão.

Luanda, 3 de Maio de 1976



S. R.
REPÚBLICA PORTUGUESA
ESTADO DE ANGOLA

COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DE ANGOLA

QUARTEL-GENERAL

TOA 11
TOM 10

P.º	RELATÓRIO	Exemplar N.º 2158/74-CI
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança RESERVADO	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Avaliação
Origem	Assunto:	Ref.ª

-9-

graças às divisões do movimento de libertação no exterior, tenta afirmar-se como líder duma ANGOLA multirracial. NETO, CHIPENDA e PINTO DE ANDRADE classificam-no como "traidor".

- Sobre os outros problemas existentes actualmente em ANGOLA, os protagonistas do MPLA exprimem as mais divergentes opiniões. Assim, no que respeita aos europeus, NETO está de acordo em conceder-lhes a nacionalidade angolana e confiar-lhes cargos governativos. Não se deve julgar o valor duma pessoa pela cor da sua pele, mas pelas suas opções políticas".
- CHIPENDA limita-se a dizer que as propriedades dos colonos serão respeitadas. O fracasso do congresso de LUSAKA foi um dos pontos mais discutidos na conferência dos países da África Central e Oriental, em BRAZZAVILLE. No dia do próprio encerramento, NYERERE tentava uma mediação entre as três correntes do movimento, falando separadamente com CHIPENDA, NETO e PINTO DE ANDRADE.

Esta tentativa fracassou. Algumas horas mais tarde, em companhia de NGOUBI e do secretário-geral-adjunto da OUA, KAMANDA WA KAMANDA, os três líderes do MPLA encontravam-se para uma última tentativa de reconciliação que permitia estabelecer a unidade do movimento. Por quanto tempo?

DISTRIBUIÇÃO:

- QG/CCFAA-2ª (3 ex.)
- ARQUIVO

AUTENTICAÇÃO:

O ADJUNTO DO GEI

CARLOS ALBERTO REBELO MARQUES
Maj. de Inf.

O CHEFE DO GEI,

FERNANDO TROVÃO
Maj. de Inf.

OS DETENTORES DESTE DOCUMENTO SÃO AVISADOS DE QUE ELE CONTÉM MATÉRIA QUE INTERESSA À SEGURANÇA DA NAÇÃO E É PROIBIDA A SUA TRANSMISSÃO OU REVELAÇÃO DO SEU CONTEÚDO DE QUALQUER FORMA A PESSOAS NÃO AUTORIZADAS.

Mod. 95

gados seus para conclusão definitiva dum Acordo na base das alíneas a) e b) enunciadas acima, ou noutra qualquer base prática e democrática que seja julgada mais conveniente.

A Revolta Activa do MPLA está pronta desde este momento a delegar três representantes seus, na cidade de Brazzaville ou em qualquer outro local, munidos de todos os poderes para engajarem nesse processo a totalidade dos militantes do MPLA em Revolta Activa.

E se a Plataforma que acaba de ser apresentada não puder encontrar aceitação, que cada tendência formule publicamente a sua rejeição ou a sua própria Plataforma Concreta de Unidade.

Compatriotas !

Camaradas militantes do MPLA !

A situação é de emergência nacional. Os militantes do MPLA e os progressistas e o Povo do País já estão suficientemente esclarecidos pelos acontecimentos para serem os juizes da boa ou má aceitação que encontrar, entre os responsáveis, esta nossa nova tentativa de restabelecer a unidade do Movimento e a unidade do nacionalismo angolano, pela Paz, pela Democracia, e pelo Progresso da Pátria que deve ser independente, completa e imediatamente.

O Comité de Coordenação da Revolta Activa

Brazzaville, 17 de Novembro de 1974

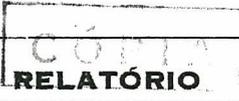
S.  R.

REPÚBLICA PORTUGUESA
ESTADO DE ANGOLA

COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DE ANGOLA

QUARTEL-GENERAL


T O R R E
T O M B O

P.º 645	 RELATÓRIO	Exemplar N.º 2141/74-CI
Data da recepção da notícia 23SET74	Classificação de Segurança CONFIDENCIAL	Data 27SET74
Entidade informadora GEI-CABINDA	País, zona ou região: Rep. do ZAIRE	Avaliação C-2
Origem EQP-IEMA	Assunto: Actividades do MPLA	Ref. -

OS DETENTORES DESTE DOCUMENTO SÃO AVISADOS DE QUE ELE CONTÉM MATÉRIA QUE INTERESSA À SEGURANÇA DA NAÇÃO E É PROIBIDA A SUA TRANSMISSÃO OU REVELAÇÃO DO SEU CONTEÚDO DE QUALQUER FORMA A PESSOAS NÃO AUTORIZADAS.

1. Em 05 ou 06SET, chegou a KINSHASA uma delegação do MPLA, composta de 5 elementos afectos à facção "Revolta Activa" para iniciar conversações com DANIEL CHIPENDA e "OLDEN ROBERTO com vista à formação de uma Frente Comum para futuras negociações com o Governo Português.
2. Apenas é conhecido o nome de PINTO DE ANDRADE, como um dos elementos da referida delegação.
3. Comentário:
 - Notícias processadas, ultimamente, referem a presença de 5 elementos do Comité Central do MPLA em KINSHASA, para dialogar com a FNLA, pelo que poderemos atribuir uma certa verosimilhança à presente notícia.

DISTRIBUIÇÃO:

- QG/CCFAA-2ª. Rep. (3 ex.)
- ARQUIVO

Distribuição p/entidade inf.:

- COMSECCAB.

AUTENTICAÇÃO:

O ADJUNTO DO GEI

CARLOS ALBERTO REBELO MARQUES
MAJ. DE INF.

ML/LG

O CHEFE DO GEI.,

FERNANDO TROVÃO
MAJ. DE INF.

109.576/74. Cabinda

A nossa luta armada, após a abertura e desenvolvimento da Frente Leste, tomou um novo carácter. Diversificaram-se as tarefas e aumentou a responsabilidade do Comité Director. Registaram-se muitas vitórias mas revelam-se insuficiências. Tanto a luta, hoje a nossa principal actividade, como a acção clandestina nas zonas urbanas, exigem a adopção de medidas apropriadas e uma concepção comum dos métodos a utilizar.

A contra-revolução constitui um obstáculo constante à evolução da nossa actividade. O tribalismo, o racismo e o oportunismo, ainda constituem problemas dentro da nossa organização revolucionária.

Chegou a altura de iniciarmos uma vigorosa campanha no plano internacional para mobilização da opinião pública, para a qual a nossa Informação e as Relações Exteriores se revelam ainda insuficientes.

A educação revolucionária nos CIR, a instrução primária, os serviços de assistência médica, a produção agrícola e outras formas de abastecimento, necessitam de uniformização e da estruturação dos respectivos organismos de direcção e controle no nível nacional.

O funcionamento e a estruturação do Comité Director, necessitam de ser reexaminados e adaptados à realidade actual.

A orientação política geral do Movimento, precisa de redefinição.

Assim:

Considero necessária a realização de reuniões plenárias aos níveis seguintes:

- a) COMITE DIRECTOR E COMANDOS
- b) CIR E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
- c) SAM
- d) O.M.A.



Nas actuais condições será necessário que as discussões a ter sejam o mais profundas possível e compremendam os aspectos essenciais da nossa luta.

Por isso, se o conjunto do C.D. achar preferível poder-se-á encarar a realização de uma Conferência Nacional de Quadros ou um Congresso Nacional.

Sobre a forma que as reuniões devem ter, sobre o conteúdo e a participação nas mesmas, peço que os camaradas membros do C.D. assim como os responsáveis dos diversos sectores e organismos do Movimento, organizem um debate geral, ao longo de todo o Movimento a fim de se recolherem sugestões e verificar as actuais tendências do Movimento.

A VITÓRIA É CERTA!

AGOSTINHO NETO

PRESIDENTE DO M.P.L.A.

A.N/ASS.

Dar 18/12/69

.../

m.

NOTA SOBRE OS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

I

1. A alfabetização das massas populares angolanas tem de ser feita mesmo durante a actual fase de guerra de libertação nacional. A construção de um País progressista e moderno exige a aprendizagem de técnicas para a qual se requerem conhecimentos cada vez mais elevados.
O nosso Povo, deixado no obscurantismo durante os largos séculos de colonialismo, tem de fazer um esforço enorme para poder recuperar anos vindouros, de atrazo em que se encontra.
2. Para a realização das tarefas actuais do nosso Movimento quer para a função militar como política, são necessárias bases de instrução que a maioria dos nossos militantes ainda não possui. Por isso, uma educação dirigida para estas especialidades é absolutamente necessária.
3. As línguas nacionais, esquecidas pelos colonialistas, precisam de ser traduzidas para a escola e o desenvolvimento das tradições culturais do nosso Povo precisam de ser fomentadas e adoptadas na vida social corrente.



T O R G O
D O
T O M B O

II

1. A instrução organizada pelo nosso Movimento tem sido ministrada nas escolas a título experimental. Ainda não existem os programas de ensino, discutidos e aprovados ao nível do Comité Director. Ainda não se adoptaram critérios uniformes para a elaboração e a utilização de textos.
Não se adoptaram medidas sérias para a alfabetização dos adultos, nem para a estruturação de um Serviço de Educação.
2. A instrução do guerrilheiro e do Comissário Político para cumprimento das suas tarefas diárias para o seu aperfeiçoamento político-militar, ainda não está programada.
3. A investigação filológica, a sistematização das línguas nacionais necessitam de ser feitas, para que estas possam ser introduzidas no ensino.
A nossa música, a literatura, o artesanato todas as manifestações da nossa cultura, devem merecer atenção especial e reavivadas de modo a acompanhar a evolução política do nosso Povo. A evolução social do Povo tem de ser feita de modo que sejam conservadas as nossas características culturais.

III

1. E para examinar estes aspectos do ensino e para a formação de um organismo especialmente encarregado da educação ao nível nacional e para planificar a actividade neste domínio, que se preve a convocação de uma reunião dos res-
.../



DGS-ANGOLA

P.º 645 22

DOC. PERBOLRAD N.º 2522 Data 12 / 7 / 74 Clas.

DE CHERETANGOLA

Outra distribuição

PARA DGS - LUANDA

CÓPIA	EXTRACTO	RECORTE	O doc. Orig. foi arq. no p.º
-------	----------	---------	------------------------------

ANEXO (EMISSÃO DE "ANGOLA COMBATENTE" - MPLA AO PERBOLRAD Nº 2522)

2) Declarações do camarada Joaquim Pinto de Andrade, ⁶⁴⁵ presidente de honra do MPLA, T O B E

Compatriotas! Camaradas de luta!

Decorrido um mês sobre a minha chegada a Brazzaville a convite honroso do Partido Congolês do Trabalho, só agora me foi dada a oportunidade de utilizar a "A VOZ DE ANGOLA COMBATENTE" para tomar um contacto directo convosco, embora já em Julho último a Rádio Televisão Congolesa tivesse tido a amabilidade de me entrevistar e nessa ocasião tenha já podido exprimir algumas das minhas preocupações mais prementes. É com profunda emoção e pleno sentido das responsabilidades que me incumbem, como velho militante o presidente de honra do MPLA, que me dirigo a vós, compatriotas e camaradas de luta.

A hora que atravessa a nossa pátria é, efectivamente, grave. Da nossa lucidez, da nossa actividade, da nossa generosidade, depende a sorte da nossa terra e o futuro dos nossos filhos. Cinco séculos de resistência multiforme a ocupação colonialista e 13 anos de luta armada, correm o risco de se verem confiscados pelo novo regime instaurado em Portugal, mercê do golpe militar de 25 de Abril. Com efeito, na verdade, se a mudança de situação política em Portugal trouxe uma larga democratização da vida portuguesa, e novas perspectivas à solução do problema colonial, o que é certo é que, em Angola, o poder colonial mantém-se intacto na sua essência e outras modificações na sua forma não escondem a sua natureza reaccionária. A par da manutenção das estruturas anti-democratas e repressivas anteriores assiste-se a toda uma boa e bem organizada campanha de captação. Cantos de sireia, manobras insidiosas, não estendida com anseios fraternistas, propostas traiçoeiras, ameaças ora veladas, ora abertas, tudo é posto em acção para adormecer o nosso povo, para o aliciar para o levar a dizer "sim" à portugalidade.

EMIRANDA

ponsáveis dos CIR e da Educação.

- 2. Aos membros do COMITE DIRECTUR, aos COMANDOS, MILITARES, aos RESPONSÁVEIS DO CIR do SAM, da UNTA, aos COMITES DE ACÇÃO pede-se que apresentem sugestões à cerca do conteúdo e da participação nessa reunião.

A VITÓRIA É CERTA

AGOSTINHO NETO

PRESIDENTE DO M.P.L.A.



A.N/ASS.

=X=X=X=X=X=X=X=X=X=X=X=X=X



Finalmente, as autoridades coloniais, fomentam a formação de partidos não representativos ou nitidamente "fantoques". Havendo poderosos meios financeiros, a informação e outros procuram atribuir representatividade a forças políticas cujos chefes sabemos que vêm mantendo de há muitos anos colaboração política e militar com o exército colonial português. É o caso de Jonas Savimbi, dirigente da UNITA, cuja flagrante traição ao povo angolano, as autoridades portuguesas pretendem agora arvorar em exemplo a seguir pelos movimentos de libertação. O moribundo colonialista clássico, o colonialista "à moda antiga", procura novas formas de sobrevivência. Veste-se de novas roupagens, usa uma nova linguagem, adapta-se como um camaleão. Ainda não varremos da nossa terra o colonialismo e já se desenha no horizonte o espectro sinistro do neo-colonialismo que é a pior das formas e o último estado do imperialismo na definição lapidar de "Kuamencruma" (?). Efectivamente, a essência do neo-colonialismo, como o define esse grande líder da África, consiste em que o estado que está submetido à teóricamente independente, possui todas as soberanias no plano internacional; mas, na realidade, a sua economia e por conseguinte a sua política, são manipuladas do exterior.

Contra as manobras insidiosas do inimigo só há uma resposta possível: a colisão de todos os patriotas e a sua firmeza intransigente na exigência da independência nacional imediata e completa. É na luta contra a dominação colonial que se forja a nação. Esta está ainda em formação. E são objectivamente nacionais angolanos todos aqueles que lutam efectivamente contra a dominação colonial para a construção da pátria independente.

T
T O R R E
T O R R E

Neste hora difícil mas exaltante, todos os nacionais, independentemente do local de nascimento, da sua origem étnica, da nacionalidade dos seus antepassados, da sua ideologia ou religião, têm de lutar pela libertação imediata e completa da pátria comum e pela construção duma Angola independente e democrática. Nesta nossa luta urge a conjugação de todas as nossas forças patrióticas. Por isso é necessário a formação de uma larga frente unida para a independência, englobando todos os que em Angola lutam efectivamente pela independência completa, movimentos de libertação que sejam realmente patrióticos, organizações patrióticas consequentes e todas as entidades representativas do nacionalismo angolano.

Nesta etapa da nossa luta de libertação, e tal como no passado, cabe ao nosso movimento um papel fundamental. O MPLA, mercê da experiência adquirida ao longo de 20 anos de luta no campo diplomático e no terreno da luta armada, pelo número e qualidade dos seus quadros, pela justiça da sua linha política, pela representatividade verdadeiramente nacional dos seus militantes, está nas melhores condições para levar a cabo a urgente



tarefa de conduzir o nosso povo até à independência completa da pátria. Mas, para tanto, impõe-se que o nosso movimento esteja unido, reforçado e estruturado para enfrentar as responsabilidades históricas que lhe incumbem.

É hoje do conhecimento público que o MPLA atravessa uma crise interna, corporizada nas três tendências que prevalecem no seio da nossa organização. Efectivamente, há a tendência da direcção actual, há a da rebelião do Leste e há a da revolta activa. O nosso movimento encontra-se numa encruzilhada difícil. Para vencer os perigos que nos ameaçam há que congregar vontades, inteligências e esforços. Há que mobilizar iniciativas, despertar energias, estimular a criatividade, corrigir erros, renovar e rectificar métodos de trabalho, confiar responsabilidades aos mais valerosos, barrar o caminho aos oportunistas e carreiristas, calar as vozes da calúnia e da discórdia. As três tendências têm valerosos patriotas com vastas provas dadas e não são os excessos de linguagem ou calúnias de uns ou de outros que podem fazer esquecer este elemento fundamental. Não interessa esconder a divisão existente ou camuflá-la mas sim discutir as suas razões para encontrar de novo a coesão. Essa é a preocupação de qualquer revolução. A unidade consegue-se através da luta! Daí ser fundada a nossa esperança de que os patriotas que compõem as três tendências, saibam encontrar, através de debate democrático, sincero e profundo, o caminho para a coesão e no novo e necessário impulso a luta de libertação nacional.

Uma prova de sensatez já foi dada. No dia 6 de Junho passado realizou-se em Brazzaville uma reunião entre a revolta activa e a actual direcção, sob os auspícios do Presidente de Honra do movimento e mediação do "Bureau" político do Partido Congolês do Trabalho. Como consequência dos debates travados, seguiu-se a assinatura em Lusaka, em 8 de Junho, dum acordo tripartido entre a direcção actual, rebelião do Leste e revolta activa, em que se estipulou o envio a Mogadíscio, para a 11.ª cimeira da OUA, de uma delegação unitária integrada por representantes das três correntes a fim de defenderem o MPLA. Nesse acordo também se fixaram datas para a realização de um congresso em cuja comissão preparatória tripartida as três correntes devem ter representação igual.

A defesa desta linha de actuação, já começou a dar os seus frutos visto que na cimeira da OUA em Mogadíscio, o nosso movimento saiu indubitavelmente prestigiado. As três tendências actuaram em conjunto para salvar o MPLA face aos ataques do exterior, orquestrados pelo imperialismo.

Infelizmente, o caminho é sinuoso e tais sucessos não se repetiram de forma ascendente. No entanto, temos razões para crer que o patriotismo da esmagada maioria dos camaradas que compõem as três tendências, será força suficiente para que

Dactilografado por.....



no congresso que se avizinha se encontre solução para os graves problemas que afligem a nossa organização e conseqüentemente a pátria. Dado o momento político anormal que atravessamos, este congresso não deve revestir-se de características especiais. Não deve ser um congresso ordinário mas sim extraordinário, ou diria mesmo de emergência. Ele deve ser lugar de debates políticos profundos, para que triunfem as ideias justas. De maneira alguma deve servir de pretexto para que prevaleça o espírito de tendência, nem deve ser instrumento para uma das tendências dominar fraudulentemente as outras. Penso que os objectivos principais do próximo Congresso devem ser refazer a unidade no seio da organização, reestruturar o MPLA em bases democráticas, de acordo com os princípios do nosso movimento, e adoptar as estratégias e táticas adequadas à conjuntura política interna e externa. Se conseguirmos estes objectivos através da acção coerente de uma direcção colegial, poderemos, efectivamente, dar novo impulso ao processo libertador da nossa pátria.

Compatriotas! Camaradas de luta!

Na hora grave e decisiva que atravessamos, há que redobrar a vigilância e cerrar fileiras em torno dos ideais do nosso movimento. Presto rendida homenagem aos camaradas guerreiros que, ao longo de 13 anos de luta armada, têm dado a sua juventude, o seu sangue e a própria vida para que a nossa terra seja liberta do jugo do ocupante colonialista. Para eles não há monumentos, não há lápidas, não há flores. Eles são o orgulho da nossa pátria e um exemplo da sua generosidade e da sua bravura e facto que ilumina os caminhos da nossa juventude. Eles continuam sendo a garantia de defesa da nossa liberdade e da nossa integridade territorial. E não posso esquecer os camaradas do interior que, através de dificuldades de toda a ordem, nas condições de clandestinidade, enfrentando prisões, campos de concentração e exílios, levantaram sempre bem alto a bandeira do MPLA. A eles cabe um papel muito importante no desenvolvimento da luta política, reforçando a luta clandestina e aproveitando todos os meios legais ou ...?... O reforço desta luta é fundamental e nela devem ser concentradas bastantes energias, do interior e até do exterior.

Camaradas! Companheiro de luta!

Os princípios do MPLA são justos e há que os defender contra qualquer faccionismo porque são eles os que melhor correspondem às aspirações do nosso povo. Vamos, pois, lutar sem ódio pelas ideias justas e saneamento no reforço da nossa organização procurando resolver praticamente os nossos problemas internos.

Luanda, 2 de Julho de 1974.-

Carta ao Apelo dos 19 de 12 Maio em Brazaville

Compatriotas

Com data de 12 de Maio do ano corrente está circulando nesta cidade o vosso apelo assinado por 19 Camaradas afastados do Movimento há muitos anos e outros colocados em situação de inoperância pela arrogância do presidencialismo que se instalou no seio do Movimento e, como demeritadamente, pede a apreciação crítica dos leitores, tomando por base essa louvável iniciativa venho expôr a minha opinião consubstanciada pelo conhecimento in loco do nosso povo dentro de Angola que em reuniões públicas e privadas não cessa de dar aprovação ao nosso glorioso M.P.L.A.

Trás o manifesto um grito de alarme pela situação criada no Movimento pelo facto do Directório actual ter concentrado demasiadamente todos os poderes e, por consequência, anquilosou as estruturas, apagou a chama de combate dos nossos valorosos guerrilheiros e está eminente o desperdício de uma oportunidade única oferecida pelas forças Armadas para arrancarmos a nossa independência que já custou perto de um milhão de mortos e outros inumeráveis sacrifícios.

É o que se lê no parágrafo terceiro do Apelo a revolta activa dos quadros e Militantes do M.P.L.A.

Situados neste ponto, ocorre perguntar aos camaradas que redigiram o manifesto.

Qua garantias descortinaram os camaradas nas declarações ambíguas dos supremos dirigentes (particularmente do Chefe do Estado e de Governo Português) que abalançam os camaradas a afirmarem que corremos o risco de perder a nossa independência pela obstinação de um só homem que conduz o Movimento a seu bel-prazer?

Porventura as soluções em leque que vão desde a autodeterminação, integração, ou federação sejam o alvo porque se bateu o nosso povo durante tantos anos de sacrifício?

A negação do reconhecimento do direito à independência ao Povo de Guiné-Bissau, é como sabemos, a causa que levou ao malogro as negociações de Argel.

Acaso os contactos secretos que alguns membros do manifesto têm tido com o governo português são garantia para produzirem com responsabilidade afirmação de que o nosso direito à independência está garantido? Basta o exemplo de Alexandre Taty que os portugueses subtraíram hábilmente ao Quadro de F.N.L.A., para o colocarem em Angola na situação de prisioneiro. Portanto, camaradas, no ^{meu} toca essa questão estou inteiramente em desacordo convosco. Há questões que vêm mais a frente em que a minha opinião converge com a vossa. Por enquanto, NÃO .-

A AMEAÇA DE DESINTEGRAÇÃO DO M.P.L.A.

Em Angola todas as pessoas simpatizantes do M.P.L.A., sentem o grave mo-

continua

Discurso / R.A.

Sua Excelencia o Representante do Presidente Keneth Kaunda

Excelencias

Compatriotas

Camaradas!

Em nome de todos os militantes em Revolta Activa, mas tambem em no
me de todos ^{outros} ~~os~~ militantes do MPLA e do Povo Angolano, ^{que antes de mais} queremos agradecer a pre
sença entre nós de ^{o Excelencia o Representante da República de Zâmbia, Hastings Banda} Representante do mais alto dignatario deste pais, nos
so irmao Keneth Kaunda assim como os representnates dos paises que connosco
fazem fronteiras, a Republica da Zâmbia, a Republica Popular do Congo, ² a Repu-
blica do Zaire bem como a dos distintos representantes da Republica Unida da
Tanzania, ¹ do Comité de Libertação da OUA.

A presença entre nos dos representantes dos governos e partidos ^{de} dos
paises africanos é uma prova suplementar da simpatia e da estima de que o Povo
Angolano e o MPLA tem sido alvo e da solidariedade que nos é ^{manifestada} ~~disponivel~~ pelos x
nossos irmaos africanos, para que Angola seja real e definitivamente independenx
te.

Queremos ainda saudar muito particularmente aqueles que, desde o ini
cio dos anos 60, combatem ao nosso lado e se ^{transformaram} ~~transformaram~~ assim nos nossos
melhores companheiros de armas. Referimo-nos aqui muito particularmente aos x
nossos camaradas do PAIGC, da FRELIMO e da MLSTP que connosco constituem a
Conferencia das Organizacoes Nacionalistas das Colonias Portuguesas.

Mas nao podemos esquecer todos aqueles que através do mundo tem
manifestado a sua solidariedade multiforme ^{para com o} ~~ao~~ Povo Angolano durante esta dura
e aspera luta contra o colonialismo portugues.

Uma saudação ^{em nome especial} ~~vai~~ para os nossos camaradas e compatriotas que tom-
baram lutando, pagando com as suas vidas e o seu sangue o preço da liberdade e
da independencia da Patria. Angola nao os esquecerá nunca, estamos seguros!

Com a mesma forza queremos ainda saudar aqueles valorosos combatentes,
^{os nossos guerrilheiros} que nas matas, de armas na mão, est_{ão} ainda empenhados no processo final de

DECLARAÇÃO DA MAIORIA DOS DELEGADOS AO PRIMEIRO CONGRESSO DO MPLA

A TODOS OS MILITANTES E POVO DO PAÍS

A luta heroica do Povo de todo o País, dirigida ao longo destes dezassete anos, pelo glorioso Movimento Popular de Libertação de Angola, acabou finalmente por abater a arrogância do colonialismo português e seus anos no nosso solo pátrio. Portugal foi obrigado a reconhecer publicamente o nosso direito à independência.

Face à nova etapa de luta, aberta com esse reconhecimento, mais do que nunca o Congresso do MPLA se afirmava como necessidade histórica, para o nacionalismo angolano, para a militância do nosso Movimento, para os povos do nosso continente e para o mundo amante da paz e da liberdade.

Os olhos de todos os progressistas, anti-colonialistas e anti-imperialistas consequentes, se fixaram em nós congressistas do MPLA, esperando que o nosso Congresso resultasse uma nova e decisiva vitória contra o inimigo colonialista e imperialista.

Serriamente dividido nas suas fileiras de militantes e quadros, em razão dos múltiplos erros acumulados sob um regime de absoluto presidencialismo do Dr. Agostinho Neto, e enfrentando sob múltiplos aspectos uma séria ofensiva colonialista e imperialista, o Primeiro Congresso do nosso Movimento não podia deixar de definir-se com características especiais.

Por definição e pela prática, essa especialidade impôs rapidamente à maioria dos congressistas a necessidade de pôr amplamente em jogo o espírito militante e patriótico de aliança e unidade para reforço do Movimento e libertação da Pátria.

A divisão do Movimento em três facções - Revolta Activa, Revolta do Leste e "Autoridade do MPLA" - e a urgência em resolver democraticamente essa prejudicial contradição interna para abrir caminho a solução de outras duas contra-

mento que o nosso Movimento atravessa e na generalidade aprova o vosso grito de alarme e lamenta a Direcção pessoal imprimida pelo presidencialismo. Contudo, discorda convosco no que concerne a data escolhida para lançar esse grito, porque, como consequência imediata o inimigo tem explorado hábilmente esse desentendimento e no campo interno facilitou a criação de Partidos fantoches para intoxicar as massas e proibiu manifestações a favor dos movimentos emancipalistas certo de que até acertarem o passo as p massas estarão devidamente envenenadas pelos partidos que dominará facilmente. Foi portanto, se dão licença, um erro de estratégia político. A simulação de unidade era mais do que necessária até as negociações com o inimigo e depois de alcançado o nosso alvo todo aquele que se julga dono absoluto daquilo que pertence ao povo seria julgado.

Cá todos imaginam bem as dificuldades que houve no arranque para a construção de um corpo de exército que fizesse face ao bem treinado e organizado exército português. Foram tarefas árduas e a disciplinação desses homens até se tornarem eficientes conduziu muitas vezes a determinações duras dos dirigentes e como se caminha em estrada de sentido único como o inimigo imprimiu as suas forças era necessário monopolisar a Direcção para não laquear com discussões fúteis.

Felizmente, hoje, estamos numa paragem que pede a descentralização das instituições para que aqueles valores que regressaram com o ânimo retemperado possam dar, mais uma vez o seu melhor contributo.

A estiolação do ânimo dos combatentes

No que diz respeito aos militantes armados, temos de aceitar também o longo desgaste que se produziu nas nossas fileiras. O fenómeno de desinteresse pela luta também se verificou e se verifica ainda nas fileiras do nosso inimigo e atestam-no bem as deserções em massa. Portanto não podemos apenas atribuir ao presidencialismo se quisermos fazer uma análise imparcial dos factos, desnudando-os de encargos tomados e presentemente inconfessáveis.

A finalidade do Congresso

Para maior eficiência das instituições, opino por uma descentralização das funções tendo na cúpula um só supervisor. A orientação colegial que o Apelo faz conduziria a eneficácia na tomada de decisões e execução das mesmas.-

O Caso Chipenda

A decidência do irmão Chipenda é talvez o caso mais importante do congresso. Os motivos não estão claros para nós que estamos fora, mas julgo que ambos contendores, porque amam o nosso povo e estão interessados em encontrar uma solução urgente para o nosso caso farão concessões mútuas que permitam uma reconciliação sem reservas. Deus me oiça neste momento.

liquidacao do colonialismo, e ~~tambem~~ aqueles que nas prisoes foram vitimas de torturas e ^{tambem aqueles que} nao se calaram sob o efeito da mordaca que o regime colonial inimigo nos impo. Angola vivera com eles as gloriosas horas de liberdade que estamos construindo!

Excelencias

Compatriotas

Camaradas!

Nao era nossa intencao tomar ^{a palavra} nesta sessao de abertura em nome da Revol_{ta} Activa.

Nos pensavamos e continuamos a pensar que ^{o facto} depois de termos trabalhado com espirito unitario na preparac_o deste Congresso e mesmo antes, em Mogadiscio, devia ^{constituir} ser prova suficiente de que ^{ele} este Congresso iria marcar o primeiro passo no caminho da Unidade interna que todos ansiamos. Nao queriamos, portanto, afirmarmo-nos uma vez mais como tendencia.

No entanto, aproveitamos esta oportunidade ~~que nos foi dada~~ para reafirmar ~~algumas~~ algumas das nossas posicoes ^{fundamentais}.

Para nos, ^{militantes em} Revol_{ta} Activa, este Congresso e o ponto culminante de todo um processo ^{evolutivo} em que entraram em jogo factores internos e externos.

Tais factores, que sao ~~maiores~~ ^{maiores} e multiplos podem resumir-se essencialmente no seguinte: a dinamica da luta, a evolucao das estruturas ^{do Movimento} da Organizac_o e a necessidade de reactivac_o do processo democratico na nossa Organizac_o.

Todos estes factores, acrescidos dos factores externos inerentes a conjuntura interna ~~do~~ inimigo e a conjuntura ^{internacional} internacional e africana em particular, levaram a nossa Organizac_o ^{a reconhecer} a necessidade de convocac_o deste Congresso, que ^{de} emergencia_l tem um caracter ^{marc}adamente especial.

Qual sera entao o espirito que nos deve animar neste Congresso?

Que principios nos devem guiar no nosso trabalho?

Para nos, ^{militantes em} Revol_{ta} Activa, o fundamental e que se crie uma boa atmosfera e se trabalhe ^{no} espirito de conciliac_o. No fundo ^o e o respeito dos principios ja enunciados durante as sessoes da Comissao Preparatoria do Congresso e que se resumem no seguinte: ^{nao} dominac_o de nenhuma tendencia sobre a outra, procur_o da coesao no seio da Organizac_o, ^{nao} ^{recorre} fazer, pelo menos de momento, ao processo de culpas de ^{qualquer} ~~nenhuma~~ das tendencias, ^{de ter um no caso} trabalhar com espirito pratico, militante e de perseveranca, ^{busca} procurando sempre a unidade ~~e evitando sempre~~

dições melhores, a saber: confronto patriótico com as demais organizações políticas angolanas e negociação com as forças do inimigo colonial-imperialista, faziam legitimamente esperar que o regime do presidencialismo absoluto do Dr. Agostinho Neto, ao menos desta vez, desse provas dum menor rigidez e dum maior amor e respeito pelos militantes e pela Pátria.

Batido pela firmeza patriótica da maioria dos congressistas - os delegados da Revolta Activa e da Revolta do Leste - em defender a realização livre e a soberania do Congresso, o regime presidencialista recusou-se arrogantemente a vir prestar contas do seu longo exercício ao órgão máximo do nosso Movimento, quer dizer, à quase totalidade dos delegados ao nosso Congresso.

E buscando pretexto na resposta natural da maioria dos congressistas a sua recusa de apresentar balanço - resposta que consistiu na simples leitura de uma moção de censura à direcção cegante pela recusa de apresentar balanço em sessão plenária - a fracção "Autoridade do MPLA" retirou-se provocadoramente do local da reunião e abandonou unilateralmente a continuação dos trabalhos do Congresso.

A ruptura injustificável do nosso Primeiro Congresso, por parte da "Autoridade do MPLA", constitui um acto político anti-MPLA e anti-pátria premeditado e plano de consequências graves para a vida do Movimento e para o desenvolvimento da luta popular de libertação nacional no nosso País.

Só a ambição desmedida do poder que caracteriza fundamentalmente o presidencialismo absoluto que nos desgovernou até esta altura, poderia ter conduzido os 165 congressistas da "autoridade do MPLA" a acitarem o pretexto da leitura da moção de censura e, através do abandono, consagrarem cegamente a divisão definitiva do MPLA, e do Povo, a criarem uma situação de perigo extremo para o Movimento e o País e a desprestigiarem a vanguarda política da Nação no plano africano e no plano internacional.

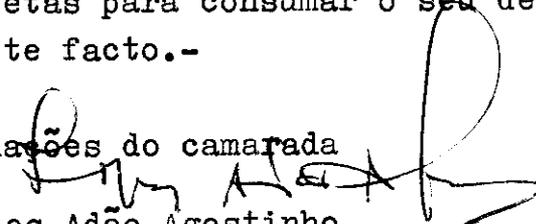
Nós os congressistas delegados pela Revolta Activa e pela Revolta do Leste do MPLA condenamos energicamente essa nova e grave violação dos justos princi-

Frente Ampla com todos Movimentos

Neste momento nada ^{mais} feliz, são e cristão do que a ^{com} reconciliação de todos os Movimentos de libertação de Angola de forma a arranjar uma plataforma de uma frente comum que entre em contacto com o Governo português encetando com ele as negociações que conduzam o nosso país a independência.

O inimigo já nos arrebatou o nosso irmão Jonas Savimbi para nos criar dificuldades nas negociações. Ele está sendo presentemente embalado para a federação e o nosso opressor conta com os votos dos milhares de Bienes e neo-lisboetas para consumir o seu desígnio. Peço a atenção do congresso para este facto.-

Saudações do camarada


Lopes Adão Agostinho

esta luta. Duas lutas com as tendências

Devemos, portanto, pôr o acento ^{SOPRE} ~~no~~ que é fundamental. É o que é fundamen-
tal, neste ^{hoje} momento, é tudo aquilo que nos une, pois aquilo que nos une é mais
importante, ~~essencial~~, do que tudo quanto momentaneamente nos divide.

E o que é que fundamentalmente nos une? É a defesa dos princípios e ob-
jectivos pelos quais o MPLA sempre se bateu, isto é, a lut, pãla independência
~~complet~~ ^{e completa} imediata, a defesa dos interesses das camadas mais exploradas do país, a luta
pela unidade da nação e pela solidariedade dos diversos sectores e camadas que
a compõem independentemente da sua origem étnica, racial, enfim, é a lut, in-
transigente pela defesa da democracia na Org, nizaçao e no País.

Urge, portãto, redefinir os princípios que regem toda a nossa accao,
elaborar um Programa de acçao imediat, e criar estruturas que garantam a execu-
cao efectiva de tal Programa e o consequente respeito de t, is princípios.

Compatriotas,

Camaradas!

~~Como consequência~~ ^{Como resultado} dos duros golpes sofridos pelo colonialismo portu-
gues em Angol, Guiné e Mocambique, o colonialismo ^{português} foi perdendo força, foi-se
desmoronando e acabou por cair, criando com a sua queda uma nov, situaçao em Por-
tugal e também no nosso País.

Num momento em que Portugal, devido à situaçao económica grave que at-
travessa e à consequente luta popul, r que esta situaçao gerou, se vê obrigado
a reconhecer o direito do nosso país à independência, e é preciso que nós, milit-
tantes do MPLA, definamos uma estratégia que nos garanta a iniciativa constan-
te e nos permita fazer face, corajosamente, à nova conjuntura ~~que se nos apre-~~
~~senta~~. O momento é port, nto grave! O caminho da liberdade, que nos parece aber-
to e claro, está cheio de emboscadas. É preciso reggir, rapidamente, firmemente,
com inteligencia e determinaçao, ^{com espírito e acção patriótica} ~~face~~ às manobras tendentes à instalaçao de um
regime neo-colonial no nosso país.

Na prática, a nosso ver, o MPLA deve revit, lizar a sua vocaçao de Frente
de Libertaçao Nacional para evit, r a proliferaçao de Partidos no interior do
País, a atomizaçao das forças patrióticas e a sua diluicao no meio de outras for-
ças ~~partidárias~~ que ^{Lutam} ~~combatem~~ ou dizem combater pela independência nacional. Pr-

pios democraticos do MPLA e repudiamos indignadamente o espirito de irresponsabilidade militar que comandou esse indecoroso comportamento.

A fuga do Congresso legal por parte do regime presidencialista e o anúncio cinico da sua pretensa intencao de convocacao dum congresso ilegal "no interior de Angola" sao o passo inicial da concretizacao dum velho plano do presidencialismo que, desde os anos 60, mais precisamente, desde 1963, se entronca muito subtilmente na velha esperanca salazarista de ver os combatentes da liberdade angolana rendidos as forcas de opressao colonial-imperialista.

Nós, maioria dos congressistas, denunciamos sem hesitaçoes essa manobra entreguista do presidencialismo absoluto e reafirmamos solenemente o nosso engajamento militante de defendermos, em todas as circunstancias, os ideais revolucionarios do MPLA, a unidade revolucionaria de todos os militantes genuinos do MPLA, independentemente da fracção em que se encontrem neste momento, a unidade patriótica de todas as forças do nacionalismo angolano e a unidade revolucionaria dos Povos de todo o nosso continente.

VIVA A UNIDADE REVOLUCIONARIA DO MPLA

VIVA A INDEPENDENCIA IMEDIATA E COMPLETA DO NOSSO PAIS

A VITORIA E CERTA!

Lusaka, 28 de Agosto de 1974

Pela Revolta do Leste

Pela Revolta Activa

isso, pensamos que este Congresso se devia pronunciar sobre as possibilidades de concretizacao de uma vasta Frente Unida de Independencia, de que o MPLA sera o proclamador, o organizador e o dinamizador.

Este Congresso historico, que é o primeiro que o MPLA realiza desde a sua fundação, deve marcar um passo em frente na história da nossa Organização ^{representar mais} e um sucesso da nossa luta. Para tal, é preciso que os Militantes manifestem o seu alto espirito de responsabilidade, esforçando-se para ~~que~~ este Congresso seja ~~u-~~ ^{CONSTITUA} ~~na manifestação~~ de um vasto e profundo debate de ideias ~~e evitando toda ten-~~ ^{E QUE ELE NÃO} ~~dencia para que este Congresso~~ se transforme numa partilha de poder entre as ten- dencias .

É preciso ainda que os militantes da nossa Organização, demonstrando a sua alta consciencia patriotica se empenhem na defesa intransigente dos interesses das camadas mais exploradas sem trair as aspirações do nosso Povo à liberdade, à justiça, à igualdade, à democracia.

~~Sua Excelências 1º MINISTRO MAINZA CHONA
Excelência Representante do Presidente Kenneth Kaunda;~~

- Excelencias,
- Companheiros de armas,
- Compatriotas,
- Camaradas,

E chegou o momento de terminarmos esta nossa intervenção, que ~~q~~ queriamos que fosse curta e precisa para esclarecer melhor a nossa posição e ~~de-~~ ^{definir o nosso pensamento} ~~claro e que pensemos~~ sobre o futuro da Organização e do País.

~~Sugemos que não ser necessário informar vos cida, mais sobre o
nosso militancia e o nosso patriotismo.~~

Resta-nos somente, ~~neste momento~~, agradecer uma vez mais todas as entidades nacionais e estrangeiras que quiseram honrar com a sua presença este nosso Congresso, particularmente a República da Zambia, a República de Zaire e a República Popular do Congo, e a República Unida da Tanzania.

Reafirmamos a nossa confiança no espirito de responsabilidade dos nossos militantes e a nossa ^{de terminação inabalável} disposição ~~inut-~~ vel de defender com intransigen- cia a causa sagrada do Povo ~~angolanos~~ de Angola.

AS VITÓRIAS ESPECIAIS DA REVOLTA ACTIVA FAZEM RECLAR
O PRESIDENCIALISMO ABSOLUTO E DÃO
UM IMPULSO VICIOSO PARA A UNIDADE NO SEIO DO M.P.L.A.

Comaradas.

A linha justa da Revolta Activa dos militantes e quadros do MPLA impôs-se em curto espaço de tempo.

Com efeito, em apenas três semanas, vitórias estrondosas foram alcançadas no combate ao presidencialismo absoluto e na luta pela verdadeira unidade no seio do Movimento. As adesões ao nosso Apelo de 11 de Maio continuam a chegar de toda a parte e estão lançadas as bases para o trabalho conjunto das três partes existentes no Movimento: o Presidencialismo, a Rebelião do Leste, a Revolta Activa.

Vejam os que se passou até agora:

A REVOLTA ACTIVA TRAVOL UMA LUTA PARA CONSEGUIR O DIÁLOGO COM OS
PRESIDENCIALISTAS

Enquanto os corajosos camaradas da Revolta Activa, não se poupavam a esforços junto dos amigos Congolezes e do Presidente de Honra do MPLA, o camarada Joaquim Pinto de Andrade, para que se estabelecesse um diálogo sincero entre o presidencialismo absoluto e a Revolta Activa, os presidencialistas voltavam as costas aos problemas que era necessário resolver.

A Revolta Activa insistiu no diálogo e apresentou como condições a libertação do camarada Totoy, um local neutro de reunião, a presença neutral dos camaradas Congolezes e do Presidente de Honra do Movimento.

Os presidencialistas consideraram inaceitáveis todas as nossas condições.

Nas, graças à nossa persistência e à intervenção fraternal e enérgica dos amigos Congolezes, os presidencialistas foram forçados a aceitar três das nossas quatro condições e tiveram de se sentar com os que eles chamam de bandidos, para dialogar.

SÓ A REVOLTA ACTIVA É QUE APRESENTOU PROPOSTAS CONCRETAS

Na reunião, realizada no Bureau do MPLA, no dia 6 de Junho, estiveram presentes pela Revolta Activa os camaradas: Rev. Domingos da Silva, Kivuvu, Maria do Céu, Monimambo, Viana (África) e Vieira Lopes; e do lado do Presidencialismo os camaradas: Agostinho Neto, Lara, José Eduardo, Dilolua e Uimuka. Participaram como medianeiros: uma delegação congoleza com a presença de membros do Bureau Político do PCT e o camarada Joaquim Pinto de Andrade, Presidente de Honra do Movimento.

Enquanto os presidencialistas apenas fizeram acusações pessoais, a delegação da Revolta Activa apresentou propostas concretas: maneira de trabalhar em conjunto para preparar a intervenção da delegação do MPLA na conferência da O.A. em Brazzaville, envio a conhecimento de uma delegação conjunta das três correntes (Presidencialismo, Rebelião do Leste e Revolta Activa) para aí defendermos unidamente o MPLA; envio de emissários à Zâmbia para contactar a Rebelião do Leste e conseguir-se a formação de uma comissão tripartida para a preparação dum Congresso verdadeiramente democrático do MPLA; liberdade de contactar os militantes e distribuir os documentos da Revolta Activa.

.../...

Deste modo, camaradas, pela primeira vez desde que rebentou a Rebelião do Leste, há mais de um ano, conseguiu-se que as tendências em conflito actuem em conjunto para a defesa do MPLA no Exterior e para que se inicie um trabalho conjunto para se refazer a unidade no seio do MPLA.

Tudo isto foi feito em alguns dias, graças aos esforços tenazes da Revolta Activa.

Caiu no chão a mentira presidencialista de que a situação estava cristalizada no Leste... Quem está cristalizado, ossificado, petrificado é o presidencialismo absoluto!

OS PAÍSES IRMÃOS ESTÃO COM MOSCO

O presidencialismo nada quis compreender dos fins generosos da Revolta Activa, e como nunca soube analisar nenhuma situação, também agora, face à Revolta Activa, foi incapaz de reagir com pensamento e acção política. Só soube utilizar a repressão, a mentira, a calúnia, a intoxicação torpe, a divisão.

O mesmo não sucedeu, é claro, com os países africanos irmãos que são a rectaguarda do nosso País. Compreendendo a gravidade da situação do nosso País e do nosso Movimento, deram valiosa contribuição para a solução dos nossos graves problemas.

Esta foi mais uma vitória da valorosa Revolta Activa.

SÓ A LUTA PODEMOS DERREBAR O PRESIDENCIALISMO ABSOLUTO E TRAZER A UNIDADE AO MOVIMENTO

Camaradas.

Nós devemos tirar lições da actuação e das vitórias alcançadas pela valorosa Revolta Activa.

- 1ª) Na sua luta, a Revolta Activa aplica uma linha justa, táticas correctas, e considera fundamental a unidade do Movimento e a independência nacional imediata.
- 2ª) Se não fosse a coragem dos militantes da Revolta Activa que se levantaram e denunciaram publicamente o presidencialismo absoluto, este continuaria a levar tranquilamente e criminosamente o Movimento e o País para a ruína.
- 3ª) O combate político dos corajosos militantes e quadros da Revolta Activa do MPLA, desenvolvido em todos os campos, conseguiu que as três correntes do Movimento começassem já a trabalhar efectivamente para a unidade no seio do MPLA.
- 4ª) Só a luta sem tréguas contra o presidencialismo absoluto é que obrigou este a recuar, o limitou nas suas manobras sujas e tornou possível impor ao presidencialismo um trabalho conjunto em favor da verdadeira unidade no seio do Movimento.

Portanto é preciso continuarmos a bater, e cada vez mais fortemente, no presidencialismo absoluto caluco.

ABANIXO O REGIME PRESIDENCIALISTA ABSOLUTO QUE SMOOTHA
O AVANÇO DA LUTA E A UNIDADE INTERNA DO MPLA

INTELS.TIQUENOS A LUTA CONTRA O PRESIDENCIALISMO ABSOLUTO

VIVA A VALOROSA REVOLTA ACTIVA

A VITÓRIA É CERTA

Brazzaville, 11 de Junho de 1974

A Revolta Activa de Militantes e Quadros do MPLA

RECUSO FORÇALO LO PRESIDENCIALISMO

A delegação presidencialista fez barreira às nossas propostas, contestou o direito de distribuímos os nossos documentos pelos militantes e não queria enviar uma delegação conjunta à Zâmbia para contactar a Rebelião do Leste. Diziam os presidencialistas que a situação se tinha cristalizado lá.

No entanto, o valor das propostas e o nosso ardor na luta pela defesa destas justas propostas obrigaram os presidencialistas a recuar. Tiveram de aceitar o que propúnhamos e libertaram o camarada Totoy (Talangongo) e, no dia seguinte, partiu para Lusaka uma delegação conjunta (Presidencialismo e Revolta Activa), para contactar a Rebelião do Leste.

A Revolta Activa acabava de conquistar retumbantes vitórias!

O PRESIDENCIALISMO ABSOLUTO SÓ SABE COMETER BAIXEZAS

Entretanto como é que o regime absolutista responde à vigorosa luta política desencadeada pela Revolta Activa?

Responde pela calúnia, difamação, repressão e intoxicação dos militantes.

No jornal "Le Monde" do dia 7 apareceu um artigo relatando "esclarecimentos" dum tal enviado da CPR (??...).

Esse "porta-voz" da CPR despejou as calúnias e as mentiras mais vergonhosas sobre os fins da Revolta Activa e alguns dos seus membros. Diz esse tal "porta-voz da CPR", entre outros, que a Revolta Activa é constituída por mestigos, que o nome do Rev. Domingos da Silva foi utilizado abusivamente, pois aquele camarada está com os presidencialistas; diz ainda que o camarada Pinimambo se encontra na República do Zaire etc..

Enfim nenhuma resposta política ao nosso Apelo político. Apenas mentiras e ataques pessoais. Em suma, o estilo do presidencialismo é sempre o mesmo, seja em Bolísie, seja no campo internacional...

É claro que este artigo do "Monde" veio só mostrar ao mundo como é baixo o nível moral, e político do presidencialismo e como este trabalha para fomentar o ódio e a divisão e até utilizando um estranho "porta-voz" da CPR para essa suja tarefa (um tuco que nós bem sabemos para quem trabalha).

Por outro lado, em Bolísie e bases de fronteira, o Presidencialismo espalha mentiras, calúnias, faz propaganda racista, impede os militantes de lerem os documentos da Revolta Activa, prende os que difundem os documentos e queima esses documentos como se fossem obra do diabo tal como na Idade Média ou nos regimes fascistas.

A REVOLTA ACTIVA VAI SOFRILO VITÓRIAS

Camaradas,

Enquanto o presidencialismo absoluto nada de bom consegue pensar ou construir e só procura destruir tudo e todos, a Revolta Activa lança-se na realização das suas propostas concretas em favor da unidade no seio do Movimento.

Assim, graças à nossa linha justa e à nossa actuação correcta, foi assinado em 6 de Junho, em Lusaka, um acordo entre as três correntes do PPLA (Presidencialismo absoluto, Rebelião do Leste, Revolta Activa). Esse acordo estipula o envio imediato a Leopoldoville de uma delegação unificada representando as três correntes, para defenderem o PPLA; marca a realização do Congresso para 21 deste mês e estabelece que deverá ser constituída uma comissão preparatória tripartida do Congresso, comissão em que as três correntes têm representação igual.

.../...

VIGILÂNCIA !

VIGILÂNCIA !

Circula desde há dias um panfleto datado em Brazzaville, Brazzaville, 12 de Maio de 1974, incitando à "revolta activa dos Militantes do M.P.L.A. - É possível que ainda não tenha chegado às tuas mãos, nem venha mesmo a chegar porque eles sabem bem a quem dão.

Para esclarecimento, todo o verdadeiro angolano deve ficar a saber que esse panfleto que traz agraçado um "apelo a todos os militantes e quadros do M.P.L.A." foi feito em Luanda. Repete-se: o panfleto não foi feito em Brazzaville, mas sim em Luanda.

Os autores do panfleto foram dois irmãos que estiveram presos em Cabo Verde, de nome JUSTINO PINTO DE ANDRADE e VICENTE PINTO DE ANDRADE que brevemente serão identificados.

- O que quererão esses senhores ?

Querem que não aceites mais o camarada Doutor Agostinho Neto, como Presidente do M.P.L.A., para o mundo inteiro deixar de acreditar no GUIA DO POVO e nunca mais podermos ter a nossa Independência. Ou querem que um primo deles seja o Presidente ? Tu, camarada, compatriota angolano aceitarás isso ? Nunca.

- Eles foram não sei onde, voltaram. Agora vão não sei onde.

Perguntamos: Por quem são orientados e subsidiados? Brevemente tudo se saberá, se é um compatriota, um imperialista ou um colonialista.

Quem é o Angolano que aceita, neste momento grave, em que todos devemos estar unidos, que haja alguém a fazer precisamente contrário? Estamos a brincar com Angola? Estamos a brincar com os nossos irmãos que morreram na luta pela NOSSA PÁTRIA ?

QUEM TE VIER COM ESTA CONVERSA, camarada, responde-lhe: "

VIVA O GRANDE E GLORIOSO M.P.L.A. - O GUIA DO POVO

VIVA O CAMARADA PRESIDENTE DOUTOR AGOSTINHO NETO.

A VICTORIA É CERTA.

ABAIXO O COLONIALISMO! ABAIXO O NEO-COLONIALISMO! ABAIXO O IMPERIALISMO!
ABAIXO O RACISMO! ABAIXO O FASCISMO! NÃO À FEDERAÇÃO!

NÃO AO REFERENDO! LUTAR ATÉ À INDEPENDÊNCIA!

patriótica de lutar até ao fim pela coesão, unidade e
democracia no seio da nossa organização e reafirmar
a sua disposição de aceitar com reservas as decisões
tomadas pelo 1º Congresso do UPLA.

Luzern, 19 de Agosto de 1974

Pela Revolta Socialista

Posição da Revolta Social perante o memorando
apresentado pela Autoridade do U.P.L.S. ao Presidium
do Congresso

1 - considera inaceitáveis e dignas de reprovação os termos em que foi redigido o ponto I do preâmbulo do novo memorando e afirma maxima a sua confiança total no Presidium do novo Congresso.

2 - considera importunas as referências feitas aos pontos 2 e 3 de uma nota ao Presidium porquanto, conforme ficou esclarecido em sessão plenária do dia 18/8/1974, essa nota refere-se à conclusão dos incidentes do dia 17 de Agosto de 1974.

3 - considera falsas as alegações de que durante os trabalhos do C.P.C. se tivesse estabelecido um impedimento a que a Direcção Central viesse apresentar o seu relatório ao Congresso. Vais se afirma que jamais ficou estabelecido na Comissão Preparatória do Congresso que a R.B. e a R.L. deveriam também apresentar relatórios de balanço a este Congresso, porquanto é evidente que só quem gerir deve apresentar balanço.

Assim:

I - A Revolta Social repete

por as palavras de voto a 1ª alternativa inscrita neste memorando. O pedido de anulação do voto de voto de 18 de Agosto é por nós considerado como uma afronta ao Congresso e uma desrespeito aos princípios democráticos que devem reger a nossa organização.

II - No que se refere à 2ª alternativa a R.A. considera que o pedido de alteração da Ordem dos Trabalhos aprovada por unanimidade ao fim de uma semana de trabalhos do Congresso e a revisão do processo preparatório deste mesmo Congresso é uma tentativa não velada de dominação de uma tendência sobre as outras - o que é contrário aos princípios de trabalho estabelecidos na C.P.C. e insuportáveis ao Regimento deste Congresso.

III - No que se refere à 3ª alternativa inscrita no citado memorando a R.A. considera que a plataforma política que se pretende deve resultar de discussões aprofundadas dos temas previstos pelo ponto III da Ordem de Trabalhos do Congresso.

Portanto, a R.A. não pode aceitar que a 3ª alternativa seja considerada como condição sine qua non do promulgamento dos trabalhos do Congresso.

6 R.A. reitera a sua determinação

Reflexions

1. Le sous-jacent de révoltes : révolte de l'est et révolte active.

Révolte de l'est : base et direction - recrudescence du marxisme et manipulation. Le problème de la terre et révolutionnaire
justice expéditive - 1972/1973.

Révolte active : le mouvement de réajustement entendue comme une forme de réorganisation péjorative
L'appel des 19. Méthode et choix du moment
Causes lointaines et immédiates.
Une certaine vision abyssale de l'histoire...

2. Crises de convergence et de divergence entre les tendances

Convergence : Cohésion et unité de l'organisation (primauté)

Se redonner le MPPA, nous en lutte contre (approximatif
ou moyen)
conversion des erreurs ~~de~~ du passé

Divergence : L'autorité du MPPA. Une certaine conception des fractions.

Contre l'ingérence "protectrice" des pays frontaliers
Valeurs relatives
L'impréparation relative (élimination de base - fr.)

Evolution
19 FAPLA

→ La révolte de l'est - mettre la prééminence de l'homme
du nord. Le rejet ethnique.

Contre le soutien du Brésil et à la tête à Mowland
Reorganisation opportuniste - verser FAPLA et faire.

la révolte active : une critique de gauche

3. Le partage de responsabilité

Après de la mutuelle réconciliation et accusations,
le divorce entre deux lignes serpents (passé à l'intérieur)

La tendance - Equilibre du rapport de force.

La forme d'opportunisme - Alliance tactique ~~de~~

4. Perspectives immédiates / anticipation sur l'avenir

Les tendances face à l'hydre noir

Le MPPA face à la confusion globale - FAPLA/UNITA... et

La manœuvre portugaise - et la Junta de gouvernement.

L'épineuse question de l'unité du sein du MIRA

Introduction

Ce que l'histoire retiendra...

Sans fixation de durée. (401 Jils/ans).

Rapport des événements ayant motivé la convocation du Congrès.

La révélation des trois fractions.

Reconnaissance par les pays frontaliers (de fait)

La trame objective des faits:

1. Les batailles du Comité Préparatoire du Congrès à Luwaka.
(juillet / début août)

■ Les questions laissées en suspens: lieu, nature, de l'impérialisme et de la déviation. Jurorum (2/3) et débattues au niveau le plus élevé des trois délégations.

L'autorité de la direction mise en cause.

Esprit de conciliation des compromises

Marchandage autour du partage du pouvoir (la ténacité).

Intermède: La réunion de Bukavu

La fausse sortie d'Afforimbo Nelo et le enlèvement de Chipinda.

2. Les terrons du Congrès

Un terrain inconnu au "campes" de la plaine où l'on ne prononce jamais un nom: celui du Brinsard/Directeur Observateurs et observés.

3. Les rancœurs et les partisans de blocage

Infiltration d'Holde Libert (de la partisans) dans le pays
à la Rivière de l'Est

La revivification du bilan de la direction

La notion de censure.

4. Le plan "Santos" ou secretape.

que se desenvolve no novo País, vem como a necessidade urgente de libertarmos para as lutas de luta a massa de delegados aqui concentrados, as três partes concentram a sua atenção apenas nos pontos seguintes:

a) - Procurar de uma plataforma política que sirva de orientação quanto à linha política futura e de um Programa de lutas.

b) - Constituição de uma Direcção Militar.

11. - Pedimos ao Presidium que informe os responsáveis das duas fracções R.L. e R.A destas novas propostas sobre as quais estamos prontos a dar todos os esclarecimentos.

19. Agosto 1974

A Direcção

A deuda

Tendo em conta o que se passou em relação ao primeiro incidente, solicitamos do Presidium que de conhecimento deste documento venha como das conclusões a que se chegar à sessão Plenária do Congresso, no início dos trabalhos.

estabelecer que os relatórios de "Autorização ao OPLA" sucederiam os relatórios da RL e da RLs.

4 - Paradoxalmente, contrariando o que fora decidido na véspera, apareceu uma proposta exigindo um relatório geral à Direção do Movimento; pretendia-se assim pôr a viceza a prestar responsabilidades perante aqueles que lhe recusavam a autoridade para as exercer.

5 - Pediu-se também ao Plenário que esclarecesse convenientemente o Congresso sobre o significado do movimento da do as propostas expostas nos pontos 2 e 3 da nossa Nota de 17 de Agosto. Este pedido foi apresentado pelo camarada Fujia, logo após a proposta apresentada pelo camarada Veneres.

6 - Apesar de várias vezes instado o Plenário a não fazer tal esclarecimento e preferir pôr à votação aquela proposta, criando assim uma situação que pôs em causa não só os princípios adoptados e as decisões da véspera, mas também a procura de unidade e o espírito conciliatório que se tinha estabelecido no decurso dos trabalhos preparatórios, à custa mesmo de algumas importantes concessões por parte da viceza.

7 - Além disso o Plenário não procurou preservar o princípio da unidade, recusando pôr à votação oportunamente a proposta de suspensão de trabalhos que fora apresentada no sentido de permitir consultas que evitassem uma situação de impasse.

8 - O Preridium precisa ter esmero as indicações especiais em que se realiza este Congresso, que por possível parecer a uma longa e paciente procura de compromissos, que não ultrapassem a usura das duas fracções em reconhecer a Direcção.

9 - Essas indicações exigem uma absoluta isenção do Preridium para evitar que por ligezeza de apreciação ou sectarismo, se criem situações que paralizem o Congresso, como está em que o Preridium faça uma votação que vá contra a Agência estabelecida.

10 - Uma vez mais, patrioticamente empenhada em encontrar uma solução que vá ao encontro dos objectivos a que nos propuzemos em a realização deste Congresso e para sair do impasse, a Direcção propõe as alternativas seguintes:

Primeira alternativa - A anulação do voto de 18 de Agosto e, em consequência, a extinção dos trabalhos previstos na Agência, com a apresentação dos relatórios da RA e da PA, a seguir a discussão. Trabalhos em comum, conforme já decidido.

Segunda alternativa - Incluir-se na Agência uma alínea em que se faça previsto o Relatório da Direcção do UPLA, aceitando-se as consequências que advêm do reconhecimento expresso pelas duas fracções da autoridade da Direcção do UPLA. Isso implica, por exemplo, a usura do processo preparatório do Congresso e das medidas de segurança em que ele se realiza.

Terceira alternativa - Tendo em atenção a grave situação

propomos no Congresso.

6 - Assim, pensando que a TERCEIRA ALTERNATIVA de um memorando de 18/8 merece ser considerada uma hipótese de trabalho por parte da RL e da RA, e tendo em conta que anteriormente, durante o processo preparatório e devido à existência de uma coligação, não foi possível definir um programa de acção comum e uma base comum de estruturas, propomos:

a) Que o Presidium entre imediatamente no ponto III da Agenda e iniciemos desde já o trabalho em comissões, por forma a possibilitar a procura em conjunto de uma estrutura unitária e de um programa de acção;

b) Que continuem as consultas para o reinício das sessões plenárias, por forma a possibilitar o exercício de crítica livre, sem imposições.

A Direcção do RPLA

do de Agosto de 1974.

As Presidium do Congresso

As Camaradas Congressistas

Camaradas,

1 - As dificuldades criadas pela recusa do Presidium em esclarecer o Congresso sobre a posição da Direcção quanto à apresentação de um relatório geral não parecem ter diminuído durante a suspensão dos nossos trabalhos.

2 - Evidenciando com a sua opinião o Presidium obtive os votos de vista das duas fracções PL e PA, expostos nos respectivos memorandos de 19 de Agosto.

3 - Na análise desses memorandos e do encontro que as três partes tiveram com o Presidium na noite de 19/8, ficou a impressão de que se estivesse uma tentativa de coligação para colocar em situação de inferioridade a chamada "autoridade do DRPL", logo que se reinicie o Plenário do Congresso, tal situação é inaceitável pela dignidade do nosso povo, dos nossos combatentes e de todos os nossos militantes, é incompatível com o princípio da unidade e com o princípio da não subordinação a qualquer tendência.

4 - Ao aceitar participar neste Congresso de características especiais, tivemos em vista o interesse para o nosso País e para o nosso Povo em reencontrar um DRPL unido e coeso, evitando que as fracções formadas se dessem via divergentes.

5 - Por isso continuamos a insistir na necessidade de criarmos um espírito de compreensão, de confiança e de unidade que possibilite atingirmos os fins a que nos

Ào Presidium do Congresso

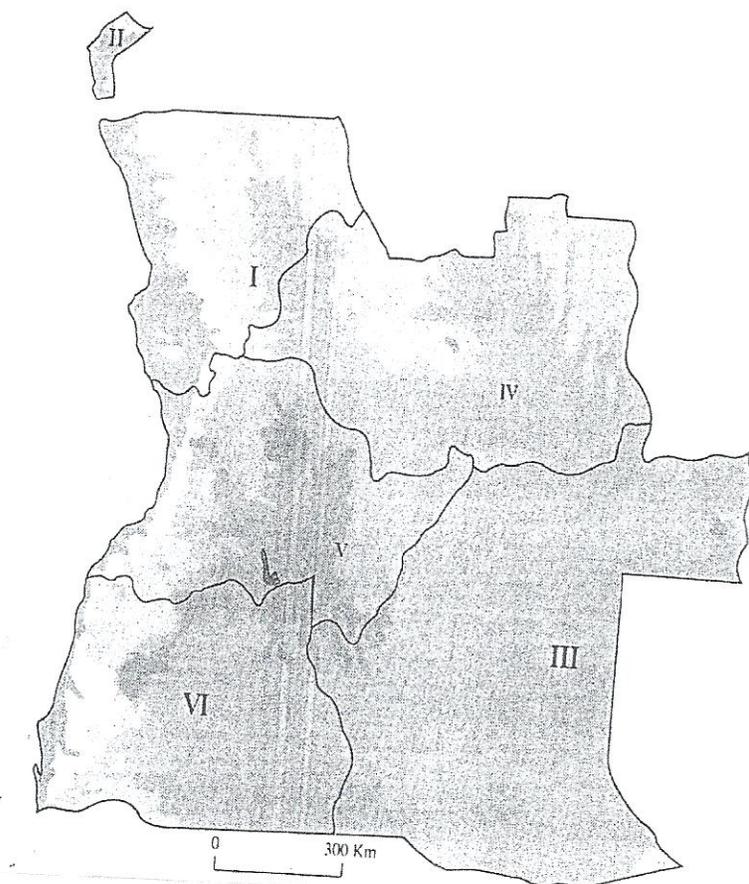
Camurachá,

1 - A Direccão do O.P.L.A. na pessoa o seu próprio de não se ocupar a espaços para que o trabalho do Congresso possam chegar a bom termo, no mais curto espaço de tempo, e por isso lamentar os atropelos aos princípios e ao processo que criaram a situação que conhecemos, depois dos erros de medida do dia 13.

2. - Após a nossa nota ao Presidium de 17 de Agosto, a propósito do incidente durante a leitura do relatório pelo Camurachá logo do Nascimento, ficou estabelecido que ele deveria promover essa leitura no quadro da chamada "autoridade do O.P.L.A.". Assim o Presidium e o Congresso optaram pela proposta expressa no ponto 3 da referida Nota, não aceitando a proposta no ponto 2, rejeitada a qual a Direccão do O.P.L.A. está pronta a apresentar o relatório geral ao Congresso desde que este reconheça a existência e a autoridade da Direccão, única responsável pela apresentação de tal relatório. Ficou por bem claro que a Direccão nunca se negou, antes pelo contrário, a apresentar ao Congresso um Relatório Balanço.

3. - De notar que na 1ª reunião aprovada unanimemente pelo Congresso não foi estabelecido que a Direccão do O.P.L.A., como tal, apresentasse o seu Relatório geral, e isso porque as ~~frases~~ duas frases recusaram durante o funcionamento do C.P.C reconhecer a autoridade da Direccão. Foi assim

Mapa III : Regiões político-militares do MPLA



- I Região P.M. (aberta em 1961)
- II Região P.M. (aberta em 1964)
- III Região P.M. (aberta em 1966)
- IV Região P.M. (aberta em 1969)
- V Região P.M. (aberta em 1970)
- VI Região P.M.

Fonte: Tali, Jean Michele, Dissidências e poder de Estado, O MPLA, Perante si proprio (1976-1977) – Ensaio de História Política – (1º vol.), Editioal Nzila, Luanda, 2001, pp. 121